



# VIDA INTERNACIONAL

Problemas da política externa, diplomacia e segurança nacional





# GlavUpDK

junto do MRE da Rússia

## *Hospitalidade é a nossa profissão*



- **arrendador experiente, seguro: gerimos imobiliário desde 1921**
- **gerimos mais de 1 000 000 de metros quadrados de habitação e escritórios confortáveis em Moscovo**
- **a propriedade federal é arrendamento direto a longo prazo**
- **rigor jurídico e transparência nos negócios**
- **possibilidade única no mercado da capital de escolher edifícios em diferentes zonas da cidade de um só proprietário**
- **todos os edifícios têm vigilância, parques de estacionamento, assistência técnica permanente**
- **vizinhos de respeito**

**[www.arenda.updk.ru](http://www.arenda.updk.ru), [www.updk.ru](http://www.updk.ru)**

**(495) 770-35-35**

Direção produtivo-comercial principal de apoio ao corpo diplomático junto da MRE da Rússia

Publicidade

---

## Dirigente do Projeto:

---

**Armen Oganecian**, redator-chefe da revista "Vida Internacional"

---

## Redatora do Projeto:

---

**Evguénia Pyadycheva**, redatora responsável da revista "Vida Internacional",  
D-ra em História

---

## Fotografias:

---

**Irina Znatnova, Marina Tchurina, Victoria Pozdnyakova**

### Edição em Português

### Traduzido para o Português

© Progress ID

**Diretor Geral:** Sarkis Oganyan

**Chefe da Redação:** Margarita Tarverdova

**Traduzido por:** Konstantin Asriyants, Vladimir Fartuchny, José Milhazes

**Redatora da versão portuguesa:** Elena Gladkih

**Versão computadorizada:** Alexey Uvarov

**Composição:** Dmitry Tarassov

### Sede da Redação:

Gorokhovsky per., 14, Moscovo, 105064

Tel: 7(499)265-37-81; Fax: 7(499)265-37-71

E-mail: [journal@interaffairs.ru](mailto:journal@interaffairs.ru)

# ÍNDICE

## TENDÊNCIAS

- 5.....**Serguei Narichkin**  
Discurso na reunião plenária da assembleia parlamentar  
do conselho da europa
- 
- 15.....**Serguei Lavrov**  
Filosofia da Política Externa da Rússia
- 
- 23.....**Alexandre Iakovenko**  
Mundo e relações internacionais hoje: o novo e bom é o velho esquecido
- 
- 37..... **Nodari Simonia, Anatóli Torkunov**  
A globalização e a liderança mundial
- 
- 51..... **Vacili Likhachev**  
A Rússia na qualidade da personalidade jurídica internacional
- 
- 63.....**Alexandre Zmeevskiy**  
Sobre a cooperação internacional na luta contra  
os desafios e ameaças do crime
- 
- 71.....**Erkki Tuomioja**  
Desafios globais e a responsabilidade
- 
- 81..... **Vadim Lukov**  
Cúpula de decisões globais

## TEMA DO ANO

- 87.....**Gennadi Gatilov**  
Fórmula de normalização na Síria: Diálogo inter-sírio,  
multiplicado pelo papel eficaz dos jogadores externos
- 
- 97.....**Armen Oganecian**  
Síria: Quem é responsável pela "responsabilidade de defesa"

---

**Alekssei Podserob** ..... 101

O Fim do islamismo no mundo àrabe?

## ENTREVISTA DO NÚMERO

**Alexei Mechkov** ..... 117

Consideramos que os boatos sobre a desintegração para breve da união europeia são precipitados

---

**Serguei Riabkov** ..... 141

Rússia — EUA: vamos fazer mais tentativas de ampliar a "interface" de esperanças e aptidões mútuas

---

**Yuri Chafranik** ..... 153

Abaixar os preços internos de gás e saciar toda a indústria com o gás

## VETOR REGIONAL

**Andrei Kelin** ..... 157

Estará viva a ideia europeia?

---

**Vladimir Kozin** ..... 165

"Nova" estratégia nuclear dos estados unidos e suas conseqüências para a Rússia

---

**Iúri Belobrov** ..... 189

A segurança europeia numa encruzilhada

---

**Serguei Charko** ..... 201

Ásia Central enquanto centro geopolítico eurasiático: novas possibilidades ou ilusões?

## BIBLIOTECA

**Evguenia Piadicheva** ..... 221

Do mais importante na política mundial e na diplomacia russa

## CONSELHO DE REDAÇÃO

**Serguei LAVROV**

**Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia**

**Alexandre AVDEEV**

*Embaixador Plenipotenciário*

**Andrei DENISSOV**

*Embaixador Plenipotenciário, mestre em Economia*

**Alexandre DZASSOKHOV**

*Doutor em História*

**Igor IVANOV**

*Presidente do Conselho para Relações Internacionais da Rússia, doutor em História*

**Konstantin KOSSATCHOV**

*Dirigente da Rossotrudnitchestvo, mestre em Direito*

**Vadimir LUKIN**

*Comissário para Direitos do Homem na Rússia, doutor em História, professor*

**Mikhail MARGUELOV**

*Presidente do Comité para Relações Externas do Conselho da Federação da Rússia, mestre em Ciências Políticas*

**Serguei MAREEV**

*Diretor-geral do MNE da Rússia*

**Alexei MECHKOV**

*Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia*

**Alexandre PANOV**

*Doutor em História*

**Gueorgui PETROV**

*Vice-presidente da CCI da Rússia*

**Evgueni PRIMAKOV**

*Membro da Academia de Ciências da Rússia*

**Alexei PUCHKOV**

*Presidente do Comité de Relações Internacionais da Duma Estatal, mestre em História*

**Serguei RIABKOV**

*Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia*

**Mikhail SESLAVINSKII**

*Dirigente da Agência Federal para Imprensa e Meios de Comunicação*

**Vladimir TITOV**

*Primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia*

**Anatoli TORKUNOV**

*Reitor da Universidade de Relações Internacionais de Moscovo, académico, doutor em Ciências Políticas*

**Alexei FEDOTOV**

*Embaixador para Assuntos Especiais, membro do Colégio do MNE da Rússia*

**Vladimir TCHIJOV**

*Representante permanente junto da UE*

**Vitalii TCHURKIN**

*Representante permanente da Rússia junto da ONU, mestre em História*

**Yuri CHAFRANIK**

*Presidente da Direção da MGNK "SoyuzNefteGaz", presidente da Fundação "Política Mundial e Recursos"*

**Alexandr YAKOVENKO**

*Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, doutor em jurisprudência*

Serguei  
NARICHKIN

*Presidente da Duma  
Estatal da Assembleia  
Federal da Federação  
da Rússia*



## DISCURSO NA REUNIÃO PLENÁRIA DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA

**E**xcelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssimo senhor Secretário-Geral, excelentíssimos membros da Assembleia Parlamentar! Há um ano atrás, a minha visita aqui não se pôde realizar. Porém, as causas que me obrigaram então a adiar a viagem tornaram-se, hoje, circunstâncias e motivo suplementares e sérios para este encontro. Vejo que, agora, se continua a tentar desorganizar a APCE e desviar a Assembleia da discussão e da solução das tarefas verdadeiramente permentes, nomeadamente as ligadas à necessidade de reforma profunda do sistema de monitorização parlamentar. Considero este um tema importante e voltarei a abordá-lo.

Além disso, quando me encontrei em Moscovo com o senhor Jagland e o senhor Mignon, pelos quais sinto um profundo e sincero respeito,

*Сергей НАРЫШКИН, Председатель Государственной Думы Федерального собрания Российской Федерации*

*ВЫСТУПЛЕНИЕ НА ПЛЕНАРНОМ ЗАСЕДАНИИ ПАРЛАМЕНТСКОЙ АССАМБЛЕИ СОВЕТА ЕВРОПЫ*

convenci-me ainda mais de que o nível de responsabilidade dos parlamentares dos países da Europa cresce impetuosamente. E, atualmente, atingiu importância nunca vista.

Nós encontramos-nos num momento dramático. Embora os acontecimentos na Síria decorram longe da Europa, o seu desenvolvimento e a sua história mostram que as ameaças atuais à paz estão diretamente ligadas ao desprezo pelo direito e as bases fundamentais da ordem mundial, lançadas precisamente aqui, no nosso continente, na Europa. Se as coisas correrem mal, consequências far-se-ão sentir em todos os nossos países. E, por isso, o mais perigoso nesta situação é ficar de lado, calado e mostrar indiferença.

Todos os países europeus sabem bem a que conduz a indiferença e a "cordância". Quando a Europa entrou na Primeira Guerra Mundial, as suas perdas humanas foram da ordem dos milhões, mas na Segunda Guerra Mundial foram da ordem das dezenas de milhões. E nós sabemos: hoje, a posição de uma série de países da Europa não é apenas firme, mas ouvida. Tenho em vista a conhecida votação do Parlamento Britânico que proibiu ao seu Governo participar num ataque aéreo contra a Síria.

E a iniciativa do Presidente da Rússia com vista a regularizar a situação síria recebeu um amplo apoio e começou a ser levada à prática. Os senhores conhecem os resultados das votações da célebre resolução do Conselho de Segurança da ONU, que se realizou há alguns dias atrás. Nela foi importante o papel desempenhado pelo apego multissecular da Europa aos valores humanistas, em que se baseiam os atuais direitos e princípios do desenvolvimento.

Podem perguntar porque razão eu falo agora disto. Por única razão de que até os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial começam a ser esquecidos e tentam "retocar" as suas lições, deturpando as causas e a essência da mais terrível tragédia do séc. XX. Então, os nazis, depois de anunciarem a sua exclusividade e superioridade, apontaram cinicamente como objetivo seguinte o extermínio de povos inteiros da Europa.

A indiferença face à divulgação de ideologia tão perigosa acabou por sair muito cara a todo o mundo. A este propósito, apresento apenas uma citação: "A indiferença pode parecer atraente, mais, encantadora", mas "é precisamente a indiferença para com os sofrimentos que torna o homem desumano" e trabalha a "favor do agressor". Assim assinalou com justiça Elie Wiesel.

Recordo: no ano seguinte, é o centenário do início da Primeira Guerra Mundial, que teve consequências pesadas para toda a Europa, e levou o meu país ao caos; à dissolução do primeiro parlamento democraticamente formado, aos acontecimentos da revolução de 1917 e à guerra civil.

Entretanto, a agressão, não tendo recebido a resposta merecida, apenas se escondeu e, apenas vinte anos depois, desforrou-se, o que provocou um novo incêndio, desta vez mundial e, repito, dezenas de milhões de vítimas.

Os crimes do nazismo contra a humanidade foram condenados em Nuremberga e essas decisões do tribunal internacional têm caráter imperecível. Porém, alguns políticos atuais começaram a esquecer-se disso por alguma razão. Bem como de que ambas as guerras mundiais foram desencadeadas com a permissão silenciosa daqueles que, até certa altura, não foram atingidos pelo mal que já roubava a liberdade e as vidas humanas noutros países.

Enquanto Presidente da Sociedade de História da Rússia e dirigente do comité organizativo nacional para a preparação do centenário da Primeira Guerra Mundial, considero que semelhantes lições não devem ser esquecidas. E a defesa da verdade histórica deve torniu-se numa nossa tarefa comum. Tanto no quadro dos programas nacionais de ensino, como na política juvenil europeia. Nesse sentido, proponho o estudo dos documentos do Processo de Nuremberga não só nas universidades, mas também nas escolas. Tornar os seus materiais principais acessíveis nas línguas de todos os povos da Europa, publicando-os, nomeadamente nos sítios eletrónicos do Conselho da Europa, da ONU, da OSCE e de outras organizações internacionais.

Respeitados senhores e senhoras!

Tal como nos séculos passados, as pessoas, nos mais diversos países do mundo, seguem hoje especialmente o que acontece na Europa, os seus processos sociais, económicos e políticos, os debates nos nossos parlamentos. Pois foi precisamente aqui, na Europa, que se fizeram grandes descobertas e avanços tecnológicos, nasceram doutrinas sócio-políticas, que permitiram conseguir progressos e fazer a vida do homem livre e digna.

Neste auditório sabem bem que, sem moral, não pode haver verdadeiro direito. Não temos direito a fechar os olhos ao comportamento que não se enquadra nas normas jurídicas e muito menos morais. Precisamente por isso, no início de Setembro, os deputados russos ofereceram-se, pela primeira vez, para um encontro com os colegas americanos para discutir a situação em torno da Síria. Mas nós, como sabem, recebemos um não. Ou seja, lá, preferiram tomar as suas decisões sem ouvir outros argumentos. Digo com frontalidade que se trata de um caso sem precedentes na prática parlamentar.

Todavia, estou convencido de que, hoje, o papel da diplomacia parlamentar no mundo só cresce e torna-se cada vez mais significativa. E a democracia representativa, que apareceu na Europa há mil anos atrás,

continua a ser um instituto seguro e indispensável não só para os Estados modernos, mas também para a conservação da arquitetura da segurança, criada pelo mundo com esforço.

Mas também não nos podemos esquecer que foi precisamente na segunda metade do séc. XX que o sentido de responsabilidade comum e de unidade europeia atingiu níveis nunca vistos. E foi precisamente isso que permitiu criar a ONU em 1945 e, quatro anos depois, o Conselho da Europa e a sua Assembleia Parlamentar.

Estou convencido de que hoje, sob a égide da Organização de Estrasburgo, é possível e necessário resolver as questões mais complexas, mais importantes do mundo e do continente. Eles não podem ser silenciados e é preciso incluí-los na nossa ordem do dia fundamental. Tanto mais que, aqui, na Assembleia, irão soar sempre diversas opiniões e proporem-se diferentes abordagens. Pois só assim se pode encontrar soluções capazes de se tornarem comuns para todos os 800 milhões de europeus.

No que respeita à crítica que nos é dirigida, e dirigida a qualquer Estado, ela é inevitável. Nos parlamentos nacionais todos temos de ouvir coisas ainda piores. Porém, o sentimento de tendenciosismo pode desvalorizar os mais nobres objetivos comuns e minar quaisquer esforços construtivos. E semelhante sensação surge inevitavelmente devido às tentativas de impôr à Rússia e a toda uma série de Estados novos e novos deveres, ligados tanto ao processo de monitorização da APCE, como à sua possível transferência para o nível do Conselho de Ministros do Conselho da Europa. Penso que há muito amadureceu outra questão: a da transição de uma monitorização por países para uma monitorização temática.

Consideramos que a atual prática de monitorização, que destaca as chamadas novas democracias, está ultrapassada. De facto, ela conduz a uma divisão crítica da APCE em Estados, se assim quiserem, "limpos" e "não limpos". Ou seja, naqueles aos quais são permanentemente apresentadas pretensões e naqueles aos quais praticamente nunca são apresentadas. Mas se esse tipo de monitorização podia parecer ainda justo nas etapas iniciais da participação no Conselho da Europa de novos Estados que apenas davam os primeiros passos na via democrática, hoje, isso já parece um anacronismo injusto e, não receio afirmar, uma discriminação política. Por isso, estamos convencidos de que o processo de monitorização necessita de uma reestruturação profunda e de princípio. Segundo sabemos, uma série de outras delegações têm a mesma posição. E iremos propôr, de forma insistente e argumentada, semelhante solução.

Na atividade do Conselho da Europa continuam a existir outros problemas, sobre os quais não somos os únicos a falar na APCE. Porém, a questão consiste em saber como nos livrar desse balastro, não o deixando para futuras gerações, e em que concentrar a principal atenção.

Gostaria agora de me debruçar sobre os desafios que, segundo a minha opinião, influenciam também no nível da nossa compreensão mútua e no conteúdo da ordem de dia comum. Além disso, eles dizem-nos diretamente respeito, enquanto representantes dos órgãos do poder legislativo.

O primeiro é o estado geral do direito e da lei no mundo moderno, as atuais tendências do seu desenvolvimento, bem como o papel dos parlamentares na defesa do direito como tal. Antes de tudo, da ingerência nessa matéria de fenómenos extralegais, incluindo a politização de processos puramente jurídicos. Semelhantes tendências, sob a influência dos processos globais de crise e outros, são mais visíveis. E é nosso dever direto enquanto legisladores garantir a pureza do direito.

No que respeita às normas jurídicas internacionais. É preciso a vontade de todas para que elas apareçam, mas basta o esforço de alguns poucos para as destruir. E o Conselho da Europa, que possui uma base jurídica única, poderia dizer aqui a sua palavra de peso.

Mais, nós sabemos que o processo legislativo atual não pode ocorrer à porta fechada e a participação nele há muito deixou de ser uma coutada de "escolhidos". A sociedade precisa de ver todo o processo e estar em diálogo direto com os legisladores durante todo o período de discussão das inovações jurídicas. E em alguns lugares da Internet tenta-se novamente (e esta não é a primeira vez) começãr a incutir a ideia do caráter absoluto das suas liberdades individuais na ausência total de quais deveres jurídicos. Mas já Voltaire preveniu que a verdadeira "liberdade consiste em depender apenas das leis".

Daí advém o terceiro tema atual. As novas comunicações, na realidade, influem muito seriamente na ordem do dia político. Aos nossos olhos, paralelamente aos tradicionais institutos parlamentares e outros da democracia, ganha força outro mundo, por enquanto ainda virtual, mas que já tem as suas tecnologias de influência na opinião pública e que não reconhece fronteiras nacionais. Aí formaram-se também numerosos "grupos segundo interesses" e palcos abertos para discussão.

Alguns até consideram que a entrada na época da Internet significa o declínio do parlamentarismo clássico, porque as redes sociais são supostamente, hoje, o olho do povo. Não discuto que a sua influência é grande. Mas repito: o papel e a responsabilidade dos parlamentos apenas crescem nesse momento. E penso que assim será até que a nova democracia

“eletrónica” e os seus processos adquirem a sua forma jurídica impecável, até que passem um teste de numerosos anos e estejam garantidos de erros, que poderão sair muito caros às gerações futuras.

Entretanto, não devemos ver na atividade cívica vigente não uma ameaça, mas possibilidades novas, ainda não utilizadas, de aumento da democracia. E visto que é a juventude que utiliza a Internet de forma mais ativa, as tecnologias permitem não só estar em ligação direta com ela, mas reagir também a novas necessidades.

O quarto problema, para o qual quero chamar a vossa atenção, é a necessidade premente de concentração numa ordem do dia realmente atual. Por exemplo, o problema de numerosas pessoas sem cidadania já derixou de ser para muitos algo não democrático. O que é isto senão uma substituição do próprio sentido da democracia atual e um retrocesso de dezenas ou mesmo centenas de anos?

Citei apenas um dos exemplos atuais mais gritantes. Mas também não desapareceram outros desafios comuns para nós. Trata-se do terrorismo e dos conflitos interétnicos, do tráfico de drogas e da criminalidade transfronteiriça, o comércio “negro” de órgãos humanos e, repito, o neonazismo que destrói, de forma aberta ou incoberta, a memória histórica.

Finalmente, o quinto tema, estreitamente ligado aos problemas por mim citados: a falta clara de uma nova qualidade na própria interação entre os parlamentos. É particularmente oportuno abordar isto a partir desta tribuna. Pois sendo um palco único para a solução de tarefas comuns, a APCE poderia ser um exemplo para outras uniões integracionistas. E nós não escondemos que, nas questões da integração eurasiática, orientamo-nos em grande parte pela experiência europeia. Esse modelo é-nos próximo.

Sublinho que os nossos atuais contactos necessitam não só de novos formatos, mas de um conteúdo mais profundo, estratégico. Por exemplo, a tríade de tarefas: supremacia da lei, direitos do homem e desenvolvimento da democracia, entrelaça-se com outras numerosas prioridades do desenvolvimento. Mas quando por causa de temas pseudo-atuais ou conflituosos passam para segundo plano as questões do desenvolvimento da cultura, da instrução, da ciência ou da saúde, reduz-se o próprio campo de atividade da APCE e desvaloriza-se vetores importantes para os nossos cidadãos.

Considero que semelhantes questões devem, sem dúvida, estar constatemente no centro das atenções comuns. E quero agradecer sinceramente aos colegas de muitos países pela participação do forum parlamentar, que se realizou em Moscovo no ano passado, onde nós

discutimos em conjunto os problemas prementes do desenvolvimento do parlamentarismo, as atuais ameaças à democracia e novos ventos na legislação. Em meados de Novembro, realiza-se o segundo forum e ficaremos contentes em vê-los em Moscovo.

Estimados senhoras e senhores!

O presente ano é simbólico para a Rússia. Em Dezembro, a Constituição da Rússia faz 20 anos e, ao mesmo tempo, realizaram-se as primeiras eleições para o nosso parlamento russo moderno. Para nós trata-se de um marco histórico, um ponto de viragem no sentido completo do termo.

O aniversário do parlamento russo tornou-se para nós um bom motivo para olhar mais profundamente para os problemas do parlamentarismo moderno. Além disso, a Rússia está no Conselho da Europa na maior parte desses 20 anos. A este período está ligada também a formação de uma nova legislação no nosso país e a adesão a dezenas de convenções do Conselho da Europa, o direito dos nossos cidadãos recorrerem ao Tribunal Europeu, etc., etc. Entretanto, a adesão ao Conselho da Europa do maior país do continente é um acontecimento histórico não só para nós, cidadãos russos. Nós e vós teremos ainda numerosos temas importantes para dialogar no quadro da APCE.

Sublinho os esforços do senhor Jagland, secretário-geral do Conselho da Europa, e dos seus colegas na reforça radical do Conselho da Europa. Considero que todas as esferas, sem exceção, do trabalho da Organização de Estrasburgo devem ser iguais, visto que cada uma delas contribui para o reforço dos direitos do homem e da democracia pluralista. A Rússia continuará a orientaer-se, nos assuntos europeus, pelo princípio "The Council of Europe first".

Agora, estimados colegas, vou passar ao que talvez vocês esperem mais de mim. E tento analisar brevemente o que mais preocupa aos parceiros estrangeiros e, frequentemente, a nós próprios na política russa atual. Embora, claro está, não abordarei todos os aspetos por limitação de tempo.

O primeiro tema, popular no estrangeiro, são as emendas à lei das organizações não comerciais, dos chamados "agentes estrangeiros". O nosso principal objetivo consistiu em garantir a transparência do financiamento da sua atividade, o que fizemos. Mas a prática de emprego tanto desta como de outras leis é sempre estudada por nós atentamente. No fim são feitas correções. Discute-se já a definição mais precisa do conceito "atividade política". A propósito, Vladimir Lukin, comissário russo para a defesa dos direitos do homem apresentou uma queixa sobre essa lei no Tribunal Constitucional. O nosso parlamento olha sempre com respeito para as

posições do Tribunal Constitucional. No que respeita ao termo "agente estrangeiro", alguns consideram que ele tem um sentido negativo. Não me vou envolver aqui em pormenores linguísticos, mas semelhantes temas existem na prática estrangeira. E vocês sabem bem disso.

Segundo ponto que gostaria de abordar: a legislação russa sobre comícios e outras iniciativas de massas. Nós, tal como muitos países antes de nós, tornámos mais adequada a responsabilidade pela violação das leis nos comícios. Sublinho, não pela participação neles, mas apenas por violações concretas aquando da realização de comícios e de outras iniciativas de massas. Os comícios, manifestações, piquetes continuam a realizar-se frequentemente no nosso país. E nós apoiamos isso. Por isso a lei aprovada não influenciou na atividade cívica. Mas arrefeceu, espero eu, os ânimos de provocadores e desordeiros.

O terceiro são as leis sobre as chamadas listas negras dos sítios eletrónicos. Quero desde já ressaltar que esse nome, existente não só no nosso país, não pode ser considerado correto, pois na Rússia não há "listas negras" e a Internet continua a ser um território de liberdade no nosso país. Além disso, todos têm acesso a ela, incluindo as crianças. Mas se o Estado tem serviços secretos capazes de bloquear ameaças à segurança, por exemplo, terroristas, os pais não têm semelhantes recursos. Então como podem eles proteger as suas crianças da pornografia, da propaganda de drogas ou do suicídio? Consideramos que se trata de uma obrigação do Estado. Muitos outros países trilharam caminhos semelhantes.

Por fim, padrões abertos e compreensíveis de comportamento na Internet correspondem muito mais aos valores europeus do que as tentativas de compatibilizar declarações sobre a liberdade da Internet com a criação simultânea de um sistema de controlo das comunicações eletrónicas total e que não se baseia na lei e, através disso, da liberdade de pensamento como tal. Além disso, os mecanismos jurídicos, devido à sua transparência, podem ser aperfeiçoados, o mesmo não se podendo dizer das tecnologias privadas de qualquer controlo social. A propósito, Eduard Snowden contou muita coisa sobre isso e considero completamente justa a decisão da Rússia de não o entregar às autoridades dos Estados Unidos da América, nomeadamente porque o poderão tratar de forma ilegal. Além disso, não havia bases jurídicas para entregar Snowden, bem como bases morais, porque esse homem revelou ao mundo a violação total dos direitos humanos em relação a centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

Mais uma lei que é frequentemente alvo de ataques do estrangeiro: a responsabilidade pela propaganda das relações sexuais não tradicionais

entre menores. Muitos comentadores, conscientemente ou não, omitem as palavras “propaganda entre menores”. E, desse modo, deturpam o conteúdo e os motivos da aprovação dessa lei.

Foram manifestados receios de que ela se transformaria num instrumento de discriminação das minorias, mas eu não os apoio. E não só devido à ausência de exemplos corretos. As pessoas de qualquer orientação sexual no nosso país não têm quaisquer limitações, nem no trabalho, nem no ensino, nem, na vida político-social. Eles organizam a sua vida livremente e em conformidade com as suas preferências, Porém, não se deve impor nada às crianças até à maioridade. Tanto mais, propaganda.

E, finalmente, o último ponto sobre o qual me quero debruçar: a lei da responsabilidade criminal pelo insulto dos sentimentos religiosos. Sublinho que na Rússia ainda não se esqueceram das perseguições da fé, das convicções religiosas na era soviética e muitos cidadãos esperam do Estado democrático não só o reconhecimento, mas também a defesa real dos seus sentimentos e convicções religiosas. E gostaria de colocar uma pergunta: será que a igualdade de todos perante a lei não é um valor europeu comum? Ou nos outros países há poucos crentes e eles não se indignam quando insultam a sua fé, profanam os seus templos, derrubam cruzes cristãs e ortodoxas, violando os direitos e valores fundamentais?

Em geral, considero inadmissível lutar pelos direitos de uma pessoa, ignorando os direitos de outras. Mas que as primeiras sejam demasiadamente ativas e as segundas guardem o silêncio. Assim não deve ser num Estado de direito e numa sociedade civilizada. E acrescento: avaliamos altamente o facto de a nossa Assembleia dar um contributo de peso para o desenvolvimento da temática do diálogo intercultural e da sua dimensão religiosa. Esperemos que assim se continue.

Claro que não abordei todas as questões possíveis. E suponho que não satisfiz até ao fim os que se habituaram a ouvir argumentos puramente jurídicos com base em conhecidas resoluções e normas de leis concretas. Mas os meus colegas da Dumas Estatal e do Conselho da Federação apresentaram argumentos semelhantes, nomeadamente a partir da tribuna da APCE. Isto é a primeira coisa.

Segunda, hoje gostaria que fosse ouvido não só por vocês, membros da Assembleia por mim sincera e profundamente respeitados. Mas também pelos cidadãos dos Estados europeus para os quais as fórmulas jurídicas não são tão próximas e habituais como para os legisladores. E tal as minhas palavras diretas e simples possam ser mais compreensíveis e convincentes.

Claro que entre o "preto" e o "branco" há numerosos tons, todo um aspecto. Mas o preto é sempre preto e o branco sempre branco. É como o bem e o mal, duas categoriais morais eternas. Embora as pessoas saibam sempre onde está o primeiro e o segundo. Para nós, eleitos pelos nossos povos, os valores morais não podem ser algo abstrato e não ligados ao direito. Não me canso de repetir isso enquanto presidente do parlamento.

Sinceramente falando, gostaria de levar os nossos principais desígnios aos que estão prontos para me ouvir.

Mas quero terminar com o seguinte. Hoje, cada um de nós tem enorme responsabilidade pelos acontecimentos futuros na nossa casa comum, pelo seu desenvolvimento sólido. E os nossos povos, povos da Europa, têm muito mais de comum do que diferenças. Incomparavelmente mais.

Porque os ideais humanistas europeus são a nossa plataforma comum. Nesse sentido, somos incondicionalmente aliados. Considero que nos deveremos manter como tais em tudo o que respeita ao bem-estar e cooperação dos nossos cidadãos. Caso contrário, a aposta nas divergências, nos conflitos são o caminho para a derrota comum. Estou convencido de que essa não é a nossa vida.

Agradeço-vos sinceramente pela atenção e convido-vos a visitar a Rússia.

1 de Outubro de 2013



Serguei LAVROV

*Ministro das Relações  
Exteriores da Rússia*



## FILOSOFIA DA POLÍTICA EXTERNA DA RÚSSIA

O presidente da Rússia Vladimir Putin aprovou em 12 de fevereiro deste ano uma redação nova da Concepção da Política Externa da Federação Russa. O rumo da elaboração deste documento, que se prolongou por vários meses, foi indicado pelo Decreto do Presidente, assinado no dia da inauguração do chefe de Estado. O projeto da Concepção foi concatenado com as entidades que participam de forma mais ativa da atividade internacional e analisado por diversas repartições da Administração do Presidente dos EUA. A comunidade de peritos russos, incluindo os membros do Conselho Científico junto do ministro das relações exteriores, também se incorporou na elaboração deste documento. Agradecemos a todos que tinham dado as suas considerações

---

*Сергей ЛАВРОВ, Министр иностранных дел Российской Федерации  
ВНЕШНЕПОЛИТИЧЕСКАЯ ФИЛОСОФИЯ РОССИИ*

e propostas, fazendo isso, inclusive através das páginas da revista "Vida Internacional".

O resultado principal destas discussões é a compreensão de que a atual política externa independente do nosso país não tem, na realidade, nenhuma alternativa. Por outras palavras, não podemos considerar, — nem, sequer, hipoteticamente, — a variante de "atrelagem" da Rússia na qualidade de "liderado" a algum jogador — chave no palco internacional. A independência da política externa da Rússia é condicionada pelas suas dimensões geográficas, pela sua situação geopolítica única, pela tradição histórica multissecular e pela cultura e autoconsciência do nosso povo. Esta política também é resultado do desenvolvimento do país durante os vinte últimos anos nas condições históricas novas, — do período em que se conseguiu, — embora, às vezes, à custa de tentativas e erros, — formular a filosofia da política externa que corresponde o máximo possível aos interesses da Rússia na atual etapa.

Na Concepção renovada foram conservados os princípios — chaves não somente da variante anterior do ano de 2008, mas também os enfoques básicos do documento, aprovado por Vladimir Putin no ano 2000. Tem-se em vista, em primeiro lugar, o pragmatismo, a abertura, a multivetorialidade e a promoção coerente mas sem confrontação dos interesses nacionais da Rússia. Estes princípios já demonstraram que são requisitados e eficientes. Mais do que isso: eles têm adquirido num grau cada vez maior um caráter universal, isto é, são adotados na política prática de um número cada vez maior de Estados.

A tarefa principal da atividade internacional da Rússia é a criação de condições externas favoráveis para o incremento da economia e para a sua transferência para a trilha da inovação e elevação do nível de vida das pessoas. Não haverá exagero na afirmação de que este enfoque da questão não somente provém da análise da atual situação do país, mas também é absolutamente natural para a Rússia em perspectiva histórica. Eu gostaria de citar por este motivo o comunicado circular aos representantes russos junto das cortes das potências estrangeiras, enviado em 4 e março de 1881 por motivo do entronamento do imperador Alexandre III. Neste documento diz-se que a "Rússia atingiu o seu desenvolvimento natural; não tem nada a desejar, nem requestar algo a quem quer que seja. Resta-lhe apenas consolidar a sua situação, proteger-se contra o perigo externo e desenvolver as forças internas, — tanto morais, como materiais, — acumulando os meios e multiplicando o seu bem-estar". O imperador Alexandre III confirmou este enfoque em 1893 escrevendo que "o desenvolvimento pacífico das forças da

Rússia deve vir a ser o objeto exclusivo dos cuidados do Estado e servir na qualidade de estímulo preferível da política de paz".

Durante o século passado as guerras, revoluções e a confrontação bipolar não permitiam ao nosso país concentrar-se na íntegra na realização de uma ordem do dia construtiva. No período atual, quando a Rússia não hostiliza ninguém, ocupa uma posição segura e realiza firmemente os planos de desenvolvimento, abrem-se novas possibilidades para a atividade criadora.

É evidente que o objetivo de garantia do incremento progressivo do potencial do país pode ser alcançado somente nas condições de estabilidade internacional. Por isso, para a Rússia a garantia da paz e da segurança gerais representa, ao mesmo tempo, uma obrigação do jogador global e do membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a questão — chave de realização dos seus próprios interesses. Em vista disso temos que ouvir acusações de que a nossa política externa seja conservadora, de que procuramos adotar a posição, — notoriamente desfavorável, — de proteção do "status quo" que muda inevitavelmente. Esta é deturpação evidente da doutrina da política externa russa.

Com efeito, nós não apoiamos as tentativas de "retalhamento" da situação geopolítica em diversas regiões do mundo mediante a utilização de divisas revolucionárias, incluindo as que estão relacionadas à promoção acelerada de processos democráticos. Esta nossa atitude é motiva por numerosas razões. A Rússia conhece bem demais a força destruidora de reviravoltas violentas que não levam à realização de objetivos, inicialmente proclamados, mas amiúde fazem as respectivas sociedades recuar décadas no seu desenvolvimento. Na realidade, nenhum caso de intervenção violenta de fora, realizado durante os últimos quinze anos, levou aos resultados que se tinham em vista, mas, pelo contrario, contribuiu para o surgimento de problemas complementares e para o agravamento de sofrimentos da população civil, embora a decisão de intervenção fosse tomada inicialmente sob o slogan da proteção precisamente desta população. E, finalmente, o aumento do número de focos de instabilidade em resultado de realização de ações e operações de força com vista a substituir os regimes existentes resulta na ampliação perigosa das zonas de turbulência nas relações internacionais, intensifica nelas os elementos de caos. Mas esta é via direta rumo à perda do controle sobre os processos globais, o que iria afetar dolorosamente todos os membros da comunidade mundial, incluindo os iniciadores da intervenção externa.

Por outro lado, nada está mais longe da verdade do que a afirmação de que a Rússia procuraria "congelar" o status-quo. Partimos da suposição de

que o mundo está numa guinada -abrupta e entrou na fase de mudanças fundas, cujo resultado é praticamente imprevisível.

Isto implica novos riscos e novas possibilidades e numa certa medida permite começar a partir da "tábua rasa". É possível que ao se libertar dos antolhos ideológicos do passado, nós consigamos compreender isso melhor do que outros, — melhor do que os que continuam a seguir por inércia ou propositadamente a trilha ideológica que já não corresponde a realidades do século XXI. Um enfoque imparcial dos eventos internacionais revela que não é absolutamente a Rússia que promove enfoques arcaicos de criação de blocos no palco internacional, empreende tentativas, destituídas de qualquer perspectiva de construir oásis de tranqüilidade e de segurança, isolados dos outros, defende o protecionismo na esfera político — militar em detrimento do estabelecimento dos princípios de segurança igual e indivisível.

Os deslocamentos tectônicos na paisagem geopolítica, relacionados à redistribuição de forças no palco mundial, exigem uma estimativa ao máximo séria, — a partir das posições da honestidade intelectual e sem as tentativas de apresentar o desejável como real. A direção russa ressaltou reiteradas vezes que o processo de diminuição das possibilidades do Oeste histórico de desempenhar o papel-chave na economia e na política mundial não provoca absolutamente nenhuma satisfação e, ainda menos, a alegria maldosa, em Moscou. Mas esta é uma realidade objetiva que se deve levar em consideração. A comunidade mundial enfrenta questões estratégicas de grande envergadura, incluindo as que dizem respeito aos demarcadores, claramente delimitados, do sistema econômico que têm como base a busca incontida do lucro sem o respectivo controle estatal e social, sem o reconhecimento da multiplicidade dos modelos de desenvolvimento no mundo moderno e sem que seja necessário buscar fontes de crescimento com acesso à estrutura tecnológica nova.

Causam uma preocupação especial os abalos que abrangeram toda uma região do Próximo Oriente e do Norte da África. Estes eventos também devem ser avaliados objetivamente, em toda a sua complexidade e polivalência, evitando-se chavões primitivos em preto e branco. É evidente que estes processos irão prolongar-se ainda por muitos anos e o mais provável que o seu desenrolar implique a transformação dolorosa do quadro geopolítico da região, que tinha se formado no período anterior.

Multiplicam-se provas de que nas condições do dia de hoje cresce a importância do fator de identidade civilizadora e de reforço da tendência de formação de uma espécie de blocos civilizadores. Nesta situação é evidente a opção: o agravamento de atritos entre diversas culturas e civilizações com

a perspectiva da sua transformação em choque aberto, ou o aprofundamento do diálogo, travado em pé de igualdade e na base de respeito mútuo, tendo-se em vista o avanço rumo à parceria das civilizações. Pouco antes da sua demissão o papa Bento XVI afirmava que, de um modo geral, hoje em dia a consecução da paz através do diálogo não é uma das opções possíveis, mas, sim, uma necessidade sem alternativas. Esta posição coincide com os enfoques russos.

Na Concepção da Política Externa está formulado um sistema claro e coerente de conceitos, orientado pela solução de problemas cada vez mais complexos do mundo moderno. Neste documento não existe nem sequer alusão ao isolacionismo, à auto-apartação da participação na solução das equações com muitos incógnitas que a política global do dia de hoje oferece em abundância. Pelo contrário, estamos plenamente decididos a intensificar os esforços com vista a organizar ações coletivas da comunidade internacional, destinadas a buscar respostas aos desafios comuns. Estamos convencidos de que o modo mais seguro de impedir a transformação da concorrência global em uma das formas da confrontação de força consiste em trabalhar incansavelmente em prol da garantia da liderança coletiva dos maiores Estados do mundo, que deve ter um caráter representativo nos planos geográfico e civilizacional. Mas para garantir o êxito deste trabalho é preciso reconhecer as regras de jogo comuns e apoiar-se na supremacia do direito não somente nos assuntos internos dos Estados mas também nos assuntos internacionais. Seria lógica a situação, em que os Estados que preconizam a promoção insistente, e, inclusive, forçada dos princípios democráticos em outros países, evitam o reconhecimento destes mesmos princípios no palco internacional?

A política externa da Rússia é construtiva e criadora. A atividade da diplomacia russa visa exercer influência positiva sobre os processos globais em prol da formação de um sistema policêntrico estável de relações internacionais, — que num caso ideal seja, inclusive, auto-regulável, — de um sistema, no quadro do qual a Rússia detém de direito o papel de um dos centros — chaves. A maioria dos peritos e políticos sérios está de acordo hoje em dia de que o conteúdo básico do atual período do desenvolvimento mundial é precisamente a consolidação coerente da multipolaridade.

Estamos prontos a manter um diálogo multilateral sério com todos os parceiros interessados, desde que vigore a compreensão de que ninguém tem o direito de reclamar a posse exclusiva da verdade. Está claro que a colaboração duradoura, baseada em parceria de verdade, deve ter como fundamento certos valores comuns. Mas estes enfoques comuns não podem

ser impostos por quem quer que seja. As tentativas do Ocidente de divulgar com uma insistência messiânica a sua própria escala de valores fazem lembrar as palavras de O. Spengler: "Tudo isso são valores episódicos e locais, na maioria dos casos condicionados, inclusive, pelos interesses espirituais instantâneos dos habitantes das grandes cidades do tipo oeste-europeu e em hipótese alguma valores históricos gerais e eternos". Uma base moral realmente comum das relações internacionais deve ser produto de um diálogo, travado em pé de igualdade, e ter como base o denominador espiritual — moral comum, que as religiões básicas do mundo sempre tiveram. A renúncia aos valores tradicionais, elaborados durante milênios, a apartação das raízes culturais e espirituais próprias e a absolutização dos direitos e liberdades individuais é a receita de perda de quaisquer pontos de referência tanto na política interna, como externa.

A Rússia é partidária convicta do método da "diplomacia reticular", que pressupõe a criação de associações flexíveis e, inclusive, interestacionais de Estados, em conformidade com os seus interesses comuns. Um dos exemplos bem-sucedidos de formação de semelhantes associações com a participação de Estados, situados em diversos continentes, é o BRICS. Ao presidir no período de 2013 a 2015 o "G 20", o "G8", a Organização de Colaboração de Xangai e BRICS, o nosso país leva a cabo uma política enérgica de elevação da eficiência da contribuição destes formatos multilaterais na consolidação da gestão global. Esta é uma das manifestações práticas do caráter multivetorial da política externa da Rússia. Não creio que hoje seria justificada a tentativa de construir uma hierarquia, rigidamente formalizada, de relações com os nossos parceiros em mais diversas regiões geográficas. A flexibilidade, a manobrabilidade e a "polifonia" da política externa da Rússia são nossa vantagem evidente, que nos permite levar em consideração a flexibilidade e o caráter variável da situação internacional.

Partimos de que a nossa participação juntamente com os parceiros no desenvolvimento da colaboração profunda e multilateral no espaço da CEI e a promoção coerente do projeto da integração euro-asiática é uma importante contribuição para a criação de uma arquitetura internacional nova, cujos blocos — componentes são associações de integração regional. Sob este ponto de vista é evidente o absurdo das tentativas de defender a "sua própria" integração, resistindo, ao mesmo tempo, aos processos de integração dos vizinhos. Tanto mais que no mundo de hoje existem bases universalmente aceitas de esforços de integração, em primeiro lugar, as normas da Organização Mundial de Comércio. A aproximação dos projetos integracionais, a sua unificação num anel único — é esta a via que pode

garantir o desenvolvimento estável na escala global. A Rússia parte precisamente disso propondo na qualidade do objetivo estratégico a criação de um espaço econômico e humanitário único desde o oceano Atlântico até o oceano Pacífico, e cuidando de inserir ativamente o nosso país nos processos de integração na região Asiático — Pacífica.

De acordo com a sua tradição, a Rússia continuará a desempenhar o papel de fator equilibrador nos assuntos internacionais e a maioria dos nossos parceiros confirmam que este seu papel é requisitado. Isto se deve não somente ao peso internacional do país, mas também ao fato de que temos uma opinião própria a respeito dos eventos que se passam, — uma opinião baseada nos princípios de direito e de justiça. A crescente atratividade da Rússia está relacionada à ampliação do potencial da sua “força suave” na qualidade do país que combina a herança espiritual e cultural riquíssima com possibilidades únicas da evolução dinâmica e que desenvolve a interação produtiva com milhões de conterrâneos da diáspora russa.

Moscú está convencida de que nas concepções dos jogadores internacionais a respeito dos problemas mais agudos da atualidade há, afinal, mais elementos comuns do que divergências, especialmente no que diz respeito não a enfoques táticos mas a objetivos finais. Pois hoje todos estão interessados na diminuição de zonas de conflitos internacionais e interestatais, na solução de problemas de não proliferação de armas de extermínio em massa e dos meios do seu transporte, na restrição das possibilidades dos grupos terroristas e extremistas. Trata-se, respectivamente, da necessidade de superar, afinal, — na realidade e não apenas em palavras, — o egoísmo individual ou grupal e conscientizar a responsabilidade geral pelos destinos da civilização humana. As advertências de como é frágil esta civilização vêm regularmente em forma de grandes catástrofes naturais e tecnogêneas, incluindo a recente “intervenção” cósmica na região de Tcheliabinsk que, caso ocorresse em algum outro local, mais densamente povoado, poderia acarretar conseqüências muito mais graves.

Saudamos o movimento de aproximação dos enfoques dos Estados mais influentes, que se delineou ultimamente, em primeiro lugar, dos membros do Conselho de Segurança da ONU, em prol da unificação dos esforços com vista a resolver com ajuda de meios políticos os conflitos existentes em diversas regiões, apoiando-se no direito internacional. Isto é justo também no que diz respeito à conscientização do fato de que a solução da crise síria não tem outra alternativa, senão as conversações.

A Concepção renovada oferece uma fórmula geral e clara dos conceitos da direção russa na atual etapa de desenvolvimento mundial, que têm como base a aspiração de utilizar ao máximo as possibilidades do país através da ampla colaboração internacional, através da solução coletiva das situações críticas e da consolidação de uma ordem do dia positiva e unificadora na política global. Contamos com a reação adequada e construtiva dos parceiros.



Alexandre  
IAKOVENKO

*Embaixador Extraordinário  
e Plenipotenciário da  
Rússia na Grã-Bretanha*

*secretariat@rusemb.org.uk*



## MUNDO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS HOJE: O NOVO E BOM É O VELHO ESQUECIDO

**H**oje, quando termina o quinto ano da crise financeira e económica global, ninguém duvida que o mundo entrou num período de radical transformação. A crise da sociedade soviética e do sistema socialista de organização social, que conduziu ao fim da guerra fria no limiar dos anos 1980 e 1990, é agora completada com a crise da sociedade ocidental, incluindo a economia liberal e a democracia largamente representativa. Deste modo, as falhas sistémicas na região Euro-atlântica — a estes dois modelos se reduziu a experiência coletiva de desenvolvimento social no espaço da civilização europeia e era garantido no quadro da bipolaridade do seu domínio na economia, política e finanças globais — tornaram-se elementos fulcrais da crise mundial. No fundo, foi traçada uma

---

*Александр ЯКОВЕНКО, Чрезвычайный и Полномочный Посол России в Великобритании  
МИР И МЕЖДУНАРОДНЫЕ ОТНОШЕНИЯ: НОВОЕ И ХОРОШО ЗАБЫТОЕ СТАРОЕ*

linha sob o longo ciclo de desenvolvimento histórico, cujo início foi lançado pela catástrofe da Primeira Guerra Mundial. E tal como o século XX começou em 1914, pode-se considerar que a contagem do séc. XXI começou em 2008, quando começou a crise.

Porém, não se pode mergulhar duas vezes na mesma água de um rio. Se a política mundial e as experiências com modelos de desenvolvimento económico e organização social no séc. XX se tivessem limitado ao quadro da civilização europeia, hoje, a sociedade euro-atlântica, pela primeira vez nos últimos dois ou três séculos, confronta-se com uma concorrência global real da parte de outras regiões da terra, das suas culturas e civilizações. Nisto reside a principal diferença da atual etapa do desenvolvimento mundial. Ela caracteriza-se por um pluralismo que vai além da experiência histórica da Europa, por uma mais ampla concorrência de modelos de desenvolvimento e de sistemas de valores. No seu artigo "Consenso Post-Washington (revista "Foreign Affairs" de Março-Abril de 2011), N. Berdsall e F. Fukuyama escrevem que a "força intelectual" se difunde de forma cada vez igual no mundo, quando a crise "leva a julgamento qualquer modelo de desenvolvimento", e as "democracias ocidentais mostraram os riscos da aposta exagerada na globalização impulsionada pelo mercado".

Ao mesmo tempo, a história da Europa, o seu *modus operandi* continuam a sua existência ao nível de categorias estabelecidas de pensamento, utilizadas quando da análise do que se passa no mundo e da elaboração de prognósticos para o futuro. Porém, não se trata apenas de debates estritamente ideologizados segundo a linha capitalismo — comunismo do tempo da guerra fria, mas também do aparelho conceitual e das formas de transformação social de um período mais anterior, incluindo a Reforma, o Iluminismo, a Revolução, a Revolução Industrial, categorias como o acordo social, o progresso e a violência, nomeadamente como meio de solução das contradições entre Estados.

E se se pegar nessa herança histórica da Europa, é difícil dizer qual das suas partes prevalece: a negativa ou a positiva. Na negativa temos duas guerras mundiais, o imperialismo, o colonialismo, a guerra fria e os seus conflitos militares na periferia, os problemas do meio ambiente, a militarização do desenvolvimento económico e técnico-científico, bem como das relações internacionais. Como positivo podemos citar o emprego civil do progresso técnico-científico, o alargamento do espaço da liberdade à custa da "compatibilidade da democracia e do capitalismo", bem como a entrada num modelo estável de desenvolvimento social sobre a forma de economia socialmente orientada e de democracia amplamente representativa com

apoio numa classe média significativa e um nível regular de desigualdade social.

Claro que entre o positivo se pode colocar também o facto da contenção nuclear, não obstante todo o seu perigo, ter garantido a paz, a estabilidade e a previsibilidade no seio dos mais importantes Estados do mundo. A terceira guerra mundial foi uma realidade virtual e não passou de rascunhos estratégicos dos militares. Com o fim da guerra fria desapareceram praticamente as causas da ameaça de uma guerra global em geral. Talvez isso possa ser explicado pela explosão transformadora retardada, virada para dentro, da civilização europeia, cuja etapa final parece ser a atual crise.

É sintomático o facto de, no plano temporal, a formação das suas premissas coincidir em ambos os lados da "cortina de ferro". Por um lado, tratou-se das reformas não realizadas de A.N. Kosyguin e, por outro lado, a tensão da guerra no Vietname que levou à renúncia ao "padrão de ouro" nos EUA e à reestruturação radical do sistema Bretton Woods. A causa principal poderia ter sido o esgotamento da base tecnológica anterior de mais um "grande ciclo" de desenvolvimento económico e a incapacidade, ou mais exatamente, a falta de vontade política para fazer uma análise fria da situação. Na União Soviética, isso refletiu-se nos fenómenos de estagnação, no Ocidente manifestou-se na criação de fontes artificiais de crescimento no setor financeiro, a chamada "alquimia financeira" (J. Stiglitz), o que se tornou possível graças à sua desregularização no início dos anos 1980. Não é surpreendente o facto da erosão da classe média na sociedade ocidental (um dos sinais é a falta de garantias de trabalho segundo a especialidade dos finalistas universitários) ter início precisamente nesse período. Talvez isso tenha sido uma forma de estagnação e de "atirar para debaixo do tapete" fenómenos, cujo segundo fôlego foi dado pelo fim da guerra fria, pela desintegração da União Soviética e da euforia, no espírito do "fim da história", a isso ligada.

Pode afirmar-se que esgotou o seu recurso a militarização, via que teve origem nas necessidades da saída da Grande Depressão nos anos 30 do século passado nos EUA e Europa, e, no Japão, décadas antes. Isso é uma das características do mundo moderno. Não tenho a certeza de que a esfera da segurança em geral, a criação do chamado "Estado da segurança nacional", ou, como afirmam a propósito do "caso Snowden", "Estado espião", possa servir de solução da tarefa da saída da atual crise. Talvez se possa afirmar também que se esgotou o modo sociocultural consumista, inicialmente na União Soviética e, depois, no Ocidente, que existiu durante bastante tempo em arrepio da verdade evangélica de que "nem só de pão vive o homem". A

propósito, semelhante fim para toda a civilização europeia, incluindo a União Soviética, foi prevista por Pitirim Sorokin nos anos de 1960. Quando as profecias se realizam, é difícil fugir à conclusão de que somos testemunhas de uma transformação fundamental que exclui o regresso ao anterior estado de coisas.

Teve lugar uma "compressão" geopolítica da Rússia, EUA, Ocidente, de toda a Europa histórica. Por isso, é difícil não concordar com S.A. Karaganov, presidente honorário do Presídio do Conselho para a Política Externa e de Defesa (CPED) quando afirma que vivemos um período de "política em suspensão". Todos os processos no desenvolvimento mundial sofreram uma forte aceleração: o pensamento e a política não os conseguem acompanhar. Pode-se considerar que isso é a característica geral de qualquer fim de jogo, o que foi fixado na análise da etapa atual do desenvolvimento mundial, contida na Conceção da Política Externa da Federação da Rússia (homologada pelo Presidente V.V. Putin em Fevereiro de 2013).

Os problemas de desenvolvimento passam para primeiro plano em todos os Estados do mundo e é possível que em maior medida da região Euro-atlântica do que de outras, tendo em conta a circunstância de as fontes de crescimento económico, nas atuais condições, se encontrarem, regra geral, fora da Europa histórica. A compreensão disso aumenta à medida que se acumulam as consequências da longa crise. O projeto da "conceção da estratégia nacional", proposto em Abril de 2011 por dois militares americanos W. Porter e M. Michelby. Ele foi publicado na Internet com o prefácio de A. Slotter, que antes dirigira a Secção de Planeamento Político do Departamento de Estado dos EUA. O sentido das propostas da conceção reduzem ao seguinte: renovar as fontes de influência internacional da América, tendo em vista a prioridade da garantia do desenvolvimento interno estável do país em todas as suas constituíntes. A julgar por alguns testemunhos, esta iniciativa dos militares americanos tinha possibilidades de êxito no plano da revisão da estratégia da segurança nacional dos Estados Unidos, enraizada nas realidades da guerra fria e da sua ideologia caduca. Nos últimos tempos, citam frequentemente Santo Agostinho que pedia a Deus "castidade, mas não agora". Parece que, por enquanto, se pode considerar isso um desejo de formular os objetivos e as tarefas da estratégia nacional dos EUA nas categorias não ideologizadas do desenvolvimentalismo. Talvez o livro do presidente do Conselho de Nova Iorque para Relações Internacionais, R. Haas, "A política externa começa em casa..." terá mais possibilidades de êxito.

Claro que para a Rússia, que as circunstâncias fizeram baixar à terra bastante antes, será mais fácil percorrer esse caminho. Logo que se tornou

possível a compreensão das vias do posterior desenvolvimento, isso ocorreu por volta de 2000, quando foram publicados os primeiros documentos doutrinários fundamentais, chegou-se à conclusão sobre a principal tarefa da política externa: a criação de condições externas favoráveis para o desenvolvimento interno. A isso reduz-se toda a filosofia da diplomacia russa, se se tentar formulá-la numa frase. O movimento dos nossos parceiros no mesmo sentido permita falar de uma convergência latente ao nível da percepção do mundo.

Se se olhar de forma mais ampla, é evidente em geral uma via da solução das tarefas do desenvolvimento social na região Euro-atlântica nas vias da convergência e da síntese. Objetivamente, isso cria condições para a superação da miopia intelectual da era da guerra fria e para a formação da respetiva dimensão da unidade restaurada da civilização europeia, representada, além da Europa, com a América do Norte e o espaço da antiga União Soviética.

No séc. XX, no quadro da civilização europeia, já tiveram lugar momentos de convergência entre o Ocidente e o Oriente. Assim aconteceu nos anos de 1930 devido à Grande Recessão. Também assim foi no período do pós-guerra, quando a "socialização" da economia dos países europeu-ocidentais foi uma resposta direta ao "desafio da União Soviética". Mais tarde, o desanuviamento e o aprofundamento a ele ligado da cooperação comercial e económica no espaço Euro-atlântico. Foram formulados também os princípios gerais da política europeia que se refletiram na Ata Final de Helsínquia. Em geral, formou-se um modelo estável socialmente orientado de desenvolvimento económico. Foi precisamente esse modelo que foi fixado na atual Constituição da Rússia. Isto explica também toda a política socioeconómica do Governo russo.

Nos últimos 20 anos, a Rússia realizou uma política consequente de integração na economia mundial. Tornámo-nos membro da OMS, tentamos ingressar OCDE. Sendo membros dos "vinte", nós e os parceiros procuramos vias para superar os fenómenos de crise e restabelecer o equilíbrio das economias global e nacionais. Pode-se pressupor que muita coisa na política mundial ficará clara quando for superada a atual crise. Isso será uma espécie de regularização pós-crise no mundo.

Talvez se tenha de aprender as lições do que ocorreu no setor financeiro nos últimos 30 anos, quando foram criadas fontes artificiais de crescimento que deterioraram o quadro geral na economia, incluindo a estatística. E o próprio setor financeiro hipertrofiado começou a trabalhar para si, deixando de servir a economia real e contribuir para a criação de postos de trabalho

nos países de exportação de capitais. Essa atividade levou ao aumento do precipício entre os rendimentos do capital e os rendimentos do emprego com consequências destrutivas para a classe média, que desempenhou o papel de base social do sistema político da democracia amplamente representativa. Trata-se da mudança de paradigma do desenvolvimento económico com base nas suas características qualitativas em conformidade com as exigências do atual estado da sociedade, incluindo o fator demográfico. Será possível, como no desarmamento, reforçar qualitativamente a economia ao mesmo tempo que ocorre a sua redução quantitativa?

Isso exige a solução do problema ao qual Martin Wolf, conhecido analista económico do "Financial Times" chamou "propensão inata para a renda", que, é preciso assinalar, é retirada sob a forma de pagamento da dívida pública. Escreve-se cada vez mais sobre renda, nomeadamente a propósito de problemas como a redução da mobilidade e dos elevadores sociais, o antagonismo entre gerações, a perda geral de perspectiva histórica. A França da Belle Epoque é um exemplo de Estado-renda. Será que esta experiência de esquecimento dos interesses do próprio desenvolvimento (será possível "cortar cupões!") é reproduzida agora coletivamente por todo o Ocidente histórico? Nessa via foi impossível então esconder-se da vida real, que se fez sentir através da Primeira Guerra Mundial. Por isso é importante compreender o estado da sociedade europeia e os defeitos da política europeia dessa altura para continuar a pensar nos problemas atuais.

O frequente emprego da palavra "jubileu" é um elemento curioso entre a Rússia e a Grã-Bretanha. Em relação aos britânicos, parece refletirem-se as tradições do longo reinado da rainha Vitória. O mais interessante é que, no contexto da crise atual, são publicados materiais onde ela é aplicada no seu significado inicial, bíblico. Fazem-se paralelos entre que o alto nível da dívida, embora não como a escravidão, mas limita substancialmente a liberdade do homem. A julgar pelos países da periferia mediterrânica da zona euro, o fardo insuportável das dívidas, antes de tudo da dívida pública, impõe limitações nada triviais à soberania dos Estados independentes. E se se tornar por ponto de orientação o ano de 1971, quando se começou a viver a débito, estamos perto do 50º jubileu.

No respeitante às novas tecnologias que poderia criar uma base de mais um grande ciclo de desenvolvimento económico global, aqui temos de constatar uma imprevisibilidade absoluta. Como escreveu o perito anglo-americano William Janeway no seu livro "Doing Capitalism in the Innovation Economy", é impossível prever quando aparecerão tecnologias que sejam

objeto de comercialização em massa com a criação das respectivas produções e empregos. Por exemplo, as tecnologias de informação e a computarização, incluindo as ligações móveis, mudaram significativamente o quotidiano. No que respeita à economia, elas fizeram mudanças fundamentais no caráter do trabalho, mas não estiveram ligadas à criação de um número suficiente de empregos que pudesse compensar as perdas provocadas pela transferência de setores tradicionais da economia para outras regiões do mundo.

Desse modo, pode-se falar de uma certa forma de retrocesso ou pausa no desenvolvimento. Coloca-se a questão: como colmatar essa pausa se a vida continua? Talvez através do investimento no capital humano, que, no fim de contas, resolverá o problema do desenvolvimento da humanidade no futuro. Isto significa que terão vantagem os Estados que souberem criar as melhores condições para a autorrealização do indivíduo, principalmente os investimentos na saúde, educação e cultura, bem como nas infraestruturas vitais, incluindo transportes, energia e, provavelmente, agricultura. O aumento do papel da última na economia poderá servir de sinal para o regresso, depois da "má vida" financeira, às origens da existência humana.

Neste sentido, o material de J. Fridman, fundador e presidente da "Startfor" (Janeiro de 2013), onde se investiga o problema da ascensão e queda da classe média na América, tem claramente interesse. Nomeadamente, o autor assinala que a criação de uma numerosa classe média foi um resultado colateral das decisões tomadas no pós-guerra, incluindo a atribuição de benefícios aos desmobilizados das forças armadas. Não se trata de uma estratégia planeada para garantir a estabilidade do desenvolvimento socioeconómico e político do país. Aqui há motivos para pensar, tendo em vista que, hoje, nas condições da crise, seria o cúmulo da negligência deixar as coisas ao acaso. A experiência dos três últimos séculos deve dar material suficiente para uma análise sóbria dos problemas e a criação de vias para a sua solução nos interesses de toda a sociedade.

Tornou-se uma verdade convencional falar das mudanças fundamentais na paisagem geopolítica do mundo atual. Isto é a "dispersão" da força, influência e prosperidade, incluindo o crescimento de toda uma série de países, antes de tudo os BRICS, mas também potências regionais como a Indonésia, Turquia e México, que fazem parte da categoria das "novas economias que se desenvolvem dinamicamente". Graças à crise, foi dado um novo alento e qualidade (encontro dos dirigentes políticos) ao "Grupo dos 20". Trata-se do círculo de importantes Estados do mundo, sem os quais é impossível a solução dos problemas da política, economia e finanças globais. O mesmo se sente no trabalho de formatos mais estreitos, por exemplo, o "G-8", que mantém a sua

importância como palco da concordância e da coordenação de posições nos países participantes, mas para a solução dos problemas concretos é já necessário um círculo mais amplos de parceiros.

E claro que não se pode tratar da substituição das prerrogativas estatutárias do Conselho de Segurança da ONU, a dada altura planeada, se se tiver em conta a constituição dos seus membros permanentes e o princípio da sua unanimidade, como órgão regulador para uma organização mundial policêntrica. Infelizmente, tendo como fundo todas as previsões tenebrosas sobre o estado das coisas no mundo, são poucos os que olham para esta realidade positiva. A ONU ganhou atualidade quando desaparecem as disposições no espírito de "fim da história". Trata-se, antes de tudo, das bases jurídicas fundamentais da direção global. As tentativas de negar esta realidade são feitas sob o pretexto de um certo "ajustamento" depois do fim da guerra fria. Mas, como sabemos, semelhante ajustamento escrito não existiu e o conjunto de compromissos orais em relação à Rússia, incluindo o não-alargamento da NATO a Leste, foi violado pelos nossos parceiros ocidentais. Em qualquer dos casos, esse reajustamento não pode ser comparado com a atitude esclarecida para com França depois da derrota de Napoleão. Então, como formulou Talleyrand, a França "foi libertada" das conquistas territoriais "pessoais" do imperador. Quanto ao resto, a França entrou em pé de igualdade no diretório europeu. A própria Rússia libertou-se da herança histórica da guerra fria e, com ela, o domínio na Europa Oriental. Não se seguiu a criação de um "concerto" euro-atlântico com a participação da Rússia em pé de igualdade. Nem a OSCE, devido a insuficiências institucionais, nem outras estruturas europeias resolvem esse problema. Daí a ideia do Tratado de Segurança Europeia que visa, no mínimo, dar início à solução do problema do restabelecimento da unidade política da região e, desse modo, à redução da carga financeira no orçamento à custa da diminuição das despesas com a defesa.

No fundo, voltamos ao "concerto das potências", já experimentado na história da Europa, que garantiu a paz na Europa no período entre o Congresso de Viena e a Guerra da Crimeia. Quando essa ordem política na Europa foi destruída sob a palavra de ordem da Questão Oriental, poucos pensaram nas suas consequências. Ganharam os preconceitos e instintos das elites políticas que iam contra qualquer análise racional. Segundo o historiador britânico Orlando Figes, a "inútil" guerra na Crimeia, olhando para trás, foi a primeira guerra total, cujo conceito nós associamos pela primeira vez à guerra anglo-boer e à Primeira Guerra Mundial. Ela desencadeou o círculo vicioso das humilhações e anexações em relação ao

vencido, mudando radicalmente a atmosfera da política europeia, da qual desapareceu o conceito de civilidade. Nem as duas conferências mundiais de Haia, convocadas por iniciativa da Rússia, conseguiram fazer recuar essa tendência. 200 anos depois do Congresso de Viena, a Europa e o mundo, tendo em conta a amarga experiência histórica, compreendem que não há alternativa à concórdia e à solução dos problemas através de conversações com base no Direito Internacional, numa direção coletiva global.

Deve assinalar-se que a liquidação dos "travões" do confronto nuclear devido ao fim da guerra fria levou à baixa do limiar de emprego da força militar em diferentes variantes, tanto de forma unilateral, como aconteceu no Iraque e, depois, na Líbia, ou, na base do mandato do Conselho de Segurança da ONU, no Afeganistão. Esta experiência dos últimos 20 anos conduziu a um beco sem saída na Síria, quando se exclui o mandato do CS da ONU e a ingerência militar unilateral que pode sair bem cara, incluindo despesas puramente militares, consequências para a própria economia e finanças, perda de imagem, etc. Confirma-se na prática a verdade que nenhuma situação, incluindo os conflitos, pode ser reproduzida e, tal como no supermercado, ninguém dá nada de graça. Existem sempre as suas circunstâncias específicas. Desgastam-se também os recursos necessários para isso, incluindo os políticos.

As guerras no Iraque e no Afeganistão mostram a contraprodução de quaisquer tentativas de solução unilateral, e tanto mais com o emprego da força, dos problemas internacionais atuais. Estas guerras, como na sua altura a guerra no Vietname, reproduziram externamente a lógica dos esforços coletivos dos aliados na Segunda Guerra Mundial, incluindo a reconstrução da Alemanha e do Japão numa situação de longa ocupação. Não se tinha em conta as circunstâncias concretas de outras regiões, a completa falta de preparação para chamar a si compromissos complexos de longo prazo, análogos aos que os EUA tomaram em relação à Coreia do Sul e Taiwan, e a União Soviética em relação à Mongólia. Por isso, um dos fatores fulcrais da política mundial atual, que todos devem ter em conta, é, por um lado, a impossibilidade de solução dos problemas "de forma barata", e, por outro lado, a falta de vontade política e de recursos suficientes para garantir o êxito real da ingerência militar.

A crise presente é uma ilustração clara de como ocorre a "construção do Estado" no estrangeiro quando essa questão se coloca de forma grave no seu próprio país. Novos exemplos do problema são dados também pelos processos de transformação no quadro da chamada "Primavera Árabe". A operação "barata" na Líbia acabou por dar resultados "baratos", para já não

falar do comprometimento da confiança no seio dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Infelizmente, os velhos costumes "custam a morrer". Por isso, a inércia do domínio continua a fazer sentir-se nos assuntos mundiais. Nomeadamente, isso manifesta-se ao nível da cultura, ao que se reduz praticamente na sua essência o comportamento dos sujeitos das relações internacionais. Um exemplo claro dessa cultura política, que reflete o desejo de voltar o tempo para trás, é dado pelo já citado "Stratfor" na sua análise do verão deste ano. Nela constrói-se um "quadrado" geopolítico constituído pelos EUA, Europa, China e Rússia. Talvez não seja mão ver a Europa como um centro próprio do mundo moderno. É difícil concordar com outra coisa, mais precisamente com o declínio inevitável da Europa e da China. Como resultado restam novamente a América e a Rússia, e como dois polos da política de confronto global no quadro de uma "pequena" guerra fria. Poder-se-ia saudar o reconhecimento à Rússia de futuro geopolítico. Mas porquê no formato que deve servir de justificação da inércia na cultura estratégica americana? Porque é que, ao nível de instinto, é preciso desconfiar que a Rússia será, quase que objetivamente, o ganhador de todas as derrotas geopolíticas da América?

Por isso o aparecimento de outra América provoca particular satisfação. Como, por exemplo, o artigo de Tomas Greem no jornal "International Herald Tribune" (de 22 de Agosto de 2013), onde analisa de força argumentada a tendência de culpar a Rússia de todas as desgraças da América, nomeadamente como meio de desviar a atenção dos problemas do próprio desenvolvimento. Merece atenção a sua tese de que, ao nível do subconsciente, o "problema da Rússia", para determinados círculos dos EUA, consiste em que a "vitória" sobre ela na guerra fria só pode ser considerada "completa" quando o adversário aceitar o vencedor como exemplo, tanto no seu desenvolvimento interior, como no comportamento no campo internacional. É evidente que a Rússia (e aqui não estamos sozinhos) não é um país que possa dar semelhante prazer. É pena que existam semelhantes disposições, tal como existem aqueles que não nos podem perdoar o papel decisivo na vitória sobre a Alemanha nazi.

Estes elementos da cultura política são explicados pelo precipício que se conserva no desenvolvimento entre os países industrialmente desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tanto nas condições do comércio, como na esfera das finanças. Frequentemente começa a ser utilizado um termo já esquecido: "neocolonialismo", que reflete a passagem do controlo físico para uma desigualdade mais disfarçada no sistema geral das ligações

internacionais, incluindo o estatuto dos países em desenvolvimento como apêndice de matérias-primas, embora a um nível mais alto de desenvolvimento do que há 50 anos. Mais, este colonialismo adquire uma dimensão de dependência informativo-tecnológica, que, no fundo, priva esses países das perspectivas de desenvolvimento próprio, incluindo a criação de um recurso intelectual com poder de concorrência.

O multipolarismo e a regionalização da política global são uma condição material importantíssima da luta contra a desigualdade nas relações entre Estados. O policentrismo, ao criar o respetivo meio concorrente, que no período da guerra fria se limitava a "uma opção bipolar", garante o espaço real da liberdade na escolha de parceiros internacionais, tendo em conta os interesses do próprio desenvolvimento. Hoje, o espaço informático e mediático é uma das esferas fulcrais onde tem lugar a luta pela influência. Como mostraram as recentes revelações de E.Snowden, o famigerado controlo da informação continua a ser um importantíssimo elemento da geopolítica atual. Por outro lado, o caráter total desse controlo, que nega, no fundo, o direito à vida privada, é inaceitável para as novas gerações mesmo nos países do Ocidente. A Alemanha é o exemplo mais evidente. A projeção da anti-utopia de G. Orwell no espaço do Ocidente histórico não resiste ao choque com a percepção dos que, devido pelo menos à idade, não criaram o hábito de pensar segundo categorias da "velha" geopolítica, incluindo a "troca faustiana" entre a defesa dos direitos e liberdades fundamentais e os interesses da segurança.

Nos últimos anos, a convergência ao nível não só de avaliações fundamentais da atual situação internacional, mas também da escolha que responda às exigências do tempo do método diplomático, tem lugar também entre a Rússia e a Grã-Bretanha. Uma prova disso é o discurso de Junho de W. Heig, ministro dos negócios estrangeiros, na Califórnia, onde falou do mundo virtual, da importância de sólidas relações bilaterais e das "alianças parcialmente sobrepostas" nos interesses da consecução de objetivos comuns. Todas essas ideias estão em consonância com as conclusões a que a Rússia chegou há alguns anos atrás e que se refletiram na Conceção da Política Externa na redação de 2008. Quero sublinhar que para isso não precisámos de uma crise financeira e económica global, pois a conceção foi promulgada pelo Presidente em Julho.

Nela fala-se da diplomacia em rede como método diplomático fundamental no sistema internacional policêntrico. Alegremo-nos pelo facto de a palavra "multipolaridade" não provocar alergia nos nossos parceiros britânicos. Já não se trata de alianças político-militares pesadas do passado

uma contra a outra. Como é sabido, a sua formação foi precisamente um elemento importantíssimo da preparação da catástrofe da Primeira Guerra Mundial.

O principal é que simplesmente não há razões para criar semelhantes alianças nas condições de dependência mútua de todos os Estados. Por isso formam-se alianças diversas por interesses: elas são abertas, a sua geometria é variável e reúnem parceiros para garantir interesses conjuntos bem concretos. Por exemplo, tais coligações são as coligações para combater o crime organizado, e tráfico de drogas e muitas outras. Elas são criadas não contra alguém, mas por alguma coisa. Elas refletem o caráter dos desafios e ameaças atuais, que são fenómenos transfronteiriços. Só na base de uma ampla cooperação internacional eles podem ser combatidos eficazmente.

O discurso de W. Heig no Foreign Office provocou em mim uma forte sensação. Então, ele falou da necessidade de reforçar a preparação linguística dos diplomatas, aprofundar os seus estudos sobre os países, a importância da história. Na Califórnia, ele disse que, enquanto ministro, "os historiadores viram-se novamente no centro do trabalho do Foreign Office". Isto é realmente importante, porque é impossível retirar lições da experiência recente se não tivermos uma ideia do que nos ensina a história. A isso pode-se chamar o regresso à diplomacia clássica. Recordo-me que H. Clinton falou nisso quando era secretária de Estado. Gostaria de compreender isso como a superação de abordagens e esquemas ideologizados, herdados da era da guerra fria.

A conceção da diplomacia como um "jogo de soma zero" é um dos estereótipos da guerra fria. Isso abrangia também a informação oficial e a esfera informativa em geral, que era considerada uma das "frentes" do confronto ideológico. Parece que aqui muito decorre como se o caminho já tivesse sido trilhado. E isto é compreensível, porque, nas condições atuais, quando desapareceram os antagonismos ideológicos anteriores, um elemento fulcral da política são a sua "venda" à opinião pública internacional, a influência nos parceiros através do controlo do espaço informativo. O que E. Snodew revelou que a esfera da segurança informativa, tal como qualquer outra área das relações internacionais, deve ser objeto de rigorosa regulação jurídica. Nenhuma coligações de aliados poderão substituir documentos juridicamente obrigatórios de caráter universal. A sua ausência irá minar a confiança na política mundial, dificultar a cooperação interestatal em todas as direções. Precisamente por isso é necessária a direção internacional da Internet. O facto é que as fronteiras nacionais conservam também aqui a sua

importância, como meio final de garantir os direitos à inviolabilidade e à informação de carácter pessoal.

Mas é questão deve ser colocada de forma significativamente mais ampla. O estado de desorientação ideológica, de que fala S.A. Karaganov, exige a ativação do discurso internacional sobre todo o leque de questões de desenvolvimento. O controlo informativo contradiz diretamente os objetivos de semelhante troca de ideias. Sem a criação de condições iguais para todos participarem nestes debates simplesmente não se resolverão os problemas do atual desenvolvimento globalizante. De outro modo, não serão geradas novas ideias e as ideias que já não funcionam, ou, talvez, a falta camuflada de ideias, irão ser "mais iguais do que quaisquer outras. Em geral, trata-se da liberdade de expressão e do direito à dissidência nas relações internacionais como elemento importantíssimo do meio político-intelectual, indispensável para a saída do atual beco onde a maioria está longe de ter sempre razão.

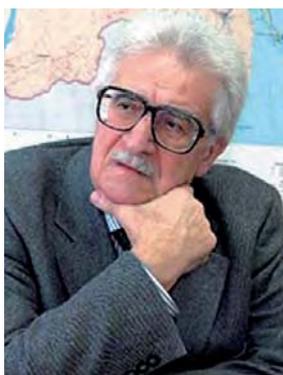
Não obstante, hoje, a situação muda e estas alterações, como já é evidente, estão ligadas à mudança de gerações nos EUA, na Europa e no mundo em geral. Vemos uma enorme procura de pontos de vista alternativos, a não aceitação do conformismo que sufoca a liberdade de expressão. Talvez a causa esteja no facto de, no Ocidente, e talvez no mundo em geral, predominou durante algum tempo o espírito do "fim da história". Por outras palavras, a verdade é uma, é conhecida e é simplesmente necessário que todos juntos avancem para o "futuro radioso". Claro que, na realidade, tudo ficou longe disso. E a crise financeira global, que se desencadeou no outono de 2008, "despertou" todos para essa realidade.

A verdade é diversa, a sua procura nunca deve terminar. A este propósito, gostaria de me apoiar numa conclusão feita por R. Williams, antigo arcebispo de Canterbury, no seu estudo sobre F.M. Dostoevski, mais precisamente sobre a imperfeição permanente (no espírito do conceito cristão de liberdade) da vida. Isto nega também quaisquer formas de "fim da história", seja o comunismo ou o capitalismo liberal, que estabelecem o limite da criatividade histórica. O desejo de verdade é uma das características fulcrais da natureza humana e da vida da sociedade. Eu ligaria a isso a popularidade crescente do canal "Rússia Today" nos Estados Unidos e, agora, na Grã-Bretanha. As pessoas estão interessadas no pluralismo de opiniões como condição indispensável para a formação de uma opinião própria sobre este ou outros problemas. Fico contente pelo facto de a Rússia, dos seus meios de informação serem parte de semelhante polifonia.

Para concluir, gostaria de analisar a dimensão jurídico-humana, humanitária da situação do pós-guerra na Europa e no mundo. Tendo-se

refletido nos respetivos instrumentos internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e os pactos da ONU, ela formou um denominador comum dos padrões correspondentes aceitável para todos. As tentativas das últimas décadas de alargar a sua interpretação, que se formou no quadro de um país ou região concretos, de uns ou outros direitos e liberdades fundamentais a universal criam mais obstáculos ao clima geral de relações internacionais. No fundo, isso serve de obstáculo aos esforços coletivos acordados para garantir precisamente o que foi realmente acordado no quadro da comunidade mundial em geral. A clareza nesta questão é também importante porque foi formulada nas primeiras décadas depois da Segunda Guerra Mundial, reflete a compreensão comum dos valores tradicionais da sociedade, incluindo o equilíbrio entre os direitos/liberdades e a responsabilidade quando são utilizados. A absolutização dos primeiros e o esquecimento total da segunda prejudica também o leque de relações intercivilizacionais, que em grande parte se baseia na comunhão da doutrina das religiões mundiais principais. A superação desta contradição ou, na realidade, da tendência negativa de autodestruição, será um dos desafios à humanidade no séc. XXI.





Nodari SIMONIA

*Académico da ACR*

*simonia@imemo.ru*

Anatóli  
TORKUNOV

*Académico da ACR*

*tork@mgimo.ru*



## A GLOBALIZAÇÃO E A LIDERANÇA MUNDIAL

A quebra repentina da estrutura bipolar das relações internacionais teve pelo menos duas consequências importantes, por muito tempo despercebidas ou conscientemente ignoradas por muitos participantes dessas relações. Por um lado, tratava-se de perda dos alicerces, ou seja, da necessidade objetiva da existência do estatuto de "superpotência", necessidade esta que surgiu e existia no período da confrontação ideológica dos dois sistemas, ou, como se costumava dizer naquela época, "dois campos". Por outro lado, patenteou-se a tendência para a formação do mundo multipolar sob o signo da multipolaridade.

---

*Нодари СИМОНИЯ, Академик РАН, Анатолий ТОРКУНОВ, Академик РАН  
ГЛОБАЛИЗАЦИЯ И ПРОБЛЕМА МИРОВОГО ЛИДЕРСТВА*

Inicialmente, muitos cépticos tentaram negar esta tendência cada vez mais forte. Com efeito, ela ainda se encontra na fase de surgimento e formação e ainda durará algumas décadas, razão por que eles não a reconheceram por muito tempo usando diversos argumentos contra, como eles diziam, "o conceito de multipolaridade".

Entretanto, a multipolaridade, ainda que incipiente, não é um conceito mas sim uma realidade objetiva. Por isso a ideia de "unipolaridade" do mundo avançada pelos americanos e seus adeptos em outros países (inclusive, na Rússia) ficou rapidamente reduzida à zero. Foi então, especialmente com a deflagração da crise global, que falar e escrever sobre o renascimento da "bipolaridade" virou moda mas, daí em diante o papel da URSS cabia à China, agora com músculos econômicos e militares crescentes e pouco afetada pela crise mundial — a taxa de crescimento diminuiu um pouco dos 10% para 7,5-8%. Mais do que isso, começou a conversa sobre o "novo tipo de capitalismo", que lança repto aos países capitalistas ocidentais e os ultrapassa rapidamente um após outro; quanto à China, esta já ultrapassou a segunda grande potência econômica, o Japão, e agora procura suplantar os EUA do primeiro lugar que este país atualmente ocupa. De fato, a maioria dos peritos internacionais e da ONU poucas dúvidas têm de que ela o consiga. Assim, aqui temos mais um mito desprovido de base científica fundamental séria. Com efeito, nós não podemos afirmar que análise científica é o mesmo que a comparação superficial, formal de dados estatísticos relativos ao PIB e mesmo ao PIB *per capita* procurando mostrar que o mundo é homogêneo muito embora o mundo contemporâneo não seja global (como sustentam alguns estudiosos russos) mas sim uma simbiose de cerca de duas centenas de países desiguais com níveis diferentes de desenvolvimento formacional, isto é, social e econômico.

A justaposição dos países ignorando esta "simbionticidade" do mundo pouco se distingue da tentativa de medir a temperatura média dos pacientes internados num hospital com diagnoses não só distintas mas absolutamente diferentes.

Cada um dos países que compõem a comunidade mundial persegue seus próprios interesses geoeconômicos e geopolíticos. O fato de pertencerem à ONU não os torna em componentes homogêneos da comunidade. É exatamente a simbionticidade do mundo que durante décadas tem impedido o entendimento nas negociações de Doha ou, digamos, a adoção de um novo documento eficaz em vez do Protocolo de Kyoto nas conferências anuais da ONU sobre o clima.

A simbiose mundial pode ser convencionalmente subdividida em alguns grupos grandes (convencionalmente — porque há diferenças substanciais entre os elementos dentro de cada um destes grupos):

1. Países capitalistas desenvolvidos. A maioria destes países já ultrapassou a fase da industrialização e neles estão se formando as estruturas pós-industriais (fase TI);

2. Países emergentes em vias de industrialização procurando igualar-se com os primeiros e, além da modernização industrial, conseguir os êxitos do primeiro grupo no plano pós-industrial;

3. Países em desenvolvimento com capitalismo incipiente, os quais formam a maioria na América Latina, África e, em parte, na Ásia;

4. Países emergentes subdesenvolvidos procurando sobreviver;

5. Estados falidos, que não conseguiram criar estado próprio ainda que por pouco estáveis.

É óbvio que o nosso interesse está focado nos primeiros dois grupos que, na opinião da maioria dos peritos no mundo, são considerados pretendentes à liderança individual ou coletiva na economia mundial e na comunidade em geral. Eis uma citação do artigo de Joshua Kurlanchik, uma das publicações recentes que procura argumentar a situação existente<sup>1</sup>. “Nos últimos cinco anos durante os quais os países desenvolvidos tentaram desembaraçar-se da crise surgiu o novo tipo de capitalismo, que lança um repto às economias baseadas no *laissez-faire*. Num grande número de países em desenvolvimento o mercado livre cede lugar ao capitalismo de estado, nos moldes do qual é o estado que possui companhias ou desempenha o principal papel apoiando-as ou guiando-as” (logo este postulado de Kurlanchik evocando os últimos cinco anos é bastante superficial). O capitalismo de estado (sejam quais forem suas formas) primeiro constituiu a base do “milagre japonês” que, depois, operou-se na Coreia do Sul (à maneira japonesa) seguida pela Singapura e por alguns outros países do Sudeste Asiático.) Em particular, ele refere-se à China, onde os ativos do estado (ou seja, os das 121 maiores corporações estatais), que em 2002 totalizaram 360 bilhões de dólares, aumentaram para 2,3 trilhões de dólares em 2010. Kurlanchik avisa que seria um erro subestimar o potencial inovador deste capitalismo de estado.

Na sua análise da experiência chinesa, o autor não cita nem fatos nem cifras caracterizando os êxitos da China no domínio das inovações, limitando-se simplesmente a postular que apesar dos gastos excessivos de

recursos em alguns sectores da economia estatal a intervenção do governo chinês foi um instrumento eficiente para estimular a pesquisa científica e o fomento dos setores de ponta.

Isto feito, o autor passa para o Brasil. Sem se dar conta de que ele próprio novamente contradiz sua premissa inicial, Kurlanchik relata que nos últimos 30 anos o governo brasileiro subsidiou a indústria aeronáutica resultando em que o jato brasileiro Embraer ocupou o nicho principal dos aviões regionais deste tipo no mercado mundial. O autor também enumera outros sucessos deste país.

Na verdade, o Brasil é um exemplo notável dos êxitos conseguidos por um país em desenvolvimento no domínio da indústria. O que Kurlanchik não fez foi passar em silêncio o fato de os alicerces disto terem sido lançados no período da ditadura militar 1964-1985 anos, quando os três generais então no poder naquele país contribuíram, um após outro, para o fomento da indústria brasileira. Mais ou menos no mesmo período, um outro ditador militar num outro país, nomeadamente, Park Chung-Hee, da Coreia do Sul, operou o "milagre industrial" reproduzindo muito daquilo que constituiu a experiência histórica japonesa. Desta forma, o capitalismo de estado (com toda sua multiformidade e variabilidade) é a condição lógica da implementação deste desenvolvimento e nem de longe foi um fenômeno descomunal para muitos países que se iam desenvolvendo na ânsia de alcançar e ultrapassar os países industrializados avançados.

Quando um pequeno grupo de países, no meio de um sem número de países com um nível de desenvolvimento mais baixo, pela primeira vez encetou a marcha pelo caminho do desenvolvimento capitalista não tinha motivos para açodar-se. Este grupo percorria lentamente o caminho da evolução que levava séculos, desde cooperação simples através da etapa da produção fabril até à fase monopolista. Entretanto, os países que procuram alcançar as nações mais avançadas não se podem dar ao luxo de pura e simplesmente seguir este caminho que lhes foi imposto pelo Ocidente sob o slogan de "westernização". Além disto, o papel do estado nos países capitalistas mais avançados foi muito apoucado e mesmo silenciado pelos adeptos do modelo anglo-saxônico. Podemos referir pelo menos dois exemplos eloquentes ilustrando seu próprio passado histórico recente. Quando, ao fim e ao cabo, as jazidas do petróleo e gás foram descobertas no Mar do Norte o governo da Noruega logo criou a corporação estatal "Statoil" que combinava a produção com as funções reguladoras em relação

às companhias estrangeiras que receberam acesso ao *upstream* norueguês. Sob a forte pressão da União Europeia, a "Statoil" foi mais tarde transformada numa companhia anônima mas manteve o forte papel do estado. Outro exemplo do passado mais remoto: depois da Segunda Grande Guerra, na Itália foi formada a companhia petrolífera estatal "Eni". Por muitos anos ela lutou por ser admitida no consórcio petrolífero anglo-saxônico conhecido como "sete irmãs". Não o conseguiu mas mesmo assim tornou-se num dos jogadores mais importantes na indústria petrolífera mundial.

Voltando ao "repto" que teria sido lançado pelos países do segundo grupo para os países altamente desenvolvidos, não podemos abstrairmos do seguinte: qual é a base deste desafio e quão elevado é o "indicador formacional" do seu PIB. Com efeito, o próprio fato de seu PIB ser grande não nos diz nada sobre sua estrutura e qualidade; economia grande não significa economia moderna ou formacionalmente avançada. Vejamos todos estes aspetos através da análise do candidato número um para o líder da economia mundial, isto é, a China, considerada pela maioria dos peritos como "segunda maior economia" com vista a ocupar o degrau máximo no pedestal. Muitas pessoas estão convencidas que isto há de acontecer embora não haja unanimidade quanto ao prazo exato. Alguns deles baseiam seus cálculos na paridade do poder aquisitivo (PPA), outros — na taxa de câmbio. Aliás, consideram o indicador básico juntamente com o indicador de "segundo plano" (que, na nossa opinião, é mais importante mas nem por isto pode mostrar quão avançado é este ou aquele país no plano formacional — por exemplo, alguns dos países do Golfo Pérsico que são ricos mas socialmente atrasados. Estatisticamente, fazem parte dos países com receitas anuais per capita na casa de 60 mil dólares mas é improvável que possam assumir a liderança no mundo).

Então, a China. O Banco Mundial considera que em 2011 o PIB chinês calculado de acordo com o PPA foi igual a 10 trilhões de dólares em contraste com os 14,6 trilhões nos EUA mas, quanto ao PIB *per capita*, o PIB chinês só chegava a 16% do americano. Isto significa que vai levar decênios para superar esta diferença. O autor que cita estes dados acalma os americanos preocupados com o aumento do poderio da China convidando-os a visitar Guizhou, uma província pobre no ocidente do país. "Ali vão sentir muito melhor", diz ele<sup>2</sup>. Com efeito, o PIB *per capita* chinês não foi assim tão impressionante — apenas 3700 dólares (a China tem 1,3 biliões

de habitantes), o que é mais do que na Índia (1030 dólares) mas muito menos que no Brasil (8,2 mil) ou na Rússia (8,7 mil), mas incomensuravelmente menos do que no Japão (39,7 mil), na Alemanha (40,9 mil) ou nos EUA (46380 dólares)<sup>3</sup>. É evidente que levará muito tempo para superar esta diferença. Ao dirigir-se ao Congresso do PCC, em novembro de 2012, os dirigentes chineses declararam que até 2021 o PIB chinês vai superar o PIB americano enquanto que o PIB *per capita* na China vai dobrar<sup>4</sup>. Trata-se de cifras mais moderadas do que os cálculos da revista *The Economist* em dezembro de 2011. Estes cálculos foram feitos pelos peritos com base em muitos dados, desde o consumo de aço e energia até vendas de carros e telefones celulares, e considerando que a taxa de crescimento da China seja igual a 7,75% ao ano e nos EUA, 2,5%. A alteração da taxa de inflação e uma série de outros indicadores também foram levados em conta. Todo este trabalho analítico levou os peritos à conclusão de que de acordo com a PPA, o PIB chinês ultrapassará o americano em 2016 enquanto conforme a taxa de câmbio de mercado isto acontecerá em 2018, só que neste caso o PIB *per capita* chinês constituiria um quarto do americano<sup>5</sup>.

Um quadro curioso e original da mudança do papel dominante dos três primeiros países do mundo foi apresentado no livro *Eclipse: Living in the Shadow of China's Economic Dominance*, da autoria do professor Arvind Subramanian, do Instituto de Economia Internacional Peterson. Na sua análise, o autor usou três fatores: percentagem no PIB mundial, comércio, e exportação de capital. Em resenha publicada em setembro de 2011 *The Economist* analisou pormenorizadamente este livro, até com diagramas a cores. Eis um quadro abreviado desta resenha:

**Quadro de domínio da economia mundial (%)<sup>6</sup>**

2010	EUA — 13,3	China — 12,3	Japão — 6,9
2030 (prognóstico)	EUA — 10,1	China — 18,0	Índia — 6,3

Como se vê, na opinião do autor a China será o líder da economia mundial. Contudo, o Sr. Subramanian, que evidentemente compreende o caráter convencional de tal liderança, chama a China em 2030 de “superpotência antecipada”. A revista acrescenta ainda que há quem prefira

dizer “superpotência prematura” porque a China crescerá antes de enriquecer<sup>7</sup>.

De qualquer modo, qual é o conteúdo do PIB chinês e quais são suas características formacionais essenciais?

Os seguintes dados e fatos dão respostas claras a estas perguntas:

1. A China é um país longe de ser urbanizado. A população urbana constitui 51% do total e 48,7% vivem no campo. Existe uma profunda lacuna entre as receitas *per capita* entre estas duas categorias da população: na cidade elas somam 3434 dólares (21810 Yuan) e na aldeia, mil dólares (6977 Yuan). Note-se que 128 milhões de pessoas no campo só recebem 361 dólares (2800 Yuan) por ano<sup>8</sup>.

2. Empresas pequenas e médias tem 80% dos trabalhadores e fabricam dois terços da produção industrial proporcionando a metade das receitas fiscais (de acordo com o Ministério da Indústria e Informação)<sup>9</sup>.

3. Quando se fala de crescimento adiantado do consumo de energia na RPC como fator da sua supremacia sobre os países capitalistas desenvolvidos deve-se levar em consideração que o “atraso” dos EUA e especialmente da Alemanha e do Japão se explicam pelos grandes êxitos destes países na economia e uso eficaz de energia.

Neste ponto, chegamos de fato à definição do principal critério para julgarmos das chances para assumir a liderança no processo de desenvolvimento formacional ulterior do capitalismo no contexto da globalização, isto é, durante a formação da estrutura do trabalho social direto (TSO) com base nas tecnologias informacionais (TI). Essencialmente, há dois critérios assim: o nível do regime TI em vias de formação nos moldes estatais e a escala da influência positiva desse regime sobre a formação das estruturas TSO transnacionais globais.

Há muito (pelo menos a partir dos anos 1980) que os líderes chineses compreenderam a importância das tecnologias de informação para a realização das tarefas ambiciosas na sua estratégia de desenvolvimento que tem por objetivo alcançar os países desenvolvidos. Após longas discussões eles, pelo que parece, optaram pelo modelo de abertura para o mercado mundial (OMC). Começou a cooperação tecnológica intensiva com as companhias transnacionais, a criação de centros de pesquisa na esfera das tecnologias de ponta e uso máximo dos recursos da área da Grande China, isto é, Hong Kong e Taiwan e das diásporas chinesas no Sudoeste Asiático (Singapura, Malásia e Indonésia) e em todo o mundo, especialmente, na Silicon Valley, nos EUA. Os maiores centros foram

criados em Lanfan, cidade-satélite de Pequim, em Xangai (na área de Pudon-Zhangjiang High-Tech Park) e na Zona Económica Especial de Shenzhen, na fronteira de Hong Kong. Trata-se de centros de pesquisa e produção integrados envolvendo também universidades, institutos de investigação científica, e empresas de TI. O ZGC de Pequim, por exemplo, integra 7100 institutos e empresas da TI, 39 universidades, e 200 institutos de pesquisa<sup>10</sup>.

Na etapa inicial, o principal papel na criação das produções de tecnologia de ponta e nas exportações dos respetivos produtos coube a Hong Kong; mais tarde, com a abertura de acesso à China continental às companhias taiwanesas, o principal contributo para o crescimento dos êxitos foi feito por Taiwan.

Num certo período no passado, as companhias TI taiwanesas foram fundadas com o apoio do governo por aqueles taiwaneses que estudaram e trabalharam em Silicon Valley, onde estabeleceram contatos com as companhias transnacionais aí baseadas. Quando regressaram à pátria criaram companhias que produziam réplicas dos produtos daquelas companhias. As inovações que eles introduziram a esses produtos foram marginais, sobretudo diziam respeito ao *design* para adaptá-los aos mercados locais, acelerar o fabrico e colocação no mercado e não desenvolver um novo produto. Entretanto, algumas dessas companhias tornaram-se regional ou mesmo mundialmente conhecidas como marcas comerciais. O mercado de Taiwan foi logo conquistado; o preço de mão-de-obra também cresceu e por isto os homens de negócios concentraram seus esforços no mercado continental. Eles montaram suas empresas em cada parque tecnológico e em muitas cidades grandes, passando a dominar não só os mercados locais mas também nas exportações de computadores, telefones celulares, chips com microprocessadores.

Conforme os cálculos do Instituto de TI, em Taiwan, cerca de 80% do *hardware* taiwanês, ou seja, aparelhagem eletrônica, diferentemente do *software*, foram fabricados na China ao passo que quase 60% do *hardware* chinês foram produzidos, de fato, por companhias taiwanesas na China continental<sup>11</sup>. Este fenômeno até mesmo foi designado de “triângulo de silicone” (embora este nome bonito não tenha nada a ver com a realidade) formado por três elementos: Silicon Valley — Sinchu (cidade-tecnoparque em Taiwan) — Shanghai. Parece de um triângulo mas não triângulo isóscele. A maior parte dos lucros ia ao primeiro elemento, à fonte de tecnologia, uma parte considerável do que restava dos lucros e da fama ia ao segundo

elemento e só as últimas migalhas e um pouco de renda tributária ficavam no terceiro elo, na China propriamente dita, que fornecia mão-de-obra barata.

Aliás, as CTN operam na China também sem os intermediários taiwaneses: das 500 maiores transnacionais, 480 estabeleceram suas filiais na China, entre os quais figuram 90 das 100 corporações TI<sup>12</sup>. Note-se, contudo, que, neste último caso, só se trata de montagem de produtos a partir de componentes pré-fabricados (microprocessadores, painéis de TV, discos rígidos), os quais vêm do Japão, EUA, Coreia do Sul, e também de Taiwan. É por isto que, apesar do fato de, em 2006, a China se ter classificado em segundo lugar após os EUA pela exportação de material eletrônico (342 bilhões de dólares), 75% destas exportações continham o valor da importação prévia destes componentes. Como resultado, o valor acrescentado produzido na própria China só alcançou 85 bilhões de dólares<sup>13</sup>. É conhecido um exemplo notável do iPod da Apple produzido na China. Os gastos de produção de um iPod somavam 150 dólares mas o valor acrescentado produzido na China só era de 4 dólares enquanto o preço a retalho nos EUA e outros países era de 299 dólares. Assim, a Apple ficava com a parte de leão do lucro<sup>14</sup>.

Por enquanto, as companhias chinesas concentram-se na produção periférica. Isto também diz respeito às companhias TI indianas criadas pelas pessoas que antigamente trabalharam nas corporações americanas e voltaram para a Índia. Estas companhias não querem dedicar-se à pesquisa e desenvolvimento na esfera da TI, o que acarreta riscos, e só aceitam projetos de pesquisa por encomenda das firmas ocidentais<sup>15</sup>. Através desta prática a China ou a Índia ficaram envolvidos no processo da globalização, controlado pelas transnacionais, mas só como elos marginais deste processo de segunda ou terceira ordem. É um modelo imitador e as inovações lhe correspondem: o produto pode ser mais bonito, mais usável e mesmo de melhor qualidade e produzido num tempo mais curto mas basicamente será um mesmo produto que não requer investimento arriscado em pesquisa ou compra de novos equipamentos nem esforços para criar uma mercadoria nova em princípio. No plano formacional, a China encontra-se completamente naquela fase de desenvolvimento que visa alcançar os países desenvolvidos, sem falar já da contradição latente entre a sobre-estrutura política comunista e a base capitalista em impetuosa expansão.

O principal empecilho para os países emergentes e com regimes em transição de uma fase para outra, caracterizada pela formação da TI, é o

problema da reforma do sistema de ensino tradicional. O "milagre" industrial no Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, China apoiou-se em grande medida na síntese da herança moderna (sobretudo, copiada do Ocidente) e da herança tradicional confuciana, com suas orientações sociais específicas. Contudo, a formação de um regime TI nacional polivalente provou ser impossível sem a reforma ampla e profunda do sistema tradicional das relações sociais pois elas imobilizam o pensamento criador, a base de qualquer economia inovadora baseada na TI.

O Japão e a Coreia do Sul levaram décadas para se dar conta disto. Ficou claro que tomar de empréstimo ou, pura e simplesmente, copiar a experiência alheia é impossível. Os líderes chineses compreenderam perfeitamente que o futuro sector TI devia ser operado por uma nova geração de pessoas capazes de pensar de uma forma nova. Para preencher esta "lacuna" foi elaborado todo um sistema de tutela e atração de estudantes e pós-graduados que estudavam no estrangeiro. Segundo as estatísticas chinesas, cerca de 600 mil cientistas e técnicos de origem chinesa estudam e trabalham no estrangeiro, a maioria dos quais, 450 mil, nos EUA<sup>16</sup>. Claro que não todos gostariam de voltar à China mas, em qualquer hipótese, são fonte importante de acumulação de novo potencial humano.

Note-se que os líderes chineses estão preocupados com a fraqueza do sistema inovador nacional (SIM) e investem muito na pesquisa e desenvolvimento. A cota-parte da China nos gastos mundiais com este tipo de atividade aumentou bastante — para 12,9% ao mesmo tempo que aos EUA cabe cerca de 34%<sup>17</sup>. Mas o que importa não é o atraso em termos de estatística mas o aspeto qualitativo do SIM: ao passo que o SIM americano foi e continua a ser constantemente nutrido pelos especialistas de todo o mundo a China se vê obrigada a estruturar o seu SIM na base do potencial científico-acadêmico nacional. Por isto não podemos deixar de concordar com I.A.Nassibov que diz que "apesar dos êxitos evidentes o modelo econômico chinês atualmente não pode ser caracterizado como inovador" e que aí "as inovações, sobretudo, próprias desempenham um papel não sistémico, limitado"<sup>18</sup>.

Pelo visto, podemos supor que os dirigentes chineses estão desiludidos com os resultados da sua política anterior da abertura bem ampla para os investimentos estrangeiros. Ao ganharem uma grande parte dos seus lucros na China através de *outsourcing*, os investidores estrangeiros não se apressaram em compartilhar os seus segredos tecnológicos. Evidentemente, um importante papel aqui coube ao fato de, devido ao aumento rápido do

custo de mão-de-obra na China, as companhias estrangeiras redirecionarem os seus negócios de *outsourcing* a outros países: Indonésia, Vietnã, Paquistão etc.<sup>19</sup>. Para além do mais, aumentou a preocupação com o enorme endividamento americano à China devido à situação económico-financeira crítica nos EUA. Com efeito, dos 3,2 trilhões das reservas chinesas em divisas 70% são exatamente os ativos em dólares, inclusive, 1,1 trilhões em valores da tesouraria americana<sup>20</sup>.

De um modo ou de outro, os dirigentes chineses recentemente mudaram sua tática. Hoje em dia, cada vez mais empresários estrangeiros na China queixam-se de serem acolhidos sem o mínimo de alegria naquele país, onde são sujeitos a uma política rígida. Mas a principal mudança é que o empresariado chinês se dirigiu para o Ocidente, sobretudo, para os EUA. Se é que em 2006 os investimentos chineses nos EUA eram uns modestos 200 milhões de dólares, nos fins de 2010 eles alcançaram 5 bilhões<sup>21</sup>. Esta "invasão" tem por fim não só a assimilação do mercado americano mas também a obtenção do *know-how* e de tecnologias de ponta *in loco*. É notável que algumas companhias até mesmo criaram centros de pesquisa e empregaram especialistas locais. A crise facilitou estes investimentos. Os ativos nos EUA ficaram mais baratos e as companhias locais sofriam de falta de liquidez. (Não por falta de liquidez nos EUA em geral mas por falta de desejo dos bancos, cheios de dinheiro, de correrem risco no tempo confuso de crise.)

É sintomático que não só as companhias chinesas produtoras de televisores, automóveis etc. assentam nos EUA mas também os maiores fabricantes de equipamentos de telecomunicações e eletrónico, tais como Huawei e ZTE. A companhia Lenovo, uma das maiores produtoras de microcomputadores que em 2005 comprou à IBM a subdivisão especializada no fabrico de micros, em 2012 preferiu voltar algumas produções para o território dos EUA — provavelmente, porque esgotou o potencial do desenvolvimento inovador e decidiu "recarregar a bateria" ali<sup>22</sup>. Todavia, a Huawei e a ZTE foram as mais ativas. Os seus negócios nos EUA começaram com vendas de *smartphones* baratos para companhias de transportes. A Huawei foi fundada em 1987 por um técnico veterano do Exército Popular-Libertador da China e agora procura transformar-se em companhia transnacional. Nos próprios Estados Unidos ela tem centros de pesquisa e desenvolvimento com dezenas de milhares de engenheiros e técnicos e com um orçamento de 2,5 bilhões de dólares. Mantêm-se contatos com centros homólogos no México, Índia, Vietnã, Tailândia, Bangladesh, Chile, Suécia e em 13 outras localidades ao todo, esta

companhia tem 110 mil empregados. Em 2011, quando a Huawei contava com dez anos de atividades nos EUA, ela inaugurou um centro de pesquisa no próprio Silicon Valley (Santa Clara, Califórnia)<sup>23</sup>.

Contudo, como opina a revista *Blumberg Businessweek*, a reputação da Huawei antes piora do que melhora. Isto deve-se às suspeitas sobre o relacionamento dela com os círculos militares na China, às acusações de apropriação de propriedade intelectual (em particular, da companhia americana Cisco), etc. O Congresso dos EUA está especialmente preocupado com as atividades da Huawei. Em outubro de 2012 o Comité de Informações do Congresso chegou à conclusão de que as operações da Huawei e ZTE constitui uma ameaça aos EUA<sup>24</sup>.

O que acabamos de expor nos dá a razão de deduzir que no dia de hoje e no próximo futuro a China defronta, sobretudo, com a tarefa histórica de alcançar o nível de desenvolvimento dos países avançados, sendo improvável por isto que os dirigentes chineses possam assumir o papel de líder global. O objetivo de assegurar o PIB igual ao dos EUA em 2021 — ainda que seja alcançado — não dará razões para a China ser o líder mundial. Este *slogan* faz-nos lembrar a promessa de N.S. Khruchev de construir o comunismo da URSS até 1980. Entretanto, os EUA já perderam o estatuto de “superpotência” e suas tentativas de mantê-lo artificialmente, recorrendo inutilmente à força, só resultam no agravamento dos penosos problemas sociais e económicos. Já referimos que a situação de crise nos EUA tem uma natureza dialecticamente contraditório, ou seja, a crise estrutural nos EUA é consequência do progresso formacional do capitalismo americano.

Mas, apesar da crise, o regime TI, de conteúdo objetivamente progressista, ia se desenvolvendo impetuosamente durante todo este período (pelos dados da UNCTAD, nos EUA as vendas de software e serviços TI chegaram a 514,4 biliões de dólares e as exportações dos produtos programáticos, a 13,4 biliões. Na China, estes indicadores foram muito mais modestos: 50,3 e 9,3 biliões, respetivamente. Jornal *Kommersant*, 29.01.2012). A crise assumiu uma forma tão grave sobretudo devido ao fator sociopolítico, devido à incapacidade da elite política estadunidense de superar as desavenças mesquinhas e concentrar-se na elaboração de um programa ambicioso tipo Plano Marshall que os dirigentes dos EUA realizaram para salvar do perigo comunista estalinista a Europa. Hoje em dia, o que se precisa é um programa semelhante, só é que desta vez se trata de salvar uma parte significativa do povo americano através de medidas para harmonizar a transição do capitalismo tradicional para a “economia nova”.

Os Estados Unidos encaram a opção: ou o caminho da transição harmoniosa, consciente, guiada pela vontade política, ou o caminho conservadorista-tradicionalista, prenhe de sofrimentos e perecimento de muitos milhões de americanos. Neste último caso, a América confirmará ingloriosamente o prognóstico de K.Marx feito em meados do século XIX: "Somente depois de a grande revolução social ter assimilado as realizações da época burguesa, mercado mundial e forças produtivas modernas, subordinando-os ao controle comum dos povos mais avançados, o progresso humano deixará de assemelhar-se ao abominável ídolo pagão que não quis beber néctar a não ser dos crânios dos mortos"<sup>25</sup>.

1. Bloomberg Businessweek. 2012. 2-8 July. P. 4-5.
2. Bloomberg Businessweek. 2011. 17-23 October. P. 14-15.
3. *Mejdunarodnye Processy*. 2010. Nº 3. Dezembro. P. 24.
4. Kommersant. 2012. 9 de novembro.
5. The Economist. 2011. December 31st. P. 57.
6. The Economist. 2011. September 10th. P. 78.
7. Ibidem.
8. Kommersant. 2012. 9 de novembro e 25 de dezembro.
9. Bloomberg Businessweek. 2011. 15-28 August. P. 14.
10. Greater China's Quest for Innovation / Ed. by H.S.Rowen, M.G.Hancock and W.F.Miller. Stanford. CA, 2008. P. 159-160.
11. Op. cit. P. 147.
12. *Svobodnaya Mysl*. 2010. Nº 8. P. 35.
13. Greater China's Quest for Innovation... P. 9. Conforme as estatísticas do Ministério das Finanças da China, 55% das exportações do país foi feita por companhias com participação estrangeira e 22% da coleta geral dos impostos originou das companhias estrangeiras. As empresas com participação estrangeira também contribuem substancialmente para a solução do problema de falta de quadros qualificados. 45 milhões de especialistas altamente qualificados são empregados de tais empresas. (*Finansovye Izvestia*. 2010. 11 de Novembro).
14. Ibidem.
15. Greater China's Quest for Innovation... P. 198, 345, 359.
16. *Problemy Dalnego Vostoka*. 2010. Nº 5. P. 86-100.
17. *Mirovaya Ekonomika e Mejdunarodnye Otnochenia*. 2012. Nº 10. P. 80.
18. Ibid. P. 82.

19. The Economist. 2011. 24 September. P. 8.
20. Wall Street Journal; Financial Times. 2011. 9 August.
21. Bloomberg Businessweek. 2012. 4-10 June. P. S1-S4.
22. *Vedomosti*. 2012. 3, 14 e 26 de outubro.
23. Bloomberg Businessweek. 2011. 30 July-5 August. P. 19-20; 2011. 19-25 September. P. 74-75.
24. *Vedomosti*. 2012. 9 de outubro.
25. Marx K., Engels F. Obras. Vol. 9. P. 230.



## Vacili LIKHACHEV

*Deputado da Duma de  
Estado da Rússia,  
Embaixador  
Extraordinário e  
Plenipotenciário,  
Catedrático, doutor em  
ciências jurídicas*

*likhachev@duma.gov.ru*



# A RÚSSIA NA QUALIDADE DA PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

A dialética de desenvolvimento da comunidade internacional e da sua identificação nas condições do século XXI formularam objetivamente a demanda político-intelectual de conhecimento das condições atuais da geopolítica e da geoeconomia, na qualidade da mais importante premissa da gestão eficiente do mundo. Cada Estado tem o direito, como ator internacional e como uma formação soberana, à sua própria visão da evolução de relações internacionais, à determinação dos mecanismos e das prioridades da sua regulação.

Não constitui exceção neste plano também a Federação Russa que vai preservar em perspectiva estratégica o status de arquiteto, edificador e moderador da ordem mundial atual e futura. Uma prova disso é a nova

---

*Василий ЛИХАЧЕВ, Депутат Государственной думы Российской Федерации, Чрезвычайный и Полномочный посол, профессор, доктор юридических наук  
РОССИЯ КАК МЕЖДУНАРОДНО-ПРАВОВАЯ ЛИЧНОСТЬ*

Concepção da política externa da Federação Russa, aprovada pelo Presidente da Federação Russa Vladimir Putin em 12 de fevereiro de 2013. Este documento representa na sua essência um sistema de pontos de vista (um sistema oficial, estatal) sobre os princípios básicos, rumos prioritários, objetivos e tarefas da atividade da Rússia no palco internacional. A concepção é rica em conteúdo e está ligada historicamente aos documentos análogos dos anos 2000 e 2008. Ao mesmo tempo, ela leva em consideração as realidades e os traços característicos do atual século.

A concepção, que constitui a essência da doutrina internacional de Vladimir Putin durante o seu mandato presidencial, teve uma notável ressonância política e colateral. Ela é o primeiro ato sistêmico no mundo que, encetado e posto em uso prático por um dos líderes nacionais que tinha se incorporado no clube elitário de chefes de Estado em 2012. Como se sabe, além de Vladimir Putin, fazem parte deste clube Barack Obama, dos EUA, François Hollande, da França, Xí Jínpíng, da China e outras personalidades. A oferta russa está agora no centro das atenções dos círculos diplomáticos e de peritagem da comunidade internacional, assim como da mídia internacional. Constatam-se, na qualidade do seu aspecto positivo, o seu caráter complexo, a sistematização na avaliação da globalização, a combinação e a harmonização da tríade de interesses — da Rússia, dos interesses corporativos (que podem ser regionais e inter-regionais), e dos interesses mundiais; a existência de instrumentos colaterais em forma de meios da diplomacia clássica (conversações, tratados internacionais, processos judiciais e de arbitragem) e da “força suave” (isto é, medidas de influência humanitária ou informativa).

Afiguram-se ao máximo atuais e universais, quanto à geografia da percepção, as teses e as conclusões, expostas na concepção:

- a formação de um sistema internacional justo e democrático, baseado nos princípios de coletivismo quando da solução de problemas internacionais, na supremacia do direito internacional, e, em primeiro lugar, nas disposições do Estatuto da ONU e no seu papel coordenador;
- o incremento da colaboração internacional ampla e não discriminatória;
- a ajuda à formação alianças reticulares flexíveis que estejam fora dos blocos;
- a diminuição dos ensejos do Ocidente histórico de exercer domínio na política e economia mundial, na dispersão do potencial mundial da força e do desenvolvimento e no seu deslocamento para o leste;
- o incremento da instabilidade nas relações internacionais;

- a observância dos princípios universais de segurança igual e indivisível relativamente aos espaços euro-atlântico, euro-asiático e asiático-pacífico na qualidade de garantia contra a turbulência global;
- a multivariada cultural e civilizacional do mundo moderno;
- a elevação da importância do fator de identidade civilizacional;
- a tendência de reideologização das relações internacionais;
- a comunidade de desafios da modernização;
- a garantia da verdadeira interação e parceria entre a Rússia, União Europeia e EUA;
- a criação do espaço humanitário e econômico único desde o oceano Atlântico até o oceano Pacífico;
- a elaboração, juntamente com os EUA, da cultura de gestão das divergências na base do pragmatismo e da observância do equilíbrio dos interesses;
- a formação e promoção na região Asiático — Pacífica de uma rede de associações regionais — parceiras, e muitos outros fatores.

Além do seu conteúdo profundo nos planos filosófico, sociológico e politológico, o documento russo tem também uma orientação colateral ativa. Esta combinação dos aspectos atuais da teoria e da prática da gestão mundial reforça a sua axiologia e amplia a esfera da sua aplicação na diplomacia real. Uma prova disso é a presença na Concepção da Política Externa da Federação Russa de um Programa de verdade, baseado no conhecimento da evolução da ordem mundial de aperfeiçoamento e de desenvolvimento progressivo do direito internacional. Este documento contém tanto as disposições gerais, como concretas ou especializadas. Vamos destacar três momentos substanciais.

Em primeiro lugar, o documento constata a posição russa de respeito ao direito internacional e de garantia da supremacia do direito nas relações internacionais. Consta-se que os princípios e normas do direito internacional constituem a base jurídico-normativa da presente concepção ao par da Constituição da Federação Russa, das leis federais, do Decreto do Presidente da Federação Russa Nº 605 de 7 de maio de 2012 “Das medidas de realização da política externa da Federação Russa e das estratégias da segurança nacional da Federação Russa até o ano de 2020”, ao par da Doutrina Militar da Federação Russa e dos tratados internacionais da Federação Russa.

O documento declara que a Rússia leva a cabo uma política externa autônoma e independente, ditada pelos seus interesses nacionais e

baseada no respeito incondicional ao direito internacional (clausula 24). Esta mesma idéia imbui a subclausula especial, intitulada "Supremacia do direito nas relações internacionais", que tinha sido incluído na terceira parte da concepção (Prioridades da Federação Russa na solução de problemas globais). Na clausula 31 ressalta-se: "A Rússia pugna coerentemente pela consolidação das bases jurídicas nas relações internacionais e observa conscienciosamente os compromissos jurídico-internacionais. A manutenção e a consolidação da legalidade internacional é um dos ramos prioritários da sua atividade no palco internacional. A supremacia do direito deve garantir a colaboração pacífica e frutífera dos Estados nas condições de observância do balanço de interesses, que amiúde não coincidem, assim como, a estabilidade da comunidade mundial em geral".

O espírito de respeito do direito internacional imbui as disposições da concepção, relacionadas ao desenvolvimento das relações da Federação Russa com os EUA, NATO e União Europeia, o processo de edificação da CEI, assim da Aliança Econômica da Eurásia e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Por exemplo, o item 71 reza: "A Rússia espera que nas suas ações no palco mundial a parte americana se guie rigorosamente pelas normas do direito internacional, em primeiro lugar, pelos Estatutos da ONU, incluindo os princípios de não intromissão nos assuntos internos dos outros Estados". O item 63 estabelece que a Rússia irá construir as suas relações com a NATO em conformidade com o grau de prontidão desta aliança de manter a parceria em pé de igualdade e de observar inexoravelmente os princípios e normas do direito internacional.

Na clausula 50 da concepção afigura-se a posição positiva em relação ao direito internacional e obrigações que ele impõe. Neste item constata-se que "ao respeitar os direitos dos parceiros na Comunidade ao estabelecimento de relações com outros sujeitos internacionais, a Rússia está a favor da execução geral pelos Estados — membros da CEI dos compromissos assumidos no quadro de estruturas de integração regionais com a participação russa, a favor da garantia do ulterior desenvolvimento dos processos de integração e de colaboração mutuamente vantajosa no espaço da CEI". No presente caso a Federação Russa assume o encargo de garante específico da observância da norma imperativa <pacta sunt servanda>, isto é, "os tratados devem ser observados".

O segundo momento, relativo à linha jurídico — política da Federação Russa, está relacionado à revelação em princípio de fatos e de situações

que fazem parte da chamada "massa crítica" das relações internacionais que geram, infelizmente, o ambiente de niilismo jurídico. O caso não se restringe à constatação deste fenômeno negativo. A concepção oferece exemplos concretos e avalia estes fenômenos. A lista de circunstâncias "negativas" é bastante impressionante. É difícil de deixá-lo à parte, assim como é difícil de deixar de pensar nas medidas de "profilaxia" indispensáveis e na liquidação das conseqüências de semelhantes exemplos negativos.

Pode-se mencionar entre estes fatos o seguinte:

- o menosprezo aberto dos princípios fundamentais do direito internacional de não uso da força, das prerrogativas do Conselho de Segurança da ONU e a interpretação voluntária das suas resoluções, — por exemplo, o item 15;

- as tentativas de alguns Estados ou grupos de Estados submeter à revisão as normas universalmente aceitas do direito internacional, formuladas nos documentos universais, — o Estatuto da ONU, a Declaração sobre os princípios do direito internacional referentes a relações de amizade e de colaboração entre os Estados em conformidade com o Estatuto da ONU de 1970, assim como na Acta Final da Conferência de Segurança e Colaboração na Europa, assinada no dia 1 de agosto de 1975 em Helsinque;

- a interpretação voluntária, de acordo com a conjuntura política e interesses de certos Estados concretos, dos mais importantes princípios e normas do direito internacional, como, por exemplo: a não aplicação da força ou da ameaça do uso da força, a solução pacífica dos litígios internacionais, o respeito à soberania dos Estados e da sua integridade territorial, o direito dos povos à autodeterminação;

- as tentativas de apresentar as transgressões do direito internacional como seu uso "criador", intervenções militares e outras formas de intervenção externa, que minam as bases do direito internacional, baseadas no princípio da igualdade soberana dos Estados, embora se realizem sob o pretexto da concepção da "responsabilidade de defesa", (o item 31).

Acima exposto não é uma abstração mas, sim, reflexão do que se passa nas relações internacionais. Pode-se citar situações tensas na Síria, Irão, Líbia, Palestina e Afeganistão. Uma ilustração do niilismo legal é o fato de menosprezo por alguns países de 13 convenções antiterroristas da ONU, a recusa dos EUA e de vários outros Estados de participar de acordo internacional sobre a proibição de armas nucleares e dos outros tratados de

desarmamento e de não proliferação de armas, a violação, — em particular pelos países do litoral báltico, — da Declaração Geral dos Direitos do Homem de 1948, dos Pactos internacionais sobre os direitos humanos de 1966 e das convenções destinadas a proteger os direitos humanos, etc. Os exemplos de abuso do direito de “veto” por parte dos EUA e da Grã Bretanha na qualidade de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU também não contribuem para consolidar a legalidade internacional.

À luz do acima exposto afigura-se lógico o surgimento na Concepção da Política Externa do terceiro aspecto, relacionado a propostas e recomendações concretas com vista a aperfeiçoar o direito internacional geral, otimizar o sistema de compromissos jurídicos da Federação Russa e dos mecanismos de concatenação mútua e de interação entre o direito nacional e o direito internacional. Este componente complementar do documento comprova o elevado conteúdo da subjetividade russa e a responsabilidade da Federação Russa pela manutenção da elevada eficiência da ordem legal e pelo seu progresso.

Cumprir assinalar que a sua presença na concepção de 2013 não somente destaca o documento russo entre as fontes análogas, mas também contribui diretamente para a elaboração de um programa de iniciativas diplomáticas, legais e outras, da cuja formação e realização participam numerosos sujeitos do poder legal e executivo do Estado, ou seja, a Administração do Presidente, o governo, a Assembléia Federal, o Ministério das relações exteriores da Federação Russa, etc. Seria lógico integrar as ideais colaterais da concepção a respeito do direito internacional ao processo de concatenação das vontades políticas com a participação da Rússia ao nível bilateral e multilateral, incluindo as organizações internacionais atualmente em vigor, em particular, os sistemas da Organização das Nações Unidas, a Comunidade Econômica da Eurásia, a Organização do Tratado para a Segurança Coletiva, a Organização de Cooperação de Xangai, a Organização para a Segurança e Colaboração na Europa, etc.

De que disposições de orientação positiva e prospectiva se trata? A lista inclui diversas metas, algumas das quais dizem respeito ao processo internacional de geração de normas legais, outras, à esfera do uso de normas legais. Pode-se mencionar entre estas normas o seguinte:

- a garantia da inviolabilidade dos princípios e teses — chaves do Estatuto da ONU;

- o apoio a esforços coletivos com vista a consolidar as bases legais nas relações interestatais;
- a ajuda para a codificação e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional (em primeiro lugar, sob os auspícios da ONU), para a consecução da participação universal dos tratados internacionais da ONU e do seu uso e interpretação unívocos;
- a conclusão do processo internacional legal de formação da fronteira estatal da Federação Russa e das fronteiras do espaço marítimo, no tocante ao qual a Rússia exerce os direitos soberanos e a jurisdição, tendo-se em vista a garantia incondicional dos interesses nacionais da Rússia;
- a observância dos seus compromissos internacionais legais, assumidos no quadro de tratados internacionais, na esfera de controle sobre armamentos, a participação da elaboração e assinatura de novos acordos nesta esfera na base dos princípios de igualdade de direitos e de indivisibilidade da segurança;
- a execução do Tratado entre a Federação Russa e os EUA sobre as medidas da ulterior redução e restrição de armamentos estratégicos ofensivos;
- a criação de bases políticas e jurídicas multilaterais de um regime universal e sólido de não proliferação de armas nucleares, de outros tipos de armas de extermínio em massa e dos meios do seu transporte;
- a observância do Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares, da Convenção sobre a proibição de desenvolvimento, produção e acumulação de reservas de armas bacteriológicas ou biológicas e de armas tóxicas e sobre a sua eliminação, assim como, da Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, acumulação e uso de armas químicas e sobre a sua destruição;
- esforços a fim de pôr em vigor o mais breve possível o Tratado sobre a proibição geral de testes nucleares;
- a criação do regime global de não difusão de armas balísticas na base de um acordo, juridicamente obrigatório, e a atribuição do caráter global ao Tratado entre a União Soviética e os EUA sobre a liquidação de mísseis de raio médio e pequeno de ação;
- o aperfeiçoamento de mecanismos jurídico-internacionais de garantia da segurança nuclear e de prevenção de atos de terrorismo nuclear;
- a assinatura do tratado internacional de prevenção de colocação de armas no espaço cósmico;

- a elaboração, sob os auspícios da ONU, das regras de conduta na esfera de garantia da segurança informativa internacional; a interpretação do artigo 51 do Estatuto da ONU como uma base legal adequada e não suscetível da revisão para o uso da força em regime de autodefesa, incluindo os casos de ameaça à paz e à segurança por causa do terrorismo internacional e não proliferação de armas de extermínio em massa;
- o emprego, em conformidade com a ordem jurídica internacional e a legislação nacional, de todas as medidas necessárias a fim de rechaçar e prevenir ataques terroristas contra a Rússia e os seus cidadãos, a fim de protegê-los contra os atos de terror, impedir no seu território a atividade que tenha como objetivo a organização de semelhantes atos contra os cidadãos e interesses dos outros países, medidas destinadas a negar o abrigo e a tribuna aos terroristas e instigadores do terror, medidas com vista a prevenir e impedir o terrorista financeiro, medidas de política comercial a fim de defender os seus próprios interesses em conformidade com as regras internacionais, a intenção de estabelecer em conformidade com o direito internacional os limites da sua plataforma continental, ampliando desta maneira os ensejos para a prospecção e exploração dos seus recursos minerais;
- a garantia do ulterior desenvolvimento geral, em conformidade com as exigências modernas do sistema de proteção diplomática e consular dos cidadãos russos que se encontram no estrangeiro e dentro dos limites, admitidos pelo direito internacional e pelos tratados internacionais da Federação Russa, da defesa dos direitos e dos legítimos interesses dos compatriotas, residentes nos países estrangeiros, na base do direito internacional e dos tratados internacionais da Federação Russa;
- a ampliação da participação da Federação Russa dos tratados internacionais na esfera dos direitos humanos;
- a ampliação dos limites legais da cooperação internacional a fim de elevar o nível de defesa dos direitos e dos legítimos interesses das crianças russas que vivem no estrangeiro;
- a formação do complexo de normas legais e éticas de utilização segura das tecnologias de informação e de comunicação;
- a concatenação dos acordos sobre a proteção dos direitos e liberdades dos compatriotas, residentes nos Estados — membros da CEI, nas esferas educacional, lingüística, social, laboral, humanitária e outras;
- a ulterior transformação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva em organização internacional universal;

- a contribuição para a realização prática do Tratado de Zona de Comércio Livre, destinado a modernizar qualitativamente a base normativa e legal da cooperação dos Estados — membros da CEI;
  - a regulação político-diplomática de conflitos no espaço da CEI;
  - a transferência para uma forma juridicamente obrigatória das declarações políticas sobre a indivisibilidade da segurança, independentemente da filiação do Estado a alguma aliança político-militar;
  - a assinatura de um novo tratado básico com a União Europeia sobre a parceria estratégica na base dos princípios de direitos iguais e de vantagem mútua;
  - a criação em perspectiva do conjunto energético único da Europa na base da observância rigorosa dos compromissos bilaterais e multilaterais existentes;
    - a consolidação do Conselho da Europa na qualidade da organização que garante à custa dos seus mecanismos de convenção únicos a unidade do espaço legal e humanitário do continente;
    - a consolidação da cooperação bilateral com os EUA na base dos princípios de igualdade de direitos, não intromissão nos assuntos internos e respeito aos interesses mútuos;
    - o trabalho ativo com vista a impedir a introdução de sanções unilaterais extraterritoriais dos EUA contra pessoas físicas e jurídicas russas e promoção de iniciativas, destinadas a conseguir a ulterior liberalização do regime de concessão de vistos entre os dois países;
    - a consecução de garantias jurídicas de que o sistema americano de defesa antimíssil não está orientado contra as forças russas de contenção nuclear;
    - a consolidação da base contratual legal a fim de resolver todos os problemas que surgem no Ártico através das conversações;
    - a solução de todas as divergências, existentes na Ásia, através de meios político-diplomáticos nas condições de rigorosa observância dos princípios fundamentais do direito internacional;
    - a contribuição para a consecução da paz e da concórdia civil em todos os Estados do Próximo Oriente e do Norte da África e nesta região em geral na base de respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados e da não intromissão nos seus assuntos internos.

Esta lista de fatores e prioridades jurídicos internacionais no quadro da política externa da Rússia pode ser devidamente continuada e concretizada. Mas mesmo na forma, em que foi apresentada, ela certamente é única e tem

valor social. É difícil de encontrar a sua analogia nas fontes do poder dos Estados estrangeiros e nos documentos constituintes das organizações internacionais. A oferta jurídico- internacional da Federação Russa, preparada com ajuda das tecnologias político-econômicas, jurídico-estatais modernas e outras da época de globalização, com a incorporação de instrumentos de prognosticação, representa interesse prático para todos os sujeitos do direito internacional sem exceção (isto é, para os Estados, organizações intergovernamentais, nações, povos e conferências internacionais).

Por isso, é sumamente importante dar início à apresentação e materialização pública e sistematizada da doutrina russa do direito internacional por dois canais. O primeiro, — o interno, — diz respeito, por exemplo, à elevação da eficiência do trabalho do Conselho da Federação e da Duma de Estado no tocante à providência legislativa da política externa da Federação Russa e execução dos seus compromissos internacionais. Seria conveniente em vista disso preparar a lei federal "Do direito internacional", realizar, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e outras entidades interessadas a monitoração da implementação dos compromissos jurídicos internacionais da Federação Russa, estudar a experiência da atividade legisladora por entidades no tocante à esfera da política externa e das relações internacionais.

São atuais também outras medidas, relacionadas, em particular, à otimização da execução do Decreto do Presidente da Federação Russa № 605, de 7 de maio de 2012, "Das medidas de realização da política externa da Federação Russa" (no tocante à sua base jurídica) e do Decreto do Presidente da Federação Russa № 1478 de 8 de novembro de 2011 "Do papel coordenador do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa na realização da política externa única da Federação Russa".

É desejável organizar na base do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa a edição do "Livro branco", dedicado ao estado do direito internacional e preparar o plano prospectivo de codificação e de desenvolvimento progressivo do direito internacional e a lista de respectivas iniciativas diplomáticas.

Vale a pena propor a promoção em Moscou, São Petersburgo ou Kazan, sob os auspícios da ONU, do Foro Mundial "Destino do direito internacional no século XXI".

De um modo geral, seria conveniente unir os recursos dos órgãos do poder estatal e da comunidade intelectual da Rússia (a Academia de Ciências da

Rússia e a Associação Russa do Direito Internacional) a fim de preparar um plano geral de contribuição para a realização da Concepção da política externa da Federação Russa, incluindo o Programa de aperfeiçoamento, de desenvolvimento progressivo e de aplicação eficiente do direito internacional, criado na base desta Concepção.

O segundo canal abrange a esfera internacional e a esfera de diplomacia bilateral e multilateral, ou seja, a apresentação da concepção nas instituições russas no estrangeiro, a preparação da respectiva informação para consultas entre diversos ministérios das relações externas e para as reuniões das comissões de direitos internacionais com a participação de representantes russos, assim como, a elaboração de propostas destinadas a elevar a eficiência da Comissão do Direito Internacional e do Sexto Comitê da Assembléia Geral da ONU que cuida das questões jurídicas. Teria importância política a apresentação na ONU da idéia de promoção de uma nova Década do Direito Internacional no período de 2015 a 2025, cuja concepção poderia encarnar muitas disposições da oferta jurídico — internacional da Rússia.

Neste plano seria útil preparar declarações em apoio ao direito internacional ao nível de relações da Federação Russa com os EUA, com a República Popular da China, com a União Europeia, Comunidade Econômica da Europa e Ásia, Aliança Econômica de Eurásia, com o grupo BRICS, com o "grupo dos vinte" e "grupo dos oito" e com outras estruturas prestigiosas, incluindo as de caráter interparlamentar (como, por exemplo, a União Interparlamentar Mundial, a Assembléia Interparlamentar Mundial, a Comunidade de Estados Independentes, a Assembléia Parlamentar da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, a Assembléia Parlamentar da Comunidade Econômica da Europa e Ásia, etc.).

Portanto, a análise da concepção da política externa da Federação Russa em 2013 permite tirar a conclusão de que o poder tem adotado um enfoque criador em relação à realização da subjetividade jurídica internacional e em relação à vontade política e soberania do Estado Russo. A Rússia atua no quadro do regime de interação civilizada com outros atores estrangeiros, concatenando harmoniosamente os seus interesses com eles na base do Estatuto da ONU. Toda a atividade da Federação Russa nas esferas de política externa e de diplomacia demonstra de uma forma concreta e comprovadora o status da Federação Russa na qualidade de personalidade jurídica internacional que dá uma contribuição

estratégico — sistêmica e polifuncional para a consolidação da ordem jurídica internacional e do regime da legalidade internacional. Seguindo esta linha, a Federação Russa garante o progresso real e a evolução da comunidade internacional.

Международная



ЖИЗНЬ

Alexandre  
ZMEEVSKIY

*Representante Especial  
do Presidente da Rússia  
para questões da  
cooperação internacional  
na luta contra o  
terrorismo e o crime  
internacional organizado*

*zmeevskiy@mid.ru*



## SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA LUTA CONTRA OS DESAFIOS E AMEAÇAS DO CRIME

**A**s medidas de incentivo dos esforços internacionais coletivos na luta contra o terrorismo internacional, o tráfico de droga e o crime organizado foram definidas pelo Presidente V.V. Putin no seu Decreto "Sobre as medidas para realizar a política externa da Federação da Rússia" de 7 de Maio de 2012 entre as tarefas fundamentais da política externa russa.

Esta categoria de novos desafios e ameaças (NDA) entrou definitivamente na ordem de dia internacional, tornou-se um fator que influencia a garantia da segurança global e regional e, por vezes, é um instrumento de influência geopolítica.

---

*Александр ЗМЕЕВСКИЙ, Специальный представитель Президента Российской Федерации по вопросам международного сотрудничества в борьбе с терроризмом и с транснациональной организованной преступностью*

*О МЕЖДУНАРОДНОМ СОТРУДНИЧЕСТВЕ В БОРЬБЕ С КРИМИНАЛЬНЫМИ ВЫЗОВАМИ И УГРОЗАМИ*

O terrorismo, a criminalidade, o perigo do tráfico de droga não são fenómenos novos. A novidade está na envergadura, ou seja, no nível do seu perigo (que varia quanto a países e regiões) e na abrangência geográfica. Nas condições atuais, eles tornaram-se globais.

Só em conjunto se pode lutar eficazmente contra eles. Quanto mais o mundo do crime dispõe de possibilidades financeiras e materiais significativas, utiliza as tecnologias modernas (por exemplo, a recruta e treino dos seus apoiantes através da Internet). Um traço característico da criminalidade transnacional moderna é a dinâmica de desenvolvimento, a adaptação rápida a novas realidades. Mas, em último caso, nisso influencia o fator económico, o desejo de conseguir o máximo lucro, parte do qual vai para o desenvolvimento do negócio criminoso, outra parte vai para introduzir na economia mundial legal. Nos últimos tempos, observa-se a fusão de diferentes ramos do crime, por exemplo, os terroristas controlam piratas e barões da droga em troca de apoio financeiro. É revelada a informação de que parte dos lucros conseguidos por grupos criminosos organizados no tráfico do marfim de elefantes e de rinocerontes é aplicada no financiamento dos grupos "Al-Shabab", do "Exército de Resistência de Deus" e de outros grupos terroristas, ligados à "Al-Qaida".

Ao falar do aspeto criminal dos NDA, subentendemos os desafios que partem, fundamentalmente, de sujeitos não estatais. Para os Estados, o crime transnacional é um adversário não tradicional. Ele não está ligado a compromissos internacionais, não responde perante as pessoas que o rodeiam e a sociedade em geral, atua num outro sistema de valores e princípios morais. Os Estados necessitam de criar um sistema global mais moderno de reação eficaz aos desafios do crime internacional para nivelar essas "vantagens".

Atualmente, existe uma sólida base de acordos de cooperação anti-criminosa dos Estados a nível global e outros.

No fundo, nas últimas décadas, foi dado um salto neste campo, criou-se todo um ramo do Direito Internacional. Uma dúzia de convenções antiterroristas é completada por uma base contratual anti-narcotráfico, a elas juntaram-se convenções sobre a luta contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção, foi elaborada uma sólida camada de tratados regionais e bilaterais.

A base jurídica internacional existente permite superar muitos obstáculos na via da organização de um combate eficaz contra o crime, mas nem, todos. Faz-se sentir o facto de muitos dos seus princípios e normas terem sido elaboradas nos anos da guerra fria e a sua realização (por exemplo, o princípio do "ou entrega, ou julga") ainda tem sinais desses anos. "As relações internacionais sentem uma clara falta de confiança, — assinalou S.V. Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, na 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. — Nisso nós vemos a principal razão que impede o avanço real para a afirmação das bases universais da segurança igual e

indivisível... Semelhante situação das coisas entra em contradição clara tanto com a conceção de segurança coletiva, contida na Carta da NU, com, o na profunda interdependência do mundo moderno, onde a maioria dos desafios e ameaças são comuns a todos, têm um caráter transfronteiriço".

As bases do quadro jurídico regulamentar das interações anti-criminosas já estão lançadas. Mas a base jurídica precisa de ser aperfeiçoada e aumentada, alargando de todas as formas o leque dos seus participantes.

Entre as prioridades estão: a criação de uma base jurídica internacional de combate ao crime cibernético. Em vigor sob a égide do Conselho da Europa neste campo, a Convenção de Budapeste de 2001 não só fica ultrapassada, mas também já não serve. Algumas das suas disposições ignoram um princípio fundamental: o respeito pela soberania do Estado. Aumenta a necessidade da elaboração pela comunidade internacional de uma convenção global. Semelhante conclusão está contida no estudo preparado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que, em Abril de 2013, foi levado ao conhecimento da Comissão da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal. O trabalho neste sentido continuará no quadro do grupo intergovernamental de peritos, criado em conformidade com a resolução 65/230 da Assembleia Geral da ONU de 10 de Dezembro de 2010.

Entrou no campo prático o *processo de institucionalização da cooperação anticriminal*. Os mecanismos dos tratados são completados por estruturas informais (mas não menos significativas: FAFT, Grupo dos "oito" de Roma/Lion, Fórum Anterrorista Global, as respetivas dimensões do "G-20", Processo Paris-Moscovo de combate aos opiáceos afegãos).

*O local central* neste sistema de coordenadas pertence à ONU, aos seus órgãos e outros institutos do mesmo perfil. Nos últimos anos, o Conselho de Segurança da ONU desempenhou o papel mais ativo na formação da resposta global contra o terrorismo. Através das suas resoluções obrigatórias para execução, foi criado um mecanismo mais moderno de interação global. A tendência dos últimos dois-três anos consiste em envolver o CS da ONU na problemática antinarco tráfico e anticriminal no contexto de situações que constituem uma ameaça para a paz e a estabilidade internacionais. Por exemplo, o CS analisou, numa sessão especial de 21 de Fevereiro de 2012, a influência nelas do crime organizado transnacional na África Ocidental e na região do Saara.

Sob a égide da Assembleia Geral da ONU foi elaborada e está a ser realizada a estratégia antiterrorista global da ONU.

Isso não diminui a importância dos esforços empreendidos a nível regional, nomeadamente sobre a égide da OTSC, OCX, CEI, OCSE, Conselho da Europa, Conselho Rússia — Nato (CRN), OEA.

Por exemplo, no Grupo Especial da Cooperação Económica Ásia — Pacífico (CEAP) para a luta contra o terrorismo, em parceria com outros

países e por iniciativa da Rússia, são analisadas questões atuais como o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, a garantia da segurança complexa dos transportes, bem como da segurança de grandes eventos sociais. No formato do Fórum Regional da CEAP para a Segurança, a Rússia, a Austrália e a Malásia chamaram a si a liderança no avanço do tema da luta contra o terrorismo cibernético.

Uma série de resoluções regionais tem um caráter inovador e exerceu determinada influência na formação das abordagens globais. Por exemplo, a Convenção sobre a Prevenção do Terrorismo, aprovada pelo Conselho da Europa em 2005, tendo a Federação da Rússia desempenhado um papel ativo. A criminalização por ela do incentivo público à realização de crimes terroristas transformou-se num apelo a todos os Estados, na resolução 1624 (2005) do CS da ONU, para proibir juridicamente semelhante incentivo, reforçando-o com um conjunto de medidas preventivas.

A dimensão regional do combate aos NDA adquire particular significado sob a ação de processos contraditórios na África do Norte e no Médio Oriente, na zona do Cotrno de África. Eles levaram à ativação de grupos terroristas, à sua circulação móvel através de fronteiras, ao armamento rápido, antes de tudo à custa dos arsenais de armas líbias, à exploração de novas fontes de financiamento. O terrorismo funde-se cada vez mais com o crime organizado, nomeadamente na África Ocidental e na zona do Saara. A atividade da "Al-Qaida" e do Movimento dos Talibãs na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão continua a gerar ameaças terroristas de envergadura transnacional em conjunto com a produção ilegal e o tráfico de drogas. O perigo de passagem desses desafios para as regiões vizinhas aumenta com a retirada do Afeganistão das forças internacionais de manutenção da paz em 2014.

A difusão impetuosa da ideologia do terrorismo e do extremismo violento, que frequentemente ocorre de forma anónima nas "redes sociais" sob as palavras de ordem das reformas, da democracia e de apelos à organização de ações de protesto na rua, é uma tendência extremamente perigosa.

Não podem deixar de preocupar as imagens transmitidas nos médias de multidões de descontentes, que manifestam as suas disposições de protesto debaixo da bandeira da "Al-qaida" e com retratos de Osama bin Laden. Registam-se tentativas de infiltração de apoiantes da "Al-Qaida" e de outras estruturas terroristas nos órgãos de poder e em organizações sociais. Tendo isso como fundo, no mundo levanta-se uma onda destruidora de radicalismo que provoca tensões perigosas interconfessionais em diversas regiões, cria condições favoráveis para atrair para grupos terroristas novos adeptos, antes de tudo jovens. Entre os novos traços do terrorismo temos a difusão do fenómeno de auto-radicalização e o aparecimento de terroristas solitários, dos quais é mais difícil proteger a sociedade.

Mais uma tendência particularmente preocupante é a infiltração do terrorismo no tecido dos atuais conflitos regionais e outros, como tem lugar, por exemplo, no Mali. Atuando sob a bandeira do separatismo, os terroristas ameaçam diretamente a integridade territorial dos Estados, minam dessa forma as bases do direito e segurança internacionais.

Provoca sérias preocupações o interesse para com a Síria da parte da "Al-Qaida" e de outras estruturas terroristas a ela associadas (por exemplo, "Djabhat an-Nusr", os seus planos de transformar esse país no seu principal ponto de apoio no Médio Oriente com vista ao posterior alargamento da atividade terrorista a outros Estados. Tendo como fundo a influência crescente de estruturas terroristas nas fileiras da oposição síria, é extremamente tomar posições consolidadas. Infelizmente, nos últimos tempos, alguns países ocidentais bloqueiam no Conselho de Segurança da ONU as propostas com a condenação de atos e ameaças terroristas no contexto dos acontecimentos sírios, o que vai contra os compromissos inerentes das resoluções do CS e da Assembleia Geral da ONU sobre a condenação incondicional dos atos terroristas, independentemente de quem, onde e por que razão são realizados.

A cooperação na luta contra o crime sofreu desenvolvimentos a nível bilateral, onde o denominador comum da confiança, regra geral, é maior. A Rússia tem mais de duas dezenas de grupos de trabalho e de outros mecanismos de consulta que agem constantemente nesta esfera com países estrangeiros, nomeadamente grupos de trabalho para a luta contra o terrorismo, para o combate ao tráfico de droga no quadro da Comissão Presidencial russo-americana. Recentemente, a eles juntou-se um sub-grupo para a segurança cibernética.

O aumento da confiança mútua cria condições para o aparecimento de *formas mais avançadas de interação*. Por exemplo, a realização de operações conjuntas (contra o tráfico de droga: "Canal" sob a égide da OTSC com a participação de um amplo leque de países, incluindo alguns que não fazem parte dessa organização).

Pode ser sintomática a participação da Rússia e dos EUA no projecto sobre a égide da UNODC para o reforço do potencial do serviço de combate contra o narcotráfico da Quirguízia.

No quadro da ONU continua um trabalho complicado que está ligado ao avanço da nossa política sobre questões de combate à *pirataria*. Com base na resolução 1851 do CS da ONU para a coordenação de ações dos Estados e organizações internacionais na luta contra a pirataria, foi criado um mecanismo, o especial: o Grupo de Contacto para a Pirataria nas Costas da Somália (GCPCS), do qual (num total de cerca de 50 Estados) faz também parte a Rússia. No seu quadro foram formados cinco grupos de trabalho que analisam diferentes aspetos ligados a esse fenómeno. No quadro do GCPCS foram apontadas vias

posteriores do aumento de eficácia das medidas tomadas pela coligação internacional contra a pirataria. Entre as prioridades estão a apresentação de iniciativas russas que visam garantir a irreversibilidade da responsabilidade por crime tão perigoso, outros esforços para garantir a segurança de ataques de piratas (incluindo a instalação de segurança militar a bordo dos navios comerciais), a destruição da motivação financeira e económica da pirataria naval. Veio bem a propósito a iniciativa da UNODC, que, juntamente com o Banco Mundial e a Interpol, prepara a publicação de um estudo global sobre as correntes financeiras ilegais ligadas à pirataria nas margens da Somália. *A nova qualidade doadora da Rússia* abre mais possibilidades para iniciar, sob a égide da ONU, uma cooperação anticriminal eficaz.

Seguramente já se justificou o projeto de preparação de quadros para o combate ao tráfico de droga para o Afeganistão e os países da Ásia Central na base do Instituto de Melhoramento da Qualificação do MI da Rússia em Domodedovo (no quadro do Conselho Rússia — NATO com o apoio da UNODC. Sob a égide desta direção realiza-se quatro projetos de combate à corrupção, financiados por um contributo voluntário russo para o fundo da UNODC: "Criação e apoio do funcionamento da biblioteca jurídica eletrónica da ONU na esfera do combate à corrupção"; "Preparação de peritos governamentais para o combate à corrupção"; "A elaboração, sob a égide da, de uma manual prático para prevenir a corrupção quando da organização e realização de grandes iniciativas sociais" e "Preparação de uma direção unificada para a comunidade empresarial de combate à corrupção".

Consideramos útil a participação da *comunidade empresarial* nos esforços anticriminais, claro que por interesse mútuo. Por exemplo, a criação de empregos, principalmente nas regiões onde há excesso de quadros não são só uma fonte potencial de rendimentos. Isso contribui também para o enfraquecimento da base sócioeconómica do crime, que, regra geral, lança profundas raízes precisamente onde reinam a pobreza, o desemprego, a falta de condições para a vida normal. A Rússia é uma iniciadora da parceria com o mundo de negócios na luta contra o terrorismo. Por proposta da presidência russa no "G 8", realizou-se, em 2006 em Moscovo, uma conferência que lançou as bases da interação estatal-privada no combate ao terrorismo.

É importante levar essa experiência também para outras esferas, tais como a luta contra o narcotráfico, a corrupção. Por iniciativa da parte russa e com o seu apoio financeiro, em Maio de 2012, na Áustria, realizou-se, sob a égide da Academia Anticorrupção Internacional, um seminário para os países da CEI e da Europa do Leste sobre a preparação das estruturas empresariais e das suas organizações profissionais para o combate à corrupção. Em Abril de 2012, a Comissão da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal aprovou a iniciativa russa de começar o trabalho com a

comunidade empresarial para a formação das bases da cooperação internacional na garantia da segurança da esfera turística de ataques terroristas e criminosos.

Tencionamos continuar a utilizar ativamente o factor económico como importante direção que completa os esforços pela linha dos órgãos de segurança na luta contra os desafios do crime. Um exemplo disse são as decisões tomadas por iniciativa da Rússia, em Fevereiro de 2012 em Viena, na Terceira Conferência Ministerial do Pacto de Paris para o combate contra os opiáceos afegãos. Entre as tarefas primordiais por ela definidas estão o impedimento de fornecimentos de precursores para a produção final de drogas e das correntes financeiras do narcotráfico afegão. Um grupo especial de ações financeiras (FATF) dedica-se agora a esse último tema por iniciativa da Rússia.

Em Abril de 2013, a Comissão da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal apoiou a iniciativa conjunta da Rússia e da África do Sul de realização, sob a égide do Instituto de Investigação Científica Interregional da ONU para as questões do crime e da justiça, de um estudo profundo sobre o tema do impedimento do tráfico de metais preciosos e da utilização dos lucros com eles para fins criminosos. Esta ideia, que recebeu por iniciativa da Rússia apoio das mais importantes companhias exploradoras e transformadoras membros da Associação Internacional da Platina, deve ser realizada no formato de parceria público-privada.

Em Novembro de 2012, realizou-se em Lima uma conferência representativa que determinou a *estratégia internacional de desenvolvimento alternativo* para o combate à ameaça do narcotráfico. Consideramos que as ideias nela contidas são completamente aceitáveis e, num plano mais amplo, são alternativa a qualquer criminalidade, uma opção a favor do desenvolvimento estável e da prosperidade. No centro do trabalho para o desenvolvimento alternativo deve continuar a estar a preocupação com o homem, a garantia dos seus direitos, nomeadamente à existência digna e segura, a uma remuneração adequada pelo trabalho honesto.

A sinergia de esforços dos Estados e respetivas organizações internacionais, tais como as estruturas antiterroristas da ONU, a UNODC, o UNDP, a UNIDO, a FAO, institutos financeiros internacionais, comissões económicas regionais da ONU. É preciso alargar a cooperação para o desenvolvimento alternativo no formato de parceria público-privada.

A redução da base social do terrorismo e outras manifestações do crime a ele estreitamente ligadas é impossível sem uma luta sistémica pelos cérebros e corações das pessoas, para reduzir a zero a tolerância face ao crime. A sociedade civil, antes de tudo as ONG's, homens ligados à cultura e religião, deve dar um importante contributo para estes esforços. É importante privar os terroristas e os seus seguidores da auréola de combatentes pela

liberdade, mostrar a malignidade da toxicod dependência e da corrupção, impedir o recrutamento, principalmente de jovens, para grupos criminosos.

O estado e a sociedade civil, na pessoa dos homens de negócio, ONG's, órgãos de informação, são aliados potenciais. É preciso procurar nestas questões o interesse comum e organizar a nossa cooperação para que não consigam dividir os esforços conjuntos. Aqui, os objetivos coincidem: proteger a sociedade das metástases da corrupção, narcotráfico, terrorismo e de outras pestes criminosas.

Todos estes campos do trabalho estão ligados ao emprego de métodos de "persuasão branda", extremamente necessários nas condições atuais. Este formato recebe apoio em diferentes regiões do mundo (nomeadamente nas afetadas por um alto nível de perigo da criminalidade) na solução de tarefas da prevenção do radicalismo, do impedimento da difusão da ideologia e propaganda do terrorismo, do recrutamento, nessa base, de adeptos de grupos terroristas e de outros grupos criminosos. No contexto da pressão sem emprego de força, é mais prático procurar vias efetivas de neutralização da ameaça de extremismo, fazer avançar os princípios da tolerância na sociedade, alargar o trabalho com centros científicos e educativos, órgãos de informação, ONG's, organizações religiosas e empresários.

Claro que a solução das tarefas inumeradas não deve ser vista como desvalorização da componente policial, nomeadamente da troca de informações, realização de manobras conjuntas, cooperação no campo da perseguição jurídica dos criminosos e da garantia da irreversibilidade da sua responsabilidade, do corte do financiamento, dos fornecimentos de armamentos e de outros apoios a eles, bem como apoio na preparação de quadros qualificados e no aperfeiçoamento das legislações nacionais. A Rússia continuará a ser adepta da abordagem complexa na luta contra o terrorismo e outra criminalidade.

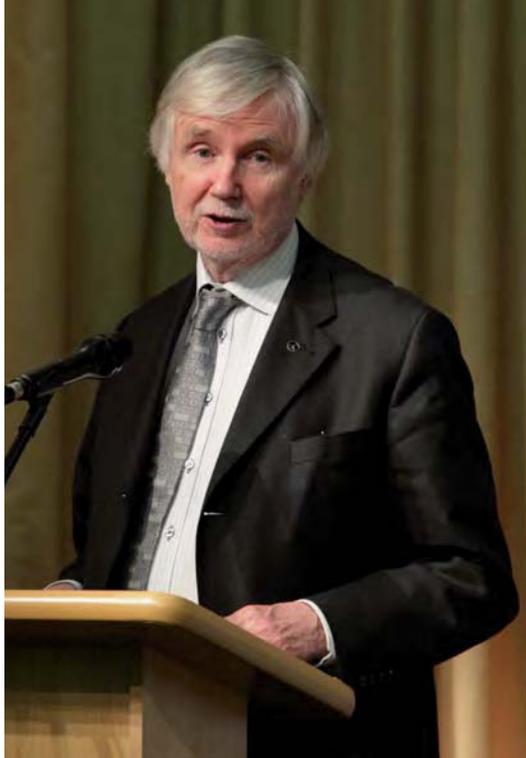
É importante evitar elementos de confrontação. Nestas condições, aumenta seriamente a importância da "diplomacia em rede". O cumprimento invariável do Direito Internacional, a afirmação da sua supremacia nos assuntos internacionais continuam a ser um imperativo da cooperação na luta contra o crime.

A luta contra novos desafios do crime está firmemente integrada na política externa da Federação da Rússia como uma das prioridades estratégicas.



Erkki TUOMIOJA

*Ministro das relações  
exteriores da Finlândia*



## DESAFIOS GLOBAIS E A RESPONSABILIDADE

Vivemos no mundo de mudanças cada vez mais rápidas e da crescente incerteza. O fator central da globalização é o crescimento da população mundial. Um outro fato incondicional é que vivemos num mundo, cujo traço característico é a dependência recíproca cada vez maior. Muitos problemas, — seja a piora do meio-ambiente, a segurança alimentar ou a alteração do clima, — estão ligados diretamente a tendências demográficas mundiais.

A dependência recíproca, os seus aspectos positivos e negativos, — é algo que nenhum país ou nação pode evitar. É também o fator que determina se temos um futuro comum ou ele simplesmente não existe. É possível que na melhor das hipóteses tenhamos apenas algumas décadas para o desenvolvimento ecológico, social e econômico estável.

---

*Эрkki ТУОМИОЙЯ, Министр иностранных дел Финляндии  
ГЛОБАЛЬНЫЕ ВЫЗОВЫ И ОТВЕТСТВЕННОСТЬ*

Embora o nosso futuro seja, certamente, comum, nem sempre admitidos este fato e nem sempre o encaramos da mesma maneira. Durante os últimos séculos, alguns países, — na sua maioria, europeus, e o Ocidente em geral, — abriram o caminho de desenvolvimento global — quer se trate da elaboração de tratados internacionais ou da criação do espaço financeiro comum. Nós, no Ocidente estamos habituados a interpretar a nossa longa liderança no mundo como algo dado, ou, pelo menos, como uma situação natural. Mas na realidade a situação não é esta.

Uma mudança significativa deu-se há apenas alguns anos, quando o "G 20" substituiu "G 7" ou "G 8", tendo se tornado o foro mais conveniente para a gestão global.

Uma outra tendências significativa foi o surgimento de um novo grupo de países, chamado de diversas maneiras: países emergentes, países CIVETS (isto é, Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e República Sul-Africana, — uma associação informal de países com economia em fase de crescimento rápido e população jovem e crescente), o "Grupo dos onze" (o México, Nigéria, Egito, Turquia, Irão, Paquistão, Bangladesh, Indonésia, Vietnã, Coreia do Sul e Filipinas. Eles foram destacados na qualidade de países, cujas economias têm alta probabilidade de se transformarem em maiores locomotivas do sistema internacional de relações econômicas do século XXI, ao par dos países que integram o grupo BRICS) e outros, incluindo os que fazem parte do grupo BRICS. BRICS (do inglês BRICS), compreende cinco países em fase de desenvolvimento rápido, ou seja, o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a República Sul-Africana). O futuro crescimento da economia mundial e, em particular, dos mercados de fundos, será garantido precisamente à custa de desenvolvimento da economia destes países. Esta alteração na nomenclatura reflete os processos de alteração da "paisagem" global. Nenhuma destas associações, salvo os países do grupo BRICS, se identifica univocamente com uma determinada lista de países. Uma vez que não estou plenamente de acordo com nenhuma das variantes destes nomes, resolvi chamá-los no meu artigo "países E" ("The E countries" — um termo do autor), deixando a cada ouvinte a possibilidade de criar a sua própria lista de países que na sua opinião devem ser incluídos nesta categoria.

Os Estados Ocidentais, que tinham criado, conta grossa, a ordem internacional com as suas normas e instituições, não determinam mais a globalização. Esta tendência tornou-se central na análise de mudanças globais, apresentada na Conceção, recentemente aprovada, da política externa da Rússia. Esta análise é correta em muitos sentidos.

Estou também de acordo de que no equilíbrio global de forças verifica-se uma inclinação a favor dos países emergentes. Praticamente a única coisa

que podemos dizer sobre o futuro das relações internacionais é que a sua incerteza aumenta cada vez mais.

Posso apenas concordar com a opinião, também formulada na concepção, de que “nas condições da turbulência global e crescente dependência mútua dos Estados e dos povos, as tentativas de construir <certos oásis isolados de tranqüilidade e de segurança> já não têm mais perspectivas. Estou também de acordo com a afirmação de que “na atual etapa as alianças político-militares tradicionais não podem asseverar a resistência a toda a variedade de desafios e ameaças do dia de hoje, devido ao seu caráter transfronteiriço”. Eu diria, inclusive, que para resolver problemas globais é preciso algo totalmente diferente das alianças militares.

Compartilho também a posição dos que consideram que nenhum país pode consolidar a sua segurança, nem elevar o seu bem-estar procurando atuar isoladamente dos outros. Mas é igualmente justa a concepção de que dificilmente conseguiremos consolidar a segurança própria, isolando um certo Estado.

Os acontecimentos que se deram ultimamente no Próximo Oriente e no Norte da África, assim como os eventos na Coreia do Norte, tornaram evidente que o isolamento da crise se não é impossível, é, pelo menos, um processo muito difícil. Os pontos quentes, em que se dão desordens, praticam-se violências e sofrem pessoas exercem influência sobre a situação fora dos seus limites nacionais, sobre a situação ao nível regional e, inclusive, mundial.

É preciso fazer muito para consolidar a segurança e a solução destas questões requer uma atitude complexa. Repito: a nossa interpretação de ameaças transfronteiriças é muito semelhante ao enfoque, formulado na Concepção da Política Externa da Rússia. Na ordem do dia constam o risco de extensão de armas de extermínio em massa, o terrorismo internacional, o tráfico descontrolado de armas, — embora tivéssemos dado um importante passo para a frente assinando o tratado que regula o comércio de armas, — a migração ilegal, a pirataria marítima, o tráfico de drogas, a corrupção, a falta de recursos indispensáveis, a pobreza, a alteração do clima, assim como a segurança nas esferas cibernética e alimentar. Eis a lista que mostra a visão geral das ameaças. É um bom ponto de partida.

A fim de conseguir a defesa a longo prazo e geral e, o que é especialmente importante, a fim de eliminar as causas radicais, que põem em perigo a segurança, temos que atuar em conjunto. Isto significa ao nível global a diminuição da desigualdade e da pobreza, assim como a luta contra as mudanças do clima e contra a destruição do meio-ambiente. Temos que fazer também grandes esforços a fim de melhorar a situação nos países e sociedades instáveis. Isto requer ações, empreendidas pelo menos em dois sentidos.

Devemos, em primeiro lugar, consolidar as bases das sociedades instáveis. A democracia e o desenvolvimento caminham de mãos dadas. É muito importante diminuir e, futuramente, inclusive, liquidar a desigualdade econômica, política e social, assim como, contribuir para a eliminação de diferenças étnicas, culturais e religiosas. A igualdade dos cidadãos é premissa indispensável de funcionamento da democracia. A supremacia da lei, os direitos do homem e a democracia são elementos não somente inseparáveis, mas, inclusive, características básicas de qualquer sociedade estável e segura. A verdadeira democracia requer reformas econômicas que sejam combinadas com a distribuição justa dos resultados do crescimento e do desenvolvimento da economia.

Talvez seja difícil qualificar como certa a afirmação de que a observância dos direitos humanos e dos princípios da democracia estava nas mãos certas enquanto os Estados ocidentais dirigiam o trabalho no quadro da ordem do dia internacional. O deslocamento do poder econômico e político em direção aos Estados emergentes permitiu a estes últimos desempenhar um papel mais importante no processo de defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em segundo lugar, a fim de erradicar as causas da pobreza, é preciso tomar medidas em diversas esferas da gestão global e, especialmente, na esfera de gestão da economia global. Uma das medidas indispensáveis é a reforma do sistema financeiro mundial. Devemos diminuir a volatilidade e os riscos potenciais. Como é natural, os "países E" participam ativamente deste processo.

Os "países E" deparam, assim como antes, um problema duplo. Os desafios globais exigem deles dar a sua parcela da responsabilidade para a causa de consolidação da segurança global. Por um lado, a participação de "países E" é indispensável para consolidar a segurança global num contexto multilateral. Um outro participante insubstituível deste processo é a ONU forte. Por outro lado, estes países são indispensáveis na qualidade de parceiros e ajudantes potenciais nas relações bilaterais com os países emergentes. Vemos, todavia, que os esforços, feitos a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico continuam vãos se não se aplicam paralelamente à aspiração ao progresso na esfera de direitos humanos, democracia e supremacia da lei.

Mas ao exortar os "países E" a assumir uma responsabilidade maior na esfera de gestão da segurança e na contribuição para o desenvolvimento econômico e social, não devemos esquecer que estes Estados enfrentam problemas do seu próprio desenvolvimento econômico e da estratificação social.

Ao formar um sistema de gestão, capaz de continuar estável nas condições da crescente incerteza, deparamos ameaças para a segurança. Necessitamos,

certamente, tanto de uma ONU forte, como das organizações regionais eficientes, que correspondam à ordem global em regime de formação.

As alianças dos países — correligionários podem divergir uma da outra quanto à composição em conformidade com o problema que se resolve; nos nossos tempos as alianças permanentes são raras ou simplesmente não existem. Na realidade estamos avançando rumo à época de diplomacia internacional e sistema geral que terão um caráter reticular. Ao analisar a questão de vias mais eficientes de solução de problemas globais, devemos dedicar devida atenção ao potencial e entusiasmo da sociedade civil e reconhecer estes fatores. Podemos e devemos exigir a transparência dos sujeitos da sociedade civil, mas a desconfiança em relação aos seus motivos torna-se frequentemente inconveniente e contraproducente. A maioria dos sujeitos da sociedade civil chegaram a mesmas conclusões que os governos — é preciso mudanças. Premissas indispensáveis para alcançar os seus objetivos, que são frequentemente compartilhados por nós, são a monitoração regular, a criação de redes e ações globais.

Nós todos, na nossa qualidade de profissionais nos assuntos internacionais, compreendemos a necessidade de ações globais, assim como a necessidade de reconhecer que os sujeitos da sociedade civil são importantes parceiros na solução de problemas mundiais. O papel de semelhante sociedade na diplomacia foi reconhecida e é importante. Eu diria, inclusive, que a habilidade de incorporar os representantes da sociedade civil na colaboração é fator determinante no futuro da diplomacia. Isto diz respeito não somente a organizações não governamentais, a que apoiamos e que participam das nossas concepções, mas, — o que é ainda mais importante, — procuramos colaborar também com as organizações que representam pontos de vista diferentes dos nossos.

Creio que as nossas opiniões a respeito da paisagem global em vias de formação e os modos de resistência a ameaças globais coincidem. É possível que o principal ponto de divergência das nossas concepções é a responsabilidade pela preservação da situação na esfera de democracia e dos direitos humanos e as vias do seu melhoramento.

Existem duas razões que me fazem utilizar o tempo restante a fim de explicar as nossas posições a respeito desta questão. Em primeiro lugar, estas questões têm uma importância enorme para a segurança global e, em segundo lugar, as divergências nas nossas concepções não são tão grandes como se considera habitualmente.

Não creio que alguém negue o papel principal do Estado na defesa dos seus cidadãos e dos seus direitos, assim como a necessidade de esgotar todos

os meios pacíficos possíveis antes de recorrer a sanções ou à força militar ou antes da intromissão, por parte da comunidade internacional preocupada.

A questão de soberania é tida frequentemente como a linha divisória entre o Ocidente e os "países E", mas também neste caso existe a tendência de simplificação. Por exemplo, o ponto de vista dos EUA para com a questão de soberania é mais próxima da respectiva concepção dos "países E", ao contrário dos países da União Europeia, que reconhecem o valor da soberania delegada no mundo mutuamente dependente.

Os "países E" manifestam às vezes a preocupação por motivo da política do Ocidente no tocante à influência sobre a situação na esfera de direitos humanos e da democracia, pois consideram esta política uma violação da soberania estatal. Creio, todavia, que ao mesmo tempo existe o consentimento de princípios a respeito da necessidade de defender e estimular os direitos humanos e a democracia. Não devemos encarar as questões na base do conceito errôneo de que os Estados emergentes teriam lançado algum desafio aos regimes democráticos e aos direitos humanos.

O que nos falta é o consentimento a respeito dos modos e meios de consecução destes objetivos e obrigações universais. As questões de supremacia da soberania e dos princípios de não intromissão, assim como, de não aplicação de sanções ou da força quando da defesa destes valores são excepcionalmente delicadas.

O problema não consiste no fato de que os valores, preconizados pelo Ocidente, sejam incorretos ou inspirem uma certa desconfiança. Pelo contrário: não tenho dificuldades com a sua definição e creio que os nossos valores na esfera dos direitos humanos e da democracia têm um caráter universal. Por esta mesma razão sinto um certo embaraço quando qualificamos estes valores como "ocidentais" ou "europeus". Gostaria de assinalar com prazer que a Rússia se considera um país que compartilha valores democráticos universais, incluindo os direitos e as liberdades do homem.

É evidente que o desenvolvimento da democracia e dos direitos humanos irá seguir vários rumos com a utilização da diplomacia multilateral e bilateral, assim como mediante o desenvolvimento de programas que apóiam as bases da democracia, incluindo a ampliação dos direitos das mulheres, dos inválidos e das minorias sexuais.

Um exemplo patente do choque entre a dependência mútua e os princípios de não intromissão, que reflete também a alteração do equilíbrio de forças, é a concepção "A obrigação de defender" (R2P). (Em inglês "The responsibility to protect", RtoP ou R2P), uma iniciativa da ONU, posta em ação em 2005. Esta concepção inclui vários princípios, unidos pela idéia de

que a soberania não é um privilégio, mas, sim, uma obrigação. Em conformidade com esta concepção a soberania não somente concede aos Estados o direito de controlar os seus assuntos internos mas também impõe a responsabilidade de defender as pessoas que residem dentro dos limites destes Estados. Nos casos em que o Estado é incapaz de defender as pessoas, — seja devido à ausência dos respectivos ensejos ou da vontade, — a responsabilidade passa à comunidade internacional).

A realização prática da concepção R2P no conflito líbio continua uma questão diplomática e política, o que não promete nada de bom para a utilização desta concepção no futuro.

Os acontecimentos na Líbia podem ser considerados um caso extremo, pois eles não somente ativaram o mandato do Conselho de Segurança da ONU para a aplicação da força militar em prol da defesa de civis, mas também resultou na troca do regime, o que é considerado um precedente discutível.

Todas as partes podem aproveitar a situação na Líbia para tirar lições de como planejar, interpretar e executar resoluções do Conselho de Segurança.

Um fator de importância vital consiste em que os eventos na Líbia não devem contribuir para a ulterior debilitação do prestígio e dos ensejos do Conselho de Segurança da ONU na qualidade do principal instrumento de manutenção da paz e da segurança no mundo. A reforma do Conselho deve continuar na ordem do dia tanto para os Estados ocidentais, como para os "países E". Embora a proposta do Brasil sobre a "responsabilidade durante a defesa (RWP) tivesse deparado uma certa resistência, ele levantou a questão da necessidade de atribuir uma outra interpretação a "R2P".

Pode-se apenas saudar o fato de que os "países E" preferem participar da gestão global através de meios tão delicados como a mediação, diplomacia cuidadosa e interação construtiva.

Os "países E" apóiam também a atividade na esfera de democratização e de estimulação dos direitos do homem, concentrando as suas atenções no nível regional. Esta atitude é preferível para a regularização de conflitos e deve ser estimulada e utilizada como uma oportunidade de travar um diálogo mais estreito.

Necessitamos de um diálogo mais aberto e construtivo a fim de livrar-se das divergências existentes no tocante à questão de importância da soberania, autodeterminação, intromissão e sanções.

Compartilhamos o ponto de vista comum relativamente à ameaça à segurança e a muitos outros problemas globais. Compreendemos também que para eliminar as ameaças à segurança é preciso reduzir o número de Estados instáveis, diminuir a pobreza, desenvolver a democracia e procurar conseguir a supremacia da lei e dos direitos humanos. Compreendemos

também a necessidade de partilhar a responsabilidade. A concatenação dos objetivos é um bom ponto de partida para a busca da compreensão comum dos meios.

**Armen Oganecian, redator-chefe da revista "Vida Internacional":** Gostaria de fazer uma questão sobre a crescente diáspora russófona na Finlândia. Qual é o seu enfoque desta tendência?

**Erkki Tuomioja:** Esta tendência é, certamente, positiva. Constatamos com prazer o crescimento da diáspora russófona que agora constitui cerca de 60 mil pessoas. Saudamos este fator que nos permite manter o intercâmbio cultural e incrementar o potencial econômico. Trata-se, indubitavelmente, de um fenômeno importante que se tornou uma parte dos processos gerais de globalização.

Sei que cidadãos da Finlândia emigram para diversos países em regime permanente ou temporário. Nós, todos, devemos buscar as vias de coexistência pacífica e a concordância a respeito dos métodos de exame e de solução dos problemas que podem surgir por este motivo. Mas nós saudamos estes fenômenos, visto que a diáspora russa é a maior diáspora que não domina a língua finlandesa.

Existem também certos problemas concretos pois aumenta o número de casamentos mistos entre os cidadãos da Rússia e da Finlândia. Compreendemos que os casamentos nem sempre continuam eternamente, surgem vários outros problemas. Mas neste caso se trata das questões, que não se limitam a casamentos entre os russos e os finlandeses: questões análogas que acompanham o processo de globalização surgem também em outros países. A diáspora russa na Finlândia não é tão grande assim e nós saudamos a imigração da Rússia que cria novos ensejos nas esferas da economia e da cultura.

**Lev Klepatski, professor da Academia da Diplomacia junto do Ministério das Relações Exteriores da Rússia:** A Rússia considera tradicionalmente a Finlândia como um país neutro, que não faz parte dos blocos militares. O quanto a fidelidade à política de não-alinhamento militar é popular na Finlândia?

**Erkki Tuomioja:** Ao contrário da maioria dos países do mundo, a Finlândia não se considera um país neutro. A neutralidade pertence, antes, à época da guerra fria. A Finlândia não faz parte de nenhuma associação militar, é uma parte do regime de não-alinhamento e não pretende mudar este status, o que foi confirmado pelo programa governamental e pela sinopse da política na esfera de segurança e de defesa, que foi submetido em setembro ao exame do parlamento. Creio que na Finlândia existe um determinado consenso a respeito da não alteração deste status.

**Elena Ananieva, pesquisadora sênior do Instituto da Europa junto da Academia de Ciências Russa:** Há pouco nas relações internacionais surgiu o fenômeno de chamada "diplomacia reticular". Quais são os problemas da Europa, Senhor Ministro, que na sua opinião podem ser resolvidos com ajuda deste instrumento internacional novo?

**Erkki Tuomioja:** Quanto à "diplomacia reticular", gostaria de mencionar como exemplo as conversações e os processos de conclusão do acordo de comércio de armas nos EUA. Vários co-autores encetaram este processo há sete anos no quadro da ONU. Este grupo incluía a Grã Bretanha, Finlândia, Austrália, Quênia, Argentina e Costa Rica.

A Rússia e a Finlândia poderiam participar por sua vez da "diplomacia reticular" no futuro. Por exemplo, nós discutimos esta questão no processo de conversações com Serguei Lavrov. É provável que possamos examinar e buscar os ensejos de cooperação nas questões de situação da mulher. Esta questões importantes da ordem do dia dos países setentrionais incluem também a "cooperação reticular" com outros Estados interessados.

Quanto a União Europeia, nós procuramos impedir o surgimento de novas linhas divisórias nesta associação, — o seu número já é mais do que suficiente. Certamente, a crise na zona do euro pôs também a nu o papel que o euro desempenha nestes países, pôs a nu a responsabilidade dos países que não são membros da zona do euro. No entanto, o euro é um projeto comum. Por isso, espera-se que os países que se encontram fora da zona do euro devam, — nem que seja no futuro próximo, mas mais tarde, — aderir à zona do euro na medida em que nós consigamos regular a crise e elaborar mecanismos destinados a impedir semelhantes crises no futuro. Será preciso muito tempo para conseguir isso. Creio que o princípio de cooperação mais ampla entre pequenos grupos de países no quadro da União Europeia funciona. No entanto, a Finlândia encara isso como medidas extrema no seu trabalho. Temos elaborado, por exemplo, uma política comum na esfera da defesa que analisa, em primeiro lugar, a questão de prevenção da crise. A Finlândia gostaria que todos os 27 países trabalhem em conjunto, sem linhas divisórias.

**Aleksandr Konkov, pesquisador do Centro da Análise junto do governo da Federação Russa:** Todos os dias um número bastante grande de cidadãos russos visita a Finlândia. O que pensa do regime de supressão de vistos entre a Rússia e a União Europeia?

**Erkki Tuomioja:** Temos dado diversos passos que nos aproximam da introdução do regime de supressão de vistos. Não creio que isso se dê num futuro longínquo. Será preciso uns dois anos. No ano passado 12 milhões de pessoas atravessaram a fronteira russo — fina no ano passado. Os russos receberam 1,3 milhões de vistos, sendo 80% deles, vistos que permitem ao

seu portador visitar a Finlândia várias vezes. Embora o regime de vistos ainda esteja em vigor, ele não impede os russos de visitar a Finlândia. O fluxo de turistas para o nosso país cresce de ano em ano. Gostaria de apontar um momento que tenho abordado coerentemente ao discutir as relações entre a Rússia e a União Europeia. Tenho levantado esta questão também nos encontros bilaterais, como, por exemplo, o encontro de hoje com Serguei Lavrov. Eu gostaria que aumente o intercâmbio de estudantes universitários entre a Rússia e a União Europeia. Entre os estudantes universitários estrangeiros que fazem cursos na maioria dos países — membros da União Europeia, incluindo a Finlândia, predominam os chineses e não os russos. Gostaria que aumente o número de estudantes russos na Finlândia e de finlandeses, na Rússia. Pode-se alcançar este objetivo na medida em que passamos ao regime de supressão de vistos. Mas mesmo o regime de vistos não é um obstáculo para o incremento de contatos humanos.

**Dmitri Klimov, redator-chefe do jornal "Rossiskie Vesti":** Quais são as perspectivas da colaboração russo — finlandesa na exploração do Ártico?

**Erkki Tuomioja:** Entre a Rússia e a Finlândia existe a parceria ártica bilateral que inclui encontros e projetos concretos. Somos membros do Conselho da Região do mar de Barentz e do Norte do Ártico, somos também um dos oito membros do Conselho Ártico e colaboramos também com o Canadá. O Conselho Ártico é o foro mais importante de desenvolvimento da cooperação e da exploração do Ártico, pois ele não somente prevê medidas concretas, mas também elabora o quadro jurídico desta colaboração. Cremos que o Conselho Ártico deve ser considerado como o mais importante foro, destinado a predeterminar o futuro desenvolvimento da região ártica.

Além deste conselho e do Conselho da Região do mar de Barentz e do Norte do Ártico existem muitos outros mecanismos de cooperação. Este fator também se reflete no desenvolvimento da parte Norte da Europa — cresce o número de travessias da fronteira por representantes da sociedade civil, dos círculos científicos e de negócios. Nós todos sabemos que tem aumentado o número de desafios, relacionadas a problemas de ecologia. Sabemos que o Ártico é um meio frágil. Por isso, é preciso utilizar os ensinamentos do desenvolvimento econômico e da infra-estrutura de transportes para defender esta região. É preciso aplicar também padrões ecológicos mais duros.



## Vadim LUKOV

*Embaixador para missões especiais, coordenador do Ministério das Relações Exteriores da Rússia para questões do "Grupo dos Vinte"*



# CÚPULA DE DECISÕES GLOBAIS

## Resultados do encontro dos líderes do "Grupo dos Vinte" em São Petersburgo

A cúpula de São Petersburgo, realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2013, resultou o evento culminante do "ano russo" na vida de "G 20", — o principal foro da colaboração econômica internacional dos Estados que integram este grupo.

### NA VÉSPERA DA ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA

O processo de elaboração das prioridades e do programa da presidência começou ainda na primavera de 2012. Foi estudada com atenção a experiência dos nossos antecessores, assim como a experiência da própria Rússia nos foros de envergadura e perfil semelhantes (o "G 8" em 2006,

---

*Вадим ЛУКОВ, Посол по особым поручениям, координатор МИД Российской Федерации по вопросам «Группы двадцати»  
САММИТ ГЛОБАЛЬНЫХ РЕШЕНИЙ*

a Organização de Colaboração de Xangai em 2008-2009 e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico em 2012).

A determinação das prioridades da presidência tornou-se um sério desafio para a parte russa. Foi preciso levar em consideração um grande número de diversos vetores no desenvolvimento da economia e das finanças mundiais à luz da evolução da posição dos membros do "grupo dos vinte". Existia mais um fator que não podia ser ignorado — a realização irregular das decisões anteriores do "G 20", o que permite tecer periodicamente considerações sobre a queda da eficiência deste foro e do seu papel na qualidade de um dos mecanismos de gestão global.

Ao formular as prioridades da sua presidência, a parte russa partia da suposição de que a situação na economia global agora é melhor do que há cinco anos, quando foi realizada a primeira cúpula de "G 20". Restabelece-se o processo de crescimento econômico, mas os riscos são ainda muito grandes. Os problemas mais importantes são o ritmo baixo de desenvolvimento da economia global (em 2012 o PIB cresceu 3,2%; o prognóstico do mesmo índice para este ano, feito pelo Fundo Monetário Internacional é 2,9%); a preservação de um nível excepcionalmente alto de desemprego (cerca de 200 milhões de pessoas); o ciclo de investimentos frouxo no setor real da economia; a conservação de uma grande tensão na esfera orçamentário-financeira de muitos países da zona do euro e o nível da dívida estatal do Japão e dos EUA, que ultrapassa todos os limites admissíveis. Um outro momento negativo é a tendência de diminuição dos ritmos de crescimento do PIB que se delineou nos países com a economia de mercado em vias de formação e nos países emergentes (em 2012 este índice era igual a 4,9% e em 2012, a 4,5%).

A todos estes fatores de caráter objetivo, que constituem o pano de fundo nada simples da presidência russa em "G 20", é preciso acrescentar mais fator, — de caráter subjetivo. Trata-se do ceticismo, incentivado proposadamente por toda uma série de políticos e peritos do Ocidente a respeito da capacidade do nosso país de garantir a direção competente do mais importante foro econômico internacional. Neste plano são típicas as considerações dos antigos adjuntos do ministro das finanças dos EUA M. Medish e D. Lucic: "Existe a preocupação real pois a Rússia não tem objetivos concretos, nem plano bem claro de como deve ser a herança ideológica da cúpula de São Petersburgo..."

Entre os participantes estrangeiros do foro de "G 20" é comum o conceito de que "Nenhum plano existe". Era corriqueira também a teoria "burocrática" de que a presidência russa iria resultar inevitavelmente em

fracasso. De acordo com esta última, os recursos intelectuais e organizacionais das autarquias, que constituem o bloco econômico do governo russo na véspera da presidência em "G 20," estão "absorvidos" pela presidência russa em outro grande foro econômico internacional — a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. Afirmava-se que a Rússia não teria forças suficientes para analisar a fundo as prioridades e o programa de trabalho no quadro de "G 20". Daí se tirava uma conclusão "compenetrada": a presidência russa será tão somente um período de transição "cinzento" do México para a Austrália.

## AS PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA TRANSFORMAM-SE EM DECISÕES DE "G 20"

Na realidade, a parte russa tinha desenvolvido de antemão um sistema de prioridades da sua presidência e o plano da sua realização. Estes planos foram publicados já em dezembro de 2012 durante o primeiro encontro dos xerpas de "G 20" em Moscou.

A Rússia definiu na qualidade da sua tarefa primordial a estimulação do crescimento econômico e a geração de novas vagas de trabalho, o que se deve alcançar, em primeiro lugar, mediante a estimulação de investimentos, gestão eficiente e elevação da confiança nos mercados.

Outras prioridades são:

- Busca de novas fontes de financiamento dos investimentos no setor real da economia;
- Aperfeiçoamento do sistema de comércio multilateral;
- Solução dos problemas de "erosão" da base tributária e da transferência dos lucros através das fronteiras, luta contra a sonegação de impostos e o aperfeiçoamento da transparência do sistema de tributação;
- Promoção da reforma da arquitetura financeira internacional, incluindo a reforma do Fundo Monetário Internacional;
- Aperfeiçoamento da regulação dos mercados financeiros, incluindo a solução do problema do "banco grande demais para falir";
- Diminuição dos riscos relacionados ao funcionamento do sistema bancário "sombra";
- Intensificação da colaboração na luta contra a lavagem do dinheiro e do financiamento do terrorismo;
- Ampliação do acesso da população a serviços financeiros e à educação financeira;
- Definição das novas prioridades de "G 20" na esfera de ajuda para o desenvolvimento dos países mais pobres do mundo (em vista da conclusão

da execução do Plano de Ações de Seul, que o "G 20" tinha aprovado na cúpula de novembro de 2010);

- Consolidação da estabilidade da política energética e da estabilidade dos mercados mundiais de matérias-primas;
- Luta contra a alteração do clima;
- Intensificação da colaboração na luta contra a corrupção;

Na cúpula de São Petersburgo conseguiu-se discutir os planos de trabalho ou decisões práticas importantes a respeito de quase todas as prioridades acima indicadas.

Foi aprovado o "Plano de ação de São Petersburgo" que define a estratégia dos Estados — participantes deste foro com vista a conseguir um crescimento estável e equilibrado. Neste plano consta o consenso no tocante à questão da necessidade de combinar a política de apoio do devido ritmo de crescimento econômico com a observância de padrões de prazo médio de consolidação fiscal para cada país concreto. O próprio fato de consecução deste acordo é um grande êxito da cúpula.

Pela primeira vez na prática de "G 20" para cada país foram indicados objetivos de prazo médio na esfera de diminuição do orçamento e da dívida estatal e de promoção de reformas estruturais gerais. Trata-se dos passos amadurecidos de regulação do mercado de trabalho e de tributação, de desenvolvimento do capital humano, de modernização da infra-estrutura e de ordenação de mercados.

O "G 20" dedicou uma grande atenção a questões de ocupação profissional. Por iniciativa da Rússia, foi proposta pela primeira vez uma atitude integrada para com a formação da política em relação ao mercado de trabalho. A essência desta iniciativa é seguinte: correlacionar as tarefas de criação de vagas de trabalho de boa qualidade com as tarefas de desenvolvimento da economia, considerar todo o conjunto de condições macroeconômicas, financeiras e sociais, assim como a correlação entre o mercado de trabalho e os investimentos, o orçamento e a política na esfera fiscal.

Os líderes dos países que integram o "G 20" aprovaram decisões adotadas nos encontros dos ministros do trabalho e da ocupação profissional, assim como decisões, adotadas no quadro da sua reunião conjunta com os ministros das finanças. Esta foi a primeira reunião deste gênero na história de "G 20".

Tem-se em vista a tarefa de criação de vagas de trabalho de boa qualidade, sendo uma atenção especial dedicada à estimulação de geração de vagas de trabalho para as categorias mais vulneráveis da população. Trata-se, em primeiro lugar, os jovens, mulheres e pessoas com deficiências físicas.

O tema de financiamento de investimentos tornou-se prioritário para a presidência russa e inovador para o "G 20". Esta é uma questão pendente para o setor real da economia de muitos países que integram o "G 20", dado que depois da crise global o volume de créditos bancários "clássicos" tinha diminuir bruscamente. Foi elaborado um programa de realização de pesquisas e de preparação de recomendações com vista a melhorar o clima de investimentos e estimular os investimentos a longo prazo.

No quadro de realização deste programa já tinham sido alcançados resultados concretos, que foram aprovados pela cúpula. Trata-se, em primeiro lugar, dos princípios de elevado nível de participação dos investidores institucionais do financiamento de investimentos a longo prazo. Os participantes da cúpula comprometeram-se a determinar o conjunto de medidas coletivas e nacionais, capazes de melhorar de uma forma substancial o ambiente de investimentos no nossos países e dar início à sua realização.

O "G 20" ressaltou que a existência de um sistema comercial multilateral forte tem uma importância de princípios. Os Estados que integram o "grupo dos vinte" declararam-se decididos a prolongar o prazo de vigor do seu compromisso de renúncia a medidas protecionistas. Eles procurarão elevar a transparência no comércio, incluindo a esfera de acordos comerciais de âmbito regional. Este último compromisso é muito atual para a Rússia visto que o atual processo de criação das zonas transpácífica e transatlântica de comércio livre não é perfeitamente transparente para os terceiros países e pode afetar os seus interesses.

Um elemento novo para o "G 20" foi o tema de sonegação de impostos e de diminuição artificial da carga tributária no plano transfronteira. A cúpula aprovou o plano de ação conjunto de luta contra a "erosão" da base fiscal e fuga à tributação. Foi combinado elaborar em conjunto o novo padrão multilateral de intercâmbio de informações na esfera tributária.

Na cúpula foi aprovada a estratégia de desenvolvimento, adotada em São Petersburgo, que define as prioridades da ulterior atividade do "grupo dos vinte" com vista a ajudar os países com níveis baixos de rendimentos, ou seja, a garantia da segurança alimentar, a ampliação do acesso aos serviços financeiros e elevação do nível de cultura financeira, a criação da infraestrutura moderna, incluindo a infra-estrutura energética, o desenvolvimento do capital humano e a mobilização de recursos internos dos países emergentes.

Os líderes aprovaram o programa — quadro estratégico de combate à corrupção. Os membros do "G 20" comprometeram-se a desenvolver a colaboração na esfera da matriz energética a fim de tornar a informação sobre os mercados energéticos mais precisa e acessível e tomar medidas com

vista a apoiar o desenvolvimento de tecnologias mais puras e mais energoeficientes a fim de elevar a eficiência dos mercados e passar futuramente para a indústria mais estável de geração e de distribuição de energia.

A cúpula de "G 20" de São Petersburgo confirmou ponderavelmente a grande demanda deste foro de colaboração econômica não somente para os Estados que dele participam mas também para toda a comunidade internacional. A concretitude e o amplo diapasão de decisões, aprovadas na cúpula, vêm a comprovar que o "Grupo dos vinte" desempenha um dos papéis — chaves no sistema atual de gestão global e que o nosso país está em condições de desempenhar firmemente o papel de líder intelectual e político de "G 20".



## Gennadi GATILOV

Vice-ministro das  
Relações Exteriores  
da Rússia



# FÓRMULA DE NORMALIZAÇÃO NA SÍRIA: DIÁLOGO INTER-SÍRIO, MULTIPLICADO PELO PAPEL EFICAZ DOS JOGADORES EXTERNOS

No dia 27 de Setembro de 2013, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a resolução 2118 de apoio à resolução da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) sobre a colocação sob controlo internacional das armas químicas com a sua posterior liquidação, aprovada no mesmo dia em Haia. Este acontecimento tornou-se o ponto culminante da "semana ministerial" realizada em Nova Iorque no âmbito da 68ª Assembleia Geral da ONU. Ocorreu um acontecimento que todos esperavam, mas no qual muitos não acreditavam. Mas todos, no fim de contas, reconheceram que semelhante resultado se tornou possível, em grande parte, graças aos esforços da diplomacia russa, que, dirigida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, S.V. Lavrov, realizou,

*Геннадий ГАТИЛОВ, Заместитель министра иностранных дел Российской Федерации  
ФОРМУЛА УРЕГУЛИРОВАНИЯ В СИРИИ: МЕЖСИРИЙСКИЙ ДИАЛОГ, ПОМНОЖЕННЫЙ  
НА ЭФФЕКТИВНУЮ РОЛЬ ВНЕШНИХ ИГРОКОВ*

dia após dia, conversações difíceis com os parceiros americanos, conseguindo uma decisão que não só preveniu a ameaça de um ataque militar contra a Síria, mas também abriu caminho à solução política da crise existente na Síria.

A partir desse momento começou uma viragem qualitativa na situação em torno da normalização na Síria. O acordo russo-americano, conseguido em Maio, sobre a realização de uma conferência de paz sobre a Síria e a resolução 2118 demonstraram que a existência de vontade política e disponibilidade para se chegar a um acordo no quadro do direito internacional pode, com o apoio da comunidade internacional, materializar-se em casos concretos. Não colocando a tarefa de fazer uma análise multilateral da gênese do complexo conflito sírio, gostaríamos, neste artigo, concentrar a atenção em alguns dos últimos acontecimentos, que permitem ter esperança que ainda não se deixou passar o momento para a normalização política nesse país.

Claro que a abertura e a cooperação do governo sírio nas questões do desarmamento químico, o cumprimento preciso, sem falhas dos compromissos assumidos em conformidade com a convenção desempenharam um papel fulcral, criando condições para a realização da iniciativa russo-americano sobre a convocação de uma Conferência Internacional para a normalização na Síria. É importante que a ligação entre o desarmamento químico e o processo político está fixada na resolução 2118 do CS da ONU. Desse modo, foi finalmente conseguida a aprovação pelo Conselho de Segurança do Comunicado de Genebra de 30 de Junho de 2012, passado mais um ano depois da sua elaboração consensual.

É sabido que as propostas feitas várias vezes pela Rússia de condicionar esse documento da resolução do CS, dando-lhe assim o respetivo estatuto jurídico, esbarraram na obstrução dos membros ocidentais do CS. Estes insistiam no "preenchimento" dessa resolução com elementos de força segundo o Capítulo VII da Carta da ONU e, desse modo, pretendiam obter uma alavanca de pressão sobre Damasco e a possibilidade do emprego da força. Além disso, a oposição síria era completamente desresponsabilizada pelas suas ações. Semelhante abordagem contradizia o espírito do Comunicado de Genebra que pressupunha o contributo de todas as partes para a causa do processo político e da inadmissibilidade da sua sabotagem por quem quer que fosse. Criou-se uma situação estranha: formalmente, todos defendiam o termo mais rápido da violência na Síria, o diálogo político multilateral que devia corresponder aos anseios legítimos do povo sírio e permitir-lhe determinar o seu futuro de forma independente e por via democrática. Todos estavam de acordo que o resultado desse processo devia ser a criação no país de uma situação onde todas as camadas da sociedade síria sem exceção, incluindo todos os grupos étnicos e confessionais, se sentissem seguras e confortáveis e pudessem dar o seu contributo para o

desenvolvimento do Estado sírio. O facto de nós e os nossos parceiros estarmos unidos por essas tarefas comuns manifestou-se, nomeadamente, em toda uma série de documentos internacionais, incluindo o Comunicado de Genebra, o comunicado final do "G8" em Lough Erne, etc. Porém, só foi possível conseguir uma compreensão comum dos métodos de consecução dos objetivos acima enumerados depois dos nossos colegas terem revisto as abordagens da situação na Síria e na região em geral.

É evidente que, no início das desordens na Síria, os membros ocidentais do Conselho de Segurança da ONU não se esforçaram muito por compreender as causas profundas do que se estava a passar e apresentavam-nas como mais uma "etapa da primavera árabe". Para eles era mais confortável reduzir os acontecimentos complexos e contraditórios na Síria a teses sobre a "luta pela liberdade e a democracia". Eles não deram importância ao facto de nas fileiras da oposição aumentar impetuosamente o número de guerrilheiros estrangeiros que dominam armamentos modernos, nomeadamente os que lhes foram fornecidos dos arsenais líbios pilhados. Semelhante subestimação dos acontecimentos sírios levou a que os parceiros ocidentais do CS da ONU se tenham teimosamente recusado a discutir no Conselho de Segurança da ONU os atentados terroristas praticados pela oposição radical. Isso era justificado com o facto de os extremistas alegadamente organizarem explosões contra o "regime tirânico", que também realiza maldades contra o seu povo. Apareceu a lógica dos "padrões duplos", da separação dos terroristas em "maus" e "bons", que não pode ser justificada em condição alguma.

À medida que aumentava o conflito na Síria, grupos terroristas internacionais declararam esse país "território da guerra santa" e da luta pelo "califado universal". Além disso, eles confirmaram as suas intenções com atos: destruindo mosteiros e templos, impondo a sua "ordem" nos "territórios libertados", incluindo a criação de "tribunais islâmicos" que decretam penas de morte. Claro que era "desconfortável" a Estados civilizados prestarem apoio a semelhantes elementos que praticam ultrajes na Síria. Principalmente quando até ONG's apoiadas pelo Ocidente como, por exemplo, a Comissão Independente de Investigação na Síria ou a Human Rights Watch,, começaram a falar publicamente de crimes militares e crimes contra a humanidade, cometidos pelos terroristas.

A revelação de novos factos, que mostravam que o objetivo dos jihadistas não é a vitória da democracia na Síria, mas o controlo de territórios e infraestruturas, a imposição da própria ordem, obrigou os patrocinadores da oposição a pôr outra tese em circulação. Era preciso encontrar uma "alternativa moderada" aos bandos islamitas. Esse papel foi atribuído ao Exército da Síria Livre (ESL, braço armado da Coligação Nacional),

comandado pelo general fugitivo S. Idris. Foi precisamente a ela que o Ocidente começou a posicionar como oposição armada laica, que apoia os "ideais ocidentais" e que nada tem de comum com organizações terroristas. Porém, pouco tempo depois, constatou-se que o ESL não é um "organismo" único. Ele é constituído por dezenas de grupelhos de diferentes ideologias, nomeadamente extremistas, e os seus membros mudam-se ativamente para estruturas jihadistas, que recebem dos seus protetores melhores apoios e que dispõem de armas mais modernas.

Neste sentido, tornou-se bastante expressivo o recente relatório do prestigiado Centro de Estudos de Defesa "Janes", segundo o qual contra o governo na Síria combate um "exército" de 100 mil guerrilheiros, "desintegrados" em milhares de destacamentos. Deles 10 mil são partidários da ideia da "jihad universal", de 30 a 35 mil são islamitas radicais com uma ordem de dia puramente síria, mais 30 mil são islamitas moderados. Desse modo, tornou-se claro que praticamente não existe qualquer oposição laica ou democrática nas fileiras dos combatentes. Para completar esse quadro, o semanário alemão "Spiegel" noticiou o aumento significativo, no último ano, da quantidade de "jihadistas" de países ocidentais que se dirigem para a zona do conflito sírio a fim de lutar contra o regime de B. Assad. Baseando-se no relatório do Departamento Federal de Defesa da Constituição, constatou que a Síria se transformou num posto avançado da atividade dos extremistas europeus. Casos anteriormente esporádicos de ida de islamitas aguerridos dos países ocidentais para a Síria começaram a tornar-se frequentes. Segundo dados existentes, do lado da guerrilha combatem, hoje, cerca de mil "jihadistas" europeus: 90 da Grã-Bretanha, 120 da Bélgica, 50 da Dinamarca, 150 do Kosovo. No eu respeita à RFA, cerca de 200 representantes seus ou já se encontram na Síria, ou estão prontos a partir para lá a qualquer momento. Recentemente, na Internet foi publicado o "manifesto dos jihadistas holandeses" com 150 páginas, onde os radicais, no fundo, juram "fidelidade" à "Al-Qaida" e seus objetivos. A lista pode ser mais extensa.

Mais uma informação do analista turco F. Tashketin no "Al-Monitor", popular portal internacional da Net que se especializa na problemática do Médio Oriente. Ele publica informações sobre a chegada, há algum tempo atrás, ao porto turco de Mercin, de 160 combatentes num navio do Iémen, pelo que o intermediário responsável pelo seu transporte para a Síria teria supostamente recebido uma recompensa de cerca de 2 milhões de dólares.

E, finalmente, como se costuma dizer, para completar o quadro, mais uma investigação jornalística, publicada no "Figaro" de 29 de Outubro deste ano. Nela revelam-se os esquemas de fornecimento aos guerrilheiros de armamentos adquiridos com o dinheiro de alguns países do Golfo nos "mercados negros", nomeadamente europeus. Depois, tudo isso, com a ajuda da aviação de

transporte militar desses países, são levados para as bases militares dos Estados que fazem fronteira com a Síria e, em caravanas automóveis, são enviados para os guerrilheiros. O arsenal dos "jihadistas" é desse modo regularmente completado com toneladas de armas e munições. Numerosos dados, nomeadamente sobre a organização de campos de treino de mercenários nos territórios adjacentes à Síria, surgem na Internet e na imprensa.

Claro que, enquanto tiver lugar guerra na Síria, será difícil mudar o rumo dos acontecimentos. A morte de população civil, as destruições e a violência irão continuar, aumentando a catástrofe humanitária no país. Pôr fim a isso só será possível quando todos os jogadores envolvidos no conflito, em primeiro lugar as partes sírias que se defrontam, tomarem consciência de que não há outra via além da regularização política. Parece tratar-se de uma ideia simples e compreensível para todos e a própria vida para aí empurra, tanto mais que no teatro das ações militares se estabeleceu um equilíbrio de forças bem concreto.

O governo da Síria manifestou-se inequivocamente a favor da solução pacífica. No que respeita à oposição, a situação é mais complicada. Logo que se fala de diálogo e se encontram líderes prontos para ele, no seu seio surgem imediatamente forças que começam, no fundo, a trabalhar para sabotar as perspetivas do processo político. Os que apostaram na guerra até "à luta final". Neste sentido, é sintomática a declaração de 19 grupos armados fulcrais dos islamitas sírios ("Sukur ach-Cham", "Ahrar ach-Cham", etc.) que anunciaram demonstrativamente a saída da Coligação Nacional e a intenção de continuar a combater sozinhos por um Estado islâmico, se for tomada a decisão de participação na conferência de paz em Genebra. Segundo a sua opinião, todos os que aceitarem ir a Genebra serão vistos como traidores, com todas as consequências que daí decorrem para eles da "justiça islâmica revolucionária". A ameaça é mis do que evidente!

Por conseguinte, perante os sírios coloca-se o dilema; ou o movimento coletivo no sentido da paz e a utilização da oportunidade de chegar a acordo sobre o futuro da Síria, ou a continuação na aposta militar "no terreno". Não há dúvida de que a segunda possibilidade provocaria uma quantidade ainda maior de vítimas, um aumento do terrorismo, uma continuação da difusão incontrolada de armas, uma catástrofe humanitária e uma degradação total na esfera dos direitos do homem. Além disso, essas consequências transbordariam para fora das fronteiras da Síria e desestabilizariam a região em geral.

Tudo isto leva à necessidade de reanalisar o presente, avançar a tarefa da união de esforços de todos os que não veem alternativa à solução político-diplomática do conflito. E, em primeiro lugar, o trabalho deve ser concentrado no objetivo de sentar as partes do conflito à mesa das conversações. Nós apelámos sempre aos parceiros para renunciarem ao desejo de resolver as

suas tarefas geopolíticas à custa da Síria e "pressionarem" coordenadamente as partes sírias, conseguindo delas o acordo de cessação de fogo e o início o diálogo. Consideramos prejudicial e perigosa a lógica do apoio de alguns dos nossos colegas ocidentais e árabes a quaisquer forças que colocam perante si apenas um objetivo: "Assad deve ir-se embora", não tendo qualquer compreensão clara do que deverá seguir-se. Apresentámos o exemplo da Líbia, onde o resultado da ingerência externa com o objetivo de "imposição" da democracia foi a demolição dos institutos estatais, a degradação da situação no campo dos direitos do homem e da segurança, bem como o aumento da ameaça terrorista na região do Saará. Dissemos que os passos com vista ao aticamento posterior do conflito na Síria levarão não ao estabelecimento da democracia nesse país, mas ao reforço dos grupelhos ligados à "Al-Qaida" e à difusão do extremismo agressivo.

Do nosso lado, orientámo-nos conseqüentemente, nos nossos passos na arena internacional, pelo imperativo da supremacia do direito internacional e dos princípios da Carta da ONU, principalmente do não emprego da força e da não ingerência nos assuntos internos de Estados soberanos. Partindo disso, solidariamente com os chineses, não permitimos três vezes a aprovação no CS da ONU projetos ocidentais de resoluções que abriam caminho para a ingerência armada no conflito interno na Síria. Baseando-se nessa posição de princípio, impedimos as tentativas de alguns nossos parceiros de interpretarem segundo a sua ordem de dia o sentido do Comunicado de Genebra de 30 de Junho de 2012. Insistimos na fixação na resolução 2118 do CS da ONU de um parágrafo sobre que a responsabilidade pelos processos de destruição das armas químicas, incluindo a garantia da segurança do pessoal, é não só do governo sírio, mas também da oposição. Exigimos dos patrocinadores externos dos guerrilheiros que impeçam possíveis intenções dos extremistas realizarem provocações, e dos países vizinhos exigimos que fechem os seus territórios às tentativas dos jihadistas de se meterem em aventuras com armas químicas. Gostaríamos de assinalar que a inclusão de semelhante parágrafo numa resolução do CS algum tempo antes era impensável, porque os nossos parceiros ocidentais não reconheciam sequer a possibilidade hipotética de emprego de armas químicas pelos radicais. Ou seja, é evidente uma certa mudança de pensamento no sentido de uma percepção mais adequada das realidades sírias.

Tudo isso permitiu, finalmente, pensar na Síria, se não na mesma onda, pelo menos com a compreensão comum da que situação pode conduzir a posterior degradação do conflito, em primeiro lugar no plano do alastramento do extremismo radical. Não foi por acaso que os líderes do "G8", na Declaração Final de Lough-Erne, se manifestaram pela união de esforços das autoridades sírias e da oposição contra os terroristas. A realização prática

dessa tarefa deve ser uma das prioridades da Genebra-2. Por isso, também deste ponto de vista, a sua convocação continua a ser atual. Mas para isso é necessário quebrar a teimosia da oposição.

Hoje já ninguém duvida de que o eixo da conferência deve ser o diálogo exclusivo inter-sírio, que se irá realizar na base do Comunicado de Genebra e visará a consecução da regularização política multilateral na Síria. Para as partes sírias trata-se de uma oportunidade única de pôr fim ao derramamento de sangue e de dar início a conversações sobre a futura organização do seu Estado. A tarefa dos jogadores externos consiste em unir esforços e prestar-lhes ajuda na consecução de acordos que correspondam aos interesses de todas as camadas da sociedade multiconfessional desse país.

É preciso reconhecer que a preparação da convocação da conferência não está a ser simples. São feitas tentativas de antecipar o resultado das conversações entre sírios, de estabelecer para elas marcos temporais artificiais, de prometer ameaças de "sérias consequências" no caso de não cumprimento de eventuais acordos. Um dos últimos exemplos é a Conferência de Londres de 22 de Outubro do chamado "núcleo de amigos da Síria", onde participaram 11 Estados, nomeadamente os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, bem como os tradicionais protetores da oposição síria: Arábia Saudita, Qatar, Turquia e outros países.

Infelizmente, a despeito de todos, antes, compreenderem as vias de regularização da crise síria, no documento final desse encontro é evidente a tentativa de rever elementos fulcrais do Comunicado de Genebra, predeterminar os resultados de Genebra-2. Mas eles deviam ter sido objeto de concordância num formato completamente diferente: no quadro do diálogo político entre o governo sírio e a oposição. Não podemos considerar isso mais do que uma tentativa de provocar o falhanço de Genebra-2 para, depois, "virar as setas" da oposição para as autoridades sírias. Mais, isso ocorre num momento em que os nossos parceiros ocidentais tentam em vão garantir a participação de estruturas da oposição na conferência internacional debaixo do "guarda-sol" da Coligação Nacional.

O que deve ser Genebra-2? Que dificuldades existem na via do diálogo inter-sírio? Como garantir o cumprimento de eventuais acordos? O que devem fazer os jogadores internacionais, bem como as partes sírias para garantir o êxito da conferência?

Do nosso ponto de vista, o andamento e os resultados da Genebra-2 irão depender decididamente da bagagem que os protagonistas principais trouxerem para o encontro. Ao tomar a iniciativa da realização da conferência, nós e os americanos acordámos que a Rússia convenceria o governo da Síria a participar no diálogo e os EUA trabalhariam com a oposição para que ela formasse uma delegação que seja a expressão dos

interesses de todas as camadas da sociedade síria. Nós já fizemos a nossa parte ao garantir a concordância do governo sírio em comparecer em Genebra, e se quaisquer tipo de condições prévias. Damasco formou a sua delegação que está pronta a comparecer imediatamente nas conversações.

Os americanos, pelo menos no momento em que escrevemos estas linhas, continuam a realizar o seu "trabalho de casa", tentando juntar num grupo só grupos dispersos da oposição sob o "guarda-sol" da Coligação Nacional, que continua a apoiar ativamente, nomeadamente do ponto de vista financeiro. Além disso, tentam apresentar as coisas como se a CN representasse não só toda a oposição síria, mas também o povo sírio. Porém, os últimos acontecimentos mostram que esta organização de migrantes não pode pretender à expressão dos anseios de todos os sírios, visto que não tem uma base social ampla. E muito menos se pode chamar "único representante legítimo do povo sírio", como foi escrito no documento de Londres pelos "amigos da Síria".

Nestas condições, todos os jogadores externos devem compreender que, se querem que o sistema político da Síria seja pluralista, é indispensável contribuir para a união da oposição síria partindo não das suas próprias "preferências", mas baseando-se na importância da formação de uma delegação representativa e com poderes, que inclua representantes de todas as camadas da sociedade síria e se demarque claramente dos extremistas que atuam na Síria. Só se a oposição síria não for representada de forma parcial, mas completa na conferência é que se pode esperar a consecução de acordos, cujo cumprimento conduzirá ao fim da sangrenta guerra civil e garantirá o movimento rumo à estabilidade. Deixar de fora forças políticas significativas, tanto do interior da Síria, como entre aquelas que se encontram no exterior, criará inevitavelmente o problema da aceitação e realização de posições acordadas conseguidas na Conferência de Genebra.

Mais, o diálogo inter-sírio deve concentrar-se no cumprimento completo do Comunicado de Genebra. São inaceitáveis as tentativas de "desenvolver criativamente" o seu conteúdo, de empolar uma temática à custa de outras. As conversações devem dizer respeito a todo o leque de questões ligadas à regularização síria. Alguns dos nossos parceiros tentam apresentar as coisas como se Genebra-2 fosse o diálogo do governo e a oposição exclusivamente sobre a constituição do órgão de direção transitório. Realmente, a criação desse órgão é parte do pacote de decisões que os sírios deverão aprovar depois das conversações. Porém, ele deve ser analisado em conjunto com outras tarefas. Porque as partes terão de chegar a acordo sobre numerosas questões importantes, sem as quais a formação de um governo provisório perde o sentido. Trata-se também do cessar de fogo, da preparação de

eleições, da reconciliação nacional, dos parâmetros do fornecimento de ajuda humanitária internacional, etc.

É importante que todos os jogadores internacionais trabalhem para criar uma plataforma política que contribua para as conversações entre sírios. Não se pode permitir o aumento da tensão, por maiores que sejam as dificuldades que acompanhem o diálogo. No Comunicado de Genebra está claramente escrito que as partes sírias, sem ingerência e ameaça exteriores, devem chegar a acordo sobre o futuro do seu país. As questões de trabalho que irão surgir durante as conversações, deverão ser resolvidas, profissional e calmamente, pelos seus participantes, com o apoio de L. Brahimí, enviado especial para a Síria, e de outros jogadores fulcrais, sem quaisquer ameaças de emprego de medidas de força na sua direção. As forças externas, principalmente os países do Golfo Pérsico, devem ajudar os sírios nisso, e não tentar exercer pressão sobre eles a fim de influir no processo de conversações ou predeterminar os seus resultados.

É também importante o papel do Conselho de Segurança da ONU. O CS não deve ser utilizado de forma alguma como instrumento de pressão sobre as partes, incluindo o estabelecimento de prazos artificiais para as conversações e a posterior imposição e sanções. A declaração do "núcleo do grupo de amigos da Síria" em Londres mostrou que semelhante pressão, segundo alguns Estados, deve ser exclusivamente exercida sobre o governo de Damasco. Mas a oposição, e principalmente a parte que é apoiada a partir de fora, será retirada de entre os alvos de críticas. Semelhante abordagem é absolutamente inaceitável e contradiz a tarefa da regularização total.

Aqui, o CS da ONU poderá desempenhar um papel positivo na etapa seguinte, depois da consecução de acordos pelas partes, incluindo, possivelmente, o apoio na solução das questões de segurança.

Uma etapa extremamente responsável é a implementação das decisões depois do diálogo inter-sírio. Não será menos fácil conseguir isso do que organizar as próprias conversações. É evidente que a consecução de acordos não faz parte dos planos dos *jihadistas* que combatem na Síria, que recebem farta ajuda financeira e militar do estrangeiro e que tenta alargar a sua zona de influência. Um avanço na via política contradiz os seus interesses e os objetivos dos seus patrocinadores externos. Eles poderão fazer gorar a realização das conversações. Nomeadamente através da organização de provocações, incluindo o emprego de substâncias químicas venenosas, tal como fizeram na região de Guta Oriental, nos arredores de Damasco, a 21 de Agosto. Então, os radicais, foram precisamente eles que estiveram por detrás desse ataque, esperavam que os países ocidentais utilizassem isso para acusar o regime de "crime contra a humanidade" e para atacar a Síria.

Nesta etapa, coloca-se a questão de ações conjuntas coordenadas da comunidade internacional para irradiar o terrorismo na Síria. Continuar a dividir os terroristas em "nossos" e "vossos" significa facilitar as ações da "Al-Qaida". A história mostrou como isso pode acabar.

Nos radicais podem exercer significativa influência os seus patrocinadores estrangeiros, antes de tudo as monarquias do Golfo Pérsico e a Turquia. O Ocidente já começou a ter consciência do perigo do aumento da influência dos grupos radicais (na imprensa discute-se abertamente a tomada por extremistas lotes de armas destinados ao Exército Sírio Livre, bem como casos de alianças, a nível local, do ESL com tropas pró-governamentais com o objetivo de lutar contra os islamitas). Parece que também Ancara começa a ter consciência das consequências funestas dos jogos com *ihadistas*: durante o discurso na 68ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, A. Gül, Presidente da Turquia, assinalou que a guerra civil na Síria pode ser utilizada por "grupos extremistas que criam estruturas autónomas que ameaçam a própria Síria e os países vizinhos". Por isso, a luta contra o terrorismo poderá ser a tarefa que consolide os Estados, que têm divergências políticas, em torno da realização do parágrafo do comunicado do G8 (Lough Erne, 2013) sobre a necessidade de união das forças do governo e da oposição para expulsar os terroristas.

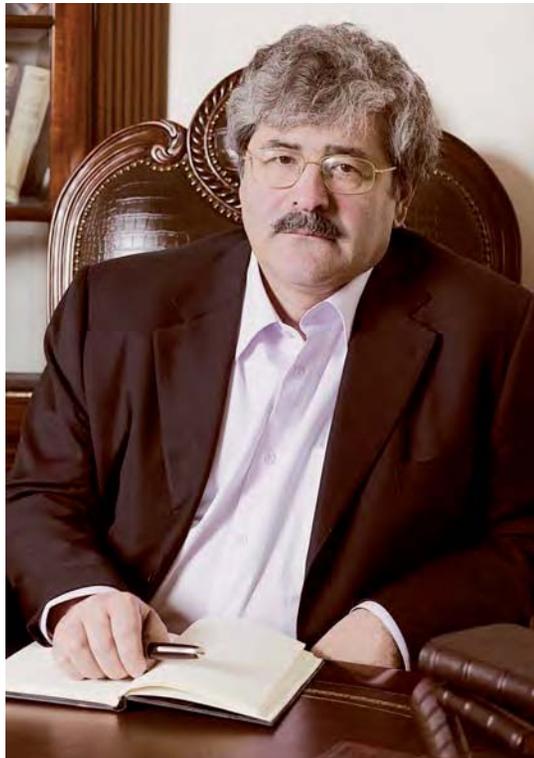
Isto é apenas uma parte das questões complexas que é preciso resolver no contexto da Conferência Internacional. A Rússia é um dos poucos, se não o único Estado, que organizou relações construtivas com ambas as partes sírias e que não apresenta exigências politizadas irrealis, está pronta para um trabalho concreto e árduo com vista à realização com êxito da conferência. Quando observamos toda uma série de exemplos de consequências catastróficas do emprego da força em relação a Estados soberanos, em violação do direito internacional, para conseguir objetivos mesquinhos, Genebra-2 deve tornar-se um exemplo de trabalho coletivo afinado com vista à solução da mais complicada crise da atualidade, baseando-se no direito internacional, através da procura intensa de compromissos. Só assim será possível não permitir a erosão da ordem mundial baseada na Carta da ONU, que visa garantir a liberdade e a independência dos povos e, em conformidade com a qual, a guerra, enquanto meio de solução de litígios entre Estados, está fora da lei. É indispensável fazer todos os esforços para que, nas relações internacionais, seja garantida a primazia do direito internacional e, na Síria, uma sólida solução do conflito, que permita a todos os sírios viverem em paz, segurança e igualdade.



Armen  
OGANECIAN

*Redator-chefe da revista  
"Vida Internacional"*

*ogannessian@interaffairs.ru*



## SÍRIA: QUEM É RESPONSÁVEL PELA "RESPONSABILIDADE DE DEFESA"

O embaixador dos EUA McFall apontou no decurso da polémica travada com A. Puckov via "twitter": "Ele (isto é, o presidente Obama) procura defender os direitos internacionais que proibem o uso de armas químicas". Certamente, esta posição faz eco ao recente discurso do secretário de Estado norte-americano John Kerry, em que ele declarou que semelhantes crimes contra a humanidade não podem ficar impunes.

Quanto à sua essência, esta proposição é indiscutível e, falando a rigor, ninguém pretende pô-la em dúvida. A questão é outra: de que maneira, quando e a partir de que critério se pode condenar e punir por este crime? Seria fácil demais reagir a cada uma destas ações com "tomahawks" e drones.

---

*Армен ОГАНЕСЯН, Главный редактор журнала «Международная жизнь»  
СИРИЯ: КТО НЕСЕТ ОТВЕТСТВЕННОСТЬ ЗА «ОТВЕТСТВЕННОСТЬ ПО ЗАЩИТЕ»*

Se se trata dos crimes contra a humanidade, é a humanidade que deve promulgar a sentença. Mas se alguém realiza em nome da humanidade o inquérito, a verificação e a execução da sentença, que ele próprio tinha promulgado em nome da humanidade, esta situação é absurda no plano do direito e é perigosa no plano da própria filosofia deste enfoque. Em vista do número tão grandes de protestos e de objeções bem fundamentadas e firmes, mesmo da parte dos aliados, a ação "messiânica" de quem quer que seja legaliza não o direito internacional mas a inquisição individual ou coletiva.

Como se sabe, o objetivo não justifica os meios. E seria absurdo defender os interesses do direito internacional, violando este mesmo direito internacional, sob o qual consta a assinatura dos EUA. Aliás, de vez em quando se ouve a alegação de que a resolução, aprovada pela ONU sob o nome "Responsabilidade de defesa" dê o direito de infligir semelhantes golpes. Com efeito, o Conselho de Segurança da ONU tinha aprovado uma resolução deste gênero sob o número 1674. Mais do que isso; a sua base é o documento, que todos os Estados aprovaram na Cúpula Mundial Representativa da ONU de 2005. Ao par de meios humanitários, diplomáticos e outros meios pacíficos, a resolução admite a possibilidades, — que seja bem entendido, — apenas a possibilidade, — de ações coletivas decididas. Mas a resolução reza que todas estas ações decididas, "destinadas a defender a população contra os genocídios, crimes de guerra, expurgos étnicos e crimes contra a humanidade" podem ser realizadas somente no quadro da ONU.

É preciso reconhecer que precisamente os EUA é que deram uma importante contribuição para a elaboração desta resolução. A antiga secretaria de Estado norte-americano Madeleine Albright e o representante especial do presidente dos EUA no Sudão R. Williams foram co-presidentes do grupo de trabalho, encarregado de elaborar a resolução "Responsabilidade de defesa". Eles ressaltaram à parte no informe do grupo de trabalho, que chefiavam, que quaisquer ações no quadro desta resolução deviam ser realizadas "em conformidade com os Estatutos da ONU, o que significava que o órgão que tomava a decisão final era o Conselho de Segurança". O traço notável deste documento consiste, em primeiro lugar, em que ele não pressupõe nenhum automatismo na tomada de medidas de resposta, que assumam o caráter de ações militares. Em segundo lugar, ele exclui quaisquer medidas unilaterais ou coletivas, desde que estas fossem tomadas sem a aprovação do Conselho de Segurança e coloca-as fora da lei.

O general inglês lord Dannatt comentou com toda a razão que mesmo uma violação clamante dos princípios morais no processo de utilização de

armas químicas “não é convite aberto para a intromissão nos assuntos internos de um outro país”. Como é natural, o general inclina-se para a versão de que as armas químicas fossem utilizadas pelas tropas de Bachar al-Assad.

Falando a propósito, os EUA nem sempre seguiam o princípio de inevitabilidade da punição em semelhantes casos. Gideon Rachman faz lembrar nas páginas do jornal “Financial Times” que a América que a partir de 1945 considera a si própria garante da segurança global jamais teve em vista a intromissão militar com vista a prevenir um conflito ou pôr fim a cada violação dos direitos humanos. Eis um caso ainda mais concreto: os EUA não se imiscuíram de maneira alguma na situação quando as armas químicas foram utilizadas durante a guerra entre o Irão e o Iraque.

Existe, no entanto, mais uma norma jurídica que é comum tanto para o direito nacional, como internacional — é a presunção da inocência. Na nossa época virtual seria pelo menos infundado confiar nas filmagens em vídeo e na interceptação de conversas telefônicas. A simulação do ataque a uma radioemissora alemã por criminosos que vestiam o uniforme militar polaco desempenhou um papel trágico no desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. É preciso ter uma fé muito forte nos padrões morais da oposição para excluir as possíveis manipulações e falsificações por parte dos adversários do presidente Assad. Os últimos dados do serviço de inteligência alemão põem em duvida a possibilidade de semelhantes ações por parte das tropas governamentais. Além disso, vemos confusão total na avaliação das razões de semelhantes ações por parte dos círculos oficiais de Damasco. Neste caso divergem mesmo as opiniões dos serviços de inteligência dos países que apóiam ativamente a ação militar e todas as versões têm um aspecto ilógico e contraditório.

Certamente, têm toda razão as pessoas que afirmam que a inspeção da ONU não dará resposta à questão principal: quem foi que aplicou as armas químicas na Síria? A “autor” do ataque químico pode ser, por exemplo, um grupo que tinha penetrado na Síria por encargo de algum Estado estrangeiro, — seja ele vizinho ou longínquo. Mas, em primeiro lugar, todos os argumentos, necessários para fazer conclusões, serão publicados e, como se diz, “postos na mesa”. E o Conselho de Segurança poderá, finalmente, analisar as conclusões da comissão, que poderão servir, mais tarde, na qualidade da base da resolução sobre a Síria. Os golpes infringidos antes da publicação das conclusões da comissão e sem a discussão dos resultados do seu trabalho irão constituir insulto à coragem das pessoas que tinham posto em risco a própria vida em busca da verdade e um desafio aberto à ONU e ao

direito internacional. Com esta decisão Washington confirma, na realidade, a opinião dos céticos que interpretam as suas ações não como o desejo de defender a moral e o direito, mas como a aspiração de levar a cabo os seus planos geopolíticos de longo alcance.

A política externa dos EUA está realmente junto da "linha vermelha", que foi traçada não pelo presidente Obama mas pela nova "Realpolitik", cuja essência consiste no reconhecimento do fato de que hoje ninguém pode arcar por conta própria com o "fardo do homem branco" em relação ao resto do mundo. Desde que não queiramos, é claro, mergulhar o mundo em caos. A época de Kipling findou irremediavelmente.



## Alekssei PODSEROB

*Colaborador sênior do  
Centro de Estudos Árabes  
e Islâmicos  
do Instituto de Estudos  
Orientais junto da  
Academia de Ciências da  
Rússia, Embaixador  
Extraordinário e  
Plenipotenciário*

*podtserob@yandex.ru*



# O FIM DO ISLAMISMO NO MUNDO ÀRABE?

O ambiente que reina no Próximo Oriente é complicado. Os islamitas sofrem derrotas em alguns países, em outros continuam a resistir.

Como é natural, o ambiente geral é influenciado pela situação no Egito. O presidente Mohammed Mursi foi eleito em junho de 2012, tendo obtido os votos de 52% dos egípcios. Neste pleito as massas semi-analfabetas e totalmente analfabetas votaram na "criatura" da associação "Irmandade Muçulmana" Mursi, enquanto que a elite do país votou contra ele. O presidente eleito enveredou pela via de transformação do Egito em "república islâmica". Cinco representantes da associação "Irmandade Muçulmana" obtiveram pastas de ministros, mais oito ocuparam diversos

---

*Алексей ПОДЦЕРОБ, ведущий научный сотрудник Центра арабских и исламских исследований Института востоковедения РАН, Чрезвычайный и Полномочный посол*  
**КОНЕЦ ИСЛАМИЗМА В АРАБСКОМ МИРЕ?**

cargos na administração do presidente, 25 tornaram-se adjuntos dos governadores e as candidaturas de mais 12 representantes da "irmandade" foram apresentadas nas eleições de prefeitos. Mohammed Mursi tentou estabelecer controle sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário e sobre os órgãos de informação em massa. Em novembro de 2012 Mursi decretou que os juizes não podiam contestar as resoluções do presidente. No seu mandato foi formulada a nova Constituição da República Árabe do Egito que restringia, em particular, os direitos das mulheres e proclamava a direção da Universidade "Al-Azhar", que influenciava os processos políticos no mundo árabe, "supremo e único árbitro nas questões de xariá" e "fonte básica das leis legais".

Todavia, no período de 2011 a 2012 o número de egípcios que tinham menos de dois dólares por dia para viver aumentou de 40 para 50%. O desemprego entre os habitantes do país, menores de 30 anos, chegou a 82%. O turismo que proporcionava 10% do PIB atravessa um período altamente desfavorável: em 2010 o país obteve à custa dos seus hospedes 13,6 bilhões de dólares, mas a partir dos princípios do ano em curso o rendimento, proporcionado pelo turismo, foi igual apenas a 4 bilhões de dólares. A situação em torno do canal de Suez também é desfavorável: o lucro proporcionado por esta hidrovía no primeiro semestre deste ano diminuiu em comparação com o mesmo período do ano passado em 4%, isto é, baixou ao nível de 2,4 bilhões de dólares. Na época do regime do presidente deposto Hosni Mubarak o país dispunha da reserva de ouro e divisas no valor de 36 bilhões de dólares, mas o fim de 2013 o volume desta reserva baixou para 15 bilhões de dólares. Durante o ano passado os preços de produtos de amplo consumo subiram 8,3%; espera-se que neste ano o índice do seu crescimento chegue a 8,4%. O índice anual de incremento de produção, que na época de Mubarak era igual a 6%, baixou em 2012 para 2% anuais. Como é natural, a população não pôde deixar de reagir a este eventos. Em 2013 no país foram registradas 1014 greves e 558 manifestações de protesto contra a queda do nível de vida. Além disso, os militantes — jihadistas provocaram agitações na península de Senai.

Mohammed Mursi tentou, como é natural, lutar contra a situação econômica difícil. O imposto, pago por egípcio mais ricos, foi elevado de 20 para 25%, as transações de fusão e de absorção foram sujeitas a uma taxa de 10%, foi imposta a carga tributária a 25 mercadorias e serviços, incluindo o vinho, a cerveja, o tabaco, as bebidas não alcoólicas, as chamadas por telefones celulares, os veículos com o ar condicionado, o óleo, a armadura utilizada na construção civil, adubos, pesticidas. Foi

elevada taxa cobrada aos navios que passavam pelo canal de Suez. O Egito obteve empréstimos do Qatar, Arábia Saudita, Líbia e Turquia no valor total de 9 bilhões de dólares. Mas o país não obteve o empréstimo de 4,8 bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional, pois este último exigiu ao governo do Egito renunciar a subsídios à economia que tragavam de 20 a 25% do PIB.

No verão de 2012 toda a população da República Árabe do Egito uniu-se numa frente única contra o regime. Agora ele enfrentava a frente que congregava os homens de negócios e oligarcas que tinham subsidiado a oposição, os militares, a polícia, o pessoal dos órgãos de segurança, os partidários de reformas democráticas e, inclusive, os partidos fundamentalistas "An-Nur" e "Apelo salafita". As forças da oposição incluíam também a organização "Tammarud", isto é, Rebelião, a Frente Nacional de Salvação, o Partido Egípcio da Conferência, "Karama", isto é, "Partido da Responsabilidade" e "Dustur", o Partido da Constituição.

Inicialmente foi iniciada a recolha de assinaturas sob o apelo a Mohammed Mursi de renunciar ao cargo de presidente da República Árabe do Egito. Foi recolhido um total de 23-30 milhões de assinaturas. A seguir, os protestantes lotaram a praça de Tahrir e outras praças do Cairo e das outras cidades, começaram ataques a escritórios da "Irmandade Muçulmana" e do "Partido da liberdade e da justiça" que se encontrava no poder. Ao mesmo tempo, as milícias islâmicas armadas, ABM, atacaram os protestantes. Então o exército resolveu intervir. Inicialmente os militares apresentaram ultimato a Mohammed Mursi exigindo reconciliar-se com a oposição em 48 horas.

Uma vez que o presidente da República Árabe do Egito se recusou a fazer isso, em 3 de julho de 2013 as forças armadas, apoiadas pela polícia, pelos serviços secretos, pelo Grande Mufti, pelo patriarca da Igreja Copta e pela direção da Corte Constitucional deram um golpe de Estado. Foram presos o presidente Mursi e 300 dirigentes "Ihvan"; foi também preso o presidente do "Partido da Liberdade e da Justiça" Saad al-Kattani, foram tomadas as sedes de canais de TV e interrompidas as emissões dos canais islamitas. No entanto, o presidente deposto teve a permissão de encontrar-se com a Suprema Representante da União Europeia para Relações Internacionais e Política de Segurança Catherine Ashton e com o chefe da delegação da Aliança Africana A. Konare. O ministro das relações exteriores da República Federal da Alemanha G. Westerwelle também pediu a autoridades egípcias que organizassem para ele um encontro com Mohammed Mursi mas o seu pedido foi indeferido. Por outro lado, os ministros das relações exteriores do

Qatar Haled al-Atiie e dos Emirados Árabes Unidos Abdallah ben Zaid, o adjunto do secretário de Estado norte-americano William Burns e o representante especial da União Europeia para a região do Mediterrâneo B. Leon tiveram a permissão de encontrar-se com o adjunto do "supremo preceptor" da associação da "Irmandade Muçulmana" Heirat ach-Chater. Além disso, William Burns teve a permissão de encontrar-se com o C. Al-Catatni.

Atualmente Mohammed Mursi responde por acusações de alta traição, espionagem, colaboração com o Movimento Islâmico Palestino de Resistência e da libertação ilegal da prisão em princípios de 2012. O "supremo preceptor" Mohammed Badia foi incriminado à revelia, — pois ele está foragido, — do homicídio, da incitação para o assassinato de manifestantes pacíficos e da sua detenção forçada e da aplicação de torturas, assim como da posse ilegal de armas e de materiais explosivos. Os mesmos crimes foram imputados a X. Ah-Cater, a Rachid Baiumi, ao chefe do gabinete civil do presidente do Egito Ahmed Abd al-Ati e ao conselheiro do presidente para questões de segurança Eiman Hudud. As milícias dos "Ihvan" juntamente com os membros — protestantes da "Irmandade" responderam a estas ações com uma tentativa de libertar o chefe de Estado preso. Em resultado deste ataque 34 pessoas foram mortas e duzentos atacantes foram detidos. Ao mesmo tempo, a organização "Al-Gamaa al-islamia" apoiou a associação "Irmandade Muçulmana", avisando que se o presidente Mursi não for posto em liberdade, ela vai retornar para a via de terror.

Por decisão do comando das forças armadas, o chefe do Tribunal Constitucional Adlil Mansur foi nomeado presidente interino do país. O comando das forças armadas prometeu alterar a Constituição, submetê-la ao referendo e promover em janeiro — fevereiro de 2014 as eleições. No Cairo mais de 30 milhões de pessoas apoiaram os militares. Os partidários da associação "Irmandade Muçulmana" tentaram organizar manifestações de islamitas nas praças junto da mesquita Rabaa al-Adavia e junto da Universidade do Cairo. A "Irmandade" promoveu manifestações de protesto também em outras cidades mas elas foram dissipadas pelas forças armadas. A seguir a associação "Irmandade Muçulmana" tentou promover passeatas mas elas também dispersadas por militares. Enquanto isso, na península de Senai intensificou-se o movimento jihadista. Mas a situação é desfavorável para os "Ihvan" e é pouco provável que eles consigam desencadear uma guerra ao molde da síria.

A reação dos dirigentes dos países ocidentais a estes eventos é, de um modo geral, unívoca: nenhum dirigente da elite governante do Ocidente

considera os acontecimentos no Egito um golpe de Estado militar. Aliás, o presidente Barack Obama declarou que os “americanos estão profundamente preocupados com a decisão dos militares de suspender o efeito da Constituição”. A seguir, foram anulados os fornecimentos de aviões americanos “F-16” ao Egito e as manobras americano — egípcias conjuntas “Bright Start”. No entanto, o presidente ressaltou que “a colaboração de longo prazo com a República Árabe do Egito tem como base os interesses e valores comuns”. Catherine Ashton, assim como ministros das relações exteriores da França e da República Federal da Alemanha L. Fabius e G. Westerwelle exigiram a libertação de Mohamme Mursi (é pouco provável que as autoridades egípcias dêem este passo visto que o presidente deposto continua a insistir no seu retorno ao poder).

A reação dos países árabes torna evidente que eles apóiam tudo que ocorreu no Egito. A Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait destinaram ao Egito 12 bilhões de dólares, a Líbia resolveu fornecer-lhe um milhão de barris de petróleo por mês e a Jordânia declarou-se solidária com as autoridades do Cairo. O presidente Bachar al-Assad ressaltou que os acontecimentos no Egito significam a “derrocada daquilo que se chama o islã político”.

Por outro lado, a Turquia adotou uma posição hostil à nova direção da República Árabe do Egito. Ancara criticou as ações do exército egípcio, suspendeu o efeito de 27 documentos, assinados no decurso da visita do premiê T.Erdogan ao Cairo em 2012, interrompeu o fornecimento ao Egito de dez drones, cancelou as manobras militares, liquidou a linha marítima entre Iskenderun (ou Alexandreta) e Porto Said e recusou-se a enviar para o Cairo o embaixador, que tinha sido nomeado ainda em princípios de julho. Além disso, o Conselho de paz e de segurança da Aliança Africana resolveu em 5 de julho de 2013 congelar a filiação do Egito nesta organização, visto que a troca do poder que se deu no Cairo fora anticonstitucional. Mas a delegação da Aliança Africana, chefiada por A. Konare, que esteve na República Árabe do Egito em fins de julho — princípios de agosto chegou à conclusão de que neste país não houvera golpe militar.

O exército marcou eleições para os princípios de 2014 e este seu gesto resultou bem ponderado. Neste caso o problema consiste não tanto na necessidade de fazer emendas e aprovar a Constituição e promover, a seguir, as eleições do novo parlamento e do presidente, quanto no fato de que os militares necessitam de um certo tempo a fim de prevenir as manifestações da “Irmandade Muçulmana” e, o que é o mais importante, para realizar

reformas que permitam nutrir esperanças a respeito do futuro. Se não conseguirem alcançar este objetivo, futuramente pode ocorrer a cisão das forças que se contrapõem aos islamitas e, inclusive, o renascimento do prestígio da "Irmandade Muçulmana".

Quanto à Síria, os rebeldes, cujo contingente chega a cem mil pessoas, mantêm em seu poder uma grande parte das províncias de Idlib, Haleba, Lataquia e Deir az-Zora, assim como, uma parte da província de Guta e certas regiões junto das fronteiras com a Turquia e a Jordânia. O resto do país está, de um modo geral, sob o controle das forças governamentais. O exército sírio tomou recentemente al-Kuseira, defendida pelos combatentes da chamada "Brigada de Faruk", e a cidade de Homs. Ambos estes eventos foram um êxito estratégico do regime sírio pois surgiu a certeza de que é ele quem vai ganhar a guerra. Ao lado do governo luta a "Hezbollah" e, segundo informa a imprensa, as tropas xiitas do Iraque. Além disso, os especialistas iranianos prestam consultas a tropas governamentais.

Além de armas ligeiras, os rebeldes possuem blindados, peças de artilharia, mísseis antitanque, morteiros, sistemas de defesa antiaérea, coletes à prova de balas, assim como sistemas de fogo simultâneo, fornecidos pelos serviços secretos da Grã Bretanha e dos países árabes.

A oposição divide-se em interna e externa. Aliás, esta divisão é bastante condicional. Os adversários internos estão contra o regime de Bachar al-Assad mas não participam de combates, enquanto que a oposição externa participa da insurreição. O chamado Exército Livre da Síria luta ao seu lado. Além disso, existem os salafitas, cuja maior organização é "Jabha an-nusra". Ao lado dos rebeldes lutam também os sauditas, — cerca de quatro mil homens, — os jordanianos, — 500 combatentes, os iraquianos, líbios, libaneses, palestinos, tunisianos, americanos, canadenses, europeus e inclusive, russos. O número destes últimos não ultrapassa a casa de duzentos.

Os adeptos do fundamentalismo lutam tanto contra as forças governamentais, como contra os adversários secularistas do regime. P. Sergio Pinheiro, chefe da Comissão da ONU para o inquérito de possíveis casos de violação dos direitos humanos na Síria, declarou que uma parte insignificante da oposição luta pela transformação da República Árabe da Síria em república democrática, enquanto que a maioria pretende transformá-la em Estado teocrático.

Os choques entre as tropas curdas e os rebeldes resultaram numa derrota grave destes últimos pois os curdos conseguiram rechaçar todos os seus ataques. Em resposta os rebeldes, ligados a "Al Qaeda", "Jabaha an-nusra" e "Estado Islâmico do Iraque e do Levante" seqüestraram na qualidade de

reféns os habitantes das aldeias sírias Tell Arran e Tell Hacil e executaram 450 deles.

No Ocidente veiculam permanentemente boatos de que na Síria seriam utilizadas armas químicas. A oposição responsabiliza disso o governo, enquanto que o regime sírio atribui a culpa aos rebeldes. Bachar al-Assad declarou que "o emprego destas armas significa a morte de milhares e de dezenas de milhares de pessoas durante alguns minutos. E quem poderia ocultar algo semelhante?". Na Turquia foi encontrado um veículo, carregado de sarin, pertencente aos combatentes da organização salafita "Jabha annusra". Todavia, o adjunto do presidente para a segurança nacional B. Rods declarou em 13 de julho de 2013 que os EUA tinham chegado à conclusão de que fora o regime quem aplicava as substâncias tóxicas de combate e resolveram, por este motivo, fornecer armas ao Exército Livre da Síria, em que o papel principal pertence à "Irmandade Muçulmana".

Antes do submeter o território da Síria ao bombardeio com mísseis o presidente Barack Obama resolveu consultar o Congresso. Esta sua posição é predeterminada pelo fato de que a maioria dos americanos, — 48%, — está contra o uso da força na República Árabe da Síria, enquanto que a minoria da sua população, — 29%, — apóia o ponto de vista do presidente. Ao mesmo tempo, Rods declarou que na Síria não será criada a zona interdita para os vôos. Recordar-se por este motivo que a invasão no Iraque em 2003 foi iniciada depois da declaração dos EUA de que eles dispunham de provas irrefutáveis de que Bagdá possuía armas de extermínio em massa. É também de conhecimento geral que mais tarde o mundo inteiro soube que o Iraque não possuía armas de extermínio em massa. No entanto, a França declarou que o governo da República Árabe da Síria teria utilizado substâncias tóxicas de combate e anunciou a sua intenção de fornecer armas ao Exército Livre da Síria.

A julgar por tudo, esta atitude do governo francês é predeterminada pela posição da companhia "Total", que pretende estabelecer o seu controle sobre o oleoduto que liga o Iraque à região mediterrâneo, atravessando o território da República Árabe da Síria. Este ponto de vista é compartilhado pelo Canadá, Austrália e Grã Bretanha, embora eles não pretendam participar da ofensiva americana. A Rússia dispõe de informações de que as armas químicas foram utilizadas na Síria pelos rebeldes. A parte russa transmitiu esta informação à Organização das Nações Unidas.

Além disso, os jornalistas russos, que estiveram na República Árabe da Síria entregaram ao Secretariado da ONU materiais comprovando que os militantes das tropas rebeldes tinham utilizado substâncias tóxicas de

combate. Carla del Ponte, membro da comissão técnica de peritos da ONU, encarregada da investigação das informações sobre o uso de armas químicas na Síria, ressaltou que os materiais recolhidos por esta comissão indicam que foram precisamente os rebeldes que tinham utilizado estas armas. Em fins de setembro de 2013 o ministro das relações exteriores da Federação Russa Serguei Lavrov entregou ao secretário de Estado norte-americano John Kerry um documento comprovando que os rebeldes tinham utilizado armas químicas em 21 de agosto deste ano num dos arredores de Damasco.

Em 9 de setembro de 2013 Serguei Lavrov propôs estabelecer o controle internacional sobre as substâncias tóxicas de combate pertencentes à Síria, desde que isso permita evitar o golpe contra a Síria. Em 10 de setembro o ministro das relações exteriores da Síria Valid Muallem declarou que o seu país iria aderir à Convenção sobre a proibição de armas químicas e pretendia destruir as suas reservas destas armas. No dia 10 de outubro de 2013 Barack Obama propôs aos membros do congresso adiar a votação da resolução que lhe permitia utilizar as forças armadas contra a Síria. A votação foi marcada inicialmente para o dia 11 de outubro. Em setembro deste ano as conversações entre Serguei Lavrov e John Kerry resultaram no acordo sobre a destruição de armas químicas da República Árabe da Síria. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança aprovou em 27 de setembro de 2013 a resolução número 2118, manifestando mediante este instrumento o seu apoio à destruição de armas químicas na Síria. Neste documento diz-se também que caso alguma parte usar armas químicas, será admissível a tomada de medidas, previstas no capítulo VII dos Estatutos da Organização das Nações Unidas. Ressalva-se, todavia, que a tomada destas medidas irá exigir uma nova resolução do Conselho de Segurança. Portanto, graças a ações, empreendidas pela diplomacia russa, conseguiu-se adiar ou, inclusive, prevenir o ataque americano contra a República Árabe da Síria.

A Liga dos Estados Árabes suspendeu a filiação da Síria a esta organização, decretou sanções anti-sírias e permitiu aos seus membros prestar ajuda militar aos rebeldes. O Qatar, a Arábia Saudita, a Líbia, Jordânia, os combatentes sunitas do Líbano e a Turquia fornecem armas à oposição. A Turquia anunciou que pretendia participar do ataque contra a República Árabe da Síria. O reino da Arábia Saudita declarou que apoiava a aspiração dos americanos de infligir um golpe contra a Síria enquanto que a Jordânia, o Iraque, o Egito, a Argélia e o Marrocos declararam-se contrários a esta operação. A União Europeia também decretou sanções e recusou-se a prorrogar o embargo para o fornecimento de armas aos rebeldes mas

recomendou aos países que a integram não fornecer na atual etapa os armamentos .

A Inglaterra insiste na revogação do embargo para o fornecimento de armas, embora já estivesse fornecendo veículos blindados sem armamento e os coletes à prova de balas. A França resolveu revogar a interdição para o fornecimento de armas, enquanto que a Alemanha está contra o abastecimento de rebeldes com armas.

Israel declara que tem adotado uma posição neutra mas durante o último ano a sua aviação submeteu a Síria a bombardeios três vezes. A imprensa israelita afirmava que foram atacados os armamentos, destinados para a "Hezbollah", isto é, os mísseis <terra — terra> "Fateh-110" e "SKAD", armas químicas, mísseis antinavio russos "Yakhont" e mísseis antiaéreos SA-17. Neste caso não pode deixar de provocar um certo pasmo o fato de que os partidários da organização xiita tinham aprendido durante um prazo curtíssimo manejar armas tão complicadas.

A situação instável que reina a partir do início da insurreição nos montes Golan fez evacuar os militares japoneses, croatas e austríacos que faziam parte do contingente das Forças da ONU, encarregado de controlar a separação das forças nesta região. O golpe mais grave foi a decisão de retirar o contingente austríaco de 380 homens que fazia parte do contingente das forças da ONU, constituído por 1250 militares. Mas o secretário geral da ONU Pan Gi Mun acaba de fazer acordo sobre a substituição dos austríacos por contingentes dos outros países.

Um outro problema sério são os refugiados sírios, cujo número, de acordo com os dados da ONU, já chegou a dois milhões. 550 mil sírios encontram-se na Jordânia; de 300 a 450 mil, na Turquia; de 300 a 500 mil, no Líbano. Neste último país vivem, além disso, 500 mil migrantes sírios legais. Ultimamente os curdos mudam-se da Síria para o Curdistão Iraquiano.

A maioria da comunidade internacional é da opinião de que a solução política do problema da República Árabe da Síria pode ser alcançada mediante a convocação da conferência internacional. Mas a sua realização depara certos empecilhos. O regime concordou com a convocação da conferência mas declarou pela boca de Bachar al-Assad que os sírios irão negociar somente com as pessoas que não se mancharam com crimes sangrentos. Mas os adversários externos impuseram inicialmente como condição do seu consentimento a saída de Bachar al-Assad do poder e a cessação da ofensiva das tropas governamentais. Mais tarde concordaram em participar da conferência mas somente se nela forem discutidas as vias de afastamento do atual presidente sírio.

A questão de convite do Irão e da Arábia Saudita está à parte — é que os EUA e os países da Europa Ocidental não concordam com a proposta da Rússia de admitir a participação de Teerã. Washington reputa que o objetivo da convocação da conferência é o afastamento do presidente sírio do poder e a formação de um governo de coalizão. Na opinião de Moscou, as partes, elas próprias, devem chegar ao acordo, sem a intromissão de fora. O Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa adverte que apesar das vitórias alcançadas o regime não deve esperar que a guerra termine dentro de um prazo admissível. Em princípios de outubro de 2013 Serguei Lavrov e John Kerry declararam que esperam que a conferência seja convocada na segunda quinzena de novembro deste ano.

O canal de televisão "Al-Manar", de Beirute, informou em 16 de maio de 2013, alegando como fonte a Agência Central de Inteligência dos EUA, que se as eleições fossem realizadas hoje, 75% do eleitorado sírio iria votar em Bachar al-Assad. Pode-se afirmar a partir deste ponto de vista que se a situação continuar a mesma, a oposição será esmagada cedo ou tarde. Mas continuam a existir fatores externos. Em primeiro lugar, a transferência de reforço, constituído por voluntários muçulmanos, para a Síria. Em segundo lugar, os EUA, os Estados europeus e alguns países do Próximo e Médio Oriente fornecem armas aos insurretos. É possível, além disso, que os países — membros da União Europeia imponham o regime de zonas interditas para vôos. À luz de tudo isso, é difícil de prognosticar o ulterior desenrolar de acontecimentos, especialmente em vista do exemplo da Líbia. Aí, embora o líder da revolução líbia Muamar Kaddafi tivesse o apoio da maioria da população, a ajuda aberta por parte do Ocidente e dos países árabes a forças insurretas resultou na derrocada do regime.

A situação na Tunísia também é intranquã. Em fevereiro e julho de 2013 os assassinatos do chefe do Partido de Patriotas — Democratas Unidos Chukri bel-Eid e do líder do partido "Movimento Popular" Muhammed Brahmi resultaram numa série de manifestações de protesto. Milhares de pessoas desfilaram pelas ruas da capital e das outras cidades exigindo a demissão do Movimento "An-Nahda". A Aliança Nacional de Trabalhadores Tunisinos, UGTT, que congrega 600 mil membros, aderiu aos protestantes. Na cidade de Tunis a multidão irritada pôs fogo no quartel-general de "An-Nahda", em diversos locais foram devastados os escritórios deste partido. Por outro lado, os bandos islamitas começaram a organizar contramanifestações e provocar choques com a oposição. Ao mesmo tempo, os militantes do movimento integrista intensificaram a sua atividade na

região da fronteira entre a Tunísia e a Argélia, o que resultou na interdição do trânsito na zona de Kacerin.

Em vista disso o governo resolveu recorrer à auto-dissolução. Hamadi Jebali, primeiro ministro e secretário geral do partido "An-Nahda" pediu demissão e a formação do novo governo foi confiada ao ministro do interior e vice-secretário geral do Partido Ali Laraed, embora milhares de manifestantes tivessem exigido a sua demissão, visto que não impediu o assassinato de Chukri bel-Eid. No novo governo, que ele tinha formado, o partido "An-Nahda" tem 28% das pastas, enquanto que no antigo gabinete ele controlava 40%. Os ministros sem partido obtiveram 48% dos cargos no gabinete, em particular, as pastas das relações exteriores, do interior e da justiça. Portanto, o partido "An-Nahda" fez certas concessões. Mas as manifestações de protesto continuavam e em 7 de agosto de 2013 o presidente da Assembléia Constituinte Nacional Mustafá ben Jafar resolveu liquidar este órgão. Mais tarde o governo demitiu-se.

A Tunísia tem pela frente problemas complexos a resolver. Em 2012 foi gasta apenas a metade dos meios orçamentários, destinados para a geração de novas vagas de trabalho. Atualmente o exército de desempregados na Tunísia conta 700 mil pessoas, o que corresponde a 18% da população ativa do país. Em 2010 o respectivo índice era igual a 13%. Em algumas regiões do país o índice de desemprego chega a 50%. A queda da indústria de turismo afeta 30% dos trabalhadores, pois os turistas estrangeiros respondiam pelo 50% dos rendimentos do orçamento local. Em 2011 a economia da Tunísia diminuiu, — pela primeira vez a partir de 1986, — em 1,8%. No ano passado o déficit orçamentário foi igual a 7,2% do PIB, enquanto em que em 2010 o respectivo índice era 2,6%. Naquela época as reservas de divisas equivaliam a 7,5% do PIB, o que permitia pagar a importação durante três meses. Quanto à inflação, de acordo com diversos dados, no fim do ano o seu índice variava entre 5,5 e 10%. Por isso, a agência "Standard & Poor's" abaixou o rating da Tunísia para "<BB-1>".

Em resultado disso caiu a popularidade do governo, formado pelo movimento "An-Nahda". 92% dos tunisianos crêem que no centro das atenções devem estar questões econômicas e 78% consideram que durante a gestão de "An-Nahda" a situação econômica no país não melhorou. Os habitantes do país supõem que tanto o mundo de negócios, como o governo, não dão devida atenção à esfera de ocupação profissional.

Mas o problema não se reduz tão somente à economia. Os tunisianos afirmam que "An-Nahda" tinha estabelecido contato com o setor particular da Tunísia e recorre à tática de esmagamento de manifestações. O "Partido

da libertação islâmica", — <Hizb ut-Tahrir al-Islami>, — conseguiu reunir junto da sede da Assembléia Nacional 2,5 mil manifestantes que exigiam o estabelecimento do califado e a introdução da xariá. As manifestações dos extremistas no verão de 2012 fizeram as autoridades decretar por alguns dias a hora de recolher na capital. A 4 de setembro do ano passado os salafitas atacaram a Embaixada dos EUA. Numerosos movimentos sindicais e opositoristas acusam os grupos islamitas de ataques contra os seus quartéis-generais e de agressões contra os seus militantes. Impõe-se involuntariamente a questão: será que os salafitas irão dominar na vida da Tunísia e o país vai virar uma base de preparação de militantes — terroristas para os países estrangeiros?

Na opinião da agência "Standard & Poors's", a primeira causa da diminuição do rating dos investimentos é a instabilidade da situação política. Alguns receiam perder as condições de vida habituais sob a gestão dos imames, outros temem repressões que podem começar no caso da vitória da oposição. Mas existe também o receio de um outro plano. É sabido que o "An-Nahda" jamais chegou a constituir-se em partido homogêneo — alguns dos seus membros são partidários da atitude pragmática para com a situação, enquanto que outros insistem na aplicação de leis islâmicas.

As eleições irão mostrar, qual dos partidos goza da maior influência. Mas quando é que elas serão realizadas? Alguns partidos exigem que o pleito eleitoral seja transferido para o outono deste ano.

E mais um fator..... O país está inundado de militantes — terroristas e de depósitos secretos de armas, que são encontrados com uma regularidade invejável . É possível que a parte de "An-Nahda", próxima dos militantes — terroristas, e os representantes dos salafitas possam pegar em armas caso ficarem descontentes com os resultados das eleições. Houve, todavia, um raio de esperança: o partido "An-Nahda" concordou com a exigência da oposição de formar um governo de tecnocratas.

Em 23 de outubro de 2011 foi concluída formalmente a guerra na Líbia. Depois de oito meses de resistência Muamar Kaddafi foi derrubado devido aos bombardeios da aviação da NATO e operações militares dos insurretos que dispunham do apoio por parte das tropas dos países estrangeiros. Na luta contra o regime uniram-se os salafitas do chamado "Grupo Islâmico Líbio de Combate", a cúpula das tribos da Cirenaica, alguns representantes descontentes da burguesia que tiveram que ceder aos americanos a sua influência nas esferas de turismo, serviços ao público, indústria de petróleo, construção civil e medicina, assim como a juventude e as camadas médias modernas. Um outro fator de descontentamento foi a demissão de 400 mil do

total de um milhão de servidores públicos. Aliás, os demitidos tiveram o direito de receber durante três anos uma indenização mensal de duzentos dólares.

Cumpra assinalar também a existência do desemprego, embora o regime não fosse responsável por isso. Por exemplo, a "Jamahyria" oferecia em arrendamento dezenas de terrenos com casa já construídas e no litoral foram criadas dezenas de empresas de transformação de peixe. Mas nenhum líbio quis dedicar-se à agricultura ou à pesca. Os habitantes do país existiam à custa do dinheiro, obtido com a venda do petróleo, mas nas explorações petrolíferas trabalhavam especialistas estrangeiros.

O regime de Muamar Kaddafi foi derrubado à custa de 25 mil mortos e 50 mil feridos, o que corresponde a 1,1% a população do país. Até hoje na Líbia continuam os assassinatos de militantes, de juristas e de funcionários públicos. Todavia, as forças motrizes do "motim árabe", — a cúpula das tribos da Cirenaica, os salafitas, a burguesia e os combatentes insurretos de Zlitan e das outras cidades, — não obtiveram nenhum poder. O país é governado agora por tripolitanos e por emigrantes que vieram dos países estrangeiros.

O atual aspecto da situação na Líbia é seguinte. Em agosto de 2012 o Conselho Nacional de Transição entregou o poder ao parlamento eleito, chamado Congresso Nacional Geral. Os rendimentos, proporcionados pelo petróleo, são depositados em conta das novas autoridades. Tropas do novo regime foram aquarteladas em alguns locais. E é só isso que o novo governo conseguiu.

O governo provisório da Líbia fixou o último prazo de entrega de armas — dia 20 de dezembro de 2012. Mas a população não obedeceu a esta ordem. Trípoli, Benghazi, Sirt e outras grandes cidades pululam de grupos armados e os recontros entre eles continuam sem parar. Em 28 de fevereiro de 2013 os "revolucionários" cercaram as sedes dos ministérios do interior e das relações internacionais e exigiram a demissão de dignitários, que trabalhavam para o regime de Muamar Kaddafi. Nas regiões de Kufra e de Sebha houve combates entre a população árabe e os tubu. No sul do país continuam repressões contra os tuaregues. Devido a suas ambições, a tropa de Zintan caiu em desgraça da atual direção e provocou, além disso, vários choques com o Movimento Islâmico da Líbia, — é assim que depois da vitória passou a ser chamado o Grupo Islâmico Líbio de Combate. As cidades de Sirt, Beni-Valid e Taverga foram arrasadas quase totalmente e a sua população foi submetida ao expurgo étnico por ter apoiado Muamar Kaddafi. Trípoli e em outras cidades são

dominadas durante a noite por grupos criminosos armados e os habitantes locais não ousam sair das suas casas.

Na Líbia, onde uma grande parte da Tripolitania e de Fezzan apoiava Muamar Kaddafi, continua a resistência a autoridades. Durante vários dias a bandeira verde do regime deposto estava içada sobre Beni-Valid e as milícias tribais, que a ocupavam, tinham sido expulsas da cidade. Continua a resistência dos partidários da Jamahyria. Um exemplo disso é o acontecimento em Sebha: a 12 de abril de 2013 aí foi atacada uma brigada de tropas governamentais. Em 11 de setembro de 2012 na cidade de Benghazi foram mortos quatro americanos, incluindo o embaixador Christopher Stevens. Depois disso, os representantes de vários países saíram de Benghazi. Em 23 de abril de 2013 um carro — bomba explodiu em frente à embaixada da França em Trípoli, afetando dois guardas franceses. Em princípios de outubro de 2013 foi atacada a Embaixada da Federação Russa. Depois disso, o seu pessoal foi evacuado.

Graças aos esforços das chamadas "brigadas revolucionárias", sete mil novos dissidentes lotaram novamente as prisões, em que cumpriam antes as penas os indivíduos, presos pelo regime anterior, assim como, os criminosos comuns. Seif al-Islam Kaddafi é mantido na prisão de Zintan e as autoridades não pretendem entregá-lo a Trípoli, nem à Corte Penal Internacional. Na Líbia foram presos dois cidadãos russos, — A. Chadrov e V. Dolgov, — assim como, 19 ucranianos e 3 bielorrussos. Todos eles são acusados de ter reparado o material técnico do antigo regime.

Os cristãos sofrem ataques por parte dos salafitas. Já foram destruídas duas igrejas cristãs em Trípoli, uma, em Benghazi e uma, em Misurat, cerca de 15 pessoas foram presas sob a acusação de proselitismo. Foram detidos cinquenta participantes de uma manifestação de protesto, organizada por este motivo. Foram mortos dois egípcios cristãos. O templo grego em Trípoli foi fechado e as missões católicas de beneficência tiveram que deixar o país. Mais do que isso: do total de cem mil cristãos que viviam anteriormente na Líbia restam alguns milhares. A Igreja Ortodoxa Russa publicou uma declaração manifestando preocupação por motivo do crescimento impetuoso da tensão na esfera religiosa e a sua perplexidade com a reação fria da comunidade mundial aos casos de discriminação dos cristãos na Líbia.

A situação no país é agravada ainda mais por problemas econômicos graves. É preciso dez anos de obras de restabelecimento e dez bilhões de dólares para que as cidades e aldeias, reduzidas a montões de lixos, voltem à vida. Mas o regime não tem dinheiro. Impõe-se a pergunta: onde é que se encontram os 250 bilhões de dólares, que os líbios tinham ganho

com a venda do seu petróleo e que foram “congelados” nos bancos ocidentais?

Uma outra particularidade de atual situação na Líbia é a ausência de personalidades marcantes na nova direção do país. Os membros do Conselho Revolucionário da Jamahyria Árabe da Líbia Abdel Salam Jellud, Mustafá al-Harrubi e Huveildi al-Hmeidi, que tinham passado para o lado do poder, foram simplesmente relegados. Além disso, entre os novos dirigentes não há ninguém que possa se equiparar, nem de longe, a Muamar Kaddafi.

Quanto à política externa, Abdel Khakim Belhardj, chefe do Movimento Islâmico da Líbia “Al Vatan”, fornece armamentos aos insurretos da Síria, violando desta maneira as sanções antilíbicas, impostos pelo Conselho de Segurança. O ministro das relações exteriores da Federação Russa Serguei Lavrov chamou atenção para este fato no seu discurso de 28 de junho de 2013 e exigiu que o Comitê do Conselho de Segurança para sanções em relação à Líbia estudasse estas informações. Infelizmente, as medidas tomadas por motivo desta iniciativa, atrasam.

Portanto, o futuro do pai continua obscuro. A Líbia está em fase de “somalização”. O futuro desenrolar dos acontecimentos depende da capacidade das autoridades de conseguir o desarmamento das tribos. As chances do êxito são mínimas. Portanto, resta o passo seguinte: a direção que se encontra em Trípoli deve levar a cabo uma política que corresponda a aspirações da maioria da população do país, mas é pouco provável que isso ocorra na Líbia, — um país dilacerado pela rivalidade de 130 tribos.

\* \* \*

De um modo geral, a situação no mundo árabe por enquanto é obscura. Todavia, está claro que um número cada vez maior de pessoas se levanta contra o islamismo. Mas os partidários do islã moderado, divididos em grupos opostos, da mesma maneira, que as organizações salafitas, devem cuidar de melhorar a situação econômica. Se eles fracassarem, é possível que a população volte novamente aos islamitas. É preciso ter em conta que o islamismo moderno existe desde os fins do século XIX e que a sua liquidação é uma tarefa nada simples.

Impõe-se à parte a questão do papel dos EUA. O derrubamento de regimes pró-ocidentais do Egito, Líbia, Tunísia e Síria não comprova absolutamente a política anunciada de democratização. Surge involuntariamente a impressão de que o principal objetivo dos EUA consiste em criar no Próximo Oriente um ambiente de caos afetando desta maneira a política da China, Japão, Índia e Coréia do Sul, e das maiores potências

européias nesta região. Como é natural, esta política vai afetar também a Rússia. Mas ela é perigosa também para a própria Washington, visto que os EUA não estão em condições de controlar o salafismo. Não se deve esquecer que o apoio irrefletido à "Al-Qaeda", que lutava contra o governo da República Democrática do Afeganistão e contra o Exército Soviético no Afeganistão, resultou, afinal, no golpe que os terroristas assestaram contra os próprios EUA.



Alexei MECHKOV

Vice-ministro das  
Relações Exteriores  
da Rússia

AMeshkov@mid.ru



## CONSIDERAMOS QUE OS BOATOS SOBRE A DESINTEGRAÇÃO PARA BREVE DA UNIÃO EUROPEIA SÃO PRECIPITADOS

**"Vida Internacional":** Alexei Iurevitch, nos órgãos de informação europeus, nomeadamente nos franceses, surge a ideia de que o Kremlin alegadamente joga contra os europeus. Segundo a sua opinião, a que se deve o aparecimento, nos últimos tempos, deste tipo de disposições agressivas em relação à Rússia?

**Alexei Mechkov:** Não posso concordar com a afirmação de que na Europa apareceram disposições em relação à Rússia que possam ser definidas como agressivas. Nomeadamente em França. Os meus últimos contactos com representantes franceses, incluindo deputados da Assembleia Nacional e do Senado de França, câmara alta, deixaram-me a impressão de um interesse verdadeiro da parte francesa pelo aprofundamento e o reforço das relações

*Алексей МЕШКОВ, Заместитель министра иностранных дел Российской Федерации  
СЛУХИ О СКОРОМ РАСПАДЕ ЕВРОПЕЙСКОГО СОЮЗА, КАК НАМ ПРЕДСТАВЛЯЕТСЯ,  
ПРЕЖДЕВРЕМЕННЫ*

da Rússia não só com os vários países da Europa, mas também com o nosso parceiro estratégico, a União Europeia. É precisamente a partir de semelhante interesse mútuo no desenvolvimento da cooperação, nomeadamente no campo do aumento de contactos entre pessoas e da formação de um espaço jurídico e humanitário na Europa, que nós planeamos a nossa política externa na área europeia. Esta política tem adversários, mas eles claramente são uma minoria.

**“Vida Internacional”:** Durante os últimos anos, a UE passa por uma profunda crise, não apenas económica, mas igualmente institucional, moral. Há dez anos, a Europa poderia ter optado por outro caminho e evitar o atual desenvolvimento dos acontecimentos?

**A. Mechkov:** A entrada em circulação da moeda única: euro em 2002 e o alargamento significativo da UE em direção a Leste em 2004 foram considerados o apogeu de um processo de 20 anos de integração europeia bastante dinâmica, tanto vertical, como horizontalmente. As crises agudas que afetaram a União Europeia: institucional (2005-2009) e económico-financeira (2008-2009), revelaram um desequilíbrio que se refletiu em todas as áreas do desenvolvimento e da política da UE.

Hoje, no Ocidente, falam da destruição da homogeneidade na UE dos 28, de sinais da diferenciação substancial dos interesses dos países membros da União Europeia, do desequilíbrio entre as estratégias de desenvolvimento quantitativo e qualitativo. Esses fatores, segundo os politólogos, influem no estado da esfera da integração económica, incluindo seus aspetos sociais. Continua a discussão sobre as vias de superação dos fenómenos de crise na UE, incluindo as necessidades de novas reformas institucionais. Na Europa começaram a falar abertamente do aumento do euroceticismo e até de “tendências centrífugas europeias”.

Hoje é difícil avaliar se a União Europeia poderia ter trilhado outro caminho há dez anos. Como é sabido, a história não tem subjuntivos. Uma coisa é clara: a UE entrou num novo e complicado período do seu desenvolvimento. Ele difere substancialmente do anterior. É evidente que os institutos europeus e os países membros necessitam de algum tempo para se adaptar às realidades atuais da integração europeia.

**“Vida Internacional”:** É possível que os eurocéticos mostrem ser videntes e as tendências centrífugas se transformem em realidade?

**A. Mechkov:** Realmente, hoje, a Europa não atravessa os seus melhores dias. Índices médios nos países da União Europeia: no presente ano, o crescimento do PIB não deve ser superior a 1,8 % (em comparação com os 4,3% de antes da crise, em 2008), a inflação é de 1,6%, o desemprego chega a

cerca de 20 milhões de pessoas, sendo que, entre a juventude até aos 25 anos, o seu nível atinge os 55%. Cerca de 16% da população da UE vive, hoje, abaixo do nível da pobreza.

Ninguém se arrisca a prognosticar até quando irão durar as manifestações de crise na UE, bem como fazer sentir-se as suas consequências.

Nestas condições, a comunidade europeia empreende esforços ativos para encontrar saídas para a situação criada. É reforçada a disciplina orçamental e financeira, procura-se reservas para estimular o crescimento económico e a criação de novos empregos, estuda-se a possibilidade de reforma dos institutos da União Europeia. Tendo em conta essa atividade e a vontade comum de manter a vitalidade da União Europeia, parece ser possível neutralizar as forças centrífugas nessa organização político-económica.

Eu resumiria a resposta a esta pergunta nos seguintes termos: parece-nos que os boatos sobre a desintegração para breve da União Europeia são precipitados.

**"Vida Internacional":** Não considera que a principal causa da crise consiste no alargamento impetuoso da União Europeia, nomeadamente à custa de Estados da Europa do Leste insuficientemente desenvolvidos do ponto de vista económico?

**A. Mechkov:** Sem dúvida que essa não é a principal causa. Claro que o alargamento impetuoso da UE desempenhou o seu papel, e muito substancial. Se quiser, o fator do avanço "despreocupado" para o Leste tornou-se uma componente importante no conjunto de causas da crise financeiro-económica que afetou a União Europeia. As discussões, que têm lugar nos últimos tempos nos países da UE, sobre o tema do núcleo e das periferias, do Norte e do Sul, da zona euro e das restantes, da "Europa a duas velocidades" são uma confirmação clara dessa conclusão.

O alargamento da UE, interpretado por Bruxelas em categorias como o alargamento do areal da paz, da democracia e do bem-estar económico, decorreu, em grande parte, sem se ter em conta o nível real de preparação dos candidatos à adesão na União Europeia, a sua conformidade de facto com as exigências que lhes eram apresentadas por Bruxelas. Entre 2004 e 2007, os novos membros, frequentemente, recebiam uma espécie de avanço, esperando-se que, depois, muito seria emendado e aproximado dos altos padrões. Como vemos, foram poucos os que conseguiram isso.

A compreensão pela União Europeia da experiência das etapas anteriores de alargamento europeu é uma prova do reconhecimento pela "velha Europa" de um erro sistemático nos cálculos estratégicos das ambições

geopolíticas da UE e das suas capacidades de integração. Como consequência, as dificuldades económicas obrigam, hoje, a União Europeia a preocupar-se, em primeiro lugar, com a salvação dos atuais membros (à Grécia, Portugal e Irlanda podem juntar-se outros países), enquanto parece ter diminuído na UE o entusiasmo sobre o posterior alargamento.

Não é segredo para ninguém que as decisões de alargamento da União Europeia em 2004 e 2007 eram tomadas, em considerável medida, por considerações políticas. Parece que a aposta era feita no sentido de os novos membros da UE, com o apoio dos fundos europeus, conseguirem rapidamente resolver muitos problemas socioeconómicos e superar o precipício no nível do desenvolvimento económico com os restantes Estados membros. Porém, a vida mostrou que para isso são necessários ainda muitos anos. Claro que esta heterogeneidade apenas aumenta o desequilíbrio na construção económica da União Europeia, complica a saída da crise financeiro-económica existente.

Da nossa parte, sublinhámos várias vezes o interesse numa União Europeia estável, forte e indivisível. A UE é o nosso parceiro comercial e económico fulcral e nós conservamos parte significativa das reservas em euros. Desejamos sinceramente aos nossos parceiros europeus a saída rápida da crise.

**"Vida Internacional":** Pode dizer-se que a crise minou a confiança nos sistemas políticos dos países da União Europeia?

**A. Mechkov:** Penso que são evidentes todos os sinais dessa tendência preocupante. Infelizmente, diminui a confiança para com os sistemas políticos da UE em geral e para com os políticos em particular da parte dos cidadãos. Provas disso são as sondagens da opinião pública, a atividade eleitoral da população (a participação dos eleitores desce constantemente), o aparecimento de novas formas "originais" de expressão do descontentamento cívico. Todos temos presente o exemplo da Grécia: devemos recordar com que dificuldades aí foi formado um novo governo.

A propósito, os próprios europeus discutem seriamente as ameaças que os problemas económicos constituem para a esfera política. Por isso, é realmente um tema muito atual. Em grande parte, o futuro político da Europa depende do facto de ela saber ou não cumprir as tarefas da superação da crise financeiro-económico. Se as tendências negativas na economia continuarem a aprofundar-se, consideramos que podem provocar convulsões sociais, não se pode excluir completamente a possibilidade da chegada ao poder nos países da UE de políticos "extra sistema", nomeadamente da extrema-direita.

Observa-se hoje o aumento de manifestações de xenofobia, de populismo e de racismo em muitos Estados membros da UE. Nesta situação, é muito natural que, nas eleições para o Parlamento Europeu em Maio do próximo ano, os respetivos partidos lutem ativamente por lugares de deputados. Não se exclui que eles encontrarão apoio entre parte dos eleitores afetados pela crise económica, que não estão preparados para, numa situação de existência de um grande número de desempregados, compreender os meandros da política de imigração da UE. A maioria desses partidos são claramente "eurocéticos" e pode-se preconizar que não será nada fácil o movimento da União Europeia no sentido da posterior integração económica e política.

**"Vida Internacional":** Praticamente em todos os Estados da União Europeia se coloca de forma aguda o problema da imigração, principalmente dos Estados que seguem o Islão. Muitos, mesmo ao mais alto nível, reconhecem que a ideia do multiculturalismo na Europa não se justificou. Qual é a política da UE neste sentido?

**A. Mechkov:** Essa pergunta levanta imediatamente muitos temas complicados da atual Europa Ocidental e, talvez, em maior ou menor medida, de todo o continente. A normalidade, a utilizar-se esta palavra, consiste talvez em que as pessoas procuram para viver os lugares e países onde se sentem mais confortáveis, onde há trabalho remunerado. Há mais outro aspeto interessante. Alguns países não europeus realizaram uma política consciente, cujo sentido consistia em, através da imigração controlada da população, assimilar a experiência europeia e realizá-la no seu território.

A sua pergunta diz concretamente respeito aos temas da adaptação e integração nos nossos dias. Devemos assinalar também que, além da imigração externa, por exemplo para países da União Europeia a partir do sul, dentro da própria União Europeia, depois da adesão de uma série de países da Europa Oriental, observaram-se ativas correntes migratórias no sentido ocidental. E nem todos os europeus ocidentais, não obstante a conformidade dessa migração com a liberdade de circulação de mão-de-obra existente na UE, saudaram esse facto.

Ao analisar a migração externa tendo como pano de fundo a situação demográfica nos países da UE, peritos da Comissão Europeia assinalaram, nomeadamente, que, nos próximos 50 anos, a população ativa na UE irá diminuir em cerca de 100 milhões não obstante o aumento natural global da população. Daí conclui-se que é uma necessidade económica a entrada de trabalhadores do estrangeiro.

O problema assinalado por si da sociedade europeia moderna consiste em que os imigrantes que entram nos países da Europa Ocidental legalmente (é precisamente isso que lhes dá o direito de receber subsídios sociais como os que têm, por exemplo, os franceses) integram-se menos do que antes na sociedade que os recebe, preferem viver em comunidade com os seus compatriotas (ou adeptos da mesma religião), frequentemente segundo as regras e costumes pessoais. Tanto os governos dos países interessados, como as organizações internacionais, nomeadamente o Conselho da Europa, procuram a solução para os problemas de integração e assimilação dos migrantes.

Se se compreender o multiculturalismo como teoria e prática que pressupõe a vivência conjunta e a interação (diálogo) dos portadores de diferentes culturas num certo território (num estado, região, etc.), então os dirigentes da França e da Alemanha, ao falarem do seu fracasso, tinham em vista a divisão étnica cada vez mais profunda na sociedade, a sua fragmentação e, finalmente, a não-aceitação de "outros" pela população local. Durante várias décadas, o pensamento social europeu apostou no incentivo da diversidade e no aumento máximo dos direitos de diferentes grupos e minorias, muitas vezes em prejuízo dos direitos legítimos da maioria. Mas ninguém ainda tirou a razão ao provérbio "em Roma, sê romano".

Considero que o primeiro-ministro britânico D. Cameron, outro crítico do multiculturalismo formal, deu uma boa resposta a isso ao discursar na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na Primavera de 2011. Depois de prestar homenagem ao contributo dos grupos nacionais para a história do país, ele defendeu que as autoridades devem olhar para eles como para partes de um todo único, sublinhar a pertença a uma comunidade mais ampla que trabalha em prol de todo o país em vez das suas diferenças. Claro que isso uma abordagem geral, sendo necessárias ações, vias concretas da sua realização, mecanismos de integração na sociedade do Estado recetor.

**"Vida Internacional":** Nos últimos tempos, a Rússia e a Europa vivem uma espécie de "história de amor-ódio". Há "amor" ao nível dos chefes de Estado e "ódio" ao nível dos deputados do Parlamento Europeu e da imprensa. Como é possível construir uma cooperação eficaz nestas condições?

**A. Mechkov:** As palavras "amor" e "ódio" estão fora do léxico diplomático. Ao mesmo tempo, nota-se uma tendência: quanto mais baixo é o nível de responsabilidade, tanto mais alto é o nível de desenfreamento emocional.

A Rússia e a UE desenvolvem as suas relações numa saudável base pragmática. Isso é sempre sublinhado durante os encontros dos dirigentes de ambas as partes a alto nível. Isso é particularmente importante, porque o potencial das relações da Rússia com a UE está longe de se ter esgotado.

No que respeita ao Parlamento Europeu, prestamos a atenção necessária ao que ocorre no seu seio. Infelizmente, temos de constatar que continua a ser bastante pequeno o contributo real dos parlamentares europeus para o reforço de uma ordem de trabalhos positiva das relações da Rússia com a UE. Gostaria de assinalar que não somos contra a crítica de parceiros na nossa direção, mas surpreende-nos desagradavelmente o tom mentor e o desejo insistente de ingerência descarada nos assuntos internos de outros países, ao mesmo tempo que, na própria União Europeia, se acumularam numerosos problemas bastante sérios. É possível que aqui haja uma interligação. Em qualquer dos casos, estamos prontos a trabalhar com os nossos parceiros da UE em todos os sentidos e em todas as áreas. Só através do diálogo se pode encontrar pontos de contacto nas posições.

**“Vida Internacional”:** Não são mais simples as nossas relações no Conselho da Europa e na OCSE. Frequentemente, daí soam reclamações e até insultos. Existe algum sentido positivo na participação da Rússia nessas organizações?

**A. Mechkov:** Infelizmente, hoje, a atenção opinião pública é atraída apenas para os aspetos mais problemáticos das relações internacionais, que escondem o enorme trabalho quotidiano com vista a resolver os problemas atuais da política mundial. Isso diz completamente respeito ao Conselho da Europa e à OSCE. A Rússia é seu membro de pleno direito e, no caso da OSCE, faz parte dos seus fundadores. Estas são arenas do diálogo multilateral constante tanto no interior da Europa, como com os países da Ásia e do Norte da América.

O Conselho da Europa constitui para os Estados membros um campo eficaz para a cooperação quanto às questões dos direitos humanos, da democracia e da supremacia da lei, da cultura, da juventude e do desporto. A base de trabalho é o campo jurídico europeu único, ou seja, uma enorme quantidade de documentos juridicamente obrigatórios, iguais para todos os Estados membros, em combinação com mecanismos independentes de controlo.

É necessário ter também em linha de conta o facto de a Rússia ser um membro de pleno direito do Conselho da Europa desde 1996, e precisamente nisso se reflete, em grande parte, a pertença histórica do nosso país ao modelo europeu de desenvolvimento. A Rússia tem voz em todos os órgãos e

estruturas do Conselho da Europa: no Comité de Ministros, Assembleia Parlamentar, Congresso dos Poderes locais e regionais, Conferência de Organizações Não Governamentais internacionais, em numerosos mecanismos de controlo e convenções. Em cooperação com os 46 parceiros membros desta organização, a Rússia mantém conseqüentemente uma abordagem igual e responsável face aos numerosos problemas urgentes que se colocam ao continente, à Europa.

Há ainda um aspeto importante. Durante os muitos anos da sua existência, o Conselho da Europa, fundado em 1949, acumulou uma experiência riquíssima de solução de problemas nos diferentes países membros, gerais para todos e que, frequentemente, se repetem de país para país. Semelhante experiência é valioso, sendo indispensável apenas utilizá-la.

Na OSCE foi criado um poderoso conjunto de deveres e acordos políticos na esfera da segurança e cooperação europeias, que abarcam aspetos militares, económicos e humanitários. Eles são parte integrante do sistema moderno de relações internacionais. Entre estes princípios, vitalmente importantes para todos os Estados da região da OSCE, estão a indivisibilidade da segurança, ou seja, o compromisso dos Estados de não reforçar a sua segurança à custa dos outros, e a luta conjunto contra ameaças transnacionais: terrorismo, criminalidade organizada, tráfico de drogas.

Porém, o Conselho da Europa e a OSCE continuam, ao mesmo tempo, a ser organizações políticas onde se chocam interesses frequentemente não coincidentes de diferentes Estados. Infelizmente, nas organizações com uma ordem do dia tão cheia e complexa, é grande a tentação de utilizar temas sociopolíticos importantes, como, por exemplo, os direitos do homem, para a realização de objetivos políticos mesquinhos. Infelizmente, a Rússia enfrenta regularmente esse tipo de abordagem da parte dos parceiros. Frequentemente, isso transforma-se em declarações políticas ruidosas, numa crítica dura, mas nem sempre fundamentada, na nossa direção. Claro que é preciso reconhecer que a prática e os processos na OSCE não são ideais, pois a Organização continua sem estatutos, outros aspetos exigem correções, por isso, frequentemente, o trabalho na Organização passa a ser refém da conjuntura política.

Não obstante, não posso concordar com algumas afirmações de que a voz da Rússia não é ouvida da tribuna das organizações europeias. A nossa posição invariável é reagir de forma correta e argumentada à crítica, apontar permanentemente as insuficiências e falhas nos processos e regras de comportamento, que se refletem negativamente na atividade quotidiana e imagem internacional dessas estruturas regionais. Pelo seu lado, a Rússia

utiliza ativamente o palco da OSCE para apresentar as suas prioridades, tal como a liberalização dos sistemas de vistos, a defesa dos direitos dos compatriotas, o combate a manifestações de neonazismo, a luta contra a falsificação da história, a defesa dos direitos das crianças nos casamentos mistos, a garantia dos direitos socioeconómicos do homem em período de crise. Claro que é impossível resolver estes problemas de imediato, mas a luta afincada produz gradualmente frutos.

Em relação ao Conselho da Europa, nós vemos a sua tarefa no seu reforço enquanto organização europeia universal, que garante, através dos seus mecanismos convencionais únicos, a unidade dos espaços jurídico e humanitário do continente, tal como foi formulado na Conceção renovada da política externa da Federação da Rússia.

**“Vida Internacional”:** Em junho deste ano, o senhor passou a dirigir a delegação interministerial russa na Conferência Anual da OSCE sobre problemas no campo da segurança. A seu ver, pode-se afirmar que os Estados participantes da OSCE estão prontos para a modernização da Organização nas questões da garantia de um segurança “rígida” em particular, bem como na renovação da OSCE em geral?

**A. Mechkov:** Você definiu de forma totalmente correta um dos problemas fulcrais da OSCE, cujo objetivo inicial consistia na manutenção de um diálogo político igual e respeitoso no quadro das três dimensões da segurança da Organização: político-militar, económico-ecológica e humanitária. Durante muitos anos, os nossos parceiros ocidentais concentraram-se exclusivamente na terceira: o “cesto” dos direitos do homem, o que, às vezes, tomava formas de simples aumento de deveres nesta esfera, enquanto o controlo do seu cumprimento continuava a ser fraco e unilateral.

Tendo isso como pano de fundo, o trabalho na esfera da segurança “rígida” perdeu claramente força. Por um lado, o domínio na atividade da Organização de interesses mesquinhos de grupo pôs em perigo a camada, acumulada durante os anos da sua existência, de acordos político-militares, que constituíam uma espécie de marca da OSCE. Por outro lado, a Organização não conseguia claramente acompanhar as exigências do tempo no que respeita à resposta a novos desafios e ameaças: terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado. Tudo isso, no fim de contas, não podia deixar de refletir-se na demanda da OSCE entre os seus Estados membros.

Esperamos que os nossos parceiros compreendam a necessidade de equilíbrio da crise sistémica existente na Organização. Um exemplo disso é a declaração política final, acordada a alto nível em Astana em 2010 e

virada para o futuro, que proclamava como objetivo a criação de uma comunidade de segurança igual e indivisível no Euro-atlântico e na Eurásia, bem como a resolução aprovada no ano passado no Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da OSCE em Dublin sobre o lançamento do processo "Helsínquia mais 40", que deverá, no 40º aniversário da fundação da Organização em 2015, definir a visão estratégica da sua atividade no séc. XXI.

A nosso ver, a chave do êxito da renovação da OSCE está no reforço da sua estrutura organizativa paralelamente ao cumprimento incondicional da base de consenso na tomada de decisões no seu quadro, a saturação da ordem de dia da Organização com questões que unam, que reflitam os problemas de segurança atuais para todos. É precisamente essa abordagem que está contida na nova redação da Conceção da Política Externa da Rússia, aprovada em fevereiro do ano corrente.

**"Vida Internacional":** O diálogo estável sobre questões energéticas é vantajoso tanto para a Rússia, como para a UE. Mas, nos últimos anos, surgiram numerosas contradições e situações problemáticas. Até que ponto continua sólido o crédito de confiança das partes?

**A. Mechkov:** O nosso principal instrumento de interação com a União Europeia no campo da energia: o Diálogo Energético Rússia-UE, continua a funcionar sem quaisquer falhas. Durante 2012, teve lugar a elaboração ativa do "Roteiro" da cooperação energética Rússia-UE até 2050 (foi assinada em Março de 2013). Em Dezembro de 2012 (no terreno da estação compressora "Russkaia") começou a construção do gasoduto "Corrente do Sul".

Tiveram lugar momentos desagradáveis, como, por exemplo, o início da investigação antimonopólio contra o Grupo "Gazprom" (vemos nessa investigação uma motivação política bastante evidente).

Têm lugar mudanças graduais no mercado gasífero da União Europeia: devido ao aumento da extração de gás dos xistos nos EUA, na UE começaram a orientar-se cada vez mais para países como o Qatar. Isso, em conjunto com outros fatores, exerceu pressão sobre os preços dessa matéria-prima.

Vemos que o mercado da Europa, nomeadamente o gasífero, sofreu algumas alterações. Temos também em conta a influência séria da crise económico-financeira na União Europeia. Diminui a capacidade de concorrência. Por isso, na UE tentam reduzir os gastos, nomeadamente à custa de preços mais vantajosos dos combustíveis. Tudo isso é um desenvolvimento esperado dos acontecimentos (por isso a inclinação dos nossos parceiros para a recusa do princípio contratual "leva ou paga", para a ligação do preço do gás à do petróleo). Consideramos que aqui é necessário

encontrar um meio termo de forma a que vendedores e compradores fiquem satisfeitos. A bom rigor, é isso que fazemos. Embora o processo de conversações avance devagar, mas avança. Estou convencido de que, no fim de contas, saberemos encontrar uma linguagem comum com os nossos parceiros da UE. Os motivos para esse otimismo são bastante fortes: geograficamente, somos vizinhos, a Rússia tem a matéria-prima de que a União Europeia necessita, a infraestrutura dispendiosa já está construída (a maior parte pelos nossos pais e avós). Tudo isso é tido em conta tanto na Rússia, como na UE.

**"Vida Internacional":** Pode dizer-se que o "Terceiro Pacote Energético" tornou-se numa fricção nas relações entre a União Europeia e a Rússia?

**A. Mechkov:** O "Terceiro pacote energético" e os métodos da sua implementação prática são a principal fricção nas relações entre a União Europeia e a Rússia.

O primeiro ponto para o qual chamamos a atenção dos nossos parceiros é a forma retroativa do seu emprego. Ou seja, a vigência do "pacote" abrange os direitos e deveres que surgiram antes da sua aprovação.

Segundo, os nossos parceiros europeus colocam, de facto, o "Terceiro Pacote Energético" acima dos seus compromissos internacionais. Por exemplo, a implementação do "Terceiro Pacote Energético" viola o acordo de base assinado muito antes dele: o Acordo de Parceria e Cooperação da Rússia-UE, bem como os acordos bilaterais com uma série de países da UE sobre o incentivo e proteção dos investimentos. São violados alguns compromissos da UE no quadro da OMC.

No que diz respeito às conversações propriamente ditas, o diálogo tem lugar nas mais diversas áreas. Trata-se não tanto do "Terceiro Pacote Energético", quanto do não-emprego de uma série de parágrafos seus (o que é permitido pelo próprio "pacote").

Por exemplo, ainda em Dezembro do ano passado, entregámos aos nossos parceiros um projeto de acordo respeitante aos projetos transfronteiriços no campo das infraestruturas. Embora a Comissão Europeia já nos tenha dado o sinal de que não consideram conveniente a assinatura desse acordo, nós, por enquanto, não pomos de lado semelhante possibilidade. Ao mesmo tempo, estamos prontos para discutir essa questão no quadro das conversações sobre o novo acordo básico, que deve substituir o já citado Acordo de Parceria e Cooperação Rússia-UE. Esperamos que o trabalho com esse documento recomece dentro em breve.

Também não nos opomos à consecução de acordos sobre projetos concretos separados. Por exemplo, atualmente, têm lugar consultas bastante

intensivas para o funcionamento do gasoduto "OPAL" (continuação por terra do gasoduto "Corrente do Norte"), em que participam representantes do Ministério da Energia da Rússia, da Comissão Europeia, do regulador energético alemão e da OAO "Gazprom".

O que irá suceder se não chegarmos a acordo? Quando surgem divergências, deve-se, em primeiro lugar, tentar chegar a um acordo. Se isso não acontece, as partes recorrem aos tribunais. Consideramos que ainda temos muitas possibilidades de chegar a acordo. Mas não podemos excluir a possibilidade de resolver momentos polémicos através de arbitragens, nomeadamente no quadro da OMC.

Assinalo que nunca e em lugar algum foi dito a nível oficial pela UE que as fornecimentos de gás da Rússia não são críticos. Pelo contrário, a queda da própria extração de gás na UE é cada vez maior, o que uma certa diminuição do consumo de gás devido à crise não pode compensar essa queda. Segundo os nossos cálculos, bem como os cálculos da UE, nas próximas décadas, a União Europeia necessitará de mais gás. Alguns países já dialogam connosco sobre o início do aumento dos fornecimentos dessa matéria-prima.

A União Europeia continuará a ser durante muitas décadas um nosso mercado de escoamento fulcral de gás natural.

**"Vida Internacional"**: Durante bastante tempo estão a ser realizadas conversações sobre o novo acordo básico (NAB) com a União Europeia. Pode-se prever os prazos de assinatura do documento?

**A. Mechkov**: Gostaria de confirmar que a Rússia está interessada em que o novo acordo de base com a União Europeia seja assinado o mais rapidamente possível. O Acordo vigente de Parceria e Cooperação Rússia-UE de 1994 está ultrapassado em muitos aspetos e nas nossas relações já foram muito além desse quadro.

Representantes da Rússia e da UE já realizaram um trabalho sério de preparação do NAB. Hoje, os principais esforços estão concentrados em chegar a um acordo na parte económica do acordo. Tendo em conta o volume das nossas ligações no campo comercial e de investimentos e o desejo dos nossos parceiros de incluir nele o mais amplo leque de questões, será uma tarefa bastante complicada chegar a acordo sobre esta parte do documento. Para nós é importante que a Comissão Europeia não tente exigir mais liberalização (acima das condições da nossa adesão à OMC) do regime de comércio e investimento.

Além disso, durante as conversações sobre o NAB, é necessário encontrar uma fórmula que permita refletir no documento novas realidades, ligadas ao

avanço dos processos de integração eurásias. Pois, numa série de esferas, a Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão passaram para um regime único de regulação, foi criado um órgão supranacional: Comissão Económica Eurasiática, a quem foram entregues funções económicas significativas. Esperamos que, no fim de contas, consigamos chegar a um compromisso sobre as restantes questões e preparar um documento orientado para objetivos e prioridades de interação. O NBA deve garantir o desenvolvimento das nossas relações, garantir a sua estabilidade e previsibilidade.

**"Vida Internacional":** A parte russa está preocupada com a apresentação da União Europeia na OMC a primeira queixa contra a Rússia devido à taxa sobre a reciclagem de automóveis?

**A. Mechkov:** A utilização da OMC para resolver disputas comerciais é uma prática normal, pois, nesta esfera, os países têm sempre muitas pretensões mútuas.

A Rússia e a UE discutem também ativamente as pretensões mútuas no contexto do respeito das normas da OMC. Trata-se, nomeadamente, de impostos antidumping da União Europeia sobre a produção russa de metalurgia e adubos, a temática do "Terceiro Pacote Energético" da UE e toda uma série de outros temas.

No que respeita ao imposto sobre a reciclagem de automóveis, sublinho que a UE não está contra a taxa como tal (semelhantes impostos são cobrados também nos países membros da União Europeia), mas aponta alguns indícios de inconformidade com as normas da OMC de alguns parâmetros da taxa. Antes realizaram-se várias consultas com a UE sobre essa questão e estivemos muito próximos da solução do problema. Nos dias mais próximos, as consultas devem continuar, mas, agora, em conformidade com as normas da OMC.

Repito que a contestação pelos países na OMC por medidas comerciais dos parceiros é uma prática comum. A Rússia tem também esse direito e irá utilizá-lo em caso de necessidade.

**"Vida Internacional":** Alexei Iurevitch, é difícil fugir à pergunta sobre o regime sem vistos entre a Rússia e a UE. Como decorrem as conversações?

**A. Mechkov:** O diálogo sobre o regime sem vistos entre a Rússia e a UE decorre há já oito anos e claro que avançámos na resolução de uma série de questões práticas, o que permite esperar na consecução do objetivo da introdução de um regime sem vistos numa perspetiva real. Presentemente, ambas as partes realizam um grande e intensivo trabalho para o cumprimento escrupuloso dos "Passos conjuntos com vista à transição de um regime sem vistos para curtas viagens de cidadãos da Rússia e da UE".

Recentemente terminou uma viagem à Rússia de mais uma missão de peritos da UE sobre o quarto bloco dos passos citados ("Laços Externos"). A parte russa cumpriu os seus deveres e satisfaz todos os pedidos dos parceiros sobre a organização de encontros com representantes de diferentes ministérios e comités tanto em Moscovo, como nas regiões (os peritos visitaram Kazan, Vladikavkaz e Grozni).

Em finais de Setembro deste ano, estava planeada uma nossa missão sobre o quarto pacote. Depois da troca dos respetivos relatórios sobre esse bloco, poder-se-á considerar que o processo de implementação dos "passos conjuntos" está terminado no fundamental. Até ao fim deste ano, iremos trocar com a UE formação complementar sobre as restantes questões. Iremos fazer com que, no início de 2014, iniciemos precisamente as conversas sobre o projeto do acordo sobre a anulação dos vistos.

**"Vida Internacional":** Como avança a cooperação entre a cooperação entre a Rússia e a NATO?

**A. Mechkov:** No que respeita às relações da Rússia com a NATO, muito foi feito nos últimos anos.

Foi iniciada cooperação em campos de interesse mútuo. Os nossos peritos interagem ativamente, embora o seu trabalho nem sempre seja visível. Acumula-se potencial de cooperação prática na luta contra o terrorismo (troca de informação, defesa de ameaças terroristas a partir do e quando da realização de iniciativas de massas, deteção de francoatiradores), pirataria, no campo militar (buscas e salvação no mar, apoio de retaguarda, troca de experiência das reformas militares), na reação a catástrofes naturais e tecnogénicas.

Conseguimos passar da constatação de tarefas na reação aos desafios gerais da segurança a projetos e mecanismos mutuamente úteis para a cooperação prática, a maioria dos quais são realizados de forma regular, sem falhas e produzem resultados visíveis.

Ao mesmo tempo, à nossa cooperação nem sempre chega profundidade, o divido nível de confiança. Para nós é estranho que, quando na Europa não existem contradições capazes de conduzir a um conflito militar de grandes dimensões, observemos uma tendência, nalguns países da NATO, para concentrarem-se nas tarefas da defesa coletivo, incentivar o mito da "ameaça do Leste". Semelhante subtexto foi evidente com a realização, este ano, no território da Polónia e dos Estados do Báltico os exercícios "Steadfast Jazz", segundo o cenário do parágrafo 5 do Tratado de Washington. Podemos perguntar: que ataque de tropas de que país/países se preparam para rechazar no nordeste da Europa? Não se aponta desse modo a diretiz no planeamento militar da aliança no futuro?

Não considero que, nas atuais condições, o incentivo de velhos mitos "sobre a ameaça do Leste" e o avanço da lógica de "Estados da linha da frente" contribuam para o reforço da segurança europeia e das relações da Rússia com a NATO. Não ajudam também as tentativas de convencer a opinião pública de aumentar as despesas na defesa, assustando com o aumento das despesas militares na Rússia. Nós não escondemos que isso se deve à falta crónica de financiamento no passado dos programas de rearmamento e de apoio social aos militares das Forças Armadas da Rússia. Hoje, o orçamento militar da Rússia é comparável às despesas na defesa de França ou Grã-Bretanha. Isto não obstante termos a mais longa fronteira terrestre no mundo. Se se calcular o nível de despesas militares por 1 km de fronteira, a Rússia, segundo diferentes cálculos, encontra-se apenas no 40º lugar. A situação em torno do sistema europeu de defesa antimíssil é um teste sério da nossa capacidade para avançar para um espaço comum de segurança indivisível e não voltar para trás, para a criação de linhas divisórias. Aqui é importante organizar a cooperação tendo em conta os interesses legítimos mútuos da segurança.

**"Vida Internacional":** Continua o processo de retirada das tropas da NATO do Afeganistão. Que passos são empreendidos pela aliança para manter a estabilidade e a segurança na região?

**A. Mechkov:** O Afeganistão é uma das áreas fulcrais da cooperação da Rússia com a Aliança Atlântica. Não escondemos que nos preocupa extremamente a situação que se poderá formar no Afeganistão e na região vizinha da Ásia Central depois da retirada dos contingentes da Força Internacional de Assistência para Segurança no Afeganistão (ISAF). Duvidamos que as forças armadas e polícia afegãs estejam em condições para impedir a desforra dos talibãs. É demasiadamente grande o risco de as forças de segurança afegãs, preparadas com tanto trabalho, não puderem dar a resposta devida às forças extremistas.

Nós estamos muito mais próximos do Afeganistão e, em maior medida, interessados em que não se realizem os piores cenários. Por isso é importante continuar a interação. Recordo apenas que será extremamente difícil para nós fazer isso sem base jurídica internacional. Todos os nossos projetos sobre o Afeganistão foram "abençoados" pelas respetivas resoluções do CS da ONU.

É importante continuar os esforços conjuntos com vista à preparação de quadros para as estruturas de combate ao tráfico de drogas do Afeganistão, Paquistão e países da Ásia Central, nomeadamente na base dos centros de instrução e de treino na Rússia. É indispensável conseguir, com os esforços conjuntos, encerrar as vias do tráfico de droga.

Concedemos apoio ativo à ISAF no Afeganistão nas questões do trânsito. Foi criado e trabalha bem o Fundo do Conselho Rússia-NATO para treino de pessoal para helicópteros do Afeganistão.

Gradualmente, por enquanto com dificuldades, são estabelecidos contactos entre a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), inclusivamente no Afeganistão, e os colegas da NATO. Desde 2004 que a OTSC declara estar pronta para a cooperação igual e mutuamente vantajosa com a NATO em esferas como a luta contra o terrorismo internacional, o tráfico de drogas e armas, o reforço da segurança fronteiriça.

Na declaração da reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados membros da OTSC, realizado em Astana em Abril de 2012, está contido um apelo aos Estados membros da NATO com o apelo "ao estabelecimento de cooperação construtiva", nomeadamente sobre o problema do "estabelecimento da estabilidade no Afeganistão, incluindo a prevenção dos desafios e ameaças que partem desse território". Consideramos que problemas como a estabilização da situação no Afeganistão, a criação de cordões antiterroristas e contra o tráfico de droga em torno do Afeganistão não podem ser resolvidos unilateralmente. É necessária a consolidação dos esforços de todas as organizações regionais para cumprir essas tarefas.

Porém, a aliança continua a preferir o estabelecimento de contactos com Estados membros da OTSC do que a interação com a organização. Esperamos que, mais tarde ou mais cedo, os nossos parceiros da NATO compreendam a necessidade da cooperação entre as duas organizações, antes de tudo no que respeita ao Afeganistão.

Esperamos que na NATO revejam atitude tão contraprodutiva para com a OTSC. É precisamente em torno do Afeganistão que a cooperação pode trazer "mais-valia" real.

**"Vida Internacional":** Quase 40 anos depois da assinatura da Ata de Helsínquia como se resolve o problema da segurança da Europa?

**A. Mechkov:** Se queremos garantir devidamente a segurança da Europa, precisamos de compreender claramente que o garante da previsibilidade e da estabilidade é a observação rigorosa das normas e princípios do Direito Internacional, nomeadamente na esfera da reação em tempos de crise. A supremacia do direito nas relações internacionais tem tanta importância como nos assuntos internos.

Estamos convencidos de que a via para a criação de um espaço comum de segurança passa pela levada à prática do princípio da sua indivisibilidade, tantas vezes declarado. O reforço da própria segurança à custa do

enfraquecimento do parceiro é uma dispersão injustificada de recursos, tanto políticos como materiais.

Lutar conjuntamente contra os desafios e ameaças comuns é muito mais efetivo e barato do que fazer isso sozinho ou no formato de blocos militares fechados. É importante "puxar" as realidades político-militares até ao nível dos avançados laços económico-comerciais, culturais e científicos entre os nossos países.

Foram precisamente esses princípios que entraram na proposta da Rússia sobre a assinatura de um Tratado sobre Segurança Europeia (TSE). Ela não tem carácter conjuntural e continua em cima da mesa das conversações.

As amplas discussões orientadas para o reforço da estabilidade europeia, lançadas pela iniciativa do TSE, empurram os parceiros para apresentarem iniciativas próprias, conformes com a filosofia das posições russas. Nós ouvimos muitas delas na conferência internacional "Aspectos militares e políticos da segurança europeia", organizada pelo Ministério da Defesa da Rússia em Moscovo a 23-24 de Maio.

A comunidade político-científica envolve-se na discussão das perspetivas da garantia da segurança euro-atlântica, propondo abordagens e ideias frescas, apolitizadas nesta esfera.

O processo "Helsínquia mais 40", de que já acima falei, constitui uma boa possibilidade para avaliar os atuais desafios e ameaças, para escolher o melhor modelo de os combater no quadro dos mecanismos internacionais existentes. Esperamos conseguir elaborar uma visão estratégica comum dos objetivos e tarefas da OSCE, objetivo apontado pela Cimeira de Astana de 2010 com vista à formação de uma "comunidade de segurança". Consideramos que o diálogo iniciado irá permitir levar o princípio da indivisibilidade da segurança para o campo prático, garantir o cumprimento, por Estados e grupos de países, do dever de não reforçar a sua segurança à custa dos outros, bem como avançar a reforma da OSCE.

**Vida Internacional":** São utilizados alguns formatos novos de interação da Rússia e da EU para garantir a segurança do continente?

**A. Mechkov:** Na realidade, chegou a hora da "diplomacia de rede", que pressupõe o reforço da segurança no espaço euro-atlântico e a criação simultânea de uma estrutura firme de segurança e cooperação na região da Ásia e do Pacífico, bem como noutras regiões do mundo.

No futuro, poder-se-ia formar um amplo espaço comum de segurança, constituído por segmentos regionais unidos em círculo, cujos participantes estariam ligados por um conjunto de compromissos jurídicos e políticos. Esses segmentos, como afirmou S.V. Lavrov na 48ª Conferência de Munique

sobre questões de segurança, poderiam constituir uma zona de abrangência do TSE (estados participantes da OSCE), Região Asiática do Pacífico, Afeganistão e vizinhos (com a elaboração de garantias cruzadas, "abençoadas" pelo CS da ONU, de não ingerência dos seus vizinhos nos assuntos internos do Afeganistão neutro), região do Golfo Pérsico, Médio Oriente (com base na consecução da regularização israelo-árabe com garantias internacionais), Cáucaso do Sul (com garantias coletivas dos compromissos unilaterais de não emprego da força pela Geórgia, Abkházia e Ossétia do Sul), cooperação no quadro do Conselho do Ártico.

No que diz propriamente respeito à interação entre a Rússia e a União Europeia sobre o espaço da segurança externa, ela realiza-se em conformidade com o Acordo de Parceria e Cooperação de 1994, bem como com o chamado "terceiro roteiro" (aprovado na Cimeira Rússia-UE de 10 de Maio de 2005), que prevê cinco direções fundamentais de interação: aumento do diálogo e da cooperação na arena internacional; luta contra o terrorismo, contra a difusão de armas de destruição em massa e pela destruição de seus portadores, aumento dos regimes de controlo das exportações e desarmamento; cooperação no campo da regularização de crises, cooperação no campo da proteção civil.

Os aspetos citados são um atributo invariável da ordem de dia dos encontros Rússia-UE a alto nível, A última cimeira, realizada em Ecatimburgo a 3-4 de Junho do corrente, não foi exceção.

Recorre-se ativamente a diferentes formatos de consultas políticas. Periodicamente, nomeadamente à margem da AG da ONU, realizam-se tanto encontros separados de S.V. Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, com C. Ashton, Alta Representante da UE para os negócios estrangeiros e a política de segurança, vice-presidente da Comissão Europeia (a 26 de Setembro 2012 em Nova Iorque; a 6 de Dezembro em Dublin; a 19 de Fevereiro de 2013 em Bruxelas), como também conversações com os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da UE (14 de Outubro de 2012 no Luxemburgo), são mantidos contactos ao nível de diretores políticos (o último encontro realizou-se em Moscovo a 13 de Maio de 2013), bem como se realizam consultas de peritos sobre os problemas internacionais fundamentais, sobre a situação em diferentes regiões e países. Regularmente, em Bruxelas são organizados encontros entre o representante permanente da Rússia na UE e a direção do Comité para Questões Políticas e de Segurança (CQPS). Desde 2010 que funciona o grupo de trabalho Rússia-UE para questões militares.

Emprega-se cada vez mais amplamente a prática da aprovação de comunicados conjuntos sobre questões atuais da ordem de dia internacional

(a última declaração desse tipo de S.V. Lavrov e C. Ashton sobre a problemática da normalização no Médio Oriente foi aprovada em Dezembro de 2012 na Cimeira Rússia-UE em Bruxelas).

Foi acumulada experiência positiva de interação na solução de crises "no terreno": a participação de representantes russos na Missão Policial da UE na Bósnia e Herzegovina (2003-2006), a inclusão de um contingente militar russo nas operações da UE no Chade e na República Centro-Africana (2008-2009), a atual interação da Marinha de Guerra da Rússia e do comando da operação da UE "Atalanta" (EUNAVFOR Somália) no quadro da coligação internacional antipirata na região do Corno de África.

Desse modo, não se trata da cópia mecânica de formatos de diálogo sobre questões de segurança. Hoje existe a necessidade de passos práticos mais estreitamente coordenados que visem a solução de questões problemáticas. Mas, por enquanto, sentimos aqui uma determinada falta de confiança. Como consequência, a interação da Rússia e da União Europeia tem um carácter insuficientemente sistemático e o seu potencial não é totalmente realizado. A parte russa está aberta à cooperação igual com a UE numa esfera extremamente importante e sensível como a manutenção da segurança e estabilidade internacionais. Esperamos a mesma abordagem da parte da UE.

**"Vida Internacional":** Alexei Iurevitch, passemos para as relações bilaterais. Decorrer o Ano Cruzado Rússia-Holanda. Trata-se de um pequeno país europeu que coopera ativamente com a Rússia, principalmente no campo da economia: está entre os três maiores investidores estrangeiros no nosso país. Para que projetos mais significativos se pode chamar a atenção?

**A. Mechkov:** Você notou justamente que a Holanda está entre os três maiores investidores estrangeiros na Rússia. Na realidade, o total de investimentos acumulados da Holanda na economia russa surpreende: 63 mil milhões de dólares. Porém, não nos devemos esquecer que os holandeses agem ativamente connosco na esfera comercial e económica. A Holanda ocupa o segundo lugar (depois da China) no comércio externo da Rússia com os países do mundo e o primeiro entre os Estados da Europa.

O que significa isto? Que a Holanda é um nosso parceiro provado e seguro. Os homens de negócios desse país olham com otimismo para o desenvolvimento dos laços comerciais e económicos connosco, entram energicamente no nossos mercados, interagem ativamente com os empresários russos.

Se falarmos da cooperação no campo dos investimentos, deve-se salientar que, no território do nosso país, se realiza uma grande quantidade de importantes projetos com a participação do capital holandês. Por

exemplo, o consórcio "Shell" participa no projeto "Sacalina-2", na exploração dos jazigos de petróleo de Salym, coopera com a "Gazprom" na esfera das pesquisas geológicas, prospeção e extração de combustíveis na plataforma continental russa no Ártico, bem como no campo da prospeção e extração de petróleo de xistos. A companhia "Gasunie" coopera ativamente com a "Gazprom" no projeto "Corrente do Norte". A companhia financeira holandesa "ING Group" desenvolve no nosso país negócios no setor bancário e do leasing. Na Rússia trabalham também companhias tão grandes como a "DSM", a "Akzo Nobel", a "Philips", a "Unilever", a "Frisland Campina", a Heineken, a Farm Frites, a "NAKO", etc. Como compreende, trate-se de enormes capitais investidos na produção no nosso país.

Claro que os grandes volumes de investimentos holandeses são parcialmente explicados pelo repatriamento dos capitais russos. Em princípio, trata-se de uma prática normal nas relações internacionais modernas, e satisfaz-nos plenamente. Estamos reconhecidos ao gover da Holanda pelo facto de ele ter criado para isso condições favoráveis e contribuir para o desenvolvimento da interação no campo dos capitais entre os nossos países e para a entrada mútua de capitais.

**"Vida Internacional":** Tradicionalmente, as relações russo-franceses tiveram sempre uma dinâmica positiva de desenvolvimento. É preciso assinalar que isso diz respeito à era soviética. Hoje, fica-se com a impressão de que o potencial da nossa interação não se realiza suficientemente. É assim?

**A. Mechkov:** Penso que não é justo falar de uma maior dinâmica das relações com a França no período soviético em comparação com o dia de hoje. Pelo contrário, eu considero ser necessário sublinhar outro aspeto: a continuidade na manutenção de estreitos laços de amizade que são demonstrados invariavelmente pela Rússia e França a todos os níveis, desde as visitas de chefes de Estado até aos contactos quotidianos dos cidadãos comuns.

Desde há muitas décadas que a França é um parceiro estratégico da Rússia na Europa e no mundo em geral. Essa parceria começou durante a presidência do general De Gaulle e tem raízes na luta conjunta com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. A política de aproximação à Rússia foi consequentemente realizada pelo Presidente J. Chirac, por N. Sarkozy, seu sucessor nesse cargo, e pela atual direção do país com o Presidente F. Hollande à cabeça. É extremamente importante que, tanto na Rússia, como em França, independentemente da conjuntura política, o

incentivo das relações mutuamente vantajosas entre os nossos países é uma das tarefas prioritárias na arena internacional.

A propósito, também na esfera das relações russo-francesas, estas tornaram-se mais variadas e intensivas do que na era soviética. Simplesmente, antes, a nossa cooperação, por exemplo, na exploração do Espaço, era algo de extraordinário, mas, hoje, é considerada uma coisa normal. Embora os nossos projetos conjuntos atuais possam ser considerados com toda a justiça inovadores. Cito apenas dois: o lançamento de foguetões russos do cosmódromo na Guiana Francesa e a construção de navios porta-helicópteros para a Marinha de Guerra da Rússia.

E mesmo do ponto de vista das estatísticas comerciais as nossas relações com França não estão nada más. E isso não obstante a crise, que se faz sentir de forma negativa na economia francesa e nos projetos comerciais russo-franceses. É verdade que há um problema crónico do desequilíbrio a favor dos investimentos franceses na economia russa. Trabalhamos com os nossos parceiros franceses na solução desse problema e penso que os primeiros avanços positivos serão visíveis nos tempos mais próximos.

**"Vida Internacional":** Como pode avaliar as iniciativas da França no sentido de aumentar o papel e o potencial de manutenção da paz da União Europeia na solução de crises no mundo?

**A. Mechkov:** A tarefa do aumento do papel e do potencial de manutenção da paz da União Europeia é invariavelmente proclamado pela direção de França como uma das prioritárias muito antes de F. Hollande se ter tornado presidente. Os acontecimentos no Mali deram aos franceses a possibilidade de a realizar na prática, realizando, em nome da União Europeia, uma operação de manutenção de paz nessa região de África. Como é sabido, a Rússia deu o seu apoio às ações da França no Mali, partindo do princípio que o objetivo da operação consiste em não permitir a difusão de ideias extremistas, neste caso islâmicas, e atividade de grupos de bandidos em toda a região.

Em geral, tem êxito a experiência de cooperação com a União Europeia na solução de crises. Basta lembrar as operações na República Centro-Africana, Chade, na região do Corno de África. Porém, não conseguimos lançar uma base sistémica, assinar um acordo quadro, para reagir com a UE às crises. E isso não acontece por culpa da Rússia. Os nossos parceiros europeus não aceitam outra fórmula de interação além da inclusão da Rússia em operações realizadas pela União Europeia. Nós, porém, fazemos outra proposta, mais equilibrada: prever no acordo cenários de inclusão da Rússia em operações sob a égide da UE, de inclusão de países da União Europeia

em operações dirigidas pela Rússia e de realização de operações numa base rigorosamente igual: sem definir "o comandante" e o "comandado". Infelizmente, a União Europeia, por enquanto, não está pronta para isso.

**"Vida Internacional":** A Itália ocupa o segundo lugar entre os países produtores na Europa e é a segunda economia mais forte, depois da Alemanha, na união monetária. Segundo a sua opinião, quais são as possibilidades da Itália superar a crise na economia do país?

**A. Mechkov:** Em primeiro lugar, quero assinalar que na Rússia nos orientamos por uma abordagem séria em relação à situação na zona euro em geral. Nós continuamos a guardar parte significativa das nossas reservas internacionais precisamente em euros e não damos passos unilaterais que possam complicar a moeda europeia única. Por isso, iremos apoiar os nossos parceiros europeus, partindo da unidade dos nossos objetivos comuns a longo prazo.

Claro que acompanhamos atentamente o que se passa na economia de Itália, porque os sistemas económicos dos nossos dois países dependem um do outro. Estou convencido que o atual governo de Itália, dirigido por E. Letta cumprirá as tarefas que hoje se colocam perante o gabinete italiano nas esferas económica e social. Desejamos sinceramente êxitos aos nossos amigos italianos nisso.

Ao mesmo tempo, quero assinalar que na Rússia e em Itália estão convencidos que o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos do comércio, economia e investimentos, principalmente através dos pequenos e médios empresários, a passagem para um novo nível qualitativo, orientado para a realização de projetos altamente tecnológicos e científicos, irão ganhar força. Hoje, a Itália ocupa o quarto lugar na balança comercial com o nosso país. Segundo dados do Serviço Federal de Alfândegas, em 2012, as trocas comerciais realizadas atingiram os 45,8 mil milhões de dólares. Entre Janeiro e Maio de 2013, o volume do comércio mútuo foi superior a 21,5 mil milhões de dólares, tendo crescido 23,6% em comparação com o período análogo de 2012.

Estamos satisfeitos com o facto de a conjuntura mundial desfavorável, que tem lugar nos últimos anos, não se refletir na elaboração e realização de importantes acordos no campo económico. Trata-se de projetos conjuntos promissores como a construção de uma nova rede de transporte de gás da Rússia para o Sul da Europa através do Mar Negro (o projeto "Corrente Sul"), a cooperação da OAO "NK "Rosneft" " e o consórcio italiano "ENI" na exploração conjunta da plataforma continental dos mares Negro e de Barents, projetos no campo da energia elétrica realizados com a companhia

italiana "ENEL", a cooperação com o consórcio "FIAT" no campo da construção automóvel e da produção de maquinaria agrícola, com o consórcio "Pirelli" na esfera da produção de pneus, com a companhia "Augusta Wesland" na área da construção de helicópteros, bem como a interação de companhias russas com empresas do consórcio italiano "Finmeccanica" em geral (o projeto do avião de médio alcance "Superjet-100", a modernização dos caminhos de ferro russos).

Por isso esperamos uma posterior interação ativa com parceiros italianos na esfera da economia em diferentes direções.

**"Vida Internacional":** Que iniciativas se podem esperar na esfera humanitária?

**A. Mechkov:** Atualmente, realizam-se os preparativos para a realização, desde o fim de 2013 e durante 2014, do Ano do Turismo de Itália na Rússia e o Ano do Turismo da Rússia em Itália. O acordo sobre isso foi assinado durante a XIII sessão do conselho russo-italiano para a cooperação económica, industrial, monetária e financeira em Dezembro de 2012. V.R. Medinskii, ministro da Cultura da Federação da Rússia e o ministro para Assuntos Regionais, Turismo e Desporto da Itália assinaram, a 20 de Março de 2013, o respetivo comunicado. Estamos convencidos de que semelhante ação de envergadura contribuirá para um maior conhecimento da herança cultural e espiritual de ambos os povos por russos e italianos.

Particular atenção, no quadro do programa dos anos cruzados de turismo, será dada à cooperação das regiões russas e italianas. Os maiores operadores turísticos dos dois países planeiam elaborar novos roteiros por cidades russas e italianas interessantes, que até agora não eram abrangidas por fluxos turísticos mútuos. Tanto a parte russa como a italiana, paralelamente às iniciativas de carácter turístico em ambos os países, planeiam a realização das respetivas iniciativas culturais (concertos, exposições, filmes).

**"Vida Internacional":** Há muito que acompanhamos o desenvolvimento da crise económica na Grécia. Há perspectivas de saída da Grécia do colapso económico?

**A. Mechkov:** A Grécia é um nosso parceiro tradicional, com o qual a Rússia tem cooperação nos mais diferentes campos. Por isso, claro que estamos interessados no melhoramento da situação socioeconómica nesse país. Sabemos que o governo de coligação do primeiro-ministro A.Samaras faz esforços enérgicos para equilibrar a situação na esfera económica e financeira. Sem dúvida que as medidas tomadas pelo governo são bastante dolorosas, são acompanhadas de fortes ações de protesto dos trabalhadores gregos. Esperamos que os passos dados com o apoio dos parceiros europeus

da Grécia e dos institutos financeiros internacionais (FMI, BCE) tenham resultados positivos.

No quadro das medidas anticrise, a direção grega preparou e realiza um programa bastante ambicioso de privatização de bens que são propriedade pública. Os homens de negócios russos manifestam interesse em participar nos processos de privatização na Grécia.

Gostaria também de acrescentar que, não obstante a crise, as trocas comerciais russo-gregas em 2012 aumentaram mais de 20% em comparação com 2011, cresce a torrente turística da Rússia para a Grécia. Por isso, é bem real falar das perspectivas de saída da Grécia do "colapso económico".



Serguei RIABKOV

*Vice-ministro das relações exteriores da Rússia*



## RUSIA — EUA: VAMOS FAZER MAIS TENTATIVAS DE AMPLIAR A “INTERFACE” DE ESPERANÇAS E APTIDÕES MÚTUAS

**“Vida Internacional”:** Senhor Riabkov, um dos temas informativos “mais quentes” é a cúpula de “G 8” em Loch Erne. Será que o “grupo dos oito” conseguiu confirmar que continua sendo o foro de discussão de problemas geopolíticos globais e é fiel à realização dos compromissos que visam a solução de problemas sociais?

**Serguei Riabkov:** Posso qualificar o que se passa ultimamente em “G 8” de renascimento econômico. Quando se criava o “grupo dos vinte”, o “G 20”, surgiram suposições de que a função do principal coordenador dos processos e decisões econômicos internacionais, incluindo, os comerciais, vai passar gradualmente a este grupo. Certamente, não se pode subestimar a

---

*Сергей РЯБКОВ, Заместитель министра иностранных дел России  
РОССИЯ – США: БУДЕМ ПЫТАТЬСЯ РАСШИРЯТЬ ИНТЕРФЕЙСЫ  
ВЗАИМНЫХ ОЖИДАНИЙ И ВОЗМОЖНОСТЕЙ*

importância de "G 20", mas mesmo assim o "G 8" continua a deter um certo nicho econômico.

Nesta questão tem-se em vista o componente social. Acho que os temas, em que está empenhado o "G 8", incluindo a "Parceira de Deauville" (este é o componente social da estabilização no Próximo Oriente), assim como questões de tributação e de transparência da atividade de diversos ramos têm uma dimensão social bem definida. Certamente, não se pode reduzir tudo somente a isso, mas é fato que esta temática está presente e de uma forma bem clara na atividade do "Grupo dos oito". Isto corresponde aos nossos interesses, nós apoiamos esta atividade.

**"Vida Internacional":** As questões de economia estão ligadas diretamente a questões sociais, isto é evidente. Na Suécia, na Grã Bretanha e em outros países europeus o desemprego em massa e problemas, relacionados aos migrantes, provocam a tensão social na sociedade. Deixando à parte o tema do desemprego, de quem é a prioridade na discussão? Qual é o soar deste tema agora nos foros internacionais?

**Serguei Riabkov:** Creio que esta temática pertence, antes, à esfera de responsabilidade da ONU e das suas instituições especializadas, assim como, à esfera de responsabilidade de estruturas regionais, como, por exemplo, a União Europeia, que tem tido problemas realmente grandes, especialmente nos países que enfrentam dificuldades financeiras na esfera orçamentária. Mas o "G 8" não fica à margem.

É evidente que as tarefas de criação de novas vagas de trabalho, de ampliação da ocupação profissional e de garantia do crescimento econômico estável — tudo isso está no campo de visão dos líderes dos países que integram o "G 8". A Rússia, na sua qualidade de presidente do "Grupo dos vinte" neste ano, tornou os temas de ocupação profissional e de estabilidade do crescimento os mais importantes da época da sua presidência. Estou certo de que as lições de Loch Erne serão levados em consideração por nós, quando começar a fase de acabamento dos documentos finais da cúpula de "G 20" em Petersburgo.

**"Vida Internacional":** Sim, isto será especialmente interessante visto que o "G 8" inclui países com as mais diversas situações na esfera de desemprego. Os EUA conseguiram praticamente minimizar este índice até o nível de antes da crise. Na Europa ocorre o contrário. Há um mês o "Eurobarômetro" forneceu números que mostram a consecução do recorde inverso — o nível muito alto de desemprego nos últimos anos.

**Serguei Riabkov:** Mas os desníveis entre diversos países também são grandes.

**“Vida Internacional”:** O Sr. acha que a Rússia deve fazer voltar para a ordem do dia os problemas de regulação estratégica na esfera energética, pois as ações e decisões, realizadas no quadro do plano de ação de São Petersburgo ficaram praticamente sem a continuação?

**Serguei Riabkov:** Não estou bem de acordo de que estas decisões continuam sem o prosseguimento. Elas não foram esquecidas, elas aparecem de diversas maneiras quando da discussão desta temática em diversas áreas internacionais.

Durante o lapso de tempo que se passou depois da cúpula de “G 8” de 2006, em Petersburgo, houve mudanças substanciais nos mercados mundiais, incluindo o comércio de mercadorias de importância primordial para o nosso país — o gás natural, o gás natural liquefeito, outras espécies de matérias-primas na base de hidrocarbonetos, fornecimentos de produtos agrícolas, etc.

Queremos que seja garantido o equilíbrio justo, seguro, sensato e bem verificado dos interesses dos fornecedores e dos compradores. Nesta esfera não pode existir o ditame dos compradores e seria igualmente incorreto falar do ditame dos fornecedores.

No ano 2014, quando a Rússia vai assumir novamente as funções de presidente do “Grupo dos oito”, vamos retornar, indubitavelmente, a esta temática já num lapso de tempo histórico novo. Em julho deste ano em Moscou foi realizado o foro dos países — exportadores do gás. Temas a discutir não faltarão: como avaliar as conseqüências da “revolução de xisto” que se passa nos EUA e as alterações da demanda em diversos segmentos deste mercado. As possibilidades de oferta também mudaram. Tudo isso é muito importante.

Todavia, as decisões de Petersburgo (estou falando novamente da cúpula de “G 8” de 2006), referentes à garantia da estabilidade deste segmento básico da economia mundial, continuam perfeitamente atuais. Continuaremos a trabalhar em conformidade com as concepções e com a ideologia de solução destes problemas, cujos fundamentos tinham sido lançados naquela época.

**“Vida Internacional”:** É interessante que quando o Senado dos EUA discutia a candidatura do ministro da indústria energética Ernest Moniz, ele foi incumbido da solução de problemas geopolíticos incomuns, como, por exemplo, cuidar não somente do futuro do gás de xisto na América mas também avançar as tecnologias de extração de gás de xisto para a China, cujas reservas superam em 50% o respectivo índice americano. Este tema foi debatido no processo de conversações nada simples com a Europa. Seria

possível afirmar que na esfera da energética, — apesar de toda a variedade e diferenças dos interesses, — estaríamos chegando a cercas decisões que irão harmonizar a situação?

**Serguei Riabkov:** Quanto à aprovação da candidatura do Senhor Moniz no cargo do ministro da indústria energética dos EUA, posso afirmar que para nós seria importante estabelecer o canal direto do diálogo e de troca de opiniões com este novo dirigente de uma das repartições mais importantes da administração americana. Temos muitos pontos de contato e rumos de trabalho conjunto, — desde o intercâmbio de experiência na exploração de jazidas de hidrocarbonetos na plataforma continental até a indústria nuclear para a geração da energia.

É indesejável que a esfera da indústria energética e da segurança na esfera energética no plano de fornecimentos e de procura vire uma moeda de troca no jogo geopolítico. Estas questões devem ser uma esfera de cuidados dos especialistas, — dos que compreendem bem de que se trata. Para mim é um tanto difícil discutir esta questão pois não sou especialista. Mas mesmo assim vou tomar a liberdade de apresentar certas considerações.

A tecnologia de ruptura hidráulica dos estratos de gás de xisto não é unívoca no plano de conseqüências para a ecologia, volume de recursos hídricos necessários para isso e no plano de esgotamento rápido de jazidas. O débito dos poços nas jazidas deste tipo é uma questão bastante complicada. O processo de redução do rendimento dos estratos amiúde é bastante rápido. Não é da minha conta avaliar, quem e o que pode planejar, e quais são os investimentos que este ramo requer.

Queremos, estamos dispostos e vamos discutir todos estes aspectos num tom tranqüilo e de peritagem profissional com os parceiros chineses e americanos, com todos do Leste e do Oeste da Europa que se interessam pelo problema de extração de gás de xisto e esperam obter aí opções complementares. Mas ninguém pode pôr em dúvida a fiabilidade da Rússia na qualidade de fornecedor de recursos de petróleo e de gás, que tinha confirmado esta sua reputação durante décadas. Gostaria de ressaltar isso mais uma vez.

**“Vida internacional”:** Soube-se que os EUA irão fazer correções na quarta fase de desdobramento do sistema de defesa antimíssil na Europa e irão prorrogar o prazo da sua realização até o ano de 2022. Soube-se também que os EUA talvez pretendam instalar mísseis de modificação antiga para o plantão de combate na Polônia. O presidente dos EUA Barack Obama propôs na sua mensagem ao presidente Vladimir Putin firmar um acordo juridicamente obrigatório sobre a transparência nas questões de defesa

antimíssil. É verdade? Seria possível afirmar que existe uma grande probabilidade de consecução de um compromisso russo — americano a respeito dos sistemas de defesa antimíssil?

**Serguei Riabkov:** Quanto à proposta de firmar um acordo juridicamente obrigatório sobre a transparência, a situação é seguinte. A transparência é importante mas não é suficiente. Propomos firmar um acordo não sobre a transparência mas sobre garantias juridicamente obrigatórias de que o sistema americano não será apontado contra as forças russas de contenção nuclear.

Para que este acordo seja eficaz e não um documento declarativo e gratuito, nele devem constar parâmetros técnico — militares mutuamente concatenados e os critérios de garantia de que o sistema de defesa antimíssil não está orientado contra a Rússia.

A simples transparência ou a transmissão de um determinado volume de informação a respeito dos planos da parte americana na esfera de desenvolvimento dos seus próprios sistemas de defesa antimíssil é insuficiente.

As propostas, feitas a este respeito pela parte americana, não estão destituídas da concretidade e estão ligadas numa certa medida a discussões, que os nossos países tinham travado nos últimos anos em diversos níveis. A partir deste ponto de vista as propostas americanas não podem ser qualificadas como meramente decorativas ou não sérias. Quero ressaltar que constatamos a seriedade destas propostas mas temos assinalado, ao mesmo tempo, a sua insuficiência.

Quanto à quarta fase de instalação faseada de mísseis na Europa, ao que nos sabemos, a parte americana renunciou realmente ao antigo esquema de instalação na Europa de mísseis de intercepção da modificação SM-3, bloco 2B. Este míssil ainda não existe mas o seu desenvolvimento continua. De acordo com a decisão, anunciada pela parte americana, as obras não irão ultrapassar a fase de pesquisas científicas e de projeto, — e pelo menos até o ano de 2022 a quarta fase não será levada a cabo.

A questão consiste em saber, qual será o ulterior desenrolar dos acontecimentos? O que não acontecerá até o ano de 2022 e o que será depois disso? Será desenvolvido ou não algum outro míssil de intercepção — tudo isso é muito instável, movediço, tudo muda. Nós constatamos que surgiram idéias de desenvolvimento de uma ogiva de intercepção universal que poderá ser instalada em mísseis de diversos tipos. Portanto, a ogiva que os militares americanos poderão utilizar para a intercepção dos mísseis inimigos, será unificada. A julgar por tudo, precisamente aí serão utilizadas

tecnologias radicalmente inovadoras, o que irá aumentar substancialmente as possibilidades dos EUA na esfera de defesa antimíssil.

Não podemos também deixar de prestar devida atenção à renovação da discussão sobre a possibilidade de instalar várias ogivas num só portador no quadro de criação de novos sistema de intercepção. Têm-se em vista ogivas múltiplas independentes do sistema de defesa antimíssil, instaladas nos mísseis de intercepção. O quadro muda permanentemente e nós não podemos deixar de levar em consideração este fato.

**"Vida internacional":** Qual é a reação da Rússia a novas propostas do Presidente dos EUA Obama a respeito do encetamento de um novo turno de conversações sobre uma redução radical de potenciais nucleares da Rússia e dos EUA? Não haverá um desequilíbrio evidente a favor dos EUA que já possuem um potencial estratégico não nuclear, altamente desenvolvido?

**Serguei Riabkov:** A reação é normal, tranqüila. A sua essência é que antes de se empenhar na discussão sobre a necessidade da ulterior redução de armamentos nucleares, temos que avançar, em primeiro lugar, pela via de realização do Tratado sobre os armamentos estratégicos ofensivos, assinado em 2010 e que está atualmente em vigor. Aí não percorremos nem sequer a metade do caminho. Em segundo lugar, é preciso encontrar uma forma admissível de solução do problema de defesa antimíssil. A Rússia tem um determinado ponto de vista a este respeito que já foi exposto reiteradas vezes. Creio que ele é bastante lógico e sensato.

Além disso, a situação desenvolve-se de tal maneira que o estado geral da estabilidade estratégica, tanto no segmento russo — americano, como no segmento global, é influenciado cada vez mais por diversos fatores, como, por exemplo, a perspectiva de colocação de armas no espaço cósmico (esta questão é muito séria). Um outro fator é, digamos a ausência do progresso nas tentativas de atribuir um caráter realmente universal ao Tratado sobre a proibição geral de testes nucleares.

Temos importantes temas a discutir com os americanos em vista da realização por Washington da chamada "concepção do golpe — relâmpago global", que pode ser infligido com ajuda de meios estratégicos não nucleares. Existem também desequilíbrios na esfera de armamentos convencionais.

Eu nem falo que não podemos firmar infinitamente acordos bilaterais com os EUA sobre a redução e limitação de armamentos nucleares, enquanto que vários outros países ampliam o seu potencial balístico e nuclear. A transformação do processo de desarmamento em um processo multilateral passa a ser uma tarefa cada vez mais premente.

Este conjunto de assuntos não pode deixar de ser abordado no diálogo com os EUA quando se fala das perspectivas da ulterior redução de arsenais nucleares. É essa a essência da nossa reação.

**"Vida internacional":** Em vista de tudo isso, pode-se afirmar que o "zero nuclear" é, por enquanto, um ideal inatingível, pelo menos numa perspectiva de pouca duração.

**Serguei Riabkov:** O "zero nuclear" é possível, era isso que afirmavam mesmo os que elaboravam em fins da década de 60 o Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares.

Quem lê com atenção o artigo 6 do Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares não pode deixar de constatar que aí se fala do desarmamento completo e total, mas sem a divisão em "zero nuclear" ou "zero não nuclear". Pensem: no auge da guerra fria e da confrontação, os políticos e diplomatas conseguiram não somente colocar este objetivo em forma de uma divisa ou diretriz política, mas chegaram a anotá-la em forma contratual.

A Rússia está plenamente fiel aos compromissos que tinha assumido no quadro do artigo 6 do Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares, jamais evitou e não pretende evitar as discussões sobre o "zero nuclear". Mas isto não pode ser um objetivo em si, nem uma tarefa auto-suficiente e preponderante. Caso contrário vamos minar as bases da segurança nacional.

**"Vida internacional":** Será que se acabou a "guerra russo-americana de listas"? Qual é a situação das crianças que já se encontram nas famílias de perfilhadores americanos? Será que a Embaixada Russa monitora a sua situação? Como o Departamento de Estado se porta nesta questão, se os americanos acham necessário normalizar a situação nesta questão a que os russos reagem dolorosamente?

**Serguei Riabkov:** A situação é monitorada em regime permanente e diário, — sem nenhum exagero, — não somente pela Embaixada Russa em Washington mas também por nossos consulados gerais que se encontram em diversas regiões dos EUA — desde São Francisco até Houston e Nova Iorque.

Infelizmente, não podemos, assim como antes, afirmar que tenhamos informação completa sobre a vida das crianças russas perfilhadas nas famílias americanas. A informação é fragmentária e às vezes, incompleta. Às vezes, é preciso textualmente "arrancar" esta informação das respectivas estruturas locais dos EUA. Certamente, neste caso o Departamento de Estado bem que poderia proceder com mais insistência e dar provas da vontade de colaborar.

Pavel Astakhov, encarregado dos direitos da criança junto do presidente da Federação Russa, o encarregado do Ministério das Relações Exteriores da

Rússia para questões dos direitos humanos, da democracia e da supremacia do direito Dolgov, as respectivas repartições do ministério e os serviços consulares têm dedicado uma atenção primordial a esta questão. Vamos cuidar desta questão da mesma maneira também no futuro.

**"Vida internacional":** Trata-se basicamente das crianças que já se encontram nas famílias de pais adotivos americanos? Temos que estabelecer o controle da nova qualidade?

**Serguei Riabkov:** Sim, precisamos obter a informação caso a criança ficou numa situação difícil, e esta informação deve vir em regime "on-line", deve vir rapidamente, sem os filtros burocráticos, sem que seja preciso verificar muitas vezes qual é o grau de responsabilidade das autoridades do município ou do Estado.

Em vista da organização estatal dos EUA, este é um tema bastante difícil. Mas nós simplesmente não podemos proceder da outra maneira por razões puramente humanas, em vista do evidente interesse que a sociedade russa revela em relação aos destinos dos nossos cidadãos que ficaram nas famílias americanas. Este é um dos temas que será levantado em todos os níveis no decurso dos futuros contatos.

**"Vida internacional":** Nos EUA existe alguma lei federal que regule esta esfera?

**Serguei Riabkov:** Infelizmente, semelhante ato legislativo não existe. Outrora foi firmado um acordo bilateral mas em vista dos acontecimentos dramáticos com as crianças russas, e das tragédias que se davam uma após outra, abalando as bases da percepção desta esfera do nosso trabalho com os americanos, ocorreu a renúncia a este acordo. Ele foi denunciado e embora estejamos trabalhando agora em regime de efeito puramente formal do acordo de perfilhação, baseamo-nos, sobretudo, nas disposições da convenção consular bilateral.

É este o instrumento jurídico que continua nas nossas mãos. As peripécias deste acordo não isentam em hipótese alguma a parte americana da responsabilidade. Precisamos da transparência maior, da cooperabilidade, da disposição de colaborar nesta esfera. Caso contrário, será impossível de resolver os problemas e criar empecilhos a novas situações trágicas em que podem ficar as crianças russas perfilhadas.

**"Vida Internacional":** A ampla colaboração econômica sempre foi e, pelos vistos, será a base de consolidação das relações bilaterais. Como é atualmente a situação nesta esfera de relações russo-americanas?

**Serguei Riabkov:** Certamente o giro comercial de 32 bilhões de dólares, registrado no ano passado, é algo ridículo dada a envergadura não somente

da economia americana mas também russa. Este parâmetro faz rir quando comparado com os volumes que temos, por exemplo, no comércio com a Neerlândia, República Federal da Alemanha, República Popular da China e com outros países que fazem parte da lista de sete maiores parceiros comerciais da Rússia.

Existem projetos marcantes. Não se pode negar o fato de que tinham sido feitos importantes acordos. Por exemplo, o acordo entre a companhia "Rosneft" e a companhia "ExxonMobil" que encerra a perspectiva de investimentos de grande envergadura. Trata-se, certamente, de plano de longo prazo mas importa que existe a intenção já confirmada de dois gigantes de não somente colaborar mais estreitamente, mas num certo sentido "entrelaçar-se" no tocante aos investimentos e esferas de extração.

Um outro exemplo excelente de colaboração estável, com vagas de trabalho que são geradas também no nosso país é o acordo entre a firma "Boing" e a firma russa "Rostekhnologii". Os investimentos que vêm dos EUA para a nossa indústria de maquinaria e equipamento industrial, para o segmento consumidor e para a produção de mercadorias para o mercado russo — todos eles estão bem à vista. Os investimentos russos também vão para os EUA.

Estamos em condições de propor-se a tarefa de que o índice de crescimento do giro comercial esteja à volta de 10% por ano. Existe a comissão presidencial no quadro da qual vários grupos de trabalho cuidam de problemas econômicos. Agora é momento em que buscamos juntamente com os EUA os meios para elevar o rendimento da atividade destas estruturas.

Alterações qualitativas não haverá enquanto o mundo de negócios de ambas as partes não sentir a necessidade real um do outro, não tiver interesse em buscar novas esferas de aplicação dos seus esforços.

Todavia, no plano político a consecução desta nova sensação mútua de possibilidades e do potencial seria muito importante, pois sem uma base econômica segura, sem ampla cooperação na esfera de comércio e de investimentos as relações políticas tornam-se mais vulneráveis e amiúde como que "pairam no ar". O presidente da Rússia incumbiu a nós, na nossa qualidade de entidade de política externa, de contribuir por todos os meios para esta interação e agora cuidamos disso muito mais intensamente do que no passado.

**"Vida Internacional":** Há pouco o diretor do Instituto dos EUA e do Canadá Serguei Rogov publicou o artigo "A doutrina de Obama: o potentado de dois anéis", em que se diz que os EUA pretendem encabeçar dois gigantescos blocos econômicos — o Transatlântico e o Pacífico, o que deve

garantir aos americanos a liderança mundial. Seria viável esta intenção dos EUA? Qual é o lugar da Rússia nesta confrontação sino-americana?

**Serguei Riabkov:** Creio que semelhantes iniciativas da administração de Barack Obama devem ser encaradas com o máximo de seriedade. Tanto no setor pacífico, como transatlântico será realizado o trabalho, — que já está em fase implementação, — visando a ulterior liberalização dos regimes de investimento, geração de possibilidades de criação de vantagens competitivas para estruturas e formas econômicas que já se formaram nos países, incorporados na atividade correspondente a estas duas grandes iniciativas.

Estou certo de que o trabalho será longo. Não se trata da solução de uma certa tarefa, que pode ser formulada durante uma semana ou mês num certo documento para depois virar a página e cuidar de alguma outra coisa.

Os EUA têm volumes colossais de comércio mútuo através do Atlântico e do Pacífico. A União Europeia e os países da Região Asiático — Pacífica têm potenciais e interesses enormes na economia e no comércio internacionais e eles são bem determinados. A conjugação de tudo isso, e a redução a um denominador comum, será uma tarefa nada fácil. Mas nos EUA existe a vontade política. Creio que outros parceiros, — participantes destes processos, — também vêm para si certas possibilidades neste setor.

Quanto ao tema predileto de alguns analistas de confrontação geopolítica entre os EUA e a China, posso dizer o seguinte. O volume do comércio entre os EUA e a República Popular da China ultrapassou há pouco o nível de 500 bilhões de dólares por ano, o volume de investimentos, incluindo os investimentos chineses nos EUA é grande, dezenas de milhares de estudantes chineses fazem cursos nos EUA, a aquisição pela China de obrigações do tesouro nacional dos EUA atingiu um nível sem precedentes — tudo isso são sintomas da dependência mútua dos dois países. Provavelmente, a competição também na falta. Mas não se pode deixar de levar em consideração, o quanto é grande agora a dependência mútua entre as economias dos EUA e da República Popular da China.

**"Vida Internacional":** Os atos de terror em Boston foram seguidos pelas declarações da Rússia e dos EUA de que será reforçada a colaboração dos serviços de segurança dos dois países na luta contra a ameaça do terrorismo. Estas declarações resultaram em algumas ações concretas?

**Serguei Riabkov:** Sim, estas ações tiveram lugar. Está claro que se eu revelar isso agora, este ato será contrário à própria lógica de semelhantes ações e da colaboração dos nossos respectivos serviços. Assevero-lhe que se realiza um trabalho muito intenso, incluindo a atividade na esfera de combate

ao terror. Aí o potencial de entendimento mútuo entre Moscou e Washington é grande.

Nós colaborávamos bastante bem também anteriormente. Mas agora, depois dos eventos em Boston, os impulsos políticos e a necessidade prática desta colaboração coincidiram novamente no mesmo ponto e o trabalho foi intensificado. Agora esta atividade atinge metas novas.

**“Vida Internacional”:** Travam-se conversações com os americanos a respeito da situação em torno do Afeganistão?

**Serguei Riabkov:** Quero apontar que vem vindo um volume bastante grande de informações contraditórias a respeito dos volumes de produção e de fornecimento de drogas afeganes para os mercados externos. Ora se afirma que um espório teria destruído todas as plantações de papoula no Afeganistão, ora se diz que nenhum espório existe e que existe, pelo contrário, a possibilidade de fornecer para o mercado mundial mais heroína das “reservas antigas”.

Este é um problema que representa perigo para a paz e para a estabilidade. Quando a ordem do dia das nossas conversações com os americanos inclui o Afeganistão, é esta a questão discutida em primeiro lugar. Vamos proceder desta maneira também no futuro, especialmente em vista da alteração da forma da presença americana neste país a partir do próximo ano.

Para nós é muito importante atingir um nível de interação, — não somente de entendimento mutuo, — que torne impossível o ulterior reforço do perigo gerado pelas drogas afeganes, o que afeta diretamente a segurança do nosso país.

Além do Afeganistão existem muitas outras questões, como, por exemplo, as perspectivas da presença militar internacional neste país depois de 2014. Falando bem verdade, não estamos entendendo bem os planos dos parceiros americanos nesta esfera, assim como os planos dos outros países — membros da NATO. Existem formatos internacionais e o grupo de contato para o Afeganistão, da cuja atividade nós participamos a um nível bastante importante. Existe a possibilidade de discutir permanentemente estas questões na ONU, no “Grupo dos oito” e no quadro do diálogo bilateral entre os EUA e a União Europeia. Tudo isso será posta em ação.

**“Vida Internacional”:** Depois da cúpula de BRICS na República Sul-Africana surgiram boatos de que agora o grupo BRICS vai colaborar mais estreitamente com a África. Seria verdade?

**Serguei Riabkov:** Todos os países do continente africano e a direção das estruturas e associações africanas de integração, que cuidam das questões de segurança, revelam interesse em relação a isso. Líderes de 18 países foram

convidados a Durban. Esta foi a primeira ação do grupo BRICS no formato "outreach" e dela participaram precisamente os líderes africanos. Vamos prosseguir no nosso trabalho com os parceiros africanos. Estou certo de que os brasileiros irão dizer o mesmo quando, no próximo ano, chegar a vez deles de presidir o BRICS.

**"Vida Internacional":** O quanto é real a filiação de novos membros ao grupo BRICS? Qual é a opinião a este respeito dos próprios membros de BRICS?

**Serguei Riabkov:** Há algum tempo chegamos à conclusão no formato de BRICS de que esta associação deve percorrer uma certa via de consolidação. É preciso um certo período de adaptação mútua na qualidade de parceiros que colaboram nesta associação a respeito de um círculo cada vez mais amplo de questões.

Não se pode cuidar simultaneamente da passagem das declarações de intenções e da fixação de posições comuns para projetos concretos, — amiúde, bastante complicados, — e pensar na extensão desta associação. É preciso que a estrutura amadureça. Creio que os nossos esforços básicos no futuro período serão concentrados precisamente nisso.

**"Vida Internacional":** E para concluir a entrevista, uma questão sobre a América Latina. Acabou-se a época de Hugo Chaves. Será que irão mudar os vetores de desenvolvimento nesta região? A América Latina não vai recuar para a época antiga de "doutrina de Monroe"?

**Serguei Riabkov:** O papel de Hugo Chaves, na qualidade de líder político da Venezuela e fora dos seus limites é excepcionalmente grande. A sua herança continua, em grande parte, o apoio para os políticos da Venezuela e dos outros países. Mas a saída de Chaves ou, digamos, a alteração da configuração política em outros países da região latino-americana não alteram, elas próprias, as tendências objetivas.

A América Latina torna-se, indubitavelmente, um jogador internacional mais autônomo e influente. Este continente conseguiu demonstrar que os seus modelos econômicos e sócias são eficientes de um modo geral e no tocante à resistência à crise econômica mundial. Nesta região diminuem a miséria e a pobreza. Tudo isso está em sintonia com a ideologia e a prática do socialismo bolivariano de Chaves. Estou certo de que a herança de Chaves irá sobreviver por muito tempo esta político e personalidade.



## Yuri CHAFRANIK

*Presidente da diretoria  
da Companhia Petrolífera  
Interestatal  
"SojuzNefteGaz",  
Presidente da fundação  
"Política e recursos  
mundiais"*

*referent@cng.msk.ru*



# ABAIXAR OS PREÇOS INTERNOS DE GÁS E SACIAR TODA A INDÚSTRIA COM O GAS

**"Vida Internacional":** Senhor Chafranik, quais são os desafios que a indústria de gás russa enfrenta hoje em dia?

**Yuri Chafranik:** O primeiro que viria à mente de muitas pessoas é a crise econômica mundial que afeta, certamente, também a indústria energética mundial. Mas eu prefiro encarar este problema a partir de um outro ponto de vista: a crise não consiste no surgimento de um certo concorrente, mas no quanto os seus próprios índices são bons e o quanto é correta a sua atividade.

Vivemos num mundo que muda rapidamente. O mundo começou a falar do gás de xisto, já foram ou serão descobertas jazidas de gás na parte Leste da África, o gás é extraído no golfo Pérsico, no Irão e no Turcomenistão. Tudo isso é concorrência, desafios do tempo moderno.

---

*Юрий ШАФРАНИК, Председатель правления МГНК «СоюзНефтеГаз», президент Фонда «Мировая политика и ресурсы»*

*СНИЗИТЬ ВНУТРЕННИЕ ЦЕНЫ НА ГАЗ И НАСЫТИТЬ ГАЗОМ ВСЮ ПРОМЫШЛЕННОСТЬ*

Está bem, o gás de xisto surgiu. Foi hoje que soubemos disso? Não. Por exemplo, eu, como especialista, sabia disso de há muito. Para trabalhar hoje com eficiência, é preciso lidar de maneira a antecipar o desenrolar de acontecimentos, é preciso antecipar os acontecimentos e estar pronto para eles.

Durante a última década o ramo energético da Rússia, isto é, a extração de petróleo e de gás, restabeleceram plenamente os seus índices da época soviética. Já atingimos o máximo que tinha sido registrado outrora na indústria de gás, de petróleo e de derivados de petróleo. Ultrapassamos mais de duas vezes o volume da exportação soviética. Criamos uma infra-estrutura e desenvolvemo-la também agora. Tem-se em vista a chamada "Torrente do Norte", isto é, o sistema de tubulações do Báltico, a "Torrente do Sul", as capacidades instaladas no leste.

Sim, conseguimos restabelecer o potencial. Mas o problema consiste precisamente no fato de que restabelecíamos. E agora temos que passar do restabelecimento do potencial de gás para o seu desenvolvimento. Este que é o desafio!

Quanto a tudo o resto, é a falta do profissionalismo dos que disso cuidavam ou a falta do profissionalismo dos que escrevem disso.

**"Vida Internacional":** É corriqueira a opinião de que os nossos recursos energéticos nacionais seriam um meio de pressão sobre os Estados europeus. O que pensa disso?

**Yuri Chafranik:** Estou convencido de que este modo de encarar a questão é injusto e incorreto. A Europa é consumidora do gás russo. Nós, da nossa parte, construímos tubulações em diversas regiões. Devido aos problemas que surgiram com os países que efetuam o trânsito de gás, tivemos que levar a cabo projetos pesadíssimos "Torrente do Norte" e "Torrente do Sul". Ambos os projetos foram difíceis tanto nos planos econômico e físico, como no plano financeiro.

E eu simplesmente lamento o dispêndio deste dinheiro. Seria melhor fazer um acordo com os países através dos quais se efetuava o trânsito de gás. Durante quinze anos buscamos o entendimento com a Ucrânia a respeito deste problema comum mas não conseguimos nada. Os nossos parceiros estavam habituados a receber o gás barato e era-lhes difícil conformar-se com a mudança da situação. Ainda na época em que eu exercia o cargo de ministro foi assinado o acordo intergovernamental sobre a transição para os preços mundiais de gás e de petróleo. Quanto ao petróleo, as disposições do acordo foram cumpridas imediatamente. Quanto ao gás, fizemos concessões e, como se diz, fizemos concessões a ponto de degradar em agravamento de relações.

Repito mais uma vez, lamento o congelamento dos preços, mas o nosso país faz o possível para ser jogador competitivo no mercado europeu. E esta opção é justa.

**“Vida Internacional”:** Como pode comentar os eventuais acordos entre a Ucrânia e os países europeus sobre os fornecimentos reversíveis de gás?

**Yuri Chafranik:** Esta é uma questão política complicada. Pois a energética é energética e a política é política. Prefiro não me deter nas questões políticas. Mas eu diria o seguinte: vamos imaginar que estamos no lugar da direção da Ucrânia. A vida é dura, os preços crescem, é preciso contar tudo e não se conta. Que fazer? É preciso procurar a saída. E é disparatado e inútil condenar a Ucrânia por isso.

Quanto à segunda parte da questão, isto é, a revenda do nosso gás através da Europa, — desculpe, mas este é um absurdo. E nós devemos ressaltar com urgência nos contratos para o fornecimento de gás a qualquer país europeu que no caso de revenda do gás fornecido será arrecadada uma taxa complementar. Paguem e podem revender aonde quiserem.

Portanto, os produtores e exportadores russos, — no presente caso, a “Gasprom”, — devem executar um trabalho sério e minucioso neste setor. Ao mesmo tempo, é preciso o diálogo político, encontros e o esclarecimento da nossa posição. E quanto mais aberto for este esclarecimento, tanto melhor.

**“Vida Internacional”:** Senhor Chafranik, as duas economias mais poderosas do mundo, a China e os EUA, são os maiores consumidores de recursos energéticos. Como a Rússia deve construir relações com estes países?

**Yuri Chafranik:** A China é nosso parceiro geográfico e histórico. Já fizemos muita coisa no tocante à infra-estrutura de petróleo no Leste. Agora é preciso cuidar da perfuração e lançamento de jazidas, pois neste setor estamos um tanto atrasados.

Estamos também atrasados neste setor no tocante à infra-estrutura de gás. Sim, pode-se falar também de Sacalina. Os respectivos projetos já estão em andamento. É preciso desenvolver projetos em três sentidos: fornecimentos de gás à China, a sua liquefação no nosso território e o transporte pelo mar, e a transformação interna do gás. Estas soluções não têm alternativa.

A China recebe o gás do Turcomenistão, a China já construiu a respectiva tubulação e realiza a sua extração. É um fato. E ao que eu saiba, isso não provoca receios da nossa parte. Além disso, é preferível que o gás turcomano vá para a China do que compita com o nosso no mercado europeu.

A China tem uma estratégia muito precisa na esfera energética — é o seu corredor Uzbequistão — Cazaquistão — Turcomenistão — mar Cáspio.

A América perfura poços, cuja extensão varia entre 80 e 100 milhões de metros por ano. A melhor realização da União Soviética foi igual a 30 milhões. Nós chegamos agora ao nível de 20 milhões de metros.

Eles perfuram quatro — cinco vezes mais do que nós. O desafio consiste precisamente nisso e não no fato de que a América tem extraído o gás de

xisto. Temos que perfurar várias vezes mais para manter o atual nível de extração. Temos que utilizar neste trabalho o equipamento nacional ou, pelo menos, um híbrido do nosso equipamento com o ocidental e as novas tecnologias, criadas no nosso país.

Os EUA conseguiram um importante progresso e deram um golpe no mercado: eles conseguiram o auto-abastecimento e, mais do que isso, — conseguiram abaixar quase duas vezes o preço interno do gás, tendo apoiado seriamente desta maneira a sua indústria.

Admito que dentro de uns dois ou três anos os EUA comecem a fornecer o seu gás a outros países. Mas hoje por enquanto não fornecem.

A América é um grande país, ela tem grandes companhias energéticas que trabalham no mundo inteiro, incluindo a China.

**“Vida Internacional”:** E, para concluir, o que pensa dos prognósticos de que o preço de petróleo vai baixar em breve para 80 dólares por barril?

**Yuri Chafranik:** Quanto aos preços, é preciso discutir este assunto com cuidado. Veja só, como é tensa a situação no Próximo Oriente. E se amanhã ocorrer o agravamento da situação no Irão e, depois, na Arábia Saudita? Seria possível isso? Certamente. É difícil de prognosticar, o que é que isso vai acarretar. Os preços podem subir mas podem também cair.

Se não ocorrer nada de força maior, o preço de cem dólares por barril será o preço básico nos próximos um ou dois anos. Este preço já será para nós um tanto “apertado”, permitirá viver mas a vida não será fácil. Creio que o preço pode cair por um prazo curto para 80 dólares ou subir até 110.

A concorrência na Europa tornou-se mais intensa. Em vista disso a companhia “Gasprom” enfrenta grandes problemas que devem ser resolvidos. A companhia vai cuidar certamente dos preços e certamente vai receber um tanto a menos. Mas para nós é vantajoso fornecer o gás para a Europa.

Em vista da atual situação, acho que se pode propor-se o objetivo de saturar de gás o mercado russo e abaixar os preços deste produto. Por que os americanos conseguiram organizar a produção do gás de xisto para o seu país e nós não podemos abastecer a nossa indústria com o gás, de que ela necessita tanto?! Temos a obrigação de fazer isso. Como se diz, qualquer medalha tem dois lados. Talvez seja isso que nos estimule a cuidar do mercado interno de gás — é preciso abaixar os preços internos de gás e abastecer dele toda a indústria. O efeito será colossal!



## Andrei KELIN

*Representante  
Permanente da  
Federação da Rússia na  
OSCE*

*rfosce@yandex.ru*



## ESTARÁ VIVA A IDEIA EUROPEIA?

**G**ostaria de começar com uma simples constatação. Já se tornou um lugar comum afirmar que, nas condições da arquitetura internacional policêntrica, nenhum Estado ou mesmo um grupo limitado de países têm mais recursos suficientes para resolver os problemas globais da segurança, nomeadamente ligados a novas ameaças e desafios.

A segurança é indivisível. Isso significa que, hoje, têm poucas perspectivas as tentativas de criar nos seus territórios separados "ilhas" de bem-estar, isoladas do mundo circundante. Ou organizar relações individuais com essa "ilha" com vista a mudar a própria situação. A estreita ligação entre os participantes do diálogo internacional, o caráter transfronteiriço das ameaças atuais põem em dúvida semelhantes possibilidades.

---

*Андрей КЕЛИН, Постоянный представитель Российской Федерации при ОБСЕ  
ЖИВА ЛИ ОБЩЕЕВРОПЕЙСКАЯ ИДЕЯ?*

Não obstante, esse é precisamente o vetor de organização das relações na Grande Europa, como antes era conhecida. Os Estados apostam no aprofundamento de relações com a União Europeia e a NATO, preocupando-se pouco com formatos mais amplos. O lançamento de processos de integração numa nova base no espaço post-soviético é, além da solução das tarefas principais, uma série tentativa de alterar tendências desfavoráveis para a Rússia.

Será possível, nesta situação, realizar a conceção da unidade do espaço europeu comum? Por outras palavras: a ideia europeia está viva em geral?

A legitimidade da colocação de semelhante questão é justificada pelo atual estado, que não é o melhor, das estruturas europeias comuns, nomeadamente a Organização para a segurança e a Cooperação na Europa. A OCSE, enquanto forum abrangente pelo número de participantes e de mandatos, que engloba três dimensões da segurança, é a encarnação do projeto pan-europeu coletivo. Porém, o seu prestígio e papel nos assuntos internacionais diminuem constantemente.

A principal razão é conhecida. Ela consiste na tentativa, realizada na onda dos agitados acontecimentos dos anos 1990, de transformar a OSCE num meio de imposição de abordagens unilaterais. O órgão de tomada de decisões consensuais coletivas começou a ser visto como um instrumento com a ajuda do qual um grupo de países ocidentais gostaria de "pentear" os vizinhos à medida dos "padrões de ouro", muitos dos quais não passaram a prova da vida. Não é de espantar que, devido a essa atividade errónea, a OSCE tropeça em problemas secundários e é atirada para a valeta dos processos internacionais.

As suas insuficiências são bem conhecidas. Trata-se de sérios desequilíbrios: todo o trabalho de campo é realizado nos países a "Este de Viena" e dois terços da atividade estão concentrados na esfera da democracia e dos direitos do homem. E a falta de sujeito jurídico internacional e voluntarismo dos chamados institutos autónomos, em primeiro lugar o Bureau para os Institutos Democráticos e os Direitos do Homem.

Porém, ainda é precipitado atirar a OSCE "para a sucata". Não existe outra estrutura pan-europeias com um mandato e uma abrangência tais. Na Cimeira da OSCE de Astana, em 2010, foi feita a tentativa de dar uma nova vida à ideia pan-europeia. 56 Estados (em 2012, a eles juntou-se a Mongólia) declararam o seu apego à ideia da comunidade de segurança euro-atlântica e eurasiática livre, democrática, comum e indivisível, no espaço de Vancouver até Vladivostoque, baseada nos princípios acordados, nos compromissos conjuntos e nos objetivos comuns. Mas esta tentativa não teve desenvolvimento logo após Astana.

Ela foi quase sufocada pelos adeptos da abordagem conservadora, que defendem a conservação do "status-quo".

Não obstante, o objetivo aí apresentado de construção de uma "comunidade de segurança" está viva. E esta é uma possibilidade de criar um sistema de relações que seria a base do desenvolvimento harmonioso do continente que exclua o regresso ao confronto, à corrida aos armamentos, aos conflitos militares.

A OSCE é capaz de desempenhar um importante papel nesse processo. Porém, para isso, a Organização necessita de se adaptar às novas tarefas e condições. Em 2015 celebra-se o 40º aniversário da assinatura da Ata Final de Helsínquia da Cimeira para a Segurança e a Cooperação na Europa. Entre os Estados participantes reforça-se a compreensão que a Organização deve entrar, nesta etapa tendo a visão consensual dos parâmetros fundamentais da "comunidade de segurança", do seu lugar nela, e um plano claro de ações para o futuro.

O processo intelectual de vários níveis recebeu o nome de "Helsínquia mais quarenta".

As discussões, que decorrem no quadro deste processo no palco oficial de Viena, completam iniciativas com a participação de analistas políticos. O secretário-geral da OSCE organizou uma série de "Dias de Segurança", que foram dedicados à ampla análise de problemas como o Afeganistão, à compreensão das ameaças no espaço da OSCE, à regularização de conflitos. Foi criada uma rede de institutos académicos, cujo contributo intelectual deve ajudar a detetar vias para avançar baseando-se em ideias despolitizadas frescas. Participantes de conhecidos projetos, como, por exemplo, a Iniciativa Euro-atlântica de Segurança (EASE, a Rússia está nela representada por I.S. Ivanov, presidente do Conselho da Rússia para Assuntos Internacionais) ou o projeto russo-franco-polaco-germano IDEAS (a Rússia está representada pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscovo) fizeram propostas de modernização da arquitetura da segurança europeia.

A diversidade de ideias é bastante grande. É também diferente o nível do entusiasmo com que os representantes de diversos países abordam o problema da otimização do sistema de relações no Euro-atlântico em geral e da modernização da OSCE em particular.

Alguns consideram que na OSCE está tudo bem e não se deve mudar nada, além do aperfeiçoamento da monitorização do cumprimento dos compromissos existentes e do aumento do orçamento dos institutos "autónomos" (BIDDH, Representante para a liberdade de imprensa, Supremo Comissário para as Minorias Nacionais) e das missões de campo no

espaço da CEI. Semelhante posição pode, nos próximos tempos, conduzir a que a OSCE perca definitivamente interesse nos assuntos internacionais. O destino do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa, que deixou de funcionar, pode atingir também toda a Organização.

É já evidente que será insuficiente uma reconfirmação simples dos princípios e compromissos políticos básicos da OSCE em 2015. É de fulcral importância restabelecer a cultura de diálogo igual e mutuamente respeitosa, orientado para a aproximação de abordagens, buscas de compromisso. A unidade da área euro-atlântica será determinada pela qualidade da cooperação e da ajuda mútua, pela capacidade de dar uma resposta às ameaças externas.

Nestas condições, o nosso objetivo consiste em continuar a atrair parceiros para o diálogo sobre os problemas fulcrais da garantia da unidade europeia, em utilizar para isso todos os palcos que temos à disposição: não só a OSCE, mas também o Conselho da Europa, o diálogo Rússia UE, o Conselho Rússia — NATO, os contactos bilaterais com os EUA, com os mais importantes países europeus. É importante conseguir maior atividade dos nossos aliados da OTSC e dos parceiros da CEI.

Hoje, uma das principais tarefas é criar formatos para a “colagem” política, económica e humanitária do espaço Euro-atlântico e Eurasiático, ou seja, aquilo a que chamamos de “Vancouver até Vladivostoque”.

Hoje, ele está dividido e essa linha é bem visível no mapa político. Cada uma das uniões de integração do continente segue o seu caminho, define as suas prioridades, elabora os próprios métodos de solução dos problemas mais permentes. Sem o devido diálogo e a harmonização das abordagens aumenta o risco que entre elas possam surgir atritos e, depois, conflitos com profundas raízes no passado da “guerra fria”.

Os interesses comuns são o mulher fundamento da união. A OSCE deve virar-se para os problemas primordiais e servir os interesses reais da segurança dos Estados, que são definidos por estratégias, doutrinas e soluções nos campos da política interna e externa.

Em primeiro lugar, isso diz respeito aos esforços com vista ao reforço da segurança político-militar na Europa. Penso que se, até 2015, for conseguida a compreensão comum da conceção do novo acordo sobre o controlo dos armamentos convencionais nas novas condições, que corresponda plenamente aos interesses russos, isso seria um importantíssimo contributo para a criação de uma comunidade de segurança euro-atlântica. Mas já agora seria útil realizar consultas dedicadas à formação de uma “matriz” que defina a interligação e o nível de influência de diferentes tipos de armamentos, nomeadamente de novos, na solução de tarefas militares.

Paralelamente, no espaço da OSCE devem ser criadas condições para a solução dos "conflitos congelados" exclusivamente por via político-diplomática. Além disso, é necessário garantir isso sem ligações artificiais ao processo de formação de um mecanismo completamente novo de controlo dos armamentos. Na sua base devem estar os princípios da segurança igual e indivisível, o não emprego da força, o equilíbrio de direitos e de obrigações das partes.

A instabilidade nas regiões vizinhas, nos "pontos quentes" do planeta: no Afeganistão, na região do Médio Oriente e Norte de África, confirma a necessidade de um trabalho consequente para reduzir o fator da força nas relações internacionais, reforçar a estabilidade estratégica e regional. Atualmente, em todo o mundo são extremamente necessários modos político-diplomáticos e outros não-militares para anular a tensão. Talvez tenha chegado a hora de estabelecer uma interação mais estreita com os parceiros da OSCE no campo da cooperação, particularmente no Mediterrâneo Meridional.

A necessidade de uma atenção aumentada da OCSE para com as questões das ameaças transnacionais é ditada por causas objetivas. Entre os riscos temos o terrorismo internacional, o crime transfronteiriço, a difusão de armas de destruição massiva, os fonecimentos ilegais de armas convencionais, principalmente nas zonas dos conflitos, o tráfico de drogas, os ataques cibernéticos, as catástrofes naturais e tecnogénicas, o aumento de atritos entre confissões e civilizações, as correntes incrotoladas de refugiados e migrantes, a divulgação de ideias extremistas.

Para os combater precisamos de medidas complexas, nomeadamente o empenho das estruturas da ONU e das organizações regionais respetivas. A OSCE não deve afastar-se, mas revelar o seu potencial de palco de diálogo para aproximar abordagens, definir o vetor político comum e as prioridades coincidentes na luta contra as ameaças transnacionais. É preciso garantir a realização prática dos documentos estratégicos aprovados em 2012: conceção de combate à droga, "quadros" policiais e mandato antiterrorista. Na ordem do dia está também um tema completamente novo: as medidas de confiança no campo das tecnologias de informação e comunicação.

São insuficientemente utilizadas as possibilidades da OSCE no segundo "pacote": económico-ecológico. Os grandes países preferem fugir a temas sonantes, avançam pela via da menor resistência, propondo apenas a discussão do que não provoca quaisquer objeções. Aqui é também importante virar a Organização para uma perspetiva de longo prazo. Chegar

as abordagens acordadas sobre a luta contra as crises, o desemprego, a redução dos subsídios sociais, a pobreza e a corrupção.

A OSCE poderia ser um palco de análise e troca de experiência sobre a superação das consequências da crise na esfera social, contribuir para o diálogo transfronteiriço, para a liquidação de obstáculos ao movimento de força de trabalho, para a prestação de serviços na esfera da educação e da saúde, da introdução de inovações e modernização tecnológica, tendo em vista, enquanto objetivo final, o aumento do capital humano e o aumento da capacidade de defesa dos direitos socioeconómicos das pessoas simples. São necessários esforços para eliminar todas as barreiras ainda existentes na via da prestação de ajuda internacional eficaz e atempada aos países interessados na liquidação das consequências de catástrofes naturais ou tecnogénicas.

São particularmente atuais as possibilidades abrangentes da OSCE para a aproximação dos processos de integração no Ocidente e no Oriente, para a harmonização dos interesses e necessidades do Norte e do Sul do continente. É importante lançar a primeira pedra do alicerce da comunidade de segurança através da formação de um espaço económico uno, que garanta a liberdade de circulação de mercadorias, serviços, pessoas, capitais e tecnologias.

Está na hora de pôr ordem no campo dos direitos do homem. Segundo as palavras de Ian Kelly, que recentemente abandonou o cargo de representante dos EUA junto da OSCE, "nos anos de 1990, a OSCE chamou a si a missão de prestar ajuda aos novos Estados na direção da sua transição para a democracia".

Porém, os anos 90 passaram e os Estados do antigo campo socialista cumpriram, em geral, os processos de transição. Mas a abordagem da OSCE continua a ser a mesma. Na última década torna-se evidente que o messianismo no avanço seletivo dos padrões no campo dos direitos do homem é pouco eficaz. A imposição de "receitas feitas" conduz frequentemente a resultados contrários, alimenta a ideologia ultraradical. Isto é bem evidente no exemplo da campanha extremamente agressiva dos países ocidentais no avanço dos interesses da comunidade lésbica e homossexual.

Os Estados e povos do continente têm muito de comum na esfera da cultura, da história, dos valores, dos interesses. E cada um tem as suas particularidades que o tornam único.

Neste sentido, foi escolhida uma boa divisa para a cimeira juvenil da OSCE em Artek: "Our difference is our wealth, our unity is our strength" (a nossa diferença é a nossa riqueza, a nossa unidade é a nossa força).

A comunidade da segurança deve conservar essas particularidades e não homogeneizar o espaço euro-atlântico, não tentar reduzir todos a um denominador comum.

É completamente evidente que, hoje, os povos da Europa, não obstante toda a sua diversidade, enfrentam riscos comuns na esfera humanitária. No centro das atenções está a defesa do sistema de valores tradicionais que se formou durante milénios. Trata-se de uma verdadeira e não falsa base da identidade europeia.

O extermismo, o nacionalismo agressivo e o neonazismo, a intolerância e xenofobia são uma ameaça cada vez maior para as comunidades europeias modernas. Entre outros problemas temos a discriminação e a divisão por características étnicas, religiosas, linguísticas, culturais e outras, a insuficiente defesa das crianças, nomeadamente de tratamentos cruéis, a exploração sexual, a pornografia, a limitação da liberdade de movimentos e da liberdade de imprensa, os problemas migratórios, a garantia da não ingerência nas vida privada.

As questões da liquidação das barreiras dos vistos na Europa, que dificultam os contactos humanitários e, em geral, tornam mais complicado o avanço para um espaço europeu único, devem ser uma esfera prioritária do emprego de esforços.

Precisamente no campo humanitário, a escolha a favor de uma ordem de dia unificadora, orientada para a consecução de objetivos comuns, pode ajudar a eliminar a demasiada tensão existente nas relações entre os Estados-membros.

Na OSCE é necessária uma troca mutuamente respeitosa de experiência e uma melhor prática. Isso aproxima mais os Estados no cumprimento dos compromissos tomados do que a tática da "chicotada".

Para isso existem todas as premissas, à exceção, por enquanto, da principal: vontade política dos vários países que se apegaram aos habituais métodos "democratizadores".

Se os Estados membros da OSCE revelarem vontade política para lhe dar um "segundo folêgo" e aderirem a uma ordem de dia tão ambiciosa, a Organização precisará de uma séria modernização que abrangerá a sua base e instrumentos normativos e jurídicos.

Isso subentende o aperfeiçoamento do trabalho dos órgãos diretivos, do Secretariado, dos institutos, das presenças no terreno, cujas atividade, por enquanto, sente falta de organização.

A maioria das missões já não se dedicam propriamente a tarefas de conflitos. A monitorização da situação interna nos países que as recebem já

se tornou um anacronismo. A atividade no terreno será muito mais eficaz se se orientar rigorosamente para os desejos e necessidades dos países receptores.

A modernização da OSCE e dos seus instrumentos é impossível sem a aquisição por ela do estatuto de organização internacional completa. Para isso é necessária uma base jurídica completa, sem a qual não irão vigorar quaisquer acordos separados (por exemplo, sobre privilégios e imunidades).

Este ano, a Ucrânia está ao leme deste Organização. Ela tenta resolver tarefas difíceis, pois, nos últimos tempos, é cada vez mais estreito o leque de questões onde se pode chegar a um consenso de 57 países. Os nossos colegas ucranianos trabalham ativamente e nós tentamos ajudá-los. Nomeadamente, a fim de reforçar a "ideia europeia comum", da qual se falou acima. Consideramos que a Ucrânia pode imaginar, mais claramente do que muitos, todas as vantagens da sua realização e todos os riscos possíveis, se esta ideia não morrer definitivamente.

A 5 e 6 de Dezembro, em Kiev, irá realizar-se a reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da OSCE. A preparação para essa principal iniciativa do ano começou atempadamente. Esperemos que, desta vez, impere uma abordagem construtiva entre os Estados-membros. A resultatividade do CMNE permitirá conservar e desenvolver a dinâmica do processo de conversações sobre a construção da "sociedade da segurança", dar um certo impulso aos futuros presidentes: Suíça e Sérvia.

A realização prática das abordagens acima descritas para com a adaptação do trabalho da Organização seria uma boa base para dar um conteúdo material à ideia pan-europeia. As hipóteses de construir semelhante comunidade de segura ainda não foram perdidas. O importante é que todos os jogadores fundamentais abordem esta questão despolitizadamente, vejam nela uma vantagem comum, e não uma tentativa de derrubar do pedestal o modelo de segurança da NATO.



## Vladimir KOZIN

*Consultor e Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Rússia, membro do Conselho de Peritos do Grupo Interdisciplinar de Trabalho junto da Administração do Presidente da Rússia para a interação com a NATO no campo da defesa antimíssil, membro-correspondente da Academia de Ciências Naturais da Rússia,*

*Vladimir.kozin.riss@yandex.ru*



# “NOVA” ESTRATÉGIA NUCLEAR DOS ESTADOS UNIDOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A RÚSSIA

**N**a segunda metade de Junho de 2013, os Estados Unidos anunciaram uma certa correção da sua doutrina nuclear. As suas teses fundamentais foram expostas de forma breve na parte político-militar do discurso do Presidente Barack Obama em Berlim, a 19 de Junho, junto das Portas de Brandeburgo<sup>1</sup>, bem como no “Relatório sobre a Estratégia do Emprego de Armas Nucleares pelos Estados Unidos”, preparado pelo Pentágono conjuntamente com outros ministérios e instituições do país, publicado no mesmo mês<sup>2</sup>. Alguns elementos da estratégia nuclear “adaptada” também foram comentados numa nota factológica especial da Casa Branca, revelada no mesmo dia<sup>3</sup>.

---

*Владимир КОЗИН, Консультант директора РИСИ, член Экспертного совета Межведомственной рабочей группы при Администрации Президента России по взаимодействию с НАТО в области ПРО, член-корреспондент РАЕН  
«НОВАЯ» ЯДЕРНАЯ СТРАТЕГИЯ США И ЕЕ ПОСЛЕДСТВИЯ ДЛЯ РОССИИ*

A estratégia "renovada" recebeu a aprovação unânime do Comité Unidos dos Chefes de Estado-Maior e do Comando Estratégico, bem como do Departamento de Estado e do Ministério da Energia dos EUA.

Desse modo, a Casa Branca fez a terceira tentativa para realizar uma certa modificação da sua estratégia nuclear depois do fim da guerra fria e a primeira tentativa da sua adaptação após 2002, quando os Estados Unidos abandonaram, unilateralmente, o Tratado de Defesa Antimíssil, que eles chamaram, durante muitos anos, "a pedra angular da estabilidade estratégica", e começaram a instalar em massa uma infraestrutura global de interceção de mísseis balísticos, inclusivamente muito perto da Rússia.

### MAS O QUE PROPÔS BARACK OBAMA?

Tendo como pano de fundo os "passos adicionais" para limitar as armas nucleares, anunciados em Berlim, e a frase pomposa de que os Estados Unidos não se sentirão completamente seguros "até que existam armas nucleares", o 44º presidente anunciou a firme decisão de continuar a apoiar-se "numa contenção nuclear forte e segura", que se alarga a todo o globo terrestre. O seu discurso continha também a tese da manutenção da estratégia da "contenção nuclear alargada", que a direção político-militar americana compreende como a possibilidade do emprego de meios nucleares pelos Estados Unidos em algumas regiões com vista a defender os aliados da ameaça do emprego da força por parte de "Estados adversários". Em conformidade com semelhante projeção "regional" da estratégia nuclear global, Washington coloca sob o "guarda-chuva nuclear" dos armamentos ofensivos estratégicos (AOE) e das armas nucleares táticas (ANT) americanos todos os países que fazem parte da NATO, bem como o Japão, Austrália, Coreia do Sul e alguns países do Médio Oriente, antes de tudo Israel.

Um ponto fulcral do discurso de Barack Obama em Berlim foi proposta de realização da redução de ogivas "operativamente instaladas" dos AOE da Rússia e dos EUA em um terço relativamente aos limites do anterior Tratado SALT-3, assinado em Praga em 2010. Isto é, as que foram instaladas nos portadores e se encontram prontos a entrar em combate.

Externamente, semelhante forma parece atrativa. No caso de se conseguir chegar aos respetivos acordos, as partes poderão reduzir as suas ogivas nucleares estratégicas do nível de 1550 unidades até ao nível das 1000-1100 unidades para cada parte, o que lhes permitirá, em qualquer dos casos, conservar o potencial necessário para impedir uma grande agressão exterior e corresponderá à conceção da manutenção da estabilidade estratégica a níveis baixos de AOE.

Mas a fórmula sobre a redução apenas das ogivas dos AOE "operacionalmente instaladas" da Rússia e dos EUA poderá novamente levar à posse da parte americana de uma quantidade significativa de ogivas nucleares estratégicas que "não se encontram operacionalmente instaladas", que se encontram na reserva, que, se for esse o desejo, poderão ser instaladas novamente nos portadores e colocá-las em guarda em prazos bastante curtos sob a forma do chamado potencial de retorno.

Os cálculos realizados na base dos dados sobre os AOE dos EUA de 1 de Julho de 2013 mostram que, nessa altura, à disposição do seu comando estratégico estavam 514 portadores "operacionalmente não instalados" sob a forma de mísseis balísticos intercontinentais (MBI), mísseis balísticos instalados em submarinos (MBS) e em bombardeiros pesados (BP), bem como 792 portadores "operacionalmente instalados" das citadas categorias. Desse modo, a correlação de portadores "operacionalmente não instalados" e de "operacionalmente instalados" foi de 64,9%. Isso é um indicador muito alto. Consideramos que, para manter o equilíbrio estratégico entre a Rússia e os Estados Unidos no campo dos armamentos nucleares de importância estratégica, basta apenas ter uma correlação mais baixa entre os portadores "operacionalmente não instalados" e os "operacionalmente instalados" dos AOE, por exemplo, não superior a 10-15%.

É sintomático que as forças nucleares estratégicas americanas, como se lê no "Relatório sobre a Estratégia de Emprego de Armas Nucleares pelos Estados Unidos da América", conservarão, numa perspectiva indeterminada, um potencial "significativo" de "armas nucleares operacionalmente não instaladas". Mas, como está previsto nesse documento, as ogivas nucleares "operacionalmente não instaladas" poderão ser reinstaladas de um portador para outro no quadro da tríade nuclear estratégica "como reação a mudanças na situação geopolítica" ou "para a solução de tarefas técnicas". Do ponto de vista americano, isso permitir-lhes-á reagrupar com flexibilidade as ogivas nucleares estratégicas de todos os três componentes da tríade nuclear estratégica, ou seja, mudá-las de lugar, reforçando um elemento à custa do enfraquecimento de outros. Mas, do ponto de vista da lógica das reduções e possibilidades reais de garantir um nível maior de previsibilidade, semelhante política é inadequada.

Talvez não tenha sido por acaso que Anatoli Antonov, antigo chefe da delegação russa nas conversações com a parte americana sobre a preparação do Tratado SALT-3, reconheceu, na sua monografia "Controlo de armamentos: história, estado atual, perspectivas", que foi publicado no ano passado, que esse tratado não resolveu definitivamente o problema dos

mísseis-cruzeiro instalados no mar (MIM) de longo alcance, nem prevê a proibição de AOE com cargas não nucleares, "gostaríamos de mais no potencial de retorno" e fixar de forma mais rígida a interação dos armamentos ofensivos estratégicos com o sistema de defesa antimíssil, bem como tornar o acordo assinado "melhor e mais global"<sup>4</sup>.

É evidente que, sem a solução de todos os problemas assinalados, não tem sentido o posterior avanço na via da redução e limitação dos armamentos ofensivos estratégicos da Rússia e dos EUA. A citada abordagem da parte americana do problema das ogivas nucleares "operacionalmente instaladas" e "não operacionalmente instaladas" dos AOE deve ser tida em conta quando da possível continuação do processo de conversações com Washington sobre a redução de semelhante tipo de armamentos, insistindo obrigatoriamente na tomada em conta da reserva ativa e passiva dos meios de lançamento e das armas nucleares quando da definição da fórmula das reduções futuras.

No seu discurso junto das Portas de Brandeburgo, o presidente americano abordou também o tema das armas nucleares táticas nacionais, mas, não se sabe a razão, só relativamente à Europa, quando pronunciou uma longa fórmula sobre como os Estados Unidos "irão trabalhar com os seus aliados da NATO com o objetivo de encontrar formas de fortes reduções de armamentos táticos americanos e russos na Europa". A propósito, o presidente esqueceu-se de pronunciar a palavra "nucleares" por alguma razão: aconteceu isso por acaso ou tratou-se de um deslize da língua? Suponhamos que ocorreu simplesmente um deslize da língua.

O ponto de vista por ele exposto sobre ANT mostra o desejo de Washington de solucionar esse problema a partir de posições desfavoráveis para nós, pois os EUA irão (se forem) reduzir de qualquer das formas os ANT em território alheio, ou seja, na Europa, enquanto a Rússia terá de o fazer na sua parte europeia, porque os meios nucleares táticos russos foram retirados para o seu território do território de três estados da antiga URSS na primeira metade dos anos de 1990. Além disso, os meios nucleares táticos instalados na parte asiática da Turquia não serão abrangidos, segundo a lógica de Washington, por qualquer acordo futuro. Mas porquê? Tanto mais se se tiver em conta que em território turco já estão instaladas não só bombas nucleares americanas para a aviação, mas também meios de espionagem e de informação do sistema de defesa antimíssil (A Estação de Radar do sistema de defesa antimíssil na província de Malatya), bem como vários complexos de defesa antiaérea "Patriot" em várias regiões do país, que potencialmente podem defender

alvos militares em território turco, onde estão instaladas também bombas para a aviação.

Em Berlim, Barack Obama prometeu aumentar o apoio, nos círculos políticos do país, à ratificação do Tratado Internacional sobre a Proibição Global dos Ensaio Nucleares, aberta para assinatura desde 1996. A sua ratificação no Congresso americano já falhou uma vez. Mas o presidente nem sequer recordou os prazos aproximados da discussão dessa questão nas estruturas legislativas nacionais. Recordamos que, sem a ratificação do tratado pelos Estados Unidos, ele não poderá entrar em vigor, visto que os EUA fazem parte dos 44 Estados que devem ratificá-lo obrigatoriamente.

As palavras do presidente americano sobre a possibilidade da aprovação do Tratado Internacional sobre a Proibição da Produção de Material Físsil para Fins Militares (TIPPMFFM), cuja ideia foi apresentada ainda pela União Soviética em 1989, não passaram de palavras. A via ótima de condução deste tratado até um final lógico seria a sua discussão na Conferência de Genebra sobre Desarmamento, e não por um grupo de peritos, mesmo que os mais prestigiados. Mas sobre isso Barack Obama nada disse de concreto, nem deixou qualquer esperança.

Por conseguinte, parte do discurso do atual presidente americano sobre questões político-militares em Berlim teve um caráter primordialmente propagandístico, porque não continha um plano real e aceitável de redução por etapas e equilibrado dos arsenais de mísseis e armas atômicas ao nível global. No fundo, essas declarações pouco diferem de afirmações públicas anteriores suas sobre este tema.

## SERÁ UMA NOVA ESTRATÉGIA NUCLEAR?

Uma estratégia americana “renovada” de emprego de armas nucleares foi exposta mais pormenorizadamente no “Relatório sobre a estratégia de emprego de armas nucleares pelos Estados Unidos”, escrito no Pentágono.

Infelizmente, alguns estudiosos estrangeiros e russos apressaram-se a comentar num sentido positivo essa aposta nuclear.

Cálculos e conclusões otimistas foram feitos por um grupo de conhecidos colaboradores do Instituto dos EUA e do Canadá da Academia de Ciências da Rússia, com o seu diretor à cabeça, num número especial da “Revista Militar Independente”, publicado no início de Agosto do ano corrente<sup>5</sup>. Os autores da análise realizada chegaram à conclusão infundada que nessa estratégia “são feitas correções sérias que o Pentágono deverá fazer no ano mais próximo”, bem como passaram ao lado da parte político-militar do discurso de Barack Obama em Berlim e do já citado relatório fatológico da

Casa Branca, onde foram dadas mais explicações sobre a estratégia nuclear dos EUA, que têm interesse prático para a parte russa e o seu planeamento estratégico-militar. Na publicação não tiveram reflexo muitos elementos importantes do relatório, que têm profundas consequências para a toda a situação estratégico-militar internacional.

Ao mesmo tempo, uma análise mais profunda e cuidada do "Relatório sobre o emprego de armas nucleares pelos Estados Unidos" mostra que a direção político-militar do país se mantém firmemente fiel à contenção nuclear ofensiva, que tem caráter global, bem como à estratégia da "contenção nuclear alargada" como parte constituinte da última. Os meios nucleares táticos dos EUA, nomeadamente os instalados na Europa, são um dos importantes elementos dessa estratégia nuclear "regional".



A aprovação do documento estratégico-militar "Panorâmica da política no campo da contenção e da defesa" na Cimeira da NATO de Maio de 2012 em Chicago e a publicação nele de uma tríade combinada completamente nova da aliança no séc. XXI sob a forma de ligação dos tipos de armamentos nucleares, antimíssil e convencionais levou ao posterior reforço dessa

estratégia, que recebeu uma base material mais poderosa. Ao discursar no simpósio sobre a problemática da contenção nuclear em Agosto de 2012, R. Gottemoeller, vice-secretária de Estado interina que dirige as questões do controlo dos armamentos e da segurança internacional, assinalou que “todos os meios nucleares, convencionais e antimíssil dão o seu contributo para o alargamento da contenção nuclear e todos eles exigem um cuidado permanente”<sup>6</sup>.

Embora no seu relatório o Pentágono reserve para si o direito de empregar armas nucleares apenas em “circunstâncias extraordinárias”, mas, no sentido prático, pode realizar esse direito a qualquer altura e em qualquer ponto do globo terrestre “para defender interesses vitalmente importantes dos Estados Unidos, dos seus aliados e parceiros”, tanto como primeiro golpe, como golpe de resposta. Infelizmente, semelhante política não será corrigida “no próximo ano”, porque no relatório do Pentágono está escrito que a parte americana irá realizá-la, no mínimo, “durante todo o séc. XXI”.

A diretiva aprovada em Junho pela instituição militar americana sobre o emprego de armas nucleares manteve a continuidade em relação a doutrinas nucleares anteriormente seguidas nos EUA. Assim, ela baseia-se num dos postulados que se refletiu na “Revista Nacional da Política Nuclear” do país, aprovada em Abril de 2010, onde se lê: “Embora a ameaça de guerra nuclear seja remota, não obstante, o risco de ataque nuclear aumentou”. Com base nisso tiram-se conclusões de longo alcance sobre a necessidade de conservar as armas nucleares de importância estratégica e tática durante muito tempo.

Foi fixado que a “contenção nuclear” americana não se baseará na “contenção nuclear contra valores”, que prevê o emprego de armas nucleares contra grandes alvos não militares, por exemplo, contra cidades, o que é um momento positivo da estratégia nuclear “adaptada”.

Mas, ao mesmo tempo, no documento do Pentágono estão fixados dois outros pontos que mostram a intenção dos Estados Unidos de continuar a seguir a estratégia nuclear ofensiva e de empregar armas nucleares no primeiro ataque segundo seu critério. Primeiro, está fixada a renúncia à estratégia da “contenção nuclear mínima”, que parte da necessidade de conservar uma quantidade de armas nucleares à disposição do Comando Estratégico do país que não permita conter um ataque nuclear, mas apenas reagir a ele com uma resposta, ou seja, com um ataque nuclear em segundo lugar, visto que, nesse tipo de contenção nuclear, não se prevê o parágrafo sobre o primeiro ou preventivo ataque nuclear. Segundo, a estratégia nuclear “renovada” conserva inalterável um “potencial de contraforça significativo”, que prevê o lançamento de ataques nucleares contra alvos militares

“o objetivo de minimização da possibilidade do potencial adversário desferir um ataque nuclear de resposta”. Mas isso, ao mesmo tempo, significa a possibilidade de os Estados Unidos lançarem contra esses alvos o primeiro ataque nuclear, pois trata-se de um “ataque de resposta” da parte de um “hipotético adversário”.

Com o objetivo de demonstrar um imaginário “desejo” de passar para meios militares não nucleares e supostamente provar o desejo existente de “reduzir a aposta nas forças nucleares”, foi ordenado ao Pentágono garantir de “forma mais eficaz” o planeamento do emprego das forças americanas em mísseis e armas nucleares depois do fim do prazo de vigência do Tratado SALT-3, assinado em Praga, bem como continuar a elaboração de um inventário de lançamento de ataques não nucleares contra diversos alvos não classificados no documento. Além disso, é importante não perder de vista que a fórmula sobre “a redução da aposta nas forças nucleares” abrange apenas casos de emprego pelo “hipotético adversário” de armamentos convencionais, e não de meios nucleares. Deve-se assinalar o reconhecimento, fixado no relatório, de que a aposta no emprego de armamentos convencionais não substitui as armas nucleares e que “a contenção nuclear de um ataque nuclear do exterior” não é o único objetivo das armas nucleares americanas. Esta fórmula pode ser bem interpretada como uma possibilidade prevista de emprego pelos americanos de armas nucleares para a realização de outras tarefas, por exemplo, em conflitos regionais, mesmo quando as partes da contenda recorram exclusivamente a armas convencionais.

No relatório fala-se da Federação da Rússia e da República Popular da China.

A intenção dos Estados Unidos conservarem armas nucleares por tempo indeterminado é explicada pelo facto de a Rússia possuir a tríade tradicional de armamentos nucleares ofensivos e de ter “grande quantidade” de armas nucleares táticas, embora ambas as partes não tenham ainda trocado vez alguma dados oficiais sobre estes armamentos, porque nunca se realizaram conversações sobre a sua possível redução. Semelhante abordagem é utilizada para justificar a necessidade de conservação de uma “contenção nuclear efetiva” em relação ao nosso país.

O apego dos dirigentes norte-americanos à citada doutrina nuclear é simultaneamente motivado pelo facto da modernização tanto das armas nucleares, como convencionais da República Popular da China, bem como pela ausência de transparência nos programas militares chineses, que, como se afirma, são realizados “em grandes dimensões e ritmos rápidos”.

Apoiando-se nas noções citadas, o Pentágono continuará a política de conservação da tríade nuclear estratégica americana, todos os componentes da qual serão mantidos em "estado operativo" e, desse modo, ela permitirá resolver duas tarefas fulcrais: garantir aos Estados Unidos a "estabilidade estratégica" tanto com a Rússia, como com a China, bem como conter outros "adversários regionais" não revelados.

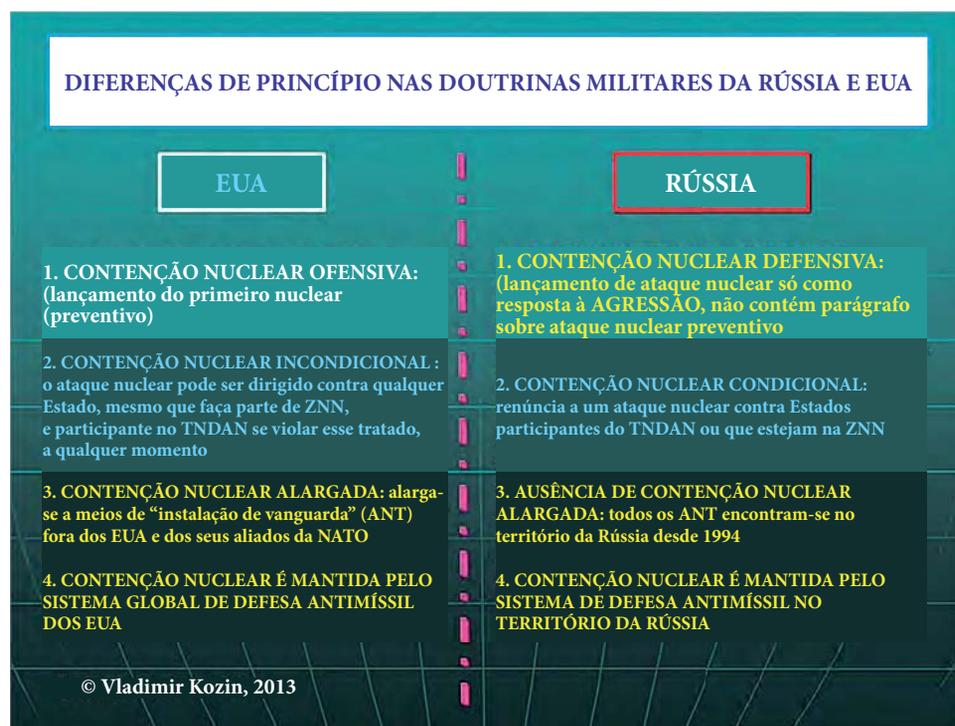
É repetida a fórmula de que os Estados Unidos não empregarão armas nucleares contra os Estados que assinaram o Tratado de Não Difusão de Armas Nucleares, mas "só se cumprirem os compromissos de não difusão de armas nucleares", fórmula que, antes, soou noutros princípios político-estratégicos sobre o emprego de meios balísticos e nucleares.

Claro que o direito de descobrir os Estados que "cumprem" ou "não cumprem" o poder irá pertencer, como estão convencidos os Estados Unidos, apenas à parte americana.

O relatório contém pontos diretamente dedicados às armas nucleares táticas, que, desde o início da era nuclear e até hoje, por culpa dos Estados Unidos, se encontram fora do processo de conversações. No relatório escreve-se claramente que eles conservarão os meios nucleares "instalados na linha da frente", entre os quais o Pentágono coloca os meios nucleares táticos instalados na Europa e na Região Asiática do Pacífico na qualidade de base da "contenção nuclear alargada".

Para a Rússia, para os seus aliados e amigos tem importância o facto de as armas nucleares táticas continuarem por tempo indefinido no continente europeu, até que "a NATO defina as condições" que serão a base para a mudança da política nuclear da aliança. Mas, até agora, a Aliança Atlântica não considerou necessário mudar essa política. Ela também não tenciona definir essas "condições" no futuro, o que foi documentalmente confirmado na Cimeira da NATO de Chicago de "solidariedade transatlântica", realizada em Maio do ano passado. No documento há também uma confissão bastante sintomática. Em conformidade com o princípio nuclear, aprovado em Junho, o Pentágono, ao mesmo tempo, conserva no estrangeiro meios significativos "instalados na linha da frente" sob a forma de meios convencionais e de sistemas do sistema de defesa antimíssil que se tratam de ua importante componente da estratégia americana de "contenção nuclear alargada" global e regional, o que também se refletiu nos documentos finais da Cimeira de Chicago da NATO. Semelhante fórmula prova também uma vez mais a razão e fundamento das posições da Rússia que defende o fim da ameaça antimíssil junto das suas fronteiras e a elaboração de um Tratado sobre Tropas Convencionais na Europa (TTCE) qualitativamente novo. Como

mostram as declarações de altos diplomatas americanos, Washington evita a elaboração de um novo TTCE para substituir o que deixou de vigorar, o que aconteceu por culpa dos seus participantes da NATO que se recusaram a ratificá-lo, bem como por uma série de outras circunstâncias.



As particularidades acima apresentadas do "Relatório sobre a estratégia de emprego de armas nucleares pelos Estados Unidos", publicado em Junho, mostram que a direção político-militar americana não introduz correções qualitativamente novas e positivas na doutrina nuclear do país. As suas pequenas alterações acima assinaladas, por exemplo, não empregar armas nucleares contra cidades, mas empregar contra alvos militares, e a fórmula declarada sobre "a redução da aposta" nos armamentos balísticos e nucleares que não irão estar sujeitos a inspeções, não permitem fazer uma avaliação otimista do documento do Pentágono analisado.

A comparação dos elementos fulcrais das doutrinas russa e americana mostra que, no plano substantivo, elas diferem significativamente uma da outra, não obstante a numerosa e longa troca pelas partes sobre o seu conteúdo, realizada, fundamentalmente, nos seminários sobre doutrinas militares.

## EUA CONTINUAM MODERNIZAÇÃO DE ARMAMENTOS ESTRATÉGICOS OFENSIVOS

Tendo renovado ligeiramente a estratégia nuclear nacional, os EUA não põem fim ao aperfeiçoamento dos seus armamentos estratégicos ofensivos e dos armamentos nucleares táticos, que constituem a base material da sua doutrina de contenção nuclear ofensiva. Na nota factológica da Casa Branca de 19 de Junho do ano corrente assinala-se que Barack Obama “apoiou investimentos significativos” na modernização do potencial nuclear americano. Ao Pentágono foi permitido investir, nos próximos 20 anos, cerca de 200 mil milhões de dólares na manutenção e modernização dos arsenais de importância estratégica existentes, o que foi publicamente anunciado pelo general James Cartwright, antigo chefe do Comando Estratégico dos EUA<sup>7</sup>.

Durante várias décadas, pelo menos até 2070-2075, os Estados Unidos manterão a tríade nuclear estratégica, todos os elementos da qual serão sujeitos ao aperfeiçoamento e modernização posteriores. O Pentágono tenciona prolongar o prazo de funcionamento e aperfeiçoar alguns tipos de ogivas nucleares dos AEO nos seguintes prazos: a ogiva W78 para mísseis balísticos instalados em submarinos entre 2020 e 2026, a W80-1 para mísseis de cruzeiro instalados em aviões entre 2020 e 2030 e a W88 para mísseis balísticos intercontinentais (MBI) entre 2026 e 2030.

O programa de modernização dos MBI instalados em terra, no qual poderão ser gastos, nos próximos anos, 6-7 mil milhões de dólares, inclui a criação de novos tipos de combustível para o primeiro e segundo níveis dos mísseis “Minuteman-3”, bem como o aperfeiçoamento de características do seu terceiro nível. Estão a ser realizados trabalhos para aumentar a potência dos motores, a precisão e fiabilidade dos sistemas de orientação dos MBI, para melhorar a eficácia do trabalho dos centros de controlo da sua trajetória se forem alterados os parâmetros do voo e, finalmente, para criar um novo MBI estratégico até 2018. Espera-se que o conjunto modernizado de MBI “Minutman-3” continuarão à disposição das forças nucleares americanas até ao início de 2030, depois até 2070-2075, etc.

O programa de modernização dos mísseis balísticos instalados em submarinos americanos (MBIS) abrange todos os 14 submarinos que portam mísseis da classe “Ohio”, que inicialmente tinham até oito ogivas W76 ou W88 em cada um 24 MBIS instalados em cada submarino deste tipo. Planeia aperfeiçoar o sistema de orientação e as características qualitativas dos motores dos MBIS “Trident-2”. Até 2018 planeia-se terminar a elaboração de

um programa de prolongamento do prazo de funcionamento da ogiva W76, o que fará com que ela passe a constituir cerca de 60% da quantidade de ogivas nucleares estratégicas.



### MODERNIZAÇÃO DOS AEO DOS EUA: até 2075 e depois

- Modernização das ogivas nucleares de mísseis instalados no mar (MIM) e em submarinos (MIS)
- Fabrico de novos tipos de combustível para mísseis MIM e MIS
- Prolongamento do período de funcionamento das ogivas dos mim, mis e mísseis de cruzeiro estratégicos instalados em terra (MCEIT)
- Aumento de potência dos motores dos MIM
- Aumento da pontaria dos MIM e MIS
- Fabrico de novos bombardeiros pesados
- Fabrico de novos MIM
- Fabrico de novos MIS
- Fabrico de novos submarinos de cruzeiro estratégicos
- Fabrico de novos mceit e mim de longo alcance
- Posterior modernização dos portadores estratégicos para transportes de ogivas convencionais de alta precisão

As despesas com isso serão superiores a 200 mil milhões de dólares nos próximos 20 anos

Em junho de 2013, os eua aprovaram uma nova estratégia sobre utilização de armas nucleares para o emprego de AOE e ANT

© Vladimir Kozin, 2013

Se, anteriormente, a Marinha dos EUA tencionava aumentar o prazo de serviço dos MBIS da classe "Ohio" até 30 anos, ela, hoje tenciona já mantê-los em serviço durante 42 anos. Os EUA planeia também construir vários novos submarinos estratégicos que receberam o nome de código prévio de "SSBN (X)", isto é um "SCIE experimental", onde se tenciona instalar até 16 MBIS. A sua construção está prevista para o ano de 2021 e a exploração para 2029.

No quadro da realização do programa de produção de armas convencionais altamente certeiras e rápidas "Ataque global momentâneo", os americanos já converteram quatro SCIE da classe "Ohio"; "Ohio" (Nº 726), "Michigan" (Nº 727), "Florida" (Nº728) e "Geórgia" (Nº 729), de forma a portarem ogivas convencionais, instalando em cada um deles, como afirmam eles, 154 mísseis de cruzeiro com ogivas convencionais em substituição dos BMIS "Trident-2. Não se exclui que esses mísseis de

cruzeiro possam estar equipados também com ogivas nucleares. Semelhante equipamento constitui mais uma ameaça à segurança da Rússia, visto que, como afirmam no Pentágono, dois submarinos com 308 mísseis de cruzeiro encontram-se permanentemente de serviço nas zonas da “primeira linha”. No Verão de 2013, o submarino “Florida” com mísseis nucleares de cruzeiro a bordo entrou no Mar Mediterrâneo.

O programa de exploração dos bombardeiros estratégicos pesados B-2<sup>a</sup>, B-52G e B-52H prevê o prolongamento do prazo de funcionamento de dois tipos de mísseis de cruzeiro instalados em aviões. Tem-se em vista os ALCM (Air-Launched Cruise Missile) na sua “forma normal” e “forma aperfeiçoada” sob a forma de ACM (Advanced Cruise Missile), que são invisíveis para radares, visto que são fabricados segundo a tecnologia “Stealth”. Ambos esses mísseis também podem portar a ogiva nuclear W80, cujo prazo de funcionamento também será prolongado, e os mísseis mais citados estarão em serviço, no mínimo, até 2030. Estuda-se a possibilidade de criação, por volta de 2025, um novo míssil de cruzeiro de longo alcance “LRSO”.

Nos planos futuros do Pentágono está também a criação de um novo bombardeiro estratégico pesado com o emprego da tecnologia “Stealth”, que realizará voos de longo alcance e poderão manter-se no ar mais tempo

## 4 SUBMARINOS NUCLEARES ESTRATÉGICOS TRANSFORMADOS PELOS EUA EM SUBMARINOS NUCLEARES ESTRATÉTICOS /SSGN 726-729



154 MIM x 4 =  
616 MIM



Ohio, Michigan, Florida, Georgia

do que os anteriores. Foi anunciado que o novo avião deverá ter a possibilidade de superar o sistema de defesa antimíssil do hipotético adversário e atingir alvos tanto com ogivas nucleares, como convencionais. Foi revelada a provável quantidade de semelhantes bombardeiros: 80-100 unidades. Entre 2013 e 2017, planeia-se investir na sua criação mais de 6 mil milhões de dólares.

Semelhante modernização dos AOE americanos será uma considerável ajuda para a estratégia "corrigida" sobre o emprego de armas nucleares.

## SOBRE O APERFEICOAMENTO DE ANT

Os EUA continuam a realizar um programa de aperfeiçoamento das armas nucleares táticas que se encontram tanto na parte continental do país, como para além-fronteiras, no território de cinco países da NATO (Bélgica, Grã-Bretanha, Itália, Holanda e RFA), bem como na parte asiática da Turquia. Além dos EUA, nenhum Estado no mundo instala ANT além-fronteiras. Como revelam os planos a longo prazo do Pentágono, o potencial nuclear tático americano, instalado na Europa sob a forma de bombas de avião de queda livre B-61 de diferentes tipos, continuará no continente por um período indeterminado de tempo como arma sob "comando duplo" (EUA e NATO). A Federação da Rússia retirou todos os seus próprios meios nucleares táticos do território de três das antigas repúblicas da União Soviética há quase 20 anos.

No relatório do Serviço de Estudos do Congresso dos EUA, "Armamentos nucleares não estratégicos", de 14 de Fevereiro de 2012, afirma-se que, nos finais dos anos de 1990, o Pentágono tinha, no total, mais de 800 ogivas nucleares táticas, incluindo cerca de 500 bombas para a aviação na Europa e perto de 320 ogivas montadas em bombas para a aviação e em mísseis de cruzeiro para aviação que se encontram em território americano. Parece que o Pentágono diminuiu conscientemente a quantidade dos seus armamentos nucleares táticos e exagera a quantidade de russos. Isso, provavelmente, é feito para ter *à priori* um "trunfo" nas futuras conversações, exigindo da parte russa reduções mais significativas de ANT.

O plano renovado de modernização do arsenal nuclear tático e estratégico americano, aprovado em junho de 2011 pela Direção Nacional dos EUA para a Segurança Nuclear, prevê a realização de um programa de aumento do prazo de utilização de dois tipos de ogivas nucleares de importância estratégica e de quatro tipos de ogivas nucleares táticas para bombas de avião B-61.

A julgar pelos documentos oficiais americanos, o Pentágono tenciona realizar o programa de prolongamento do prazo de utilização das bombas de avião B-61 em mais 30 anos. Hans Kristensen, conhecido especialista em armamentos nucleares, antigo funcionário do Ministério da Defesa da Dinamarca, atualmente a trabalhar na Federação dos Cientistas Americanos, assinala: “É de esperar que, nas próximas décadas, as forças nucleares da NATO irão sofrer uma modernização importante, que abrangerá o aumento das características qualitativas tanto das próprias ogivas nucleares, como de meios do seu porte. Semelhante modernização aumentará consideravelmente o potencial militar da política nuclear da aliança na Europa”<sup>8</sup>.

O leque da potencial utilização das bombas de aviões B-61 continuará a ser bastante amplo: elas poderão ser empregues contra alvos de importância tática e estratégica. Algumas bombas nucleares americanas para aviões trazidas para a Europa têm uma potência até 360-400 quilotoneladas, o que ultrapassa em muitas vezes a potência da bomba atômica que foi lançada pelos americanos em Hiroshima e Nagasaki em 1945 e, às vezes, ultrapassa também, quando à potência as atuais ogivas dos AOE. Está a ser criada um tipo de bomba para avião B-61-12 com uma potência inferior

**O SISTEMA ANTIMÍSIL DOS EUA E OTAN SERÁ REFORÇADO POR ANT DOS EUA NA EUROPA**



**BOMBAS DE AVIÃO DO TIPO B-61: PROLONGAMENTO DO PRAZO DE VALIDADE ATÉ 2030 NISSO SERÃO GASTOS ATÉ 10 MIL MILHÕES DE DÓLARES**

**APARECERÁ UM NOVO MODELO: B-61-12= 400-930 UNIDADES**



**OS B-61-7, B-61-11 e B-61-12 são bombas de avião nucleares estratégicas e táticas: podem ser transportadas por bombardeiros estratégicos B-52 H e B-2 A (16 unidades cada) e pelos novos caças bombardeiros F-35 A (2 unid. cada)**

© Vladimir Kozin, 2013

(de 0,3 a 50 quilotoneladas), mas uma pontaria superior, que pode causar prejuízos comparados com os que a bomba de avião B-61-7 provoca. A nova bomba para aviões será utilizada para atingir alvos altamente defendidos, silos de MBI e centros de comando.

A julgar pelos dados dos peritos americanos, o Pentágono planeia, nos próximos anos, a fabricar de 400 a 930 bombas para avião B-61-12 (a primeira linha de produção estará montada em 2019). Segundo alguns peritos ocidentais, a Força Aérea dos EUA terminaram a construção de novos armazéns subterrâneos em 13 bases aéreas militares em seis países membros da NATO para armazenar bombas de avião nucleares de importância estratégica e de grande precisão.

Duas das bombas de aviação nucleares em serviço, mais precisamente B-61-7 e B-61-11, bem como a futura bomba de avião B-61-12, podem ser transportadas até aos alvos não só por aviões da aviação tática, mas também estratégica, mais precisamente pelos bombardeiros pesados estratégicos B-52H e B-2A, que podem, sem reabastecimento, superar distâncias até 11 mil quilómetros e, com reabastecimento, mais de 18 mil quilómetros. Cada bombardeiro pode transportar até 16 bombas de avião semelhantes.

Por essa razão, semelhantes bombas de avião foram consideradas, nos documentos do Pentágono e do Departamento de Estado norte-americano, "estratégicas". Semelhante fórmula está também contido material informativo sobre o aumento do prazo das armas nucleares dos EUA, difundido pelo Departamento de Estado e pela Direção Nacional para a Segurança Nuclear a 3 de Janeiro de 2013, que classifica as três citadas bombas de avião de "estratégicas"<sup>9</sup>.

A entrada em serviço, prevista para 2017-2018, do bombardeiro-caça da nova geração F-35 A aumentará as possibilidades de transporte de ANT na Europa, porque o novo avião poderá superar uma distância de 2500-3000 km com um abastecimento. Tenciona-se instalar em cada avião desses duas bombas de avião B-61-12 no seu interior (os tipos anteriores de aviões têm possibilidade de transportar apenas uma bomba de avião num suporte exterior).

Espera-se que este avião entre ao serviço da Força Aérea da Itália, da Holanda e da Turquia. O Pentágono planeia equipar todos os aviões que serão fornecidos a esses países da NATO com essas bombas de avião até 2020<sup>10</sup>.

Desse modo, a política do Pentágono com vista a prolongar o prazo de serviço e a modernizar o arsenal nuclear tático dos EUA, bem como o aparecimento de novos meios aéreos americanos de transporte de ANT na

Europa (na forma do caça-bombardeiro F-34 A) são mais uma ameaça para a segurança da Rússia se se tiver em conta a intenção dos Estados Unidos e da NATO de continuarem o programa de instalação do sistema de defesa antimíssil na Europa perto das fronteiras da Federação da Rússia, além disso sem quaisquer limitações e em estreita ligação com os armamentos nucleares e convencionais.

Embora a Direção Nacional para a Segurança Nuclear dos Estados Unidos não revele o valor possível do programa de prolongamento do prazo de serviço e de modernização das bombas de avião nucleares táticas no continente europeu, segundo cálculos do já citado Hans Kristensen, os investimentos totais na realização desses trabalhos até 2022 podem superar 4 mil milhões de dólares<sup>11</sup>. Outras fontes falam de um total de 6-10 mil milhões de dólares. Como informou a prestigiada revista americana “Arms Control Today” de junho deste ano, nos próximos 25 anos, os EUA gastarão na modernização de cinco tipos de bombas de avião nucleares mais de 65 mil milhões de dólares.

É sintomático que todos estes meios nucleares táticos de “dupla subordinação” são instalados operacionalmente, ou seja, estão prontos para ser utilizados tanto durante conflitos regionais, como também numa guerra nuclear global, ao emprego da qual os Estados Unidos não renunciaram até hoje.

Os aviões de seis países membros da aliança atlântica que transportam ANT participam regularmente em manobras militares aéreas com o emprego de maquetes de bombas de avião B-61 (por exemplo, na Base Aérea “Aviano” em Itália) em conformidade com o programa “Apoio de Operações Nucleares com Forças Aéreas Táticas — SNOWCAT”. Estes países participam também nas manobras do tipo “Steadfast Noon”, durante as quais se imita o transporte de bombas de avião de treino com ogivas nucleares táticas para alvos do “provável inimigo”. Nessas manobras participam também os Estados não-nucleares do bloco que não têm no seu território meios nucleares táticos americanos, por exemplo, a Hungria, a Grécia, a Dinamarca e a Noruega.

A direção da aliança tenciona convidar mais ativamente Estados não nucleares que fazem parte da Aliança Atlântica para a solução de diversas tarefas ligadas aos ANT, nomeadamente no que respeita ao planeamento nuclear “coletivo”, à determinação dos locais de instalação de forças nucleares americanas no continente europeu em tempo de paz, bem como ao funcionamento dos respetivos mecanismos de comando e de consulta. Nos documentos da Cimeira de Chicago ficou fixado um ponto sobre a

participação mais ampla dos países não-nucleares da NATO no "compartilhamento da responsabilidade nuclear". Deste modo, o ANT modernizado dos EUA completa a estratégia nuclear "renovada".

## PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE DEFESA ANTIMÍSIL

Como já foi assinalado, o novo relatório do Pentágono sobre o emprego de armas nucleares contém um capítulo sobre o sistema de defesa antimíssil. A direção político-militar americana não tenciona pôr fim ao programa "Abordagem europeia adaptada por etapas" (AEAE) do problema antimíssil, que foi proclamada por Barack Obama em Setembro de 2009. Não se esperam reduções radicais dos investimentos nessa área. Continuam em vigor os planos de construção de grandes bases antimísseis operacionais dos EUA na Polónia e na Roménia. Depois do programa AEAE-1 poderá surgir o programa EPAP-2. Foram aprovados as "Normas de Emprego da Força" especiais para os mísseis de interceção do sistema de defesa antimíssil, ou seja, as instruções sobre o seu emprego. A "reconfiguração", anunciada em Março de 2013, da infraestrutura de defesa antimíssil americana não leva à suspensão desse programa, mas, pelo contrário, reforça-o, segundo Chuck Hagel, em 50%. Os seus fortes grupos com elementos do sistema de defesa antimíssil estão a ser criados não só no continente europeu e seu redor, mas também na Região Asiática do Pacífico, no Médio Oriente, bem como na zona do Golfo Pérsico e do Mar Mediterrâneo. Navios da Marinha norte-americana, equipados com um sistema de informação e comando de combate do sistema de defesa antimíssil "Aegis", já entraram nos mares Negro e de Barents.

Até 2022, cerca de 95% do arsenal de meios de combate ofensivos farão parte da componente naval da infraestrutura antimíssil americana global. A direção político-militar americana considera que o sistema de defesa antimíssil instalado no mar, possuindo uma maior mobilidade, é capaz de garantir não só um nível mais alto de defesa do território americano praticamente de qualquer direção da hipotética ameaça de emprego de mísseis balísticos, mas também proteger os próprios mísseis nucleares que serão igualmente deslocados para mais perto dos "potenciais adversários".

Segundo dados do Serviço de Investigação do Congresso norte-americano, nos finais de 2013, a Armada americana dispunha de um total de 29 navios de guerra equipados com sistemas "Aegi" e mísseis interceptores de diferentes modificações, incluindo cinco cruzadores do tipo "Ticonderoga" e 24 contratropedeiros da classe "Arleigh Burke".

O citado grupo, no plano geográfico, está dividido da seguinte forma: 13 navios estão registados nas bases navais militares na costa atlântica do país e 16 nas bases navais militares na zona do Oceano Pacífico (como comparação: em 2012, essa correlação era de 11:18).

O seguinte quadro mostra a quantidade de mísseis de interceção dos tipos mais modernos à disposição da Armada dos Estados Unidos

#### Quantidade de navios de guerra dos EUA com sistemas “Aegi”

Software	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.6.1	23	24	23	19	17	16	13	11	?	?
4.0.1	2	4	6	9	9	9	9	9	?	?
5.0	0	1	3	4	6	8	13	15	?	?
5.1	0	0	0	0	0	0	0	1	?	?
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>?</b>	<b>43</b>

#### Quantidade de mísseis interceptores dos EUA SM-3 quanto a fornecimentos

<b>Block IA</b>	107	113	113	136	136	136	136	136	136	136
<b>Block IB</b>	1	16	25	61	100	169	251	328	400	472
<b>Block IIA</b>	0	0	0	0	0	0	7	19	31	70
<b>Block IIB</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>129</b>	<b>138</b>	<b>197</b>	<b>236</b>	<b>305</b>	<b>394</b>	<b>483</b>	<b>567</b>	<b>678</b>

*Fonte:* Navy Aegis Ballistic Missile Defense (BMD) Program: Background and Issues for Congress. Congressional Research Service. 2013. 14 March. P. 7.

Tudo isso ocorre paralelamente à renúncia decidida de Washington de apoiar a proposta russa sobre a abordagem setorial da solução do problema antimíssil, bem como de dar garantias jurídicas de não dirigir essa infraestrutura antimíssil gigante contra as forças nucleares estratégicas da Rússia.

## SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE ARMAS CONVENCIONAIS DE ALTA PRECISÃO

Insatisfeita com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos armamentos nucleares estratégicos e táticos, a direção político-militar dos EUA continua disposta a realizar o programa ambicioso “Ataque Global Relâmpago” com a ajuda de tipos convencionais de armamentos, perante os quais se coloca a tarefa, com a ajuda de sistemas de alta precisão da nova geração, de atingir

“alvos claramente assinalados como de importância especial” em qualquer região do globo terrestre durante uma hora ou em prazos ainda mais curtos. Segundo as avaliações de peritos militares americanos, semelhantes meios poderão atingir de 10 a 30% dos alvos definidos pelo plano geral americano de condução de uma guerra global.

Disso são testemunho, nomeadamente, as correspondentes declarações de representantes do Pentágono e o relatório “ Ataque Global Relâmpago com a ajuda de armamentos convencionais e mísseis balísticos de longo alcance: história da questão e do problema”, que foi preparado pelo Serviço de Investigação do Congresso americano em Julho de 2012<sup>12</sup>.

A atual administração dos EUA tenciona continuar a realização do programa “Ataque Global Relâmpago”, aprovado ainda pela administração de G. Bush sénior em 2001, colocando perante os construtores de portadores de meios de combate ofensivos convencionais desse programa a tarefa de reduzir o seu tempo de instalação nas posições de combate e aumentar a velocidade do voo até ao alvo, bem como a precisão ao atingir os alvos apontados. Os problemas financeiros que os Estados Unidos enfrentam nos últimos tempos levaram a uma certa redução dos investimentos na realização



do programa “Ataque Global Relâmpago”, mas não provocaram o seu total encerramento.

Não se exclui a possibilidade de equipar uma certa quantidade de MBI já instalados “Minutman-3” e de MBI “Peacekeeper” (“MX”) ainda não com substâncias explosivas convencionais: ou com uma ogiva (respetivamente com a massa explosiva até 200-400 kg e até 600-800 kg cada uma), ou com várias ogivas com blocos de orientação individual.

A Armada americana pretende reequipar cada um dos submarinos nucleares estratégicos, inicialmente equipados com mísseis balísticos nucleares “Trident-2”, com dois mísseis com quatro ogivas convencionais em cada um (sendo que todos os submarinos nucleares estratégicos continuarão a ter 22 mísseis balísticos nucleares). Estuda-se a possibilidade de instalação em cada um desses submarinos de cerca de 66 pequenos mísseis de “médio alcance” com uma autonomia de voo de 3000-5500 km e com uma carga convencional de 50 a 100 quilos.

No quadro do “Ataque Global Relâmpago”, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa norte-americana (DARPA) tenciona construir um novo sistema de combate que recebeu o nome de “Arco da Luz”. A sua particularidade consiste em que um planador aéreo supersónico (“glider”) será transportado até ao alvo, a uma distância até 3,8 mil km, com, a ajuda de um míssil intercetor SM-3, que, como é sabido, nos próximos anos, será a base do sistema global de defesa antimíssil dos Estados Unidos instalado no mar. A plataforma supersónica “Arco de Luz” poderá ser instalada tanto em submarinos da Armada dos EUA, como em navios de guerra: cruzadores da classe “Ticonderoga” e contratorpedeiros do tipo “Arleigh Burke”, que não estarão sujeitos a inspeções.

A Força Aérea americana planeia criar um “glider” supersónico : «Hypersonic Test Vehicle», ou «HTV», com uma velocidade cinco vezes superior à do som e com uma precisão na pontaria até três metros. Segundo dizem, ele terá capacidade para transportar uma ógiva convencional com um peso até 400 kg a uma distância máxima de 5,5 mil km e atingir alvos altamente defendidos ou com a ajuda de substância explosiva convencional, ou através de uma ógiva de ação cinética ofensiva.

Além disso, o Pentágono prevê a possibilidade do posterior aumento das funções não nucleares dos bombardeiros pesados no futuro, por exemplo, empregá-los em conflitos regionais. Com esse objetivo, prevê-se o emprego do Míssil de Cruzeiro Aéreo Convencional “CALCM”.

As forças terrestres dos EUA planeiam também armar-se com, uma plataforma análoga que recebeu o nome de «Advanced Hypersonic

Weapon», ou «AHW», que deverá ter uma autonomia de voo um pouco menor do que o "glider" supersónico da Força Aérea.

Os peritos militares americanos reconhecem que o "Golpe Global Relâmpago" tem caráter desestabilizador, porque qualquer Estado contra o qual sejam empregues os seus meios ofensivos de combate não poderá determinar qual o "recheio" contido no míssil lançado ou no "glider": uma ógiva nuclear ou convencional, especialmente se as ógivas convencionais forem instaladas em portadores estratégicos, que antes serviam para transportar ógivas nucleares.

Claro que esse programa pode ser dificultado pela tomada de medidas atempadas de resposta pelo Estado contra o qual pode ser empregue armas de alta precisão: é praticamente impossível determinar o conteúdo da ogiva dos meios de combate do "Golpe Global Relâmpago" com a ajuda de meios técnicos nacionais de controlo. Tanto mais se os submarinos estratégicos americanos, equipados, simultaneamente, com ogivas nucleares e convencionais, se encontraram nas suas zonas tradicionais de patrulhamento, nomeadamente na "linha da frente".

Neste contexto, deve-se, simultaneamente, ter em conta a existência da estreita ligação entre os AOS e os ANT, o sistema de defesa antimíssil e o programa "Ataque Global Relâmpago".

Disso é prova também a criação, em Julho de 2006, do Joint Functional Component Command for Global Strike (JFCC-GS) no quadro do Comando Estratégico dos EUA, que deve planear o emprego de meios nucleares e convencionais a nível global.

Deve também ter-se em conta que a direção político-militar dos EUA não tenciona pôr sob o controlo jurídico internacional os meios ofensivos de combate do programa "Ataque Global Relâmpago", nomeadamente nas conversações com a Federação da Rússia.

Desse modo, a estratégia americana de emprego de armas nucleares, "adaptada" na segunda metade de Julho passado, continua, na sua essência, inalterável. A sua base continua a ser a doutrina da contenção nuclear ofensiva, que prevê o lançamento do primeiro ataque nuclear contra outros Estados que não fazem parte da Aliança Atlântica e não fazem parte dos aliados e parceiros "privilegiados" de Washington. A sua realização baseia-se num arsenal nuclear tático e estratégico significativo que está a ser permanentemente modernizado. É também importante o facto de esses meios, por sua vez, serem protegidos pelo sistema global de defesa antimíssil em constante crescimento dos EUA e da NATO, que também se aperfeiçoou-a

com estabilidade. A direção político-militar americana continua a querer afastar a ameaça militar da parte continental do país, mas tenta, tal como há décadas atrás, apoiando-se na conceção da "instalação na linha da frente, criar essa ameaça "à porta" de outros Estados.

Os interesses da segurança nacional da Federação da Rússia exigem um cálculo escrupuloso de todas estas circunstâncias na sua política nuclear e defensiva em geral, bem como das novas abordagens para com o problema das redução das forças armadas e da limitação da atividade militar com os Estados Unidos. A "pausa" nas relações russo-americanas, proposta por Barack Obama em Agosto de 2013, sob o pretexto do "caso Snowden" deve ser utilizada com vista à elaboração dessas abordagens.

1. President Obama Speaks to the People of Berlin from the Brandenburg Gate / The White House. 2013. 19 June // <http://www.whitehouse.gov/blog/2013/06/19/president-obama-speaks-people-berlin-brandenburg-gate>
2. Report on Nuclear Employment Strategy of the United States. Specified in Section 491 of 10 USC / US Department of Defense. Washington. 2013. June // [http://www.defense.gov/pubs/ReporttoCongressonUSNuclearEmploymentStrategy\\_Section491.pdf](http://www.defense.gov/pubs/ReporttoCongressonUSNuclearEmploymentStrategy_Section491.pdf)
3. Nuclear Weapons Employment Strategy of the United States. Fact sheet / The White House. Office of the Press Secretary. 2013. June 19 // <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/06/19/fact-sheet-nuclear-weapons-employment-strategy-united-states>
4. Antonov A. Controlo de Armamentos: história, estado atual, perspectivas. M.: Enciclopédia Política Russa. 2012. Pág. 52.
5. Rogov S.M., reitor do Instituto dos EUA e Canadá da Academia de Ciências da Rússia: *Essin, V.I.*, mestre em Ciências Militares, antigo comandante do Quartel-General das Tropas de Mísseis de Importância Estratégica; *Zolotariov, P.S.*, major-general e vice-director do Instituto dos EUA e Canadá da Academia de Ciências da Rússia, e *Kuznetsov, V.S.* Vice-almirante e antigo representante militar principal do Ministério da Defesa da Rússia junto da NATO (2000-2008). Rússia e EUA numa bifurcação. Iniciativas de Obama na esfera nuclear e reação de Moscovo a elas // Revista Militar Independente. Nº 27. 2013. 2-8 de Agosto.
6. *Gottmoeller R.* U.S. Strategic Command 2012 Deterrence Symposium. Remarks. Omaha, NE. 2012. 9 August // <http://mail.yandex.ru/neo2/#message/2370000000177583618>.

7. U.S. Strategic Nuclear Forces: Background, Developments and Issues / Congressional Research Service. Washington. 2012. February. P. 1-34.
8. *Kristensen H.M.* Modernizing NATO's Nuclear Forces: Implications for the Alliance's defense posture and arms control// Nuclear Policy Paper №11. 2012. November. P. 1.
9. Life Extension Programs / National Nuclear Security Administration. 2013// <http://nnsa.energy.gov/ourmission/managingthestockpile/life-extensionprograms>
10. Nuclear Posture Review Report / U.S. Department of Defense. Office of the Secretary of Defense. 2010. May. P. 39 // <http://www.defense.gov/npr/docs/010%20Nuclear%20Posture%20Review%20Report.pdf>.
11. *Kristensen H.M.* Op. cit. P. 3.
12. Conventional Prompt Global Strike and Long-Range Ballistic Missiles: Background and Issues / Congressional Research Service. Washington. 2012. 6 July. P. 1-39.



## Iúri BELOBROV

*Investigador Sénior do Instituto de Problemas Internacionais Atuais da Academia Diplomática junto do MNE da Rússia, Mestre em Ciências Políticas*

*yuriy.belobrov@dipacademy.ru*

# A SEGURANÇA EUROPEIA NUMA ENCRUZILHADA

Quase quarenta anos depois da assinatura da Ata Final de Helsínquia, o problema da garantia da segurança europeia continua a ser uma das tarefas fundamentais por resolver das relações internacionais. As grandes esperanças depositadas na sua definitiva solução mutuamente aceitável, que surgiram após a guerra fria, não se tornaram realidade. Na região conserva-se a desconfiança mútua e os governos defendem abordagens contrárias da manutenção da segurança no continente. O Ocidente, que conseguiu vantagens estratégicas significativas em relação à Rússia devido a movimentos colossais na paisagem geopolítica na Europa e ao alargamento da OTAN a Leste, não está interessado na mudança da situação favorável a ele e não tenciona

---

*Юрий БЕЛОБРОВ, Старший научный сотрудник Института актуальных международных проблем Дипломатической академии МИД России, кандидат политических наук*  
*ЕВРОПЕЙСКАЯ БЕЗОПАСНОСТЬ НА ПЕРЕПУТЬЕ*

avançar para a rutura radical com o equilíbrio de forças que se formou a seu favor no continente.

Nas palavras, os governos dos países ocidentais continuam a declarar o apego ao princípio da segurança europeia igual e indivisível, fixado na Ata Básica Rússia — OTAN de 1997, na Carta da Segurança Europeia, aprovada pela OSCE em 1999, bem como na Declaração de Roma "Relações Rússia — OTAN: Nova Qualidade" de 2002 sobre a criação do Conselho Rússia — OTAN (CRN) e noutros documentos. Porém, semelhante reconhecimento não os compromete a seguir esse princípio na política real. Em arrepio dele, a maioria destes Estados prefere dividir a Europa em aliados e adversários potenciais. Por exemplo, na Conceção Estratégica da OTAN, aprovada em Lisboa em 2010, aponta-se que a indivisibilidade da segurança abrange apenas os países membros da aliança de ambos os lados do Oceano Atlântico e tencionam defendê-la com os esforços conjuntos na base da solidariedade e da unidade de objetivos<sup>1</sup>.

Mais, ao realizarem a política de instalação unilateral do sistema europeu de defesa antimíssil, de posterior alargamento da aliança aos Balcãs e a Leste e de aquartelamento das suas forças armadas nos territórios dos novos membros do bloco, os países da OTAN agem em arrepio do princípio da indivisibilidade da segurança, ignorando a preocupação da Rússia e dos seus aliados com o facto de essas medidas unilaterais colocarem-nos numa situação desigual, minando a segurança e criando novas linhas divisórias na Europa. Mas as tentativas da Rússia e dos seus parceiros de resolverem essas questões por via político-diplomática esbarram na resistência afincada dos países da OTAN.

Nas últimas décadas, Moscovo deu toda uma série de passos práticos e apresentou uma série de diferentes tipos de propostas que visam superar o beco sem saída existente nesta esfera. Entre os primeiros Estados participantes do Tratado sobre Tropas Convencionais na Europa (TTCE), a Rússia ratificou o Acordo sobre a adaptação do TTCE de 1999, retirou completamente o seu contingente militar limitado da Geórgia e da Transdnístria e propôs um amplo leque de saídas, cuja aprovação conduziria à ratificação do TTCE adaptado por parte dos países da OTAN.

Tendo em conta a queda brusca do papel da OSCE nas questões da garantia da segurança político-militar no continente, a Rússia propôs reformar essa organização com vista a aumentar a eficácia da sua atividade. Também visam o reforço da segurança e estabilidade na Europa as propostas feitas pela Rússia para renovar o Documento de Viena de 1999 sobre as medidas de confiança no campo militar. E, finalmente, em 2008, a Rússia

avançou a ideia da elaboração coletiva do Tratado sobre Segurança Europeia (TSE), onde os princípios da segurança igual e indivisível adquiririam um caráter juridicamente obrigatório, tornando-se, desse modo, uma norma obrigatória do comportamento dos Estados.

Taticamente, o momento do lançamento da ideia do TSE foi muito bem escolhido. A discussão que começou nos países da região Euro-atlântica em torno dela, ajudou a enfraquecer os ataques da OTAN contra a Rússia a propósito da suspensão por ela do cumprimento do TTCE e travar o desencadeamento de uma campanha de propaganda anti-russa depois do conflito militar da Geórgia contra a Ossétia do Sul, a Abkhásia e, de facto, a Rússia, claramente inspirado e provocado pela administração de G. Bush e que terminou com um fracasso para o Ocidente. Mas, do ponto de vista estratégico, ao avançar a ideia do TSE, a Rússia propôs à Europa uma alternativa positiva à segurança OTANcêntrica e ao alargamento da OTAN para Leste, que promete uma posterior agudização das relações com a Rússia.

## REAÇÃO COLORIDA

Desde o início que a iniciativa russa ficou longe de ser recebida uniformemente por todos os países europeus. Ao mesmo tempo que alguns novos membros da Aliança Atlântica olharam para ela com receio, alguns dos mais importantes países ocidentais (França, Alemanha, Itália e Espanha) reagiram de forma bastante positiva a essa ideia. A direção desses Estados manifestou interesse pela interação com Moscovo sobre a questão do TSE, considerando que o diálogo com a Rússia sobre esse tema enfraquece a tensão crescente nas relações com ela. N. Sarkozy, Presidente francês, propôs até realizar um encontro especial de chefes de Estado e de Governo dos países da Europa para discutir a ideia russa. Essa proposta foi apoiada por uma série de países, incluindo a Rússia. Nessa situação, também os EUA foram obrigados a reconhecer a iniciativa russa como "um importante contributo para a discussão sobre questões da segurança na Europa", declarando que ela iria ser atentamente estudada pelo governo de B. Obama<sup>2</sup>.

Em geral, durante 2009, a discussão internacional sobre o TSE avançou significativamente. A ideia russa foi discutida no Fórum para a Cooperação no Campo da Segurança (FCCS) e na reunião do Conselho Permanente da OSCE. O encontro informal de ministros dos Relações Exteriores dos países membros da OCSE na ilha grega de Corfu, em Junho de 2009, e a Conferência anual para a análise dos problemas no campo da segurança também desempenharam um importante papel na institucionalização do processo de

discussão do TSE. Isso permitiu à Rússia entregar, na véspera da 17ª reunião do Conselho de Ministros dos Relações Exteriores da OSCE em Atenas, a todos os participantes da OSCE e aos dirigentes das organizações político-militares o projeto de Tratado da Segurança Europeia, onde foram tidas em conta várias observações dos parceiros. Quanto à problemática da indivisibilidade da segurança, foi também elaborada uma base política útil suficientemente elaborada sob a forma de declarações das cimeiras da OSCE em Astana e do Conselho Rússia — OTAN em Lisboa.

Porém, à medida que se aprofundava a discussão do projeto russo, a posição dos países da OTAN em relação à essência da nossa ideia começou a mudar rapidamente no sentido do negativismo. Os EUA, a Grã-Bretanha e alguns novos países da OTAN desempenharam um papel negativo nisso ao apresentarem contra o TSE uma série de argumentos contraditórios e inconvincentes.

A iniciadora da abordagem negativa do TSE foi H. Clinton, secretário de Estado norte-americana, que, em Novembro de 2012, deu voz a uma posição bastante jesuítica dos EUA sobre esse documento. Por um lado, ela declarou que os EUA, em geral, apoiam os objetivos da segurança europeia e outras ideias russas, mas, por outro lado, como foi dito, em Washington consideram que essas tarefas poderão ser resolvidas no quadro de estruturas já existentes, tais como a OSCE e o Conselho Rússia — OTAN (CRN), e não através de conversações sobre novos tratados, porque isso é um processo longo e complicado<sup>3</sup>. Depois disso, os EUA disseram sem rodeios que seria preferível concentrar-se nas questões práticas da cooperação do que avançar novas ideias ambiciosas.

De forma análoga sobre esta questão exprimiu-se A.Rasmussen, secretário-geral da OTAN, que assinalou que não é necessário de um novo acordo, porque os institutos europeus existentes, as leis e normas já abrangem as questões levantadas no TSE. Como exemplo, ele citou o Conselho Rússia — OTAN e a Carta Europeia de Segurança da OSCE de 1999. Ao mesmo tempo, ele apelou também ao renascimento do CRN como principal mecanismo de consultas entre a Rússia e o Ocidente sobre problemas da segurança europeia<sup>4</sup>.

Os EUA lançaram praticamente logo uma intensa atividade de bastidores contra a iniciativa russa no quadro da OTAN, OCSE e de outras estruturas. Sob forte pressão de Washington, a maioria dos países da Europa Ocidental foram obrigados a rever a sua posição inicial de apoio à ideia do TSE. O desvio da política anterior foi motivado, no fundo, por argumentos que não têm a ver com o tratado.

Por exemplo, B. Kouchner, ministro dos Relações Exteriores da França, declarou que as propostas russas deixam de fora o problema do conflito russo-georgiano. O representante britânico na OSCE ligou a possibilidade de análise das propostas da Rússia à superação da crise em torno do Tratado sobre Tropas Convencionais na Europa. E W. Heuer, ministro dos Relações Exteriores da RFA, manifestou ceticismo sobre a forma como a concepção da segurança indivisível se irá encaixar com a liberdade dos países escolherem as uniões para eles aceitáveis. Por sua vez, C. Ashton, Alta Representante da União Europeia para Assuntos Internacionais e Política de Segurança, também recordou que a UE reconhece o direitos dos Estados de ingressar em alianças de segurança à sua escolha<sup>5</sup>.

Mas, em geral no Ocidente, na iniciativa da Rússia viram uma tentativa de Moscovo dividir ou enfraquecer a OTAN e a União Europeia, impedir o posterior alargamento da aliança a Leste e a instalação do sistema americano de defesa antimíssil, bem como o desejo de consolidar as próprias posições de "potência regional" no espaço pós-soviético e de reservar para si um estatuto internacional igual aos EUA e União Europeia. Mas o principal é que a maioria dos europeus ocidentais receou que o TSE pode, no fim de contas, pôr em causa a existência da OTAN, que continua a ser vista como principal garantia da sua segurança.

## ARGUMENTOS CONFUSOS

Semelhante mudança nas posições dos velhos membros da OTAN complicou seriamente o posterior avanço da discussão sobre essa iniciativa russa no quadro da OSCE. De facto, o Ocidente bloqueou a discussão do documento russo em todas as estruturas da Organização. Ao mesmo tempo, a fim de fundamentar a atitude negativa face à ideia do TSE e de pôr fim ao diálogo construtivo sobre essa problemática, peritos dos países da OTAN, sem pejo de utilizar aí a bagagem da era da guerra fria, elaboraram apressadamente um amplo leque de argumentos. Nomeadamente, nas notas críticas dirigidas ao projeto russo do TSE afirma-se que esse documento reflete as diferentes noções da Rússia e do Ocidente sobre a essência da segurança na Europa, cria obstáculos à OTAN na tomada de decisões em caso de autodefesa e, por conseguinte, é irrealizável. No plano concreto, o americano S. Pifer, por exemplo, baseando-se no art. 2 do projeto dos tratado, assinala que ele obriga os participantes a comprometerem-se a não realizar ações que afetem a segurança de outros participantes. Segundo ele, a aprovação dessa fórmula no quadro atual provoca numerosas discussões sobre o sentido do artigo. A Rússia declara que o alargamento da OTAN

afeta a sua segurança, mas para a aliança é inaceitável fazer depender as suas decisões da vontade de Moscovo<sup>6</sup>.

I. Françoise, outra analítica ocidental da Universidade americana de Defesa Nacional, afirma que o art. 7 do projeto do TSE é uma tentativa de reformular o art.5 do Tratado de Washington sobre a criação da OTAN para que os participantes do TSE tenham direito à ingerência militar de apoio a qualquer país alvo de agressão ou de sua ameaça. Semelhante princípio, segundo ele, é inaceitável para a OTAN, porque limita a capacidade da aliança empregar o art.5, bem como minará a sua política de portas abertas<sup>7</sup>.

Recordando depois a suspensão da vigência do Tratado sobre Tropas Convencionais na Europa e o reconhecimento da independência da Abkhásia e da Ossétia do Sul pela Rússia, os analistas ocidentais afirmam que, se a Rússia assinar o tratado, será ela própria seu violador.

Do ponto de vista de alguns politólogos russos, o alerta do Ocidente face à ideia do TSE pode ser também explicado por algumas causas objetivas que estão escondidas na história europeia, bem como no caráter das inter-relações no mundo ocidental na atualidade. A. Gromiko, por exemplo, recorda com justeza que desde a época do Império Romano que nunca existiu um sistema único de segurança na Europa. O continente europeu esteve sempre dividido em várias zonas de segurança, no melhor dos casos, em duas, como na época do mundo bipolar. Além disso, entre os países situados na região euro-atlântica não existe unidade na compreensão dos métodos de garantia da segurança. A União Europeia aposta na "força suave", no "conjunto de soberanias" e na dissolução das fronteiras estatais, Os EUA apostam na inviolabilidade das suas próprias fronteiras e na inatacabilidade da sua soberania, bem como na prontidão de empregar a força, nomeadamente de forma preventiva. A Rússia, porém, considera ele, que se encontra algures no meio entre essas posições. Um fator importante é também o aumento significativo do número de jogadores na Europa e o enfraquecimento dos grilhões das "camisas-de-forças" da OTAN E UE. O espaço euro-atlântico outrora monolítico desintegra-se, como mínimo, nos EUA e na União Europeia. Mas a UE também não é uniforme: ela é composta pela "velha" e "nova Europas", e comportam-se de maneira diferente face à Rússia. Tudo isso, conclui o investigador russo, complica consideravelmente a elaboração do tratado sobre TSE pelos países da região<sup>8</sup>.

Desse modo, como é evidente, a ideia russa da fixação do princípio da indivisibilidade da segurança europeia sob a forma de um documento jurídico internacional, tal como as restantes iniciativas suas, esbarrou em numerosas barreiras e, neste momento, não se vê a possibilidade da sua

realização prática nem a curto, nem a médio prazo. Analíticos de ambos os lados do Atlântico veem a principal causa disso no facto de as abordagens da Rússia e da OTAN face às questões de segurança divergirem profundamente, o que é particularmente evidente no quadro da OTAN e da OSCE. A Rússia não reconhece o papel central da OTAN nas questões da segurança europeia e o Ocidente quer precisamente isso.

Sendo assim, coloca-se uma questão: haverá saída da profunda crise existente nas relações entre a Rússia e a OTAN sobre as questões da segurança europeia e não se deve por isso reconhecer a iniciativa do TSE precipitadamente e, no mínimo, suspender temporariamente o diálogo sobre este problema. É exatamente nesse sentido que alguns politólogos americanos empurram os europeus. Por exemplo, R. Weitz, do Centro de Estudo da Nova Segurança Americana, justificando-se com a situação que se encontra num beco sem saída, apressou-se a publicar a sua conclusão sobre que a ideia do tratado está morta e que, supostamente, até o Presidente V.V.Putin, no lugar de avançar, enveredou pela via do reforço da OTSC e apresentou outra iniciativa, oposta: a criação de uma União Euro-asiática que unirá esses países em torno da Rússia e os afastará da restante Europa<sup>9</sup>.

Também não passou despercebido no Ocidente o facto de, na nova conceção da política externa da Rússia, homologada pelo presidente em Fevereiro de 2013, não figurar o TSE entre as prioridades na direcção europeia, mas apenas se assinalar em traços largos que a Rússia defende consequentemente a passagem para uma fórmula juridicamente obrigatória dos compromissos políticos sobre a indivisibilidade da segurança no continente. Por isso, alguns analíticos chegaram mesmo a supor que, pelos vistos, em Moscovo concluíram que a realização prática dessa iniciativa só será possível quando existir paridade nos armamentos entre os países da OTAN e da OTSC ou quando estes blocos militares se dissolverem ao mesmo tempo. Então surgirá a necessidade de substituição das alianças militares existentes por alguma nova estrutura comum a toda a Europa.

S.V. Lavrov, ministro dos Relações Exteriores da Rússia, deu uma resposta a semelhantes raciocínios ao sublinhar que na Rússia continuamos convencidos da necessidade de tornar juridicamente obrigatório o princípio numerosas vezes proclamado de indivisibilidade da segurança, ou seja, que realmente funcione. A iniciativa russa da assinatura do Tratado sobre a União Europeia não tem, frisou ele, um carácter conjuntural e continua na ordem de dia<sup>10</sup>. Como se costuma dizer, não se pode ser mais claro. Daqui conclui-se que a Rússia não renuncia à ideia do TSE, mas apenas a transfere para o meio das tarefas prioritárias a longo prazo da sua política externa.

Além disso, em Moscovo, a julgar por tudo, não tencionam renunciar ou suspender o diálogo com o Ocidente sobre toda esta temática. Mais, tem-se completamente em conta que a necessidade de continuação do diálogo é reconhecida por um amplo leque de forças influentes da maioria dos países da OTAN, que compreendem que a arquitetura existente de segurança na Europa não é capaz de resolver os desafios modernos e a sua complexidade não deve ser escondida por detrás da cortina do alargamento da aliança, que não contribui para a aproximação política do Ocidente e da Rússia.

Além disso, é evidente para os representantes do Ocidente que pensam de forma realista que o fim da discussão sobre o problema da segurança conduzirá a ações mais decididas e unilaterais da Rússia na defesa dos seus interesses. Por exemplo, o analítico S. Fernandes, baseando-se na nova doutrina militar da Rússia e na posição do presidente V.V. Putin, considera que a Rússia talvez já tenha enveredado por esse caminho. Deste ponto de vista, tendo em conta a irreabilidade da adesão da Rússia à OTAN, é necessário, não obstante, encontrar um *modus vivendi* e *modus operandi*, capazes de equilibrar elementos opostos da segurança europeia. Neste sentido, segundo ele, alguns princípios importantes contidos no projeto do TSE merecem análise atenta e desenvolvimento, porque, como se sublinha, eles irão ter uma importância crítica para a posterior interação com a Rússia, tanto no contexto das relações Rússia — OTAN, como do diálogo russo-americano sobre questões de segurança<sup>11</sup>.

I. Françoise, já acima citada, sublinha a importância do diálogo OTAN — Rússia sobre todos os aspetos da segurança e mostra-se convencida de que sem a Rússia é impossível criar uma Europa indivisível. As preocupações russas ligadas a ela estar excluída do quadro da segurança europeia, exigem uma resposta séria e conjunta. No projeto do TSE, segundo ela, há uma série de princípios que merecem ser levados em conta e estudados. Entre eles citam-se: o direito à integridade territorial, a prevenção de conflitos, a inadmissibilidade do emprego da força ou da sua ameaça, bem como a transparência. No quadro do CRN, ela propõe elaborar, com base nos citados princípios do TSE, um conjunto de conceitos gerais da segurança europeia sob a forma de uma nova declaração, graças à qual a Rússia não irá participar, que os seus interesses serão ignorados e onde deve aparecer a solução da longa discussão em torno das "forças armadas existentes". Além disso, ela recomenda aos governos dos países da OTAN acordar "linhas vermelhas", que não devem ser ultrapassadas no diálogo com a Rússia sobre questões de segurança. Em primeiro lugar, são, segundo ela, a não aceitação de um tratado juridicamente vinculativo sobre segurança ou a entrega de

prerrogativas da OTAN a outro órgão qualquer que limite a capacidade da aliança de agir e aceitar novos membros, porque isso, considera ela, leva à desestabilização dos acordos e uniões existentes<sup>12</sup>.

Da importância do início de um diálogo real e produtivo, inicialmente com os aliados da OTAN e, depois, também com a Rússia, sobre um novo sistema global de segurança europeia, no quadro do qual a Rússia terá uma voz significativa e que irá incluir um mecanismo eficaz de reação rápida para prevenir, impedir e resolver conflitos, lê-se também nos relatórios do Centro da Ciência e Relações Internacionais de Berfer e do Instituto da Cooperação Leste — Ocidente (EUA).

Talvez a posição mais convincente a favor da reestruturação do atual sistema instável de segurança no continente tenha sido manifestada por um grupo de autores, que inclui I.S.Ivanov, antigo ministro russo dos Relações Exteriores, num relatório, publicado em Fevereiro de 2012, "Na via da comunidade euro-atlântica da segurança". As conclusões, nomeadamente, resumem-se a que, no lugar de se apoiar principalmente nas alianças existentes, na criação de novos institutos, na preparação de novos tratados e declarações, é indispensável, antes de tudo, realizar, como mínimo a transformação e desmilitarização completas das relações estratégicas dos EUA/OTAN com a Rússia e outros Estados, trabalhar para superar a desconfiança e ambicionar à reconciliação histórica dos Estados da região Euro-atlântica, entre os quais a inimizade se conserva. Nesse sentido, eles fundamentam a ideia da edificação de uma comunidade Euro-atlântica de segurança integrada, indivisível, atuante e não dividida por barreiras, cujos membros poderão contar com a regulação de conflitos exclusivamente através de meios diplomáticos, jurídicos e outros não violentos, isto é, sem o emprego da força militar e a ameaça do seu emprego<sup>13</sup>.

Em desenvolvimento dessa ideia, em 2013, esses e vários outros conhecidos políticos de ambos os lados do Atlântico apresentaram aos governos, deputados e opinião pública da região Euro-atlântica um novo relatório "Reforço da segurança mútua na região Euro-atlântica". A ideia central do relatório é a ideia da necessidade do início urgente do processo de diálogo político que vise acabar com as divergências na perceção das ameaças e a elaboração coletiva da estratégia do aumento do nível de segurança na região Euro-atlântica. De facto, no relatório reconhece-se (verdade seja dita, não de forma direta) que os mecanismos de conversação existentes, tais como a OSCE e o CRN, no fundo, não conseguem cumprir as tarefas para que foram criados. Por isso, propõe-se a criação de um mecanismo de consultas completamente novo sob a forma de Fórum Euro-

atlântico, no quadro do qual se deve garantir uma interação eficaz no combate a novos desafios e ameaças à segurança, formar um espaço comum de segurança na região. Segundo esses especialistas, o novo fórum deve contribuir para chegar a acordo sobre passos práticos quanto a problemas prioritários no campo do desarmamento, incluindo o sistema antimíssil, armamentos nucleares, espaciais e convencionais, bem como a segurança cibernética e a elaboração dos acordos correspondentes<sup>14</sup>.

Somando o que foi dito, temos de constatar que, atualmente, a situação político militar e o estado das relações entre Estados no Euro-atlântico em geral não são favoráveis para o reforço do princípio da indivisibilidade da segurança europeia sob a forma de documento jurídico internacional. Na presente etapa, o Ocidente não está, nem estará brevemente pronto para um passo tão radical como a assinatura de semelhante acordo, que mudaria radicalmente a situação na região. É difícil esperar que, nos próximos anos, os nossos parceiros mudem a sua posição em relação à divisão da Europa em dois campos concorrentes, a não ser que a Rússia entre no mundo ocidental como parceiro submisso dos EUA e da UE. Atualmente, a Rússia não tem alavancas reais para convencer o Ocidente da necessidade de rever a sua posição negativa face ao TSE e a outras iniciativas suas no campo da segurança. Não obstante, tudo isso não significa que se vai ter de suspender o diálogo sobre esta questão.

A situação no mundo, incluindo a Europa, continua a transformar-se tanto na direção do policentrismo, da turbulência e da agudização das contradições na esfera político-militar, como na tomada de consciência da necessidade objetiva de aproximação e de união de esforços para neutralizar as ameaças crescentes à segurança global e regional, o que, no fim de contas, pode obrigar o Ocidente a corrigir a sua atual posição irredutível. Pois, como assinalaram ainda no início do atual século prestigiados peritos ocidentais, tais como J. Goodby e P. Buvalda, a Rússia e o Ocidente têm interesses fulcrais comuns na esfera da segurança que permitem estabelecer uma cooperação estreita e sólida<sup>15</sup>.

É bom recordar que, em situações muito mais difíceis do que hoje, os países do Euro-atlântico e do Japão conseguiram, em 1928, chegar à assinatura do Pacto Briand-Kellog, que, durante algum tempo, estabilizou a situação no mundo, embora não tenha impedido a Segunda Guerra Mundial. Claro que a ideia do TSE é uma tarefa muito mais grandiosa e concreta do que o citado pacto. Ela exige da nossa parte esforços insistentes e sistemáticos para levá-la à prática. Она потребует с нашей стороны систематических настойчивых усилий по ее претворению в жизнь.

Porém, consideramos, a construção de uma segurança igual e indivisível na região Euro-atlântica com base no TSE deve ser vista não como um objetivo imediato, mas como um processo muito complexo e difícil que exige incondicionalmente uma transformação radical das relações entre os Estados da região Euro-atlântica. É preciso concentração numa longa discussão sobre questões de segurança na Europa, não só no quadro da OSCE, que continuará durante muito tempo a ser uma organização politicamente impotente, mas em todos os palcos adequados, incluindo, claro, o CRN, criado precisamente com esse objetivo. Claro que é importante, ao mesmo tempo, não o transformar apenas num ajuste de contas uns com os outros, mas trabalhar dinamicamente na busca de abordagens comuns para a solução deste problema muito complexo. Não há dúvida que merecem também atenção as recomendações do grupo de peritos internacionais competentes sobre a formação de um novo Fórum Euro-atlântico sobre segurança enquanto o mais adequado para desencadear um amplo diálogo sobre um amplo círculo de questões de segurança na região.

Além disso, é importante recordar que a construção desta segurança igual e indivisível no Euro-atlântico é uma tarefa primordial não só dos governos, mas também da sociedade civil dos países da região, que deve participar ativamente no trabalho com vista à sua realização prática. Como dizia K.E. Tsiolkovskii, nosso conhecido investigador do Espaço, "O que hoje é impossível, amanhã pode tornar-se possível".

1. Participação ativa, defesa moderna. Conceção Estratégica de Defesa e de Garantia da Segurança dos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Aprovada em Lisboa pelos chefes de Estados e governos em Lisboa em Dezembro de 2010. // OTAN Public Diplomacy Division. 1110 Brussels, Belgium, 2010. C. 6.
2. Notícia de "Ria Novosti" de 1 de Dezembro de 2009. // <http://en.rian.ru/world/20091202/157063806.html>
3. Hillary Clinton's Remarks on the Future of European Security // U.S. Department of State. 2010. 29 January // <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/01/136273.htm>
4. Von Twickel Nikolaus. OTAN Chief Says Medvedev's Pact Unneeded // The Moscow Times. 2009. 18 December // <http://www.themoscowtimes.com/news/article/OTAN-chief-says-medvedevs-pact-unneeded/396393.html>

5. Cit. por: *Weitz R.* The Rise and Fall of Medvedev's European Security Treaty / The German Marshall Fund of the United States. Foreign Policy and Civil Society Program. 2012. May // [info@gmfus.org](mailto:info@gmfus.org)
6. Russia Drafts European Security Pact // [www.armscontrol.org/act/2010\\_01-02/European Security](http://www.armscontrol.org/act/2010_01-02/European%20Security)
7. François Isabelle. Whither the Medvedev Initiative on European Security? // *Transatlantic Current*. National Defense University, Institute for National Strategic Studies. 2011. December.
8. Segurança da Europa. M.: Vês Mir, 20011, pág. 704.
9. Weitz R. Op. cit.
10. Discurso de S.V. Lavrov, ministro dos Relações Exteriores da Rússia, na conferência internacional "Aspetos militares e políticos da segurança europeia". Moscovo. 23 de Maio de 2013. // [www.mid.ru/brp\\_4.nsf](http://www.mid.ru/brp_4.nsf)
11. Fernandes Sandra. The Idea of European Security: the Renewed Russian Dilemma // <http://www.printfriendly.com/print?url=http://www.e-ir.info/2012/10/25>
12. François Isabelle. Op. cit.
13. Na via para a Segurança da Comunidade Euro-atlântica. Relatório Final da iniciativa euro-atlântica no campo da segurança. Carnegie Endowment for International Peace, 2012 // [CarnegieEndowment.org/pubs](http://CarnegieEndowment.org/pubs)
14. Relatório "Reforço da segurança mútua na região Euro-atlântica" / Iniciativa para a redução da ameaça nuclear. 2013 // [www.BuildingMutualSecurity.org](http://www.BuildingMutualSecurity.org)
15. Goodby J., Buvalva, P, Trenin D. A estratégia de um mundo estável. M.: *Mejdunarodnie otnoshenia*, 2003, p.58.



## Serguei CHARKO

*Docente da Cadeira de Estudos Orientais da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Investigação Escola Superior de Economia, mestre em ciências políticas*

*shuaige@bk.ru*



# ÁSIA CENTRAL ENQUANTO CENTRO GEOPOLÍTICO EURASIÁTICO: NOVAS POSSIBILIDADES OU ILUSÕES?

**O** novo período de geopolítica mundial que sucederá à crise promete despertar o interesse para as economias e regiões em desenvolvimento. Porque as grandes potências do mundo falharam no que respeita às vantagens do modelo económico liberal anglo-americano de desenvolvimento, que alegadamente está melhor adaptado aos processos de globalização e às crises. A Ásia Central (AC): Cazaquistão, Quirguízia, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, é uma dessas novas regiões em desenvolvimento, pois ainda não esgotou as reservas dos seus recursos naturais.

No subsolo da região da Ásia Central e da bacia adjacente do Mar Cáspio conservam-se reservas de gás natural e petróleo, superiores aos jazigos do

---

*Сергей ШАРКО, Доцент отделения востоковедения факультета философии НИУ ВШЭ, кандидат политических наук*

*ЦЕНТРАЛЬНАЯ АЗИЯ КАК ЕВРАЗИЙСКИЙ ГЕОПОЛИТИЧЕСКИЙ ЦЕНТР: НОВЫЕ ВОЗМОЖНОСТИ ИЛИ ИЛЛЮЗИИ?*

Kuweit, Golfo do México e Mar do Norte. Através do espaço post-soviético eurasiático passam redes importantíssimas de transportes, que são capazes de ligar as regiões industriais do Ocidente a regiões orientais muito distantes da Eurásia, de "abrir uma janela" a sul, para a zona do Oceano Índico, dirigindo as correntes de matérias-primas centro-asiáticas, através do Estreito de Maláca, para o Japão, Coreia do Sul e EUA, bem como reduzir as vias terrestres no sudeste, na direção da China.

Logo que recuperou do choque com a periferia global durante a crise financeira mundial, o Ocidente, com os EUA à cabeça, endureceu as condições da concorrência internacional na luta pelo espaço geopolítico. Continuam no centro das atenções da geopolítica mundial os recursos globais, as comunicações estratégicas e as regiões fulcrais do mundo. A julgar pelos últimos acontecimentos (a histeria americana no Conselho de Segurança da ONU devido ao bloqueamento por parte da Rússia e da China do projeto de resolução sobre o fim do conflito armado na Síria, apresentado pela Liga dos Estados Árabes com o conhecimento dos EUA, o embargo ao petróleo iraniano por parte dos países europeus), o Ocidente começou a realizar novos cenários de confronto, onde para a AC, além de outros, se reserva o seu papel: resta-lhe a ela esperar a sua hora, quando a coligação internacional ocidental necessitar de exercer influência política na região, visto que, aí, os americanos continuam a "marcar" e "congelar" partes até melhores tempos, a atizar a situação de instabilidade nos países adjacentes e próximos que não agradam aos EUA.

A agudeza da situação estratégica na AC é incentivada não só pelo cruzamento de zonas de expansão económica internacional, mas também pelo choque entre o egoísmo clânico das elites dirigentes e os interesses nacionais das massas no interior de alguns Estados centro-asiáticos. Tanto mais que o espaço post-soviético da AC depois da desintegração da URSS ainda se destaca pela instabilidade interna. Os processos de auto-identificação de alguns Estados centro-asiáticos e dessa região em geral decorrem de forma dolorosa e contraditória. Por exemplo, A. Atambaev, novo dirigente da Quirguízia, que tem fama de ser o político mais pró-russo, vira as costas à Rússia.

A Rússia pode perder uma base militar fulcral na Ásia Central. O atual Governo da Quirguízia tenta renunciar ao cumprimento dos seus compromissos perante a Federação da Rússia a propósito da manutenção da base aérea russa em Kant, bem como os compromissos internacionais no quadro do OTSC, pondo em dúvida a capacidade militar das Tropas Coletivas de Reação Operativa (TCRO), criadas em Fevereiro de 2009, o que pode levar a uma possível revisão no futuro pela Quirguízia de toda uma

série de grandes projetos económicos com a Rússia a favor de jogadores mais generosos (China, EUA ou Turquia). Porém, ao envolver-se num complicado jogo geopolítico com as mais fortes potências mundiais, a elite quirguize esquece rapidamente a vulnerabilidade mútua dos países regionais que se encontram no mesmo barco, de que é testemunha, além da crise global, a revolução de 2010, que antecedeu à chegada ao poder do Presidente da Quirguízia, A. Atambaev.

Do ponto de vista das novas realidades políticas internacionais, o estudo prático do problema da auto-identificação da Ásia Central enquanto centro geopolítico eurasiático fulcral caracteriza-se por duas tendências fundamentais. A primeira consiste no estudo dos fatores de influência dos processos políticos, económicos, político-militares e outros nos países da AC nas relações entre Estados. A situação política na AC deixou de estar sob o controlo da Rússia e tornou-se aberta à influência da vizinha China, de toda uma série de outros Estados e de centros mundiais de força. O que representa, neste caso, a Ásia Central: região da geopolítica post-soviética ou do expansionismo aberto por parte das potências mundiais?

A segunda tendência consiste na influência não só da crise mundial, mas também da geopolítica global nas posições das atuais elites dos Estados centro-asiáticos face às novas tendências nas condições da globalização e regionalização. Quando os EUA esbanjam generosas promessas de ajuda económica e alguns países da região estão interessados em obter rapidamente dividendos da cooperação militar ou de outra, é bastante provável e previsível o emprego de diversas abordagens táticas face à formação da política externa na AC. Porém, será que a renovada política externa de alguns Estados centro-asiáticos dá aos seus povos novas possibilidades reais ou gere novas ilusões? O que espera a AC na transformação geopolítica global do mundo moderno? Qual será o resultado real da interação internacional: cooperação ou confrontação?

## IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO CONCEITO "REGIÃO DA ÁSIA CENTRAL"

O termo "Ásia Central" entrou no léxico político internacional pela mão de Nursultan Nazarbaiev, Presidente do Cazaquistão. Em 1992, na cimeira dos Estados da Ásia Central, ele propôs renunciar à definição "Ásia Central e Cazaquistão" a favor do conceito "Ásia Central"<sup>1</sup>, que engloba todos os Estados post-soviéticos desta região. Esse termo, segundo N. Nazarbaiev, simbolizava a formação de uma região post-soviética, ou nova depois da guerra fria, constituída pelas cinco repúblicas acima citadas, que, antes,

existiam na comunidade mundial, com o estatuto de Estados soberanos. Este conceito mostrou ser bastante conciso no que respeita ao conteúdo geopolítico. Para as novas repúblicas independentes, esse termo encarnou não só a euforia muito promissora da democracia e da liberdade, das ambições políticas das elites dirigentes, que anteciparam a independência na tomada de decisões próprias e que tentaram distanciar-se o mais rápido possível da Rússia, mas também os receios face ao desenvolvimento socioeconómico independente nas ruínas do sistema soviético, que ajudaram a destruir. No plano geopolítico, porém, o novo termo simboliza um resultado triplo: primeiro, fixa um processo simultâneo de reorientação dos laços económicos e políticos tradicionais dos novos Estados; segundo, reforça o seu estatuto enquanto sujeitos jurídicos internacionais da política mundial; terceiro, garante a sua coexistência máxima e prolongada, nomeadamente o desenvolvimento conjunto, embora não evite estas ou aquelas mudanças negativas de carácter geopolítico e geoeconómico no quadro regional.

No plano político internacional, o termo "região da Ásia Central" veio ao gosto da América e das potências ocidentais, visto que delineou de forma nova a época, muito esperada pelos EUA, de reconstituição global de esferas de influência, que começou com a desintegração do grande espaço geopolítico soviético. A nova definição foi realmente um símbolo do distanciamento político das repúblicas independentes recém-formadas em relação à Rússia enquanto continuadora jurídica internacional da antiga URSS. Não foi por acaso que a doutrina M. Albrigh — Z. Brezezinski, nas novas condições geopolíticas, escolheu como alvo o sistema de transportes russos na AC. Essa foi uma das direções principais no plano de isolamento da Rússia com a ajuda da reorientação geopolítica dos países da AC para projetos de um análogo moderno da Rota da Seda Oriental.

A definição mais precisa da nova doutrina de Albrigh foi dada pela secretária de Estado norte-americana na Administração de Clinton numa entrevista ao jornal francês "Le Monde", a 9 de Dezembro de 1988. Nessa entrevista, M. Albrigh declarou publicamente: "A partir de agora, a OTAN não deve e não irá atuar com base nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Caso contrário, a OTAN será obrigada a sujeitar-se à ONU. A Aliança Atlântica não pode ser refém do direito a veto no Conselho de Segurança. A principal força da OTAN deve consistir em que a OTAN irá atuar e tomar decisões de forma absolutamente autónoma. A autoridade neurasténica da ONU deve ser decididamente posta de lado"<sup>2</sup>.

A doutrina acima citada, na interpretação de S. Huntigton, liga o renascimento da Rota da Seda Oriental às contradições culturais e civilizacionais no sistema em formação da interação transcivilizacional dos

povos da Eurásia. Segundo a lógica do "choque de civilizações", a solução dos problemas da segurança no futuro espaço global da Rota da Seda Oriental visa defender a identidade em relação a outras civilizações inimigas à Ásia Central.

Como resultado, não obstante as declarações, os processos de auto-identificação da região, ligados ao novo renascimento histórico, são incentivados artificialmente pelo Ocidente, o que aumenta não os mecanismos centrípetos, mas, pelo contrário, os centrífugos na região. Assim, Andrei Kazantsev, ao raciocinar do ponto de vista da ingerência externa e da predominância de tendências centrífugas na AC, considera que "a fraqueza dos Estados centro-asiáticos e o papel geopolítico importante da região condicionam o alto nível de envolvimento nos assuntos regionais das grandes potências, o que constitui a essência do "Novo Grande Jogo"<sup>3</sup>. Podemos concordar com a sua opinião de que os próprios Estados da Ásia Central não revelam particular desejo de consolidação e, por isso, não podem resistir com êxito às tendências centrífugas.

Hoje, é difícil encontrar alguém que negue o facto de que o aumento da importância da componente nacionalista é a tendência fundamental na política externa de todos os Estados da AC. A componente nacionalista adquire um tom histórico e encontra a sua expressão contraditória no contexto das relações bilaterais separadas dos países da região e das relações internacionais em geral. Não terá sido por isso que Condoleezza Rice, secretária de Estado norte-americana que se envolveu na estratégia da luta de G. Bush contra o terrorismo internacional, não conseguiu convencer os investidores estrangeiros da segurança e perspectivas dos projetos americanos das novas comunicações globais na AC? Tornaram-se um erro evidente para os americanos as ambições políticas de C. Rice no Afeganistão, que não conseguiu, a dada altura, garantir a entrada das repúblicas da AC nos mercados energéticos mundiais ladeando a Rússia? Outros jogadores regionais lançaram-se para os nichos infraestruturais vagos na AC.

Na conceção de H. Clinton, o termo "Ásia Central" também se torna necessário, porque o centro da estratégia global de Barack Obama se desvia no sentido do futuro desenvolvimento da região depois da saída das tropas americanas do Afeganistão relativamente ao período de 2014-2024. Porém, na interpretação americana, essa definição sofre mudanças bem previsíveis, para não dizer obrigatórias, na qualidade de metamorfoses geopolíticas. Como, agora, se tornou norma na conceção da geopolítica americana, o termo "Ásia Central" é substituído na linguagem científica mundial por termo novo, idêntico ao velho: "Grande Ásia Central"<sup>4</sup>. Por iniciativa do conhecido politólogo Frederick Starr, a região da Ásia Central deve ser

analisada num contexto mais alargado, incluindo nele, além dos cinco Estados acima citados, a República do Afeganistão.

O novo tom da geopolítica americana, dada por Starr, corresponde ao princípio do "alarga e reina", que foi aprovado com êxito, segundo os americanos e europeus, na política de alargamento da União Europeia e da OTAN para Leste. De outro modo, como explicar que, não obstante a ameaça de desintegração da zona euro, os países da UE, que acabaram de assinar o pacto de respeito da disciplina orçamental, voltam a falar do seu alargamento através da entrada de um novo membro: a Sérvia, não se preocupando com o facto de lhe estar preparado o destino da Grécia.

Robert Black (assessor de H. Clinton), assistente do Bureau para a Ásia Meridional e Central, comenta pormenorizadamente a doutrina de H. Clinton, que visa alargar a rede de relações de parceria dos EUA com os Estados da AC através de seis futuros corredores de transportes que atravessam a AC e de um oleoduto Turqueménia-Afeganistão-Paquistão-Índia. A julgar pelas suas palavras, a integração do Afeganistão enfraquecido pela guerra na AC trará supostamente proveito a todos os parceiros, sem exceção, dos EUA, fará enveredá-los pela via da democracia, pela qual a Quirguízia foi a primeira a enveredar em 2011 depois da revolução. Explicando essa ideia no seu discurso num fórum sobre a AC em Washington, ele declarou que "a visão da Nova Rota da Seda de H. Clinton foi aceite pelos países da AC logo após a sua revelação"<sup>5</sup>.

Como sublinhou R. Black, os esforços dos EUA consistem em apoiar todos os países da região através da prestação de ajuda na construção de uma rede de estradas, pontes, gaseodutos e oleodutos, caminhos de ferro, o que facilitará a tarefa de uma aproximação mais decidida do Afeganistão aos países vizinhos. Segundo ele, se o Afeganistão se integrar decididamente na vida económica da região, tornar-se-á mais atraente para os investimentos privados, o que lhe permitirá desenvolver-se e tirar proveito dos recursos naturais, garantir possibilidades económicas para o seu povo.

H. Clinton considera que todos os países da AC dão os seus próprios passos com vista a reforçar a sua integração com o Afeganistão. O Uzbequistão, a Turqueménia e o Tadjiquistão concedem descontos na eletricidade. O Uzbequistão e a Turqueménia aumentam as ligações ferroviárias no Afeganistão. O Cazaquistão contribui para que estudantes afegãos possam estudar. Para confirmar a sua ideia, R. Black cita o facto de todos os países da AC participarem nas últimas conferências em Istambul e Bona sobre o Afeganistão. Em ambas as conferências, chergou-se a um consenso sobre a concentração de esforços comuns no futuro desenvolvimento do Afeganistão. Segundo ele, não há obstáculos para a realização da visão, diretamente elaborada por H. Clinton, da Nova Rota da Seda.

Os projetos americanos de H. Clinton preparam atempadamente os países da CA para chamarem a si o fardo da responsabilidade internacional pela guerra dos EUA no Afeganistão. A América já lançou para cima dos ombros dos países e regiões do mundo, no período da crise financeira mundial, semelhante responsabilidade pelas suas dívidas, o déficite orçamental e a emissão do dólar. Por exemplo, o Cazaquistão, que forçou depois da Rússia o desenvolvimento dos institutos de mercado, sofreu mais do que outros Estados da AC devido às convulsões financeiras no mercado mundial. O sistema bancário cazaque, o mais integrado no mercado mundial, sentiu o maior choque devido à crise. Ele utilizava formas modernas de crédito, de investimento no mercado de ações, de desenvolvimento do mercado bolsista.

Por isso, não obstante possuir um poderoso complexo industrial, que tem significativos recursos para investimentos, o Cazaquistão enfrenta hoje sérios problemas. Estes problemas estão ligados à incapacidade de pagamento dos créditos, à sua falência em massa, à redução do lucro dos bancos, à perda de capital investido em ações.

O Uzbequistão, pelo contrário, evitou a maioria dos problemas ligados à crise financeira mundial, porque a sua economia está menos integrada nos mercados mundiais. O setor real da economia uzbeque baseia-se num sistema bancário fraco. A reguçarização da sua economia nacional diminui os fatores de exposição ao capital especulativo, embora não salve do crescimento dos ritmos de inflação, da diminuição dos ritmos de crescimento do PIB, a baixa do poder de compra.

Por sua vez, a Quirguízia e o Tadjiquistão foram atingidos pela crise sistémica, o que se caracteriza pela profunda queda em todos os ramos da economia. O problema da queda dos ritmos do setor real da economia da Quirguízia e do Tadjiquistão é agravado pela inflação alta.

Sendo assim, o período pós-crise traz numerosos problemas a essas repúblicas. Pelos vistos, segundo os cálculos de H. Clinton, os países da Ásia Central terão de pagar um alto preço pela lealdade política dos EUA, bem como pelas consequências da guerra afegã.

É evidente que os círculos dirigentes americanos seguem a política estratégica a longo prazo que vê na AC zonas de trânsito dos carregamentos militares e de localização de bases militares dos EUA. Tendo início na política externa de Bush de 2001, a estratégia americana na AC está a ser levada à prática. Segundo diversas conceções geopolíticas, a atual política dos EUA continuará até ao fim do processo de formação de um novo sistema de relações internacionais que garanta o domínio global da América.

Porém, será que os geoestrategas americanos, que alimentam com ideias a sua elite política e militar, pensam até que ponto se justificam os planos de

H. Clinton, previstos para o período entre 2014 e 2024 (e talhadas segundo as medidas americanas ideais)? Até que ponto eles serão influenciáveis pela conjuntura política na mudança americana tradicional do poder pelas consequências de possíveis erros desse poder? Mede-se o preço das falhas conceituais na política externa com as perdas de iniciativa dos EUA na corrida pela influência na AC? E, finalmente, até que ponto os planos americanos correspondem às realidades da AC (no contexto do atraso destas ou daquelas iniciativas americanas)? Pois a situação estratégica na AC já hoje muda radicalmente. Como prever as consequências da influência crescente da China se ela começar mais decididamente a desenvolver as suas fronteiras ocidentais (cujo desenvolvimento é impensável sem rutura, sem uma espécie de salto rápido para a chamada zona geopolítica da AC)?

## FATORES FUNDAMENTAIS DA VULNERABILIDADE GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA AC

Hoje, continua em aberto a questão sobre até que ponto se realizou a região da AC nas relações política, económica, político-militar, civilizacional. A AC une Estados com diferentes níveis económicos, que se distinguem por dominantes políticas, estratégicas e, em menor grau, étnicas e confessionais.

Atualmente, na AC formaram-se particularidades que poderão revelar-se tanto como fatores positivos, como negativos. Primeiro, ela é uma região bastante holística do ponto de vista territorial, que restabeleceu novamente as suas fronteiras entre as unidades territoriais e estatais na região e os países vizinhos, e, ao mesmo tempo, não foi além das fronteiras do espaço post-soviético.

O problema da demarcação territorial das fronteiras no interior da AC não criou um potencial de conflitos, embora tenha originado alguns atritos fronteiriços entre Estados. A sua causa está no carácter histórico das relações entre os países da Ásia Central no seio da URSS. Como constata o cientista russo G.D. Agafonov, "os atritos fronteiriços têm um carácter de luta intercomunitária e dizem respeito, em primeiro lugar, aos litígios por terrenos agrícolas, fontes de água e liberdade de trânsito dos transportes. Claro que as autoridades dos respetivos países têm de reagir a eles, mas, não obstante na existência de forças destrutivas internas e externas, interessadas na instabilidade da situação, não é de esperar o aparecimento de sérias contradições interestatais e muito menos conflitos nesse campo. Aqui, todos os Estados, à exceção da Turqueménia, fazem parte da Comunidade Económica Eurasiática, OCX e do OTSC, cujo potencial é capaz de garantir a solução de atritos entre os seus membros"<sup>6</sup>.

Por sua vez, F. Starr, especialista americano em AC, partindo da concepção da "Grande Ásia Central", ao contrário de G. Agafonov, considera que os países da AC foram sujeitos à expansão territorial da parte da União Soviética e, atualmente, tem lugar o processo de expansão energética na região por parte da Rússia.

Porém, no fundo, semelhante visão nega paradoxalmente o próprio facto da existência histórica das repúblicas centro-asiáticas no seio da antiga URSS. Além do mais, pode-se assinalar que as várias repúblicas soviéticas se constituíram depois da desintegração da URSS nas fronteiras que não tinham antes. Provas deste facto histórico são os nomes de cidades já não russas, mas cazaques, como Petropavlovsk, Pavlodar. Além disso, tem lugar mais outro argumento como peritagem de observadores externos. Por exemplo, os cientistas russos, ao realizar a revista, nomeadamente, das investigações indianas sobre o problema das relações dos Estados centro-asiáticos com a Rússia e a China, chamam a atenção para a sua conclusão de que "nas relações entre si, as repúblicas centro-asiáticas estão umbilicalmente ligadas à Rússia, e não à China"<sup>7</sup>.

A construção pelo Uzbequistão de um muro de três metros de altura ao longo da fronteira com a Quirguízia, na região de Andijan, em 10 de Junho de 2009, é um exemplo de atritos fronteiriços atuais. Entre estes dois países há uma certa quantidade de lugares litigiosos que cada parte considera ser seu território. Porém, segundo um acordo conjunto, as partes não têm direito de realizar ações unilaterais até ao final da demarcação da fronteira.

No que diz respeito aos litígios territoriais dos Estados centro-asiáticos com a China, existem tratados e acordos especiais com os vizinhos Cazaquistão, Quirguízia e Tadjiquistão. Por exemplo, o Protocolo sobre a demarcação da linha da fronteira estatal entre a República do Cazaquistão e a República Popular da China de 10 de Maio de 2002, que concluiu a demarcação jurídica da fronteira sino-cazaque com um comprimento de 1782 km, dos quais 1215 km em terra, 567 km em vias fluviais.

Presentemente, os aspetos políticos do processo de delimitação das fronteiras estatais entre os países da AC e da China já foram objeto de análise científica. Ao mesmo tempo, na imprensa centro-asiática são publicadas diferentes opiniões sobre a política territorial da China na AC. Segundo S. Bagdassarov, "A China, depois da queda da URSS, realiza uma política extremamente ativa na Ásia Central, em primeiro lugar com vista a obter pequenos territórios, frequentemente situados em regiões de difícil acesso. Semelhantes conquistas tiveram lugar como resultado de conversações sobre territórios litigiosos com o Cazaquistão, Quirguízia e Tadjiquistão, bem como com a Rússia (a conhecida obtenção na região do rio Amur). Os

chineses criam em toda a parte comissões que dividem os chamados territórios litigiosos, embora não fossem considerados tais até à desintegração da URSS. Por exemplo, o Tadjiquistão deu à China mil quilómetros quadrados na região de difícil acesso Murgab. Tendo lá estada mais de uma vez, posso afirmar que nessa região montanhosa (cinco quilómetros acima do nível do mar) não há nada de valioso. Mas é um local estratégico que, no futuro, permitirá controlar a Região Autónoma de Gorno-Badakhchan e, principalmente, os caminhos que conduzem ao Vale de Ferganá. Nessa região, a China pretende a um a parcela do Tadjiquistão com 28 mil quilómetros quadrados, o que é comparável com o território da atual Arménia”<sup>8</sup>.

Além da expansão territorial ativa, a China está extremamente ativa também nas questões económicas. Segundo alguns testemunhos, a China presta séria atenção aos pontos estratégicos da AC que, mais tarde, poderão ser um argumento convincente no futuro jogo geopolítico pela influência na região que se encontra nas profundezas da Eurásia continental.

Desse modo, os receios são provocados não pela política da Rússia, mas, pelo contrário, pelas consequências geopolíticas que neutralizaram o papel da Rússia na solução dos problemas territoriais da AC. Além disso, segundo o prognóstico do sinólogo russo A.A. Maslov, “nos próximos anos, nos países da Ásia Central irão habitar até 8 milhões de chineses, originários precisamente da Região Autónoma de Sintzian-Uigur”<sup>9</sup>. Além disso, 2/3 dos 8 milhões de chineses irão viver no Cazaquistão. A. Maslov considera: “aqui encontra-se o vetor noroeste da política chinesa. Ele está ligado ao seguinte. A população chinesa na região de Sintzian-Uigur, que faz fronteira com o Cazaquistão, aumenta rapidamente nos últimos anos. Hoje, constitui 30 milhões de pessoas, o que já é significativo, mas, brevemente, crescerá até 100 milhões de pessoas. E, como consequência, ela deve “transbordar” para o estrangeiro”<sup>10</sup>.

A ativação da política da China em relação à construção das comunicações de transportes na AC, no período da crise financeira global, é também analisada na imprensa ocidental. Os analistas britânicos escrevem: “Enquanto os países ricos canalizaram milhares de milhões para a salvação dos bancos, a China, em Setembro, sem grande ruído, anunciou planos de investimento de 100 mil milhões de dólares na construção de estradas e caminhos de ferro, que vão abrir a Ásia Central pouco acessível ao mundo. Nas próximas décadas serão construídos mais de 20 mil km de vias férreas para fornecer mercadorias chinesas à Ásia Central e transportar petróleo e metais para a China. Os caminhos de ferro, que vão na direção da Rússia, Europa, Irão e do Paquistão, criarão um equivalente moderno à antiga Rota

da Seda. Espera-se que o projeto, realizado numa altura em que os países mais atrasados e isolados da AC começam a procurar investimentos externos, dê um impulso à integração atrasada da região nos mercados globais"<sup>11</sup>. Parece que, nas próximas décadas, a China em desenvolvimento, partindo dos aspetos políticos da regularização das fronteiras estatais com os países da AC, não deverá demorar a declarar essa região uma zona dos seus interesses geopolíticos vitalmente importantes.

Segundo, a particularidade seguinte da AC é condicionada não pelas fronteiras da região, mas pela sua estrutura, que tem particular interesse do ponto de vista da identificação da região como centro geopolítico fulcral da Eurásia Oriental. A AC é extremamente complicada pela sua estrutura, é uma zona etnicamente diversificada de relações contraditórias de povos e de novas formas estatais. A estrutura da AC está desadaptada à ação externa devido à destruição das ligações históricas formadas. Cada parte dela, quando fazia parte da antiga União Soviética, era uma unidade inseparável coordenada de um todo em todo o sistema da atividade de um Estado anteriormente uno e altamente centralizado. A destruição do sistema político uno predeterminou, em grande parte, a política discriminatória de expulsão total dos russos da AC e deteriorou, no território da antiga URSS, a situação contraditória e complexa dos concidadãos russos.

N.A. Narotchnitskaia, política e cientista russa, constata: "O que aconteceu com os russos não tem precedentes nem jurídicos, nem históricos no mundo. Não se trata da dispersão por países estrangeiros, nem da entrada no seio de Estados há muito formados em condições reconhecidas por normas jurídicas da sua época (então, a transformação em minorias nacionais era natural e legítima), nas da divisão abusiva do povo russo em territórios do seu próprio Estado"<sup>12</sup>.

Segundo os politólogos russos, no plano político interno, o processo de identificação que tem lugar na AC está orientado apenas para a sua componente étnica, divide cada vez mais os povos no interior de Estados multinacionais.

No plano político internacional, a AC é, por sua vez, uma espécie de "falha" estrutural na confluência dos interesses geopolíticos, geo-estratégicos e geo-económicos multivetoriais dos jogadores globais (EUA, UE, Japão) e macro-regionais (China, Rússia, Irão, Turquia, Índia, os países ricos do Médio Oriente: Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, bem como Iraque, Síria, Líbano, Israel). Não obstante as várias repúblicas nacionais da AC se encaixarem de forma diferente nos processos regionais, a existência de problemas sistémicos comuns da evolução post-socialista estrutura o processo de organização desses Estados em torno da Rússia como

núcleo formador da reedificação da integridade econômica do espaço post-soviética no contexto da aproximação reintegracionista. A exceção é a Turqueménia que, além da CEI, não participa em nenhum grupo de integração (OCX, OTSC, CEEA, Assembleia para a Interação e Medidas de Confiança na Ásia).

A posição de separação política da Turqueménia, com elementos de isolamento e fragmentação como tendências que contradizem a regionalização, não aumenta o grau de liberdade de manobra dos dirigentes turcomenos na política externa, mas, pelo contrário, mantém o país na periferia dos processos regionais. Pode a política de neutralidade, através da qual a Turqueménia tenta evitar qualquer influência estrangeira, influir na estabilidade na AC?

Segundo os cientistas russos, «em princípio, se Achkhabad não criar dificuldades à atividade dos EUA com vista a estabelecer o seu controlo na AC e nas regiões do Cáspio, bem como ao avanço da OTAN para Leste, ela tem a possibilidade de receber a indulgência dos americanos. Mas se Washington precisar de instalar as suas bases na Turqueménia, por exemplo, em caso de decisão da realização de uma operação militar no Irão, dificilmente a direção turcomena conseguirá manter a neutralidade. Por isso, ao manter esta política, Achkhabad, mesmo contra o seu desejo, pode desempenhar um papel destrutivo na causa da conservação da estabilidade na AC. E parece que a direção militar do país começa a compreender isso”<sup>13</sup>. A criação de uma base militar pelos EUA na cidade de Mara e o transporte de cargas militares através do território desse país aumentam a vulnerabilidade geopolítica da região em geral. À medida que se deteriora a situação política interna no Irão, devido às eleições do chefe de Estado, ao programa nuclear, bem como à influência dos Estados vizinhos (Israel), a pressão externa dos EUA irá aumentar também em relação à direção da Turqueménia. As prioridades da política externa desse país mudam depois da chegada ao poder da nova direção.

Segundo peritos estrangeiros, “a transformação mais radical tem lugar na Turqueménia, onde o novo dirigente, Gurbanguli Berdimukhammedov, declarou o país aberto aos investimentos estrangeiros, pondo fim a um isolamento de muitos anos em que o país foi mergulhado pelo seu antecessor. A Turqueménia tornou-se objeto de especial atenção de companhias petrolíferas, enquanto a Rússia, Europa e China lutam pelo acesso às gigantes reservas de gás do país”<sup>14</sup>. Eles consideram que Berdimukhammedov faz chocar com mestria os interesses dos investidores e a sua prioridade mais importante atualmente consiste em canalizar o capital estrangeiro para a reforma da agricultura e da esfera social do país, que se encontra em declínio.

No período pós-crise, o fator russo na AC é mais evidente, porque os países ocidentais esgotaram as suas capacidades de investimento, investindo dinheiro na salvação das próprias economias da crise financeira mundial. A crise das dívidas da UE não se reduz apenas à falta de dinheiro. Ela mostrou as fraquezas nos próprios modelos de desenvolvimento económico. Por isso, a simples transfusão de meios não dará o resultado desejado. O PIB da Grécia constitui apenas 0,3% do total da economia mundial, mas, a partir de 2010, a crise da dívida que atingiu o país tornou-se a causa de muitos apuros em todo o mundo. Pelo contrário, as possibilidades chinesas de investimento tornam-se praticamente inesgotáveis. A China ultrapassou o ponto máximo de acumulação de reservas em moeda estrangeira através de gigantes "funis de preços" e, agora, diversifica a transformação do yuan de moeda nacional em regional e, depois, em mundial, a julgar pela sua estabilidade e introdução nas trocas bilaterais dos parceiros chineses na região, nomeadamente no Japão e nos países BRICS.

Terceiro, a Ásia Central está mais exposta à influência das tendências regionais e mundiais modernas. Ela adquire traços cada vez mais evidentes de um areal de cooperação económica e comercial transfronteiriça. O desejo dos Estados centro-asiáticos de superar o mais rapidamente possível as consequências da crise financeira e económica mundial e de sair dela com o mínimo de perdas dará um novo impulso para uma interação internacional mais aberta. Porém, os processos regionais decorrem tendo como pano de fundo a dolorosa transformação para o mercado das economias nacionais e a agudização da concorrência em diferentes esferas: energia e combustíveis, matérias-primas, ligada, por exemplo, ao acesso às fontes de água doce.

## AUMENTO DA INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA AC OU AMEAÇA DA SUA DESINTEGRAÇÃO?

Do ponto de vista da influência dos fatores da vulnerabilidade geopolítica, a identificação da AC enquanto centro geopolítico eurasiático fulcral tem importância primordial para a atividade desses Estados. A situação estratégica na região é contraditória e complexa. Ela caracteriza-se pelo aumento da ameaça do terrorismo internacional, do separatismo e do extremismo, da instabilidade política no interior de alguns dos novos países, por diversos vetores da sua política externa, pela existência de sérios fenómenos de crise na esfera bancária, pela estagnação do setor industrial da economia, pelo déficite dos orçamentos estatais, pela queda dos ritmos de crescimento do PIB.

O centro geopolítico pode agir como uma espécie de escudo para os Estados e a região em geral na arena política internacional, bem como contra

as consequências da sua potencial vulnerabilidade. Semelhante escudo foi empregue: em 2005, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), a pedido do governo uzbeque, exigiu que os EUA fechassem as bases americanas no Uzbequistão e na Quirguízia. Porém, embora se tenha notado a tendência de transição nas questões da garantia da segurança nacional para o nível de estruturas multilaterais, tais como a Estrutura Antiterrorista Regional da Organização de Cooperação de Xangai (EAR da OCX), alguns Estados inclinam-se para uma posição ambígua.

Por vezes, os círculos dirigentes aceitam não só a cooperação económica, mas também a político-militar com potências exteriores à região. Durante a campanha eleitoral, Atambaev prometeu encerrar a base militar americana no aeroporto de Manas. Moscovo tencionava apoiar o novo governo da Quirguízia com um crédito em condições vantajosas do fundo anti-crise da Comunidade de Cooperação Eurasiática no valor de 106 milhões dos dólares e 30 milhões de dólares num empréstimo da Rússia. Porém, a posição da Quirguízia começou a mudar e o seu líder não cumpriu a palavra. Em semelhante leilão político participou também o seu antecessor K. Bakiev, que recebeu da Rússia um avação de 150 milhões de dólares e um crédito em condições vantajosas no valor de 300 milhões de dólares.

A Rússia tenta assinar um acordo sobre a união de todos os seus objetos militares na Quirguízia numa base única, com um prazo de vigência de 49 anos com um prolongamento automático de 25 anos. No território do Cazaquistão, a Rússia arrenda quatro polígonos de ensaios militares, bem como o complexo espacial de "Baikonur", cujo prazo de aluguer foi prolongado até 2050, está a ser criado um complexo de foguetões "Baiterek".

O centro geopolítico desempenha um papel especial no plano ou do controlo pelo acesso a importantes regiões, ou da recusa a outras personalidades de obter recursos. Um número significativo de questões coloca alguns Estados centro-asiáticos perante o problema bastante sério do afastamento para a periferia dos processos regionais. Por isso, é melhor para os países da região manterem-se juntos. Mas, no aspeto do aparecimento de tendências integracionistas na AC, deve-se assinalar o carácter contraditório dos problemas e situações sistémicos comuns que surgem na esfera económica. São precisamente as numerosas tarefas não resolvidas e novas que privam os Estados da AC da possibilidade de manobra política no controlo do espaço geopolítico comum. Trata-se da necessidade de modernização acelerada e de falta, ou mais exatamente, o déficite de recursos (financeiros, tecnológicos, produtivos, demográficos e outros) necessários para a sua realização, bem como a necessidade de criação de

produções viradas para a exportação, ao mesmo tempo que se tem em conta as dificuldades da entrada em mercados externos.

Nos mercados regionais e globais já existe uma dura concorrência internacional, revelaram-se os participantes fortes e fracos. Por exemplo, os países do Sudeste Asiático, apoiando-se na especificidade dos seus modelos de desenvolvimento, incluindo o chinês, demonstram as suas vantagens, não obstante as consequências negativas da época pós- crise da economia mundial e do sistema financeiro. E, finalmente, mais um problema contraditório. Trata-se da necessidade de formação de um clima favorável aos investimentos na AC e, ao mesmo tempo, o perigo de erosão sistémica dos recursos estratégicos nacionais nos vários países da região.

A própria existência de um centro geopolítico da AC no novo espaço eurasiático tem sérias consequências políticas e civilizacionais para os Estados vizinhos mais ativos. Será a região capaz de conservar a sua integridade territorial, civilizacional e outra e exercer influência para além do próprio território? Na AC assiste-se a uma situação complexa que cria uma ameaça à integridade dessa região. A separação da AC em zonas de influência de potências regionais e mundiais externas, bem como de poderosos centros geo-económicos ainda não foi definida por enquanto. Mas os esquemas geo-estratégicos da nova divisão da região, pelo menos no plano teórico, já foram criados e são renovados.

Todo o grupo de países, tais como o Irão anti-americano, a Turquia pró-ocidental, os EUA, os países da União Europeia, a China e outros, trazem os seus projetos geo-estratégicos para a AC. A situação é complicada pelo facto de a AC, no plano civilizacional, ao resolver o problema da identificação, atravessa a fase do seu renascimento histórico. Os próprios representantes da mentalidade centro-asiática declaram: "Talvez hoje não exista um país da antiga URSS onde não se registre o renascimento da religião"<sup>15</sup>.

A ideia do império muçulmano está vive e renasce na cultura política e na consciência dos líderes religiosos do Irão, que contrapõem às ambições neo-imperiais da Turquia. Depois deles, desejos geopolíticos despertam também no Iraque, Síria, Líbano e Israel, que, juntamente com a Turqueménia, o Uzbequistão, o Tadjiquistão, o Afeganistão e a Turquia, faziam parte do Estado persa uno dos Ahmanid. Os neo-nacionalistas turcos vêem uma nova missão dos povos turcomanos, com a Turquia à cabeça, que consiste em dominar na bacia do Cáspio e em toda a Ásia Central, que o Império Otomano não conseguiu submeter no séc. XVI.

Como resultado, as várias repúblicas centro-asiáticas revêm as bases conceituais do seu futuro desenvolvimento, cada vez mais ligadas à construção de um Estado islâmico. Nomeadamente, não se exclui a

possibilidade da transformação de um dos fracos representantes da região: o Tadjiquistão, num Estado islâmico, onde o chefe de Estado é, simultaneamente, líder político e religioso. Neste caso, as consequências políticas serão inevitáveis. Os especialistas prognosticam: "Tendo em conta o potencial económico e o peso noutras áreas dos países muçulmanos, uma série de peritos do Tadjiquistão consideram inequivocamente que a aproximação aos irmãos pela fé não passará despercebida no seu país. Primeiro, pode-se esperar a aproximação espiritual e política aos países islâmicos e o afastamento em relação à Rússia. Por exemplo, o regresso recente da forma nacional de escrita do nome do chefe de Estado.

É sintomático que o regresso de facto à forma nacional de escrita de nomes não significa nada de religioso, mas é entendido como mais um passo que afasta o Tadjiquistão da influência russa. À primeira vista um acontecimento insignificante que, contudo, preocupou os políticos russos. Além disso, deve-se recordar os frequentes encontros do Presidente E. Rakhmon com o Presidente do Irão Ahmadinejad, quatro encontros durante o ano passado, a criação de uma televisão única em língua farsi do Tadjiquistão, Irão e Afeganistão. Aqui é também de salientar as frequentes visitas do dirigente do Tadjiquistão a países do mundo árabe. O peso específico dessas visitas aumenta. No Tadjiquistão, tudo isso é entendido como o renascimento da vida do país depois de mais de um século de influência da Rússia sobre ele e os observadores externos consideram isso um distanciamento cada vez maior da Rússia"<sup>16</sup>.

Em que reside o perigo do fator islâmico? Por um lado, o Islão, sem a componente radical, que utiliza o extremismo e o terrorismo como método de luta política, tem um potencial positivo. O recurso regional contribui para o desenvolvimento estável da sociedade. Por outro lado, a ideia que persegue o objetivo da criação de grandes califatos islâmicos em diferentes regiões da Eurásia Oriental é explorada por diferentes organizações terroristas. Se assim forem colocados os problemas da regionalização, os líderes muçulmanos transformam-se num mecanismo de estratégia global das potências estrangeiras que tentam controlar as regiões promissoras de extração de matérias-primas na região.

Será a "região da AC" capaz de exercer influência para além do seu território? Segundo a classificação dos países pelo índice de potencial de influência internacional, a Rússia entra nos primeiros sete líderes depois dos EUA, China, Japão, Alemanha, França e Grã-Bretanha. No que diz respeito aos países post-soviéticos, nessa classificação seguem a Rússia, mas com um intervalo enorme e bem compreensível, o Cazaquistão, o Uzbequistão, a Turqueménia, a Quirguízia e o Tadjiquistão. Por influência internacional

subentende-se a capacidade do Estado provocar mudanças no comportamento de outros Estados, exercer influência no meio internacional nos seus interesses.

Por potencial de influência compreende-se o conjunto de diversos meios e recursos que o Estado tem para exercer influência. O fator civilizacional de influência desempenha um papel especial. No plano da influência civilizacional da AC, as causas estão no seu passado histórico.

O reforço das tendências nacionalistas na ideologia do Uzbequistão está ligado ao renascimento da ideia de um futuro Estado único na AC. A base conceitual desta ideia explosivamente perigosa tem raízes no império de Tamerlão, que, nos séc. XIV-XV, era o centro político da Ásia Central, desde o Volga e as montanhas do Cáucaso até à Índia, com capital em Samarcanda ("Estrela Brilhante do Oriente"). A disposição subetiva de certos círculos da elite política e militar uzbeque com vista a unir os povos centro-asiáticos (uigures, cazaques, turquemenos, tadjiques, quirguizes, mongóis, pashtuns, khazares, etc.) em torno do povo uzbeque preocupa dos países vizinhos e particularmente a China.

Um ou outras ideias de consolidação de diferentes povos na base histórica de tendências nacionalistas é um dos factores destrutivos capazes não só de conduzir à alteração de fronteiras entre vários Estados da AC, mas também de desencadear o mecanismo da transformação geopolítica imprevisível da região e do mundo em geral. A influência externa de carácter destrutivo, alimentadas pelo sentimento religioso dos povos da AC sob a forma da ideia nacional de renascimento, pode destruir a estabilidade política no interior da China.

As alterações geopolíticas podem começar na região chinesa de Sintzian, porque a China não resolveu o problema do separatismo uigur enquanto problema de "povos divididos" com raízes na AC. Além disso, é importante também o factor islâmico, que, com o separatismo uigur, pode desempenhar o papel de catalizador dos problemas do Tibete chinês. A onda de instabilidade afetará outros países. A envergadura das futuras ameaças já hoje preocupam. Os especialistas constatam: "A China tem a chamada Região Autónoma de Sintzian-Uigur (Turquestão Oriental). Ela faz fronteira com o Badakhchan afegão, com o Corredor de Vakhan, com a Quirguízia e o Tadjistão na região de Murgab. A maioria da população são uigures, povo de origem turcomana, próxima dos uzbeques. No território dessa região autónoma atuam grupos extremistas de carácter radical, que realizaram várias ações terroristas nas vésperas dos Jogos Olímpicos de Pequim. Eles cooperam estreitamente com uma série de organizações extremistas da Ásia Central, do Afeganistão e do Paquistão, com o "Partido Islâmico do

Turquestão". Quando, em 2002, se colocar a questão da mudança do nome do "Movimento Islâmico do Uzbequistão", a primeira variante foi o nome de "Movimento Islâmico da Ásia Central", do qual deviam fazer parte os grupos radicais uigures da Região Autónoma de Sintzian-Uigur. Por isso a Rússia e a China devem coordenar as suas ações também na luta contra o terrorismo"<sup>17</sup>.

Desse modo, o aumento da influência geopolítica da AC é visível devido à ação tanto de fatores, tendências e contra-tendências positivas, como negativas. Poderá a América impedir a Rússia e a China de fortalecer a sua interação com os países centro-asiáticos?

Para os EUA, o objetivo geopolítico é criar um círculo fechado e único controlado, constituído pelos países da Ásia Central, Afeganistão e Médio Oriente. No caso da sua transformação numa zona de instabilidade, a necessidade e a possibilidade de um domínio global dos EUA será um argumento convincente, antes de tudo para a Rússia e a China.

Segundo especialistas russos, o controlo dos Estados Unidos sobre a AC, no plano político-militar, "permite realizar um profundo corte do continente asiático e criar uma espécie de faixa divisória entre a Rússia e a Índia, a Rússia e a China Ocidental, bem como afastar o Irão deles. Semelhante faixa pode estender-se da base asiática da OTAN: a Turquia, até à Mongólia e incluir o "domado" Iraque, o "pacificado" Afeganistão, a Geórgia que "corre" para a Aliança, o Azerbaijão que "é atraído" para ela e alguns Estados da Ásia Central. No plano económico, isso põe sob o controlo do Ocidente todas as regiões petrolíferas do Cáspio e da Ásia Central; no plano político, dá uma alavanca de influência na situação na região da Sibéria e do Extremo Oriente da Rússia, na China Ocidental e no Norte da Índia. Por conseguinte, os interesses económicos e político-militares na AC dos EUA e dos seus aliados, por um lado, a Rússia, China, Índia e países que interagem com eles, por outro lado, entram em séria contradição e podem desaguar num confronto direto"<sup>18</sup>.

Ao agudizar o problema iraniano, os EUA tentam controlar as costas do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio ricas em petróleo para se infiltrarem nas profundezas da Ásia até à Sibéria e ao Extremo Oriente da Rússia. No plano da presença estratéfica dos Estados Unidos na AC, presta-se grande atenção à Mongólia, para "enfiar uma profunda cunha entre a China e a Rússia, completando assim a faixa divisória no continente desde o Mar Mediterrâneo até à região para lá do Baical e ao Deserto Gobi. Além disso, a instalação na Mongólia de bases aéreas com aviões do sistema "AVAX" permitiria aos americanos controlar grande parte da Sibéria e do Extremo Oriente da Rússia, bem como as regiões orientais e parte significativa das centrais da China, o que hoje só é feito a partir do Espaço"<sup>19</sup>.

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que o processo de identificação da AC enquanto centro geopolítico eurasiático não terminou. A Ásia Central, enquanto região recentemente formada depois da época da guerra fria, dá o seu contributo para a transformação geopolítica do mundo. Os processos regionais são suficientemente contraditórios para quaisquer prognósticos. As novas repúblicas passaram através do paroxismo da negação do seu passado soviético, terão mais de uma vez oportunidade de utilizar as possibilidades abertas perante eles graças à globalização e à regionalização, bem como serão sujeitos à ação de novas ilusões na corrida por esperanças injustificadas ao entrarem em contacto com sérios jogadores da geopolítica económica.

A sua existência independente tem mais de 20 anos. Cresceu uma nova geração que não tem laços nostálgicos com o passado russo. Entretanto, o vetor da emigração laboral dos países da AC está virado para a Rússia. No caso de ameaças reais à estabilidade regional, os Estados centro-asiáticos revelam grande coesão política e solidariedade, ao contrário dos novos Estados da parte europeia do espaço post-soviético. A Ásia Central, não obstante os numerosos problemas, avança mais rumo à integração com a participação da Rússia e da China do que à regionalização separada ou à configuração heterogénea de vários Estados isolados. Ao mesmo tempo, algumas repúblicas distanciam-se da Rússia no sentido do mundo islâmico.

1. Hoje, semelhante definição é frequentemente empregue nos órgãos de informação, mas, do ponto de vista da ciência geográfica, a Ásia Central é uma região bem maior, que inclui, além da Ásia Central, também a Mongólia e parte ocidental da China; a mesma opinião tem a UNESCO // [http://ru.wikipedia.org/wiki/Центральная\\_Азия](http://ru.wikipedia.org/wiki/Центральная_Азия).
2. Doutrina Albrighth. Portal de informação e análise "Nasledie" // [http://old.nasledie.ru/politvne/18\\_18/article.php?art=29](http://old.nasledie.ru/politvne/18_18/article.php?art=29)
3. Kazantsev A. Ásia Central: tendências do desenvolvimento regional. 10.07.2013 // [http://russiancouncil.ru/inner/?id\\_4=2091&from=aug13rus#top](http://russiancouncil.ru/inner/?id_4=2091&from=aug13rus#top).
4. Ver: *Starr S. Fr.* Em defesa da Grande Ásia Central. Washington, Círculo de Colombia: Instituto de Estudo da Ásia Central e do Cáucaso e o programa de investigação da Rota da Seda,, 2008.
5. Black. R.O. A política dos EUA na Ásia Central // <http://www.state.gov/p/sca/rls/rmks/2012/182643.htm>
6. Agafonov, G.D. A situação estratégica e os nós fundamentais das contradizões na Eurásia Oriental. M., 2007. P. 125.

7. Zaderei N.V. Revista de investigações sobre o problema do desenvolvimento da Organização de Cooperação de Xangai // Klimenko A.F. Organização de Cooperação de Xangai: novas metas de desenvolvimento. M., 2008. P. 396.
8. Bagdassarov, S. Ásia Central — região fulcral da política mundial // Jornal Russo. 1997-2008 // <http://www.russ.ru/layot/set/print//Mirovaya-povestka/Centr-azia.html>
9. Maslov A.A. Na Ásia Central, nos próximos anos, irão viver 8 milhões de chineses//<http://dknews.kz/v-centralnoj-azii-v-blizhajshie-gody-budut-prozhivat-8-mln-kitajcev.htm>
10. Maslov A.A. Região de Sintzian-Iugur torna-se mais próxima... 5 milhões de chineses transferem-se para o Cazaquistão // <http://www.russianskz.info/politics/3126-a-my-k-vam-5-millionov-kitaycv-pereselyatsya-v-kazahstan.html>
11. Gorst I. A região rica em petróleo, longínqua e complexa da Ásia Central não ficou ao lado dos abalos que afetam o restante mundo // The Financial Times. 2008. 30 Oct. // <http://www.centrasia.ru/newsA.php>
12. Narotchnitskaia N.A. Rússia e russos na história mundial. M.2003. P. 334.
13. Agafonov, G.D. Op. Cit. P. 81.
14. Gorst I.Op. Cit.
15. Assadullaev I. Haverá terreno para o aparecimento de um Estado Islâmico no Tadjiquistão? 2009. 17 fev. <http://www.easttime.ru/analitic/1/10/573.html>.
16. Idem.
17. Bagdassarov, S. Op. Cit.
18. C.Agafonov, G.D. Op. Cit. P. 71-73.
19. Ibidem. P. 81.



Evguenia  
PIADICHEVA

*Secretária responsável  
da revista "Vida  
Internacional",  
Mestre em história*

*pyadysheva@gmail.com*



## DO MAIS IMPORTANTE NA POLÍTICA MUNDIAL E NA DIPLOMACIA RUSSA

**M**ais uma edição do "Anuário Diplomático — 2012" acaba de sair na véspera do octogésimo aniversário da Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da Rússia. Já há quantos anos o Anuário publica artigos sobre os mais importantes eventos do atual lapso de tempo, analisa os temas "de tope" da política mundial. Os nomes dos autores indicam, sem comentários, que a sua qualificação profissional é das mais altas.

Também desta vez a redação do "Anuário", chefiada pelo reitor da Academia

Diplomática Evgueni Bajanov e pelo Embaixador Extraordinária e Plenipotenciário Yuri Fokin, que desempenhou a função de redator — chefe, conseguiu reunir autores da grandeza "estelar". O anuário começa com o artigo do ministro das relações exteriores da Rússia Serguei Lavrov "O mundo na época de mudanças: prioridades da atividade da Federação Russa na política externa". O ministro constrói com teses bem desenvolvidas o quadro da atividade do nosso Estado na esfera da política externa. Aponta que a Rússia

---

*Евгения ПЯДЫШЕВА, Ответственный секретарь журнала «Международная жизнь»,  
кандидат исторических наук  
О САМОМ ГЛАВНОМ В МИРОВОЙ ПОЛИТИКЕ И РОССИЙСКОЙ ДИПЛОМАТИИ*

desempenha no mundo o papel "do mais importante fator de equilíbrio global, de estabilidade e segurança geopolítica na política mundial, de um dos centros mais influentes do mundo moderno".

Ao mesmo tempo, o ministro define de uma forma aberta e bastante rígida a situação mundial em 2012. (Quero assinalar que este volume saiu no verão deste ano e isso ocorreu não por culpa dos editores). Mas hoje, quando estamos nos confins ainda longínquos do fim do ano de 2013, é mais do que atual o seguinte trecho do artigo do ministro: "É evidente que o mundo atravessa um período de transição, sem precedentes no plano histórico, acompanhado pela revisão da paisagem geopolítica, pela formação de uma nova correlação de forças, pela turbulência nas esferas de economia, política, e nas relações internacionais em geral". Continua a ferver a região do Próximo Oriente e do Norte da África. Causa a mais séria preocupação o desenrolar de acontecimentos na Síria e em seu torno. É possível que precisamente a aspiração da Rússia de realizar hoje "uma política externa responsável" proporcionou uma chance de concluir a "proxy war" local síria de uma forma pacífica, sem transferi-la para a categoria de conflitos internacionais cruéis e sangrentos.

Ao falar das prioridades da Rússia, o ministro Serguei Lavrov ressalta que o rumo básico da nossa política é o espaço da CEI. "O incremento da colaboração multilateral e a ampliação dos processos de integração no espaço da Comunidade é a política que visa a perspectiva estratégica e reflete tendências objetivas da época de globalização, incluindo a consolidação do papel das associações regionais", — escreve o ministro.

Quanto à União Europeia, — o principal parceiro econômico — comercial do nosso país, — a Rússia leva a cabo um trabalho coerente e paciente com vista a ampliar os horizontes da cooperação estratégica. "O ponto — chave das nossas relações

com a União Europeia é a transição mais breve possível para o regime de supressão de vistos nas viagens de curto prazo, — constata o ministro. — Todas as respectivas questões técnicas e jurídicas foram resolvidas, agora é a vez da vontade política".

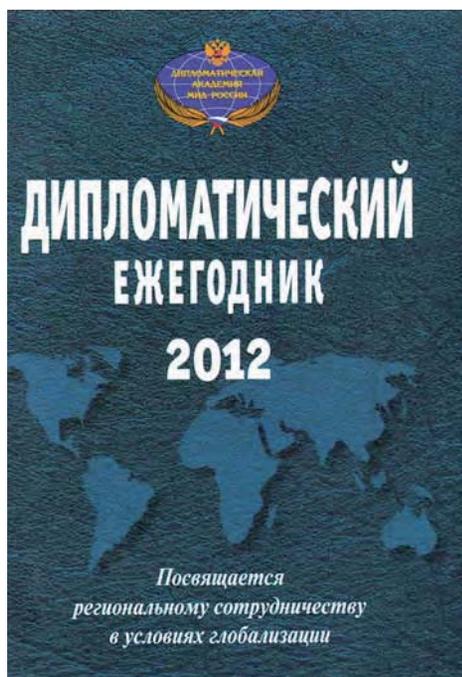
Quanto à parceria euro-atlântica em geral, pode-se afirmar que ela se desenvolve de um modo geral bem, embora o tema do sistema de defesa antimíssil continue uma pedra de tropeço nas nossas relações.

O ministro Lavrov destaca no seu artigo entre outros rumos da política externa russa os problemas de segurança e, em vista disso, o início do processo "Helsinque + 40". Ele aponta que a solução político — diplomática do programa nuclear iraniano não tem alternativas. A Rússia ocupa uma posição ativa nas organizações regionais e internacionais.

Não se pode deixar de constatar que o ministro propõe pôr em ação mais ativamente as possibilidades da "força suave" a fim de elevar radicalmente a eficiência da nossa política externa.

Na qualidade do tema principal do "Anuário diplomático — 2012" foi escolhida a colaboração regional nas condições de globalização.

O primeiro adjunto do ministro das relações exteriores da Rússia Vladimir Titov aponta no seu artigo "O vigésimo aniversário do Conselho do mar de Barents e da região Euroártica" que a singularidade deste conselho na qualidade do formato de interação regional no Norte da Europa revela as suas aptidões de gerar textualmente em regime quotidiano a agenda cooperativista. Durante os vinte anos de colaboração no quadro do Conselho do mar de Barents conseguiu-se o mais importante — garantir o desenvolvimento estável da região de Barents, dando-se tônica aos aspectos socioeconômicos ligados estreitamente à observância das exigências ecológicas, incluindo a segurança radioati-



va e a preservação da peculiaridade dos povos autóctones, que povoam o Norte.

Pode-se prosseguir no tema regional do Anuário detendo-se no artigo de Aleksandr Panov, pesquisador sênior do "Instituto dos EUA e do Canadá junto da Academia de Ciências Russa", "A integração da Rússia na Região Asiático — Pacífica: perspectivas para o período de 2012 a 2020". Ao analisar o desenvolvimento da Região Asiático — Pacífica na retrospectiva histórica e na atual etapa, e tendo em vista a incorporação das Rússia nos processos que se dão lá, o autor tira a seguinte conclusão: "A resultatividade da política (da Rússia) no setor oriental vai depender, basicamente, do quanto decididas e, ao mesmo tempo, racionais serão as ações nas esferas de desenvolvimento econômico, social, cultural e científico da Sibéria e do Extremo Oriente.

Convém dar devido apreço também à idéia dos compiladores desta coletânea que publicaram, como que em bloco único, os ar-

tigos de dois estrangeiros — o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China na Rússia Li Huei "O XVIII Congresso do Partido Comunista da China e os rumos de desenvolvimento da política interna e externa" e da diretora do Instituto de Problemas da Ásia Central Bermet Akaieva "A China depois do XVIII Congresso do Partido Comunista da China: realizações, problemas e estratégia do ulterior desenvolvimento". E embora as impressões de Bermet Akaieva coincidam em grande parte com a linha oficial chinesa, formulada pelo Embaixador Li Huei, a verdade encontra-se mais ou menos no meio.

Os autores Evgueni Korendiassov, dirigente do Centro de Estudo das Relações Russo — Africanas e da Política Externa dos países da África do Instituto da África junto da Academia de Ciências Russa, e Lídia Grichaieva, professora da faculdade de história da Universidade Estatal de Moscou, deram a sua contribuição para o estudo e prognosticação do fenômeno político de BRICS com os seus artigos, respectivamente, "BRICS e África: o potencial de parceria e de interação" e "A Rússia e os países do grupo BRICS nas condições da crise financeira mundial".

O vice-diretor do Instituto da Europa junto da Academia de Ciências Russa Alekssei Gromiko analisa a atividade do governo bipartidário da Grã Bretanha no artigo "A Grã Bretanha em crise".

Tatiana Avdeeva, funcionária da Embaixada Russa no México, prossegue na série de materiais do anuário dedicados a diversos países, contribuindo com o seu artigo "As metas <verdes> do México: a experiência da política do país na esfera de proteção ambiental e no tocante ao clima". Ela propõe dedicar devida atenção a vias de solução dos problemas ambientais, adotadas por um país que conscientizou a importância deste tema para as perspectivas do desenvolvimento social.

Os materiais, em que se analisam os problemas de feição, — falando a linguagem convencional, — humanitária, são dedicados a mais diversos temas.

Konstantin Dolgov publica o artigo "Da situação na esfera de garantia dos direitos do homem no mundo: a concepção do encarregado do Ministério das Relações Exteriores da Rússia nas questões de direitos do homem, democracia e supremacia do poder", em que expõe a posição oficial relativamente aos problemas que tocam de perto, provavelmente, todos os homens no mundo.

Aleksandr Lukin, vice-reitor da Academia Diplomática publicou o artigo "Diplomacia pública: propaganda de Estado ou uma iniciativa cívica?", em que reputa a diplomacia pública como um dos instrumentos da "força suave" que se torna ultimamente cada vez mais requerida.

Vacili Likhachev, deputado da Duma de Estado, aborda no seu artigo "Diplomacia da Rússia: dimensão parlamentar" a possibilidade de incorporação da diplomacia na solução de problemas internacionais da atualidade.

Representam indubitavelmente interesse várias outras obras publicadas nesta coletânea, ou seja:

- Artigos do adjunto do Secretário Geral da ONU Kassim-Jomart Toakaiev;
- O discurso da professora Elena Ponomariova, pronunciado na solenidade, dedicada ao Dia da Academia Diplomática do Ministério das Relações Externas da Rússia;
- O artigo do professor George Rudov "Metodologia da <primavera árabe> como desafio à política externa da Rússia;
- O artigo do livre-docente da cadeira de Economia Internacional e de Relações Econômicas Internacionais da Academia

Diplomática Boris Loguinov "Reflexões não otimistas sobre o papel da classe média no desenvolvimento mundial";

- O artigo do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário Valentin Bogomazov "Papa de Roma Bento XVI e os valores tradicionais da humanidade";

- O artigo da livre-docente da cadeira de direito internacional da Academia Diplomática Ecaterina Yaniuk "Problemas do instrumento jurídico-internacional nas questões da concepção do "desenvolvimento estável";

- O artigo do catedrático Yuri Kurnosov e do livre-docente Aleksandr Zimenkov "Programas informativo-analíticas para a tomada de decisões na esfera de atividade diplomática na base dos centros situacionais".

Uma leitura tradicionalmente fascinante e útil completa o capítulo "Diplomacia: história e atualidade". O artigo do catedrático Herman Rozanov "Batalha de Stalingrado — a virada radical na Segunda Guerra Mundial" conta as batalhas que os diplomatas soviéticos ganharam durante esta guerra.

Pavel Bogomolov, que trabalhou vários anos na Grã Bretanha na qualidade do correspondente do jornal "Pravda" publica as suas reflexões no material intitulado "Ronny e Maggy: o que é que este dueto oculta? (Apontamentos do jornalista especializado em assuntos internacionais).

Pode-se ler o "Anuário diplomático — 2012" para aprender algo de útil ou simplesmente por prazer. É de se crer tanto os "ases" das relações diplomáticas, como estudantes que apenas dão primeiros passos na via de estudo da política internacional e os que gostam de ler livros sobre os assuntos políticos mundiais encontrarão nesta coletânea um artigo "seu".



Digest 2012



**LA VIE INTERNATIONALE**

Politique étrangère, diplomatie, sécurité nationale



www.INTERAFFAIRS.ru



**МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ**  
INTERNATIONAL AFFAIRS

Специальный выпуск

**АТЭС РОССИЯ 2012**



www.INTERAFFAIRS.RU



Digest 2012



**VIDA INTERNACIONAL**

Temas de política internacional, diplomacia y seguridad nacional



www.INTERAFFAIRS.ru

文摘 2012



**国际生活**

俄罗斯对外政策、外交和国家安全



www.INTERAFFAIRS.ru

Special Issue 2010



**INTERNATIONAL AFFAIRS**

**RUSSIA – ASEAN**



www.INTERAFFAIRS.ru

Digest 2012



**الاحداث السياسية الدولية**

لقضايا السياسة الخارجية، والدبلوماسية، والأمن القومي



www.INTERAFFAIRS.ru

Май 2013



**МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ**

Проблемы внешней политики, дипломатии, национальной безопасности

**68 лет назад закончилась Великая Отечественная война!**

«Золотая коллекция»  
Эрнст Туомпайнен  
Министр иностранных дел Финляндии

**Шанхайская организация сотрудничества: основные задачи момента**  
Кирилл Барский  
Специальный представитель Президента России по делам ШОС

**Деловой совет ТПП РФ – путь на зарубежные рынки**  
Георгий Петров  
Вице-президент Торгово-промышленной палаты России

**В МИД РФ**  
Игорь Халеринский  
Председатель Совета ассоциации российских дипломатов

Москва. Издается с марта 1922 г.

Digest 2012



**INTERNATIONALES LEBEN**

Probleme der Auswärtigen Politik, der Diplomatie und der nationalen Sicherheit



www.INTERAFFAIRS.ru

VOLUME 59 NUMBER 2, 2013

**International Affairs**

A Russian Journal of World Politics, Diplomacy and International Relations

**In This Issue**

- Press Conference of Sergey Lavrov
- On the New Security Architecture in Asia-Pacific
- Russian Muslims and the "Arab Spring"
- Eurasian Vector of Development
- Citizen Voting Rights in the 2012 U.S. Election
- The Little World War in South America
- Stalingrad, an Imperative of History



